ANAIS

SEMANA DE PSICOLOGIA

CIÊNCIA E PROFISSÃO:

HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.

Volume 1 - Nº1
Agosto
de 2023

ISSN: 2446-8819

Unifio
Centro Universitário de Ourinhos

ANAIS

SEMANA DE PSICOLOGIA

CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS

2023

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA

Centro Universitário de Ourinhos
Curso de Psicologia

Rodovia BR 153, Km 338+420m
Bairro Água do Cateto
Ourinhos-São Paulo
CEP 19909-100

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Paula de Souza
Ana Paula Moraes do Amaral
Cecília Gomes Santiago
Cristiane Pereira Marquezini
Damaris Bezerra de Lima
Danilo Macedo Lima
Diego Conrado Bernardo
Érica Mendes
Felipe Ferreira Pinto
Gabriely Bontempo de Oliveira
Giovanna Ferreira Virgilino
Ismael Vitor Nascimento Antunes
Luciano Ferreira Rodrigues Filho
Maria Eduarda Amaral
Mayara Aparecida Bonora Freire
Rita Ferreira da Silva
Talita leite Izidio
Vitória Maria Rossi Giati

Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

Anais da Semana de Psicologia 2023

Centro Universitário de Ourinhos, Curso de Psicologia, v. 1, n. 1, ago., 2023.

Anual

ISSN: 2446-8819

I. Anais II. Psicologia III. Ciências da Saúde IV. Ciências Humanas V. Ciências Sociais.

APRESENTAÇÂO

Colegas da Psicologia!

Que alegria ter vocês por perto neste momento de comemoração do dia da(o) Psicóloga(o).

Neste ano chegamos a nossa XVII edição da Semana de Psicologia da Unifio. Trata-se de um momento mais que especial, pois comemoramos também os 17 anos do curso. Ao longo deste período, formamos mais de 1200 Psicólogas(os) e que atuam nas diferentes áreas da nossa Ciência e Profissão: pesquisa, saúde, educação, social, clínica, trânsito, Judiciário, organizacional e do trabalho para dizermos, de forma breve, dos campos que mais representam a inserção da categoria na sociedade brasileira.

Contudo, não é apenas o compartilhamento do conhecimento científico e ético que construiu a trajetória de sucesso da formação em Psicologia na Unifio. Diante de tantas histórias e memórias que este evento e o curso registraram e, ainda hoje registram, em cada um de nós, preparamos uma semana com muitas atividades fora do espaço de debate nas salas de comunicação oral e das mesas de discussão.

Sabemos que no curso sempre fizemos mais do que construir o conhecimento acadêmico e científico, pois sempre buscamos encontros alegres e potentes e, por este motivo, esperamos que o evento promova novos bons encontros e, quem sabe, bons (re)encontros. Além disso, pensamos que a comemoração do dia da nossa profissão pudesse representar, especialmente, o momento que estamos vivendo atualmente no curso. Isto é, estamos cuidando da nossa memória e história coletiva enquanto espaço de produção do conhecimento, mas, sem perder de vista, nossas práticas coletivas e singulares que construíram, constroem e continuarão construindo o fazer ético da profissão que está socialmente comprometido com as problemáticas do seu tempo.

Neste caderno que estamos apresentando a nossa comunidade interna e externa compartilhamos, ou melhor dizendo, registramos o incentivo à produção do conhecimento científico voltado, principalmente, ao exercício ético e responsável da Psicologia que no curso estão definidos em dois grandes temas: “Psicologia Social, Trabalho e Instituições” e “Processos clínicos, Saúde e Subjetividade”.

Desejo que o curso, as práticas de incentivo a pesquisa e este evento tenham vida longa. Que possamos apostar, no cotidiano da nossa profissão, nas ações cientificamente consolidadas ao longo da nossa história e que apostam, sobretudo, na relação humana construída por uma Ética que respeita as diferenças, que enfrenta e não aceita a violação dos direitos humanos e que não é conivente com a perpetuação de preconceitos, estigmas e estereótipos. Todas as vidas importam e por este motivo faremos, todos os dias e em todos os lugares, uma Psicologia Antirracista e Anticapacitista, que defende a igualdade de gênero e que não aceita a desigualdade social como um processo natural da nossa história.

Seguimos juntas(os)!

Excelente leitura!

Prof. Felipe Ferreira Pinto

Coordenador do Curso de Psicologia

Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

SUMÁRIO

A ANSIEDADE INFANTIL E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E TRATAMENTO NA PERSPECTIVA DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT) 13

A CLÍNICA WINNICOTTIANA: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS DO TERAPEUTA WINNICOTTIANO E DO CONCEITO DE SOBREVIVÊNCIA DO ANALISTA NO SETTING 18

A COMPULSÃO ALIMENTAR NO PACIENTE SUBMETIDO À CIRURGIA DE GASTROPLASTIA REDUTORA 23

A INFLUÊNCIA DA TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA 27

A PARANOIA E SEUS CONTORNOS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA: UM ESTUDO DE CASO NO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA 31

A PROBLEMATIZAÇÃO DA PSEUDOCIÊNCIA E SEU IMPACTO NA VIDA DOS SUJEITOS 36

A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) EM CRIANÇAS QUE POSSUEM DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA) 40

ADOLESCÊNCIA E A ANSIEDADE: REVISÃO DA LITERTURA PÓS PANDEMIA DE COVID-19 .. 46

ANSIEDADE E O MEDO DE DIRIGIR: INTERVENÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL 50

APRENDENDO COM A CLÍNICA-ESCOLA: OS BENEFÍCIOS DA PRÁTICA SUPERVISIONADA NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO 54

CONCEPÇÕES SOBRE O LUTO EM TEMPOS DE COVID-19: SOB O VIÉS PSICANALÍTICO..... 59

CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA) 63

DEPRESSÃO: SOFRIMENTO FÍSICO E PSÍQUICO DOS TRABALHADORES DA MARUGADA ... 68

DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: QUAL A IMPORTÂNCIA PARA O PROGNÓSTICO 73

MODOS DE PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ATUALIDADE 77

NARCISISMO E AUTOESTIMA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA SOBRE AS POSSÍVEIS FALHAS NARCÍSICAS E OS IMPACTOS NA AUTOESTIMA DO ADOLESCENTE 82

NARCISISMO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 86

NOVOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E A REPERCUSSÃO NO ADOLESCER 90

O DESENVOLVIMENTO DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS A PARTIR DO PROCESSO DE PSICOTERAPIA 94

ISSN: 2446-8819

PRÁTICAS PARENTAIS NEGATIVAS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA DA ATUALIDADE 99

PSICANÁLISE, LITERATURA E CINEMA: UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA ADOLESCENTES 104

PSICO-HISTÓRIA E A ANÁLISE DAS LETRAS DO SLIPKNOT: EXPLORANDO OS SIGNIFICADOS SUBJACENTES NA EXPRESSÃO ARTÍSTICA 108

SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O PARALELISMO ENTRE ARTE E SUBJETIVIDADE 112

SUICÍDIO NA TERCEIRA IDADE NA PERSPECTIVA DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL 116

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL 120

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS NA VIDA ADULTA 125

TRANSTORNOS ALIMENTARES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA 129

A EQUOTERAPIA E SUA INFLUÊNCIA NO TRATAMENTO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... 134

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL TRADICIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO(A) PSICÓLOGO(A) NA ÁREA 138

A MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: REVISÃO DE LITERATURA..... 142

A VIOLÊNCIA DISFARÇADA DE LIBERDADE: O MUNDO DO TRABALHO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CONTEMPORANEIDADE..... 146

CUIDADOS PALIATIVOS: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES COM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS..... 150

DROGAS E PROIBIÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO 155

HABILIDADES SOCIAIS DE CRIANÇAS COM TEA NO CONTEXTO DE INCLUSÃO ESCOLAR: REVISÃO DE LITERATURA 159

O PAPEL DA FAMÍLIA ADOTIVA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL..... 165

OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO ÀS PESSOAS QUE FAZEM USO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-TÉCNICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM UM CAPS AD..... 169

PARA ALÉM DO ALTO RENDIMENTO NA PSICOLOGIA DO ESPORTE: UM GRANDE ROMPIMENTO CONCEITUAL 174

ISSN: 2446-8819

PRÁTICAS DE ESTÁGIO INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA NAS ESCOLAS 178

PRÁTICAS DE ESTÁGIO INSTITUCIONAL: PSICOLOGIA, ESCOLA E CONTEMPORANEIDADE 182

PRÁTICAS DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA HOSPITALAR: VIVÊNCIAS E INTERVENÇÕES 186

PSICOLOGIA HOSPITALAR: PRÁTICAS NA PSICO-ONCOLOGIA 190

PSICOLOGIA INCLUSIVA: O TRABAHO NAS APAEs 195

PSICOLOGIA JURÍDICA E SUBÁREAS: CONSIDERAÇÕES 200

REFORMA PSIQUIÁTRICA, ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E SEUS DESAFIOS ATUAIS: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM CAPS 205

SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS 209

SER NEGRO NO BRASIL: UMA CRÍTICA À PSICOLOGIA E AO EPISTEMICÍDIO 213

SÍNDROME DE BURNOUT: SÍNDROME DO ESGOTAMENTO PROFISSIONAL 217

TREINAMENTO DE HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO ASSERTIVA EM ADOLESCENTES 222

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE A CAÇA ÀS BRUXAS 226

VISÃO ECOLÓGICA DO FENÔMENO *BULLYING*: TENDO COMO PONTO DE PARTIDA O CONTEXTO ESCOLAR 230

LUTOS E RUPTURAS SOFRIDOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A ADOÇÃO – UMA REVISÃO DA LITERATURA 234

A ATUAÇÃO DO PSICOLOGO NO CRAS: SOB UM OLHAR DE UMA PSICOLOGIA NÃO DISCIPLINAR E NORMATIVA 240

A AUTOESTIMA FEMININA EM VIRTUDE DOS PADRÕES IMPOSTOS PELA SOCIEDADE E PELA MÍDIA 244

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DO TRABALHO PARA OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL 248

A PSICOLOGIA A SERVIÇO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM NOVO SABER-FAZER PSICOLÓGICO COMO CONSEQUÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 253

A PSICOLOGIA FRENTE ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA 258

ISSN: 2446-8819

A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CENTRO POP 262

CENÁRIOS HISTÓRICOS PRESENTES: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL..... 267

IMPLICAÇÕES DA SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA EM RELAÇÃO AO ISOLAMENTO SOCIAL CAUSADO PELO COVID 19 271

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: VIOLÊNCIA SEXUAL E VULNERABILIDADE SOCIAL.... 275

O AGRAVAMENTO DA ANSIEDADE DURANTE A PANDEMIA DA SARS-COV-2 (COVID-19) ... 278

O ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA 282

A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NO PERÍODO PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 287

O CÁRCERE E AS MULHERES TRANSEXUAIS: O PAPEL DA PSICOLOGIA 293

O IMPACTO DO FEMINISMO NA INDÚSTRIA DA BELEZA: ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DAS MARCAS E CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS MULHERES 297

O LAÇO SOCIAL CAPITALISTA E SEUS EFEITOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE 301

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA 306

O TRABALHO EM GRUPO NO CRAS: RELATOS E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE PSICÓLOGAS(OS) A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA 310

OS IMPACTOS DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES E AS INIQUIDADES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DE SÃO PAULO-SP..... 316

PANDEMIA SARS-COV-2: IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO BIOPSICOSSOCIAL EM CRIANÇAS 321

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM ÁREAS AFASTADAS: PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE MARQUÊS DOS REIS..... 326

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÃO SOBRE O SERVIÇO DO CREAS 330

VISÃO COMPUTACIONAL PARA DETECÇÃO DE EMOÇÕES: EXPLORANDO A INTERFACE ENTRE TECNOLOGIA E PSICOLOGIA 334

VIVÊNCIAS ATRAVÉS DO RAP: UM POSSÍVEL INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA PSICOLOGIA 339

ISSN: 2446-8819

O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL E SEUS IMPACTOS NA SAUDE MENTAL E DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES..... 343

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A ANSIEDADE INFANTIL E O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO E TRATAMENTO NA PERSPECTIVA DA TERAPIA DE ACEITAÇÃO E COMPROMISSO (ACT)

Edilaine Fabiana Carvalho Pereira[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras-chaves: Ansiedade; Ansiedade Infantil; Terapia de Aceitação e Compromisso.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa versa sobre a ansiedade infantil e o processo de investigação e tratamento na perspectiva da Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT). Desde 2007, Assis, Ximenes, Avanci e Pesce (2007) apontam que existe a preocupação a respeito da ansiedade em crianças e adolescentes, porém, essa questão muitas vezes no Brasil não recebe atenção devida.

Na atualidade, Lhullier e Serra (2018), afirmam essa preocupação quando relatam que, para além do aumento da frequência da ansiedade no público infantil e adolescente, houve também uma busca significativa na clínica por orientações para lidar com essa psicopatologia. Para Teles (apud COELHO et al. 2020) é preciso diferenciar a ansiedade e medo normal do patológico.

Contudo, essa não é uma tarefa fácil, pois, em crianças e adolescentes algumas manifestações de medo podem fazer parte de determinada fase do desenvolvimento emocional. Na infância, a ansiedade e o medo podem ser vistos como uma psicopatologia quando as respostas desses conceitos são julgadas como excessivas ou inapropriadas para o contexto, configurando em prejuízo funcional e sofrimento para o indivíduo.

Este problema pode se apresentar em razão de vários fatores, onde as variáveis podem estar relacionadas aos estressores familiares ou sociais (PETERSEN et al., 2011). Neste sentido, entende-se que as principais vítimas afetadas pelos problemas levantados são as crianças.

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar se o transtorno de ansiedade na infância pode ser identificado e tratado na perspectiva da Terapia de Aceitação e Compromisso, antes que evolua para as próximas fases do desenvolvimento, acarretando prejuízos emocionais e sociais para o indivíduo.

Em suma, essa pesquisa justifica-se pela constatação de grande incidência de sofrimento psíquico nas crianças e adolescentes que sofrem com transtornos de ansiedade. Entende-se, ainda que as lacunas nas pesquisas

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. E-mail: edilaine.fabiana@unifio.edu.br.
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

podem contribuir para que os pais/responsáveis e profissionais da saúde e da educação tenham um posicionamento de subestimar e subtratar os sintomas ansiosos patológicos que se manifestam na infância

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Até o momento presente a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de esclarecer a origem da Terapia de Aceitação e Compromisso. No primeiro capítulo foi descrito um breve panorama da evolução da Terapia Comportamental classificada em três ondas ou gerações. Em torno de 1950/1960, a primeira onda da Terapia Comportamental se deu através de um movimento contra as práticas psicológicas que não tinham rigor científico, cuja ênfase era o subjetivismo. Desse modo, Hans Eysenck afirmou, em seus estudos, a falta de evidências de eficácia na psicoterapia. Diante disso, os psicoterapeutas foram impulsionados a buscar novas alternativas (SANTOS; GOUVEIA; OLIVEIRA 2015).

Nesse período predominou a Terapia Comportamental Clássica, a valorização da pesquisa empírica e as habilidades de aplicar as técnicas, e não se valorizava a relação terapêutica (Eysenck 1959). Aqui o objetivo da terapia era modificar comportamentos ditos problemáticos através de técnicas e princípios de condicionamento clássico e operante (HAYES, 2004).

Por volta de 1970, na segunda onda ou geração a ênfase foi para além do rigor científico: as terapias foram direcionadas para o cognitivo e a aprendizagem social. (HAYES,2004). Braga, Vandenberghe (2006) relata que houve a valorização do homem racional, com o intuito de acrescentar um novo pensamento, contrariando o pensamento mecanicista existente na Terapia Comportamental Clássica. O tratamento seria a modificação de pensamentos ditos “sem lógica” tais como, crenças, pensamentos, expectativas e atribuições, pois eles poderiam ser as causas dos problemas comportamentais e emocionais.

A terceira geração se desenvolveu no período de 1990 a 2004 e isto foi possível devido ao desenvolvimento da Análise do Comportamento, baseada no Behaviorismo Radical de B. F. Skinner e às limitações da TCC. O Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento se tornaram a base para o contextualismo funcional, e suas contribuições para a terceira geração foram marcantes. Uma das questões propostas era de que o problema a ser tratado está na interação do organismo com o ambiente, ou seja, nas contingências. Nesse contexto, “a ansiedade não é a causa do comportamento, mas um efeito colateral das contingências que determinam o comportamento.” (VANDENBERGHE 2011, p. 35).

Desse modo, a forma de intervir é através da análise funcional, que identifica quais contingências estão sendo mantenedoras de determinado comportamento. Além disso, consiste, então, em manipular variáveis para buscar modificar a maneira como a pessoa se relaciona com seu ambiente. Dessa forma, novos repertórios podem ser construídos, ou seja, novas formas de se relacionar e afetar o mundo. (VANDENBERGHE, 2011).

No segundo capítulo, foi feita uma descrição comparativa do modelo médico tradicional e do modelo baseado em processos. Esse último é base para investigar e

ISSN: 2446-8819

tratar a ansiedade no público infantil dentro da perspectiva da ACT. No primeiro modelo, a configuração está baseada no Manual de Classificação de Transtornos Mentais, descreve que “o medo é a resposta emocional à ameaça iminente real ou percebida, enquanto a ansiedade é a antecipação de ameaça futura.” (APA, 2023, p. 215), eles se sobrepõem e podem ser diferenciados. Esse modelo tem o seu foco nas síndromes, características formais, nas topografias dos eventos públicos observáveis de comportamentos. (WILSON et al., 2001).

O modelo baseado em processos classifica funcionalmente as psicopatologias que advêm da Análise do Comportamento, a qual coloca o foco na função que o comportamento possui em determinado contexto. (MATOS; FERREIRA,2016). Nesse modelo baseado em processos, a “análise funcional da ansiedade se caracteriza como um padrão de respostas do indivíduo que deve ser explicado a partir de suas relações funcionais com eventos ambientais e outras respostas.” (ASSAZ; FERREIRA, 2021 p.133). Os autores ainda descrevem que na literatura não existe um consenso se há como separar o medo e a ansiedade. Para a ACT, embora esse ponto seja difícil de se identificar e operacionalizar, deve ser feito o processo de identificação das relações funcionais definidoras, das relações respondentes, e o papel do comportamento verbal.

MATERIAS E MÉTODOS

Para a realização do trabalho, foi feita uma investigação através da pesquisa bibliográfica exploratória e qualitativa, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema. No início, essa pesquisa se deu de forma aleatória, e depois por critérios de inclusão e exclusão, em livros e bases de dados como Scielo, Pepsic, Pubmed, e Google Acadêmico. Até o presente momento, foram desenvolvidos dois capítulos, descrevendo um breve panorama sobre as terapias de terceira geração e diferenciando a ansiedade infantil no contexto do modelo tradicional e no modelo baseado em processos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer da pesquisa verificou-se que a Terapia Comportamental passou por três ondas ou gerações, as quais a identificação da patologia e o tratamento eram conduzidos de formas diferentes. Na primeira onda, o foco era a identificação e eliminação do comportamento problema, nesse caso, a ansiedade, que deveria ser tratada com adição de novos comportamentos mais adequados ao ambiente. Na segunda, as prováveis causas dos problemas psicológicos seriam as distorções cognitivas. Nesse contexto, o foco de tratamento seria a mudança dessas distorções. Já na terceira, a identificação do patológico é feita através da interação do organismo com o seu ambiente, a partir da análise funcional. O tratamento, nesse caso, não é contra os sintomas, como visto nas anteriores, mas sim na identificação e alteração das contingências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2446-8819

Esta pesquisa trouxe nos capítulos descritos uma contextualização sobre o longo processo que a Terapia Comportamental passou para chegar na terceira geração, a qual junto ao Behaviorismo Radical, torna-se uma base para a Terapia de Aceitação e Compromisso. A ACT e o modelo transdiagnóstico salientam a importância de que o enfoque não seja no diagnóstico ou ansiedade, mas sim, para o que está além dele.

Desse modo, contribui para práticas onde os pais/responsáveis e profissionais da saúde e da educação não tenham um posicionamento de subestimar e subtratar os sintomas ansiosos patológicos que se manifestam na infância, mas sim compreender quais são as necessidades da criança, a fim de que ela tenha um desenvolvimento emocional, físico e social sadio.

Diante das pesquisas, verificou-se, ainda a existência de poucos estudos sobre intervenções para o Transtorno de Ansiedade Infantil com base na Terapia de Aceitação e Compromisso, demonstrando, portanto, a importância de que mais estudos e pesquisas sejam desenvolvidos sobre esse tema.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA)**. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR** ed. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ASSAZ, D. A; FERREIRA, A. R. A ansiedade: análise contextual de dois casos clínicos. In: OSHIRO, C. K. B; FERREIRA, T. A. S. **Terapias Contextuais Comportamentais: análise funcional e prática clínica**. 1. ed. Santana do Parnaíba [SP]: 2021, p. 132- 147.

ASSIS, S.G. de; XIMENES, L. F.; AVANCI, J. Q.; PESCE, Renata Pires. **Ansiedade em crianças: um olhar sobre transtornos de ansiedade e violências na infância.** Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.88 p.

BRAGA, G.L.B. & VANDENBERGHE, L. (2006). **Abrangência e função da relação terapêutica na terapia comportamental**. Estudos de Psicologia, Campinas, 23(3), 307-14.

COELHO, B.M.; PEREIRA, J. G.; ASSUNPÇÃO, T. M.; SANTANA JR, G. L. Transtornos fóbicos- ansiosos na infância e na adolescência. In: TELES, L. N. **Psiquiatria da Infância e da Adolescência:** guia para iniciantes 2.ed. revista e ampliada- Novo Hamburgo: Sinopsys, 2020. cap. 17, p. 341-365.

EYSENCK, H. J. **Learning theory and behavior therapy**. Journal of Mental Science, 105 (1), 1959. 61-75.

HAYES, S. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. **Behavior Therapy**, 35,639-65.

LHULLIER, R. B; SERRA, R. G.Transtorno de Ansiedade. In: TISSER, L e cols. **Transtornos psicológicos na infância e na adolescência**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2018. cap 7, p. 127- 168.

MATOS, J. P. A; FERREIRA, T. A. S**. A cultura do diagnóstico e a emergência de subjetividades psicopatológicas** Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análises de Comportamento, vol. 24, núm. 4, 2016, pp. 509-523.

PETERSEN, C, S. Terapia cognitivo-comportamental para transtornos de ansiedade. In: BUNGE, E; MANDIL, J; GOMAR, M. **Terapias Cognitivo-Comportamentais para crianças e adolescentes: ciência e arte** – Porto Alegre: Artmed,2011. cap. 11, p. 232-255.

SANTOS, P. L.; GOUVEIA, J. P.; OLIVEIRA, M. da S. **Terapias comportamentais de terceira geração: guia para profissionais /** organizado por [et al.] – Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

VANDENBERGHE, L. (2011). **Terceira Onda e Terapia Analítico-Comportamental: Um casamento acertado ou companheiros de cama estranhos**? *Boletim Contexto*, 34, 33-41.

WILSON, K. G., HAYES, S. C., GREGG, J., & ZETTLE, R. D. (2001). Psychopathology and Psychotherapy. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), Relational frame theory: **A post-skinnerian account of human language and cognition** (p211-237). New York: Kluwer Academic Publishers.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A CLÍNICA WINNICOTTIANA: UMA ANÁLISE DAS COMPETÊNCIAS DO TERAPEUTA WINNICOTTIANO E DO CONCEITO DE SOBREVIVÊNCIA DO ANALISTA NO SETTING

Kauani Tanfere[1]
Larissa Oliveira Castilho
Maria Amélia Nunes
Nicoli Regina Duzi Barone
Vitória Maria Rossi Giati
Ricardo da Silva Franco[2]

Palavras-chave: Psicologia; Clínica winnicottiana; Sobrevivência do analista; Setting; Competências.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetivou analisar as principais competências do terapeuta winnicottiano, destacando os princípios fundamentais da abordagem de Winnicott, tem como objetivo elucidar as diretrizes norteadoras da prática clínica por meio da pesquisa bibliográfica, importante ressaltar que esta permitirá uma abordagem teórica sólida e descritiva, possibilitando a identificação de elementos essenciais dentro do setting e compreensão acerca da teoria de Winnicott.

Os estudos do autor auxiliaram na comparação da mãe suficientemente boa com o analista, embasada em suas experiências práticas, que permitiram o manejo tanto no setting quanto na relação mãe-bêbê. Com isso, ao assumir a responsabilidade pelo cuidado de um paciente, é essencial desenvolver competências que auxiliem a lidar com as influências de experiências anteriores ao nascimento e o histórico de relações interpessoais.

A partir dos conceitos de Winnicott, é possível considerar que a presença do terapeuta, sua atenção e disposição para o cuidado são de suma importância para o processo terapêutico, resistir às retaliações e desafios presentes no processo, além controlar o desejo por interpretações. É fundamental nesse momento estar presente e entender as necessidades do sujeito, do que realizar interpretações prévias.

[1] Graduandas do 10° termo, UNIFIO, Psicologia, kauani.tanfere@unifio.edu.br; larissa.castilho@unifio.edu.br; maria.nunes@unifio.edu.br; nicoli.barone@unifio.edu.br; vitória.giati@unifio.edu.br

[2] Docente do curso de Psicologia do Cento Universitário de Ourinhos, UNIFIO, Psicologia, ricardo.franco@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A clínica winnicottiana possui enfoque nos processos de amadurecimento e no desenvolvimento emocional do sujeito, atentando-se a importância de um ambiente que favoreça tais processos. As etapas iniciais de amadurecimento são um aspecto norteador para se compreender qual clínica psicanalítica Winnicott propôs.

O primeiro estágio da teoria do amadurecimento é a dependência absoluta que consiste em um processo de indiferenciação entre mãe e bebê, onde este não compreende que precisa dos cuidados maternos e que suas necessidades são satisfeitas pelo outro, é um período muito importante pois a não oferta do cuidado, pode vir a causar um distúrbio no desenvolvimento do bebê. O segundo estágio é chamado de dependência relativa, onde ele começa a se diferenciar da mãe, e passa a se relacionar com objetos reais, nesse estágio, o bebê já adquiriu consciência de que depende de sua mãe.

Por fim, temos o último estágio definido por Winnicott como rumo a independência, onde a presença contínua da mãe junto ao bebê, mantendo um ambiente suficientemente bom e reduzindo gradualmente a atenção materna primária, possibilitou que esse sujeito desenvolve-se seu ego, saindo de um estado de não-integração, para a conquista de um eu integrado, adquirindo uma personalização e sendo apresentado as relações objetais.

Entretanto, não é o ambiente que irá determinar o crescimento do bêbê, mas um ambiente suficientemente bom pode possibilitar o processo de maturação. Winnicott postula outros movimentos que auxiliam o desenvolvimento do ego, onde Dias (2003) esclarece

> À medida que o unitário se constrói, com o cuidado ambiental sendo incorporado como uma qualidade que é intrínseca, a integração [se torna mais consistente, a dependência diminui paulatinamente, e o indivíduo] vai se tornando capaz de cuidar de si mesmo (2003, p. 202).

Para isso, a mãe suficientemente boa deve fazer uso do gesto *holding*, muito importante no período de dependência absoluta, definido como um movimento de sustentar física e psicologicamente o bebê. Há também o conceito de *handling,* que ajuda o bêbê a criar o mundo à sua volta, reconhecendo seu próprio self.

Elsa ressalta que, o que possibilita colocar em prática todas essas habilidades dentro do setting, é a capacidade do terapeuta em sobreviver ao movimento do paciente, se recordando que o objetivo da terapia winnicottiana é auxiliar o sujeito a organizar e reconhecer suas necessidades, oferecendo um ambiente favorável. Em determinado momento do desenvolvimento emocional do bebê, se faz uma fusão entre mãe-ambiente e mãe-objeto.

A primeira como a que se adapta às necessidades do bebê, enquanto a outra é atingida pelos ataques deste em busca de aliviar suas tensões pulsionais, criando-se um sentimento ambivalente, a mesma dinâmica que o terapeuta winnicottiano tem dentro do setting, mantendo-se vivo e disposto física e emocionalmente, suportando a retaliação para que o bebê possa fortalecer seu self e transformar o sentimento de culpa em sentimento de preocupação.

ISSN: 2446-8819

Se, por algum momento, a resposta for de retaliar em troca, o sentimento de culpa fica intolerável. Por isso, como Dias (2002) destaca

> No que compete àquele que cuida, sobrevier significa [...] permanecer consistentemente a mesma pessoa, com a mesma atitude, sem retaliação; significa não desanimar, não desistir da tarefa, não se vitimar, não se tornar sentimental; manter, a despeito de seus próprios estados de ânimo, os cuidados, com o bêbê ou com o paciente, orientados pelas necessidades deles e não por suas próprias necessidades. (DIAS, p. 349, 2002).

Portanto, o terapeuta winnicottiano deve se colocar no lugar do outro e trabalhar a confiabilidade, atentando-se a aspectos que possam prejudicar o processo terapêutico, como: impulsividade, moralismo, juízos morais enquanto analista. A interpretação na clínica winnicottiana também depende de diversos aspectos, como a idade emocional do paciente.

A interpretação deve ser usada quando o sujeito possui uma realidade psíquica com suas próprias fantasias e conflitos inconscientes, conseguindo se relacionar de maneira interpessoal. A interpretação no caso das neuroses pode ser uma ferramenta valiosa, mas, ainda sim, a sobrevivência dentro do setting ajudará de forma mais significativa, estabelecendo uma cooperação inconsciente.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada no referido trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Segundo Lima e Mioto (2007), este tipo de pesquisa tem o intuito de realizar uma reflexão crítica baseada no levantamento de referências teóricas existentes, as quais foram publicadas em meios impressos e eletrônicos, tais como: livros e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A teoria winnicottiana foi uma importante ferramenta no ambiente clínico, possibilitando observar a evolução do paciente, a construção do vínculo e a sobrevivência dos estagiários. Sendo, portanto, um dos grandes desafios da clínica winnicottiana, a sobrevivência diante as investidas retaliadoras dos pacientes. Segundo Elsa (2002) é preciso mostrar em atitude que permaneceremos ao seu lado, que estaremos ali para escutá-los e acolhê-los, mesmo quando nos provocarem sentimentos negativos, pois a partir deles entendemos como o paciente se sente com relação a si mesmo e ao outro.

A experiência clínica é de extremo enriquecimento pessoal para os estudantes e uma oportunidade de se vivenciar os prazeres e dificuldades de uma clínica viva, que se estrutura a partir da fusão entre paciente e terapeuta, colocando a teoria em prática e adquirindo vivências introdutórias para os futuros profissionais. É importante então tornar as vivências clínicas parte do que foi estudado na teoria.

Ao utilizar-se da teoria de Winnicott conseguimos desfrutar dentro do setting o que chamamos de atenção materna primária, não sendo uma atuação fácil, mas com o passar do semestre, parte das aflições que surgiram no início da prática vem da

ISSN: 2446-8819

expectativa criada sobre o funcionamento do setting, com o desejo de interpretar. Porém, é importante ressaltar o conceito de crescer para menor, que consiste em voltar nossos olhares para o que de fato é essencial, o acolhimento, a sobrevivência, o cuidado e o estar verdadeiramente pelo outro (DIAS, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto nesta pesquisa, observamos que os estudos elaborados por Elsa estabelecem as competências necessárias para a atuação do terapeuta winnicottiano, como a capacidade de colocar-se no lugar do outro, abster-se de julgamentos, promover um ambiente acolhedor e estabelecer um espaço de confiabilidade, que tornam-se fatores fundamentais para o processo e para a melhora na qualidade de vida do sujeito.

A autora ressalta também a importância da sobrevivência do analista no setting, enfatizando a necessidade deste sobreviver aquilo que lhe é apresentado como demanda durante as sessões, sem retaliar ou realizar julgamentos, possibilitando ao analisando um espaço confiável e acolhedor onde possa se expressar, concedendo à ele sua continuidade de ser.

Dessa forma, a autora desenvolve práticas profissionais com ênfase na psicanálise Winnicottiana, realizando análises e reflexões amplas acerca de sua fundamentação teórico-prática.

REFERÊNCIAS

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DIAS, E. O. **As competências do terapeuta winnicottiano**. 1 ed. São Paulo: DWWeditorial, 2021.

DIAS, E. O. Da sobrevivência do analista. Natureza Humana - **Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise**. São Paulo. v. 4, n. 2, p. 341-362, dez. 2002.
DIAS, E. O. O uso da interpretação na clínica do amadurecimento. **Revista Latinoamerica de Psicopatologia. Fundundamental**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 588-601, dez/ 2008.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Revista Katál, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MEDEIROS, C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. **Psicologia Clínica**, v. 26, ed. 2, p. 49–62, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/wLtHmFGfDBWy4vR5Mwdt9Nb/?lang=pt#>.

ISSN: 2446-8819

VALLER, E. H.R. A teoria do desenvolvimento emocional de D. W. Winnicott. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 24, ed. 2, p. 155-170.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A COMPULSÃO ALIMENTAR NO PACIENTE SUBMETIDO À CIRURGIA DE GASTROPLASTIA REDUTORA

Bárbara Bordinhon Mercante[1]
Rita Ferreira da Silva [2]

Palavras-chave: compulsão alimentar 1; cirurgia bariátrica 2; acompanhamento psicológico 3; primeira alimentação 4; reganho de peso 5.

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é estudo do comer compulsivo em pacientes submetidos à cirurgia de gastroplastia redutora. A relevância deste tema se dá pelo fato do Brasil ser um país com 863.086 pessoas com IMC acima de 40 kgm², ou seja, acometidos pela doença da obesidade (SBCBM, 2023, np) e um dos meios de tratamento da doença é a cirurgia popularmente conhecida como “redução de estômago”.

Muitos indivíduos submetidos ao tratamento cirúrgico da obesidade possuem o transtorno de compulsão alimentar (TCA). Ao realizarem a gastroplastia redutora solucionam questões hormonais que influenciam na compulsão por alimento, contudo o tratamento psicológico ainda é necessário para identificar as questões internas e inconscientes daquele comportamento – não modificado com o procedimento cirúrgico – mas que limita fisicamente a quantidade de alimento ingerida.

Para tanto, esta investigação acadêmica se subdivide em três eixos de estudo. O primeiro trata do contato inicial entre o indivíduo e o alimento: amamentação. O contato do leite quente com a mucosa oral nos levou ao estudo da zona de prazer oral e a busca constante pela retomada do primeiro e inigualável prazer proporcionado pela primeira mamada.

A relação do homem com o alimento foi modificada ao longo dos anos: antes era energia para sobreviver e, atualmente, intrínseca a questões de socialização. O segundo eixo debate a obesidade como doença, sem nenhum juízo estético. A funcionalidade biológica da alimentação e os modelos cirúrgicos de gastroplastia redutora foram objeto de estudo.

O terceiro eixo se comprometeu em discorrer sobre o transtorno da compulsão alimentar e a psicologia nos enlaces do procedimento cirúrgico. Esta pesquisa se deu por revisão bibliográfica narrativa de interesse.

[1] Estudante do 10º termo de psicologia, estagiária do hospital Santa Casa da Misericórdia de Ourinhos, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, barbara@unifio.edu.br.
[4] Psicóloga (UNIFIO), pedagoga (FPSJ), mestra em psicologia (UNIB), professora do curso de psicologia. Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, rita.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O prazer e a compulsão alimentar iniciam no primeiro contato com alimento: amamentação. Logo estudar a relação mãe-bebê - ou quem faz às vezes – se faz importante por ser a pessoa responsável por nomear sinais de fome e saciedade para a criança.

Winnicott nos apresenta a “mãe suficientemente boa”, que, em resumo é que possui a capacidade de se adaptar às necessidades do infante - quando absolutamente dependente dela - mas retoma seus interesses para o mundo gradualmente, possibilitando momentos de frustração para o bebê, fundamental para um desenvolvimento saudável da criança (Winnicott, [1966] 2020).

A primeira mamada – o contato de leite quente na boca – é um prazer inesquecível e inalcançável, mas que fica registrado no inconsciente e, ao longo da vida, buscamos a retomada deste primeiro prazer (Freud [1914] 2020).

O estudo da perspectiva cultural instaurada ao longo da história foi objeto de estudo e se faz relevante para entendermos como fomos do modo de vida que alimentar-se por sobrevivência, para comer desenfreadamente culminando na doença da obesidade. Em resumo, o homem foi nômade e quando pode cultivar planta e gado se fixou em um espaço de terra, a partir de então aconteceu muita evolução até chegarmos ao capitalismo. A lógica do consumo nos fez comprar ao plantar. A alimentação deixou de ser única e exclusiva para nutrição e passou a ser associada ao prazer e bem-estar, essencial em comemorações (Cascudo, 1983).

A compulsão tem o viés psicológico e o fisiológico, portanto os ensinamentos de Guyton e Hall (2017) foram fundamentais para entendermos os hormônios responsáveis pelo estímulo e inibição da busca por alimento.

A partir deste estudo chegamos à explicação fisiológica do comportamento compulsivo que, após a intervenção cirúrgica, tem a parte metabólica restabelecida devida as técnicas que podem alterar a dimensão estomacal e o trajeto do alimento no intestino.

Contudo, ainda que paciente tenha a regulação hormonal, o esquema psíquico da compulsão não é modificado cirurgicamente e para tanto foi preciso entender do que se trata a compulsão alimentar.

O TCA faz com que paciente utilize o alimento como forma de lidar com seus sentimentos (Sarubbi, 2003). Após a cirurgia o paciente perde a capacidade fisiológica de ingerir grande quantidade de alimentos, mas não aprendeu a lidar com seus sentimentos, portanto, se ele continuar com o mesmo recurso do “comer” para aliviar as angústias, muito provavelmente será acometido pelo reganho de peso e suas consequências (Sarubbi, 2003).

O paciente precisa desenvolver mecanismos para lidar com problemas e dificuldades e elaborar o luto do antigo corpo gordo. O paciente se depara com o fato de que emagrecer não é a resolução de todos os problemas, que podem até emergir após a chegada do corpo ideal (Rodrigues, Faria, 2020).

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi elaborado por revisão bibliográfica narrativa de interesse. Foram utilizados artigos, dissertações e teses atuais sobre a temática, disponíveis no Scielo e Google Acadêmico. Este trabalho não esgotou toda literatura existente na área, mas buscou fundamentos na abordagem psicanalítica sobre a relação entre a mãe e o bebê utilizando ensinamentos de Donald Woods Winnicott e sobre as fases de desenvolvimento psicossexuais, os ensinamentos deixados por Sigmund Freud.

A conceituação da doença da obesidade utilizou o Código Internacional de Doenças na sua décima edição (CID-10) e diretrizes apresentadas pela sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM). Para os temas que apresentavam mais densidade médica em fisiologia humana, foram os ensinamentos de Gyton e Hall no livro “Tratado de Fisiologia Médica” que nos socorreu. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno em sua quinta edição (DSM-V) foi utilizado para definir o transtorno do comer compulsivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O relacionar-se com a comida começa antes mesmo da comida, na relação com a pessoa que lhe concede o alimento, que além de comida proporciona ao bebê a sensação de segurança e conexão, bem como a mesma pessoa lhe apresenta os primeiros sentimentos de frustração, que também é necessário para o desenvolvimento saudável da criança, que percebe que apesar da angústia não se desmantela (Winnicott, 1966 [2020]).

Foi possível entender que o prazer único e inigualável que advém do primeiro contato do leite quente com a cavidade oral fica gravado de forma inconsciente, e desta feita busquemos de outras formas atingi-lo, por isso é possível relacionar o ato de roer unhas, fumar, beber e comer com a fixação inconsciente pela busca da retomada daquele prazer (Freud [1914] 2020).

Contudo, quando o indivíduo possui a fixação pela busca por alimento ele pode chegar a um ganho de peso desproporcional e atingir a obesidade, uma doença, que deve ser vista além das discussões estéticas, mas sobre saúde.

Sendo obeso, após investigação clínica multidisciplinar, surge a possibilidade de submeter o paciente ao tratamento cirúrgico da doença da obesidade. Contudo, ainda que o paciente solucione com certa rapidez o problema de acúmulo de gordura corporal por consequência hormonal, não soluciona o comportamento compulsivo de buscas constantes por alimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, a obesidade se trata de uma doença multifatorial que atinge questões físicas e emocionais. A simples submissão do paciente ao tratamento cirúrgico não significa o sucesso do procedimento a longo prazo, pois fatores psicoemocionais podem leva-lo ao reganho de peso.

Portanto, após o procedimento cirúrgico, o acompanhamento psicológico reforça as chances de sucesso no tratamento: não mais comer seus sentimentos e

ISSN: 2446-8819

angustia, mas desenvolver outros recursos para lidar com as angustias que são percebidas após a solução da “angustia maior” – obesidade – o psicólogo é o profissional adequado para acompanhar esta descoberta emocional.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, L. C. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FREUD, S. **Introdução ao Narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos** (1914-1916); tradução e notas Paulo César de Souza – São Paulo: Companhias das Letras, 2016.

FREUD, S. **Obras completas, volume 6: três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O caso dora”) e outros textos** (1901-1905); tradução Paulo César de Souza. 1ª ed. – São Paulo: companhia das letras, 2016.

GUYTON, A.C. e Hall J.E.– **Tratado de Fisiologia Médica**. Editora Elsevier. 13ª ed., 2017.

SARUBBI, Etefânia Bojikian. Uma **abordagem de tratamento psicológico para a compulsão alimentar.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campo Grande, 2003. Orientadora: Regina Célia Ciriano Calil. Bibliografia: f. 135-141.CDD - 616.8526.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIRURGIA BARIÁTRICA E METABÓLICA (SBCBM). **Obesidade atinge mais de 67 milhões de pessoas no Brasil em 2022**. 03/03/2023. Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM). https://www.sbcbm.org.br/obesidade-atinge-mais-de-67-milhoes-de-pessoas-no-brasil-em-2022/. Último acesso em 04/06/2023.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Ubu Editora.

WINNICOTT, D. W. **Bebês e suas mães**. São Paulo: Ubu Editora.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A INFLUÊNCIA DA TRANSMISSÃO PSÍQUICA GERACIONAL NO DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL DA CRIANÇA

Amanda Machado Nobile[1]
Ricardo da Silva Franco [2]

Palavras-chave: Desenvolvimento psíquico; Desenvolvimento emocional; Transmissão psíquica; Transgeracional; Intergeracional.

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz contribuições de Donald Woods Winnicott e René Kaës, eles são dois importantes teóricos da psicanálise e suas obras abordam diferentes aspectos dentro desse campo. No entanto, há algumas conexões e pontos de intersecção entre suas ideias, que iremos explorar.

O psicanalista britânico Winnicott, enfatizou a importância das relações iniciais e do ambiente no processo de formação e desenvolvimento emocional, explorou temas como desenvolvimento psíquico, saúde, maturidade e crescimento emocional e escreveu sobre a "teoria do desenvolvimento emocional que demarcava a importância do papel da família e do ambiente nesse processo" (SEI, 2011, p. 35). Segundo Winnicott, para um crescimento saudável, o indivíduo precisa socializar e se identificar com o meio em que vive, considerando tanto fatores pessoais quanto ambientais e vai abordar esse tema que é primordial para o desenvolvimento emocional, dividido em três categorias: dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência.

René Kaës, psicanalista francês, concentrou seus estudos na psicanálise de grupo e na transmissão psíquica intergeracional. Ele observou como as dinâmicas familiares e os laços transgeracionais influenciam o funcionamento psíquico dos indivíduos e como as experiências, fantasias e traumas não resolvidos podem ser transmitidos entre as gerações. Para Kaës a transmissão psíquica ocorre quando conteúdos emocionais, traumas e experiências não elaboradas são transmitidos de uma geração para outra de forma inconsciente. Isso pode levar a padrões repetitivos e comportamentos desconcertantes nas famílias. Para ele existem duas formas de transmissão psíquica: a transgeracional e a intergeracional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O estágio inicial do desenvolvimento emocional é marcado pela dependência absoluta do bebê em relação à mãe e ao ambiente. A mãe ou cuidador principal desempenham um papel crucial nesse estágio, oferecendo cuidados físicos e emocionais para atender às necessidades do bebê. Esse estágio é o período logo após o nascimento em que o bebê é totalmente dependente dos cuidados ambientais, isso quer dizer que o bebê depende totalmente de um adulto para todo e qualquer

ISSN: 2446-8819

cuidado necessário para mantê-lo vivo, e o desenvolvimento e amadurecimento dependem desses cuidados “Há uma dependência absoluta em relação ao ambiente físico e emocional.” (WINNICOTT, 2023, p. 16). Nessa fase a dedicação materna é fundamental para o crescimento emocional saudável, e a mãe fica em um estado que Winnicott vai chamar de “preocupação materno primária” em que ela volta toda a atenção ao bebê, se devotando totalmente para que os cuidados e necessidades sejam supridas, e essa total entrega dura poucos meses após o nascimento.

À medida que a criança cresce, ocorre uma transição da dependência absoluta para a dependência relativa, onde o bebê começa a perceber a mãe como necessária, mas ainda enfrenta tensões quando separado dela. À medida que a criança se desenvolve, ela passa pelo estágio "rumo à independência", tornando-se mais independente da figura materna e do ambiente cuidador. Segundo Winnicott, a mãe deve oferecer "holding" (sustento emocional) e "handling" (manejo físico) durante todo o desenvolvimento da criança, proporcionando um ambiente seguro e permitindo que a criança se sinta protegida e acolhida. Através desses cuidados, a mãe possibilita experiências que ajudam a criança a aprender a lidar com o mundo e a desenvolver uma identidade própria.

Sobre a transmissão psíquica geracional, Kaës vai dizer que a transmissão psíquica transgeracional envolve a transmissão de conteúdos de difícil elaboração, como segredos familiares e experiências traumáticas que a psique não deu conta de compreender as informações, assimilar e integrar, impossibilitando a atribuição de um significado a essas vivências. Esses conteúdos são mais densos e são transmitidos de forma bruta por não ter tido a oportunidade de ser elaborados, não possibilitando transformações, afetando indiretamente as vidas das gerações futuras. Já a transmissão psíquica intergeracional de Kaës envolve a passagem de elementos psíquicos, como ideais, mecanismos de defesa e identificações, que contribuem para a manutenção do bem-estar emocional entre as gerações. Essa transmissão tem a função de sustentar e garantir a continuidade dos vínculos emocionais e a complexidade das formas de vida. São elementos transmitidos de forma consciente e são passíveis de elaboração.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado uma revisão bibliográfica sobre a teoria do desenvolvimento emocional de Winnicott e a transmissão psíquica geracional de Kaës em livros e artigos científicos, reunindo os principais conceitos que têm relação com o tema para fazer a análise da série The Act a partir do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por mais que mãe e ambiente são fundamentais para o desenvolvimento do bebê algumas falhas vão acontecer e Winnicott considera saudável passar por essas experiências de frustração, pois possibilita a capacidade em lidar com a realidade e angústia, ele vai dizer que não existe mãe perfeita e sim “mãe suficientemente boa”. Winnicott enfatiza que a independência completa não existe; em vez disso, a saúde emocional envolve uma relação de interdependência entre o indivíduo e o ambiente.

ISSN: 2446-8819

No entanto, nunca seremos completamente independentes, e é essencial ter passado por um ambiente seguro e acolhedor para conquistar essa independência de forma saudável.

Na teoria de Kaës, para evitar que problemas não resolvidos ou conflitos passem adiante é essencial que os indivíduos da geração intermediária enfrentem e processem essas questões, de modo que o material psíquico transmitido seja transformado de maneira saudável antes de ser transmitido aos seus descendentes. Esse processo de metabolização é fundamental para quebrar padrões negativos e promover um melhor funcionamento psíquico nas gerações futuras.

A terapia familiar psicanalítica oferece uma oportunidade para compreender e processar essas influências transgeracionais e intergeracionais. Através desse tipo de terapia, busca-se ajudar as pessoas a explorar suas dinâmicas familiares e superar obstáculos emocionais, promovendo um maior entendimento de si mesmas e de seus relacionamentos familiares. A conscientização dessas influências é essencial para interromper ciclos negativos e promover uma maior saúde emocional nas gerações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da série The Act, em português O Ato, a partir das teorias apresentadas. A série é baseada em fatos reais e conta a história de Gypsy, uma menina que acredita ter sérios problemas de saúde. A mãe, Dee Dee, manteve a filha na condição de doente, vivia em uma cadeira de rodas, com a cabeça raspada, era medicada diariamente e totalmente infantilizada, se vestia como uma criança pequena e sempre carregava bichinhos de pelúcia, mesmo já sendo uma adolescente. Com isso Dee preservava a condição de total dependência da filha aos seus cuidados, mas tudo não passava de uma mentira que a mãe contava e fez com que ela acreditasse ao longo de sua vida. Quando Gypsy descobre a farsa, ela planeja e realiza o assassinato da mãe.

REFERÊNCIAS

CORREA, O.B.R. (Org). (2000). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta.

FRANCO, R. S., SEI, M. B. Segredo familiar e os recursos artísticos-expressivos na psicoterapia familiar: Um estudo teórico-clínico. **Psicologia: Teoria e Prática***, 21*(1), 282-296. São Paulo, SP, jan.-abr. 2019.

GOMES, I. C. Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: um relato de caso. **Boletim de psicologia**, Vol. LV, nº 123: 177-188. 2005

GOMES, I. C., & ZANETTI, S. A. S. Transmissão psíquica transgeracional e construção de subjetividade: relato de uma psicoterapia psicanalítica vincular. **Psicologia USP**, *20*, 93-108. 2009

ISSN: 2446-8819

HENRIQUES, M. I. G., & GOMES, I. C. Mito familiar e transmissão psíquica: uma reflexão temática de forma lúdica. **Psychê**, *9*(16), 183-196. 2005

KAËs, R. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001

KAËS, R. **Os Dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração**. In: A. Eiguer (Org). A transmissão do psiquismo entre gerações. (pp. 5-19). São Paulo: Unimarco. 1998

PRADO, M.C.A. (2000). Questões edípicas na inversão de gerações. **Psicologia Clínica***, 2,* 1, 147-169.

RAMOS, M. (2006). **Introdução à terapia familiar**. São Paulo: Claridade.

SEI, Maíra Bonafé. **Arteterapia e psicanálise**. São Paulo: Zagadoni, 2011.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação:** Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, Donald W. **Tudo Começa em Casa**. São Paulo: Ubu, 2021.

WINNICOTT, Donald W. **Processos de amadurecimento e o ambiente facilitador:** Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. São Paulo: Ubu, 2022.

WINNICOTT, Donald W. **Familia e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Ubu, 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A PARANOIA E SEUS CONTORNOS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA: UM ESTUDO DE CASO NO SERVIÇO-ESCOLA DE PSICOLOGIA

Aline Quennehen Vieira[1]
Camila Silva Beguetto[2]
Luiz Eduardo Daldegan Camargo[3]
Mariana Coppi Martins[4]
Milena Dos Santos E Costa[5]
Rhuan Felipe Sales[6]
Vinicius Resende Mandolini Barone[7]
Mayara Aparecida Bonora Freire[8]

Palavras-chave: Psicoterapia, Psicose, Psicanálise, Psicologia, Paranoia.

INTRODUÇÃO

S. Freud, o fundador da teoria psicanalítica, se fundamentou em três estruturas principais formativas da personalidade humana, sendo elas a Neurose, Psicose e Perversão. Neste estudo de caso específico, concentramos nossa análise na psicose na clínica psicanalítica.

O caso analisado é de uma mulher, chamada A M, nascida na zona rural próxima de Apucarana, PR. Ela é a mais velha de 4 irmãos e viveu no sítio até os 18 anos, tendo um forte apego ao pai. A M teve episódios marcantes em sua infância, como brincar de atirar com um revólver em latas e presenciar a morte de seu cachorro atropelado.

[1] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: 266667@unifio.edu.br
[2] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: camila@unifio.edu.br
[3] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: daldeganluiz@gmail.com
[4] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: 259095@unifio.Edu.br
[5] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email:milena.costa@unifio.edu.br
[6] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email:rhuan@unifio.edu.br
[7] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: 257788@unifio.edu.br
[8] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06).

ISSN: 2446-8819

Aos 18 anos, mudou-se para Apucarana, onde se casou aos 22 anos, mas considera o casamento um "deslize". Permaneceu casada por quase 30 anos, pois não sabia o que faria se não estivesse casada. Tem uma filha de cerca de 37 anos. Em 1984, teve sua "pior crise" com pensamentos obsessivos, isolamento e depressão, sendo testemunhada por sua filha. Atualmente, A M mora na casa dela com seu genro.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste presente trabalho, tem-se por escopo a Psicose enquanto uma formação de completa diferença em relação a Neurose. No artigo *A construção do conceito de psicose de Freud a Lacan e suas implicações na prática clínica (2018)*, se transparece esta diferença desde seu trabalho inicial como:

> Freud (1894/1996) elucida que na psicose o ego rejeita a representação incompatível com o seu afeto e age como se essa representação nunca tivesse existido, tudo isso graças ao seu desligamento da realidade. Por isso, no caso da psicose, trata-se, conforme Freud (1894/1996, p. 64), de "uma espécie de defesa muito mais perigosa e bem-sucedida", apesar de seu retorno a partir do real (alucinatório e delirante). (Silva; Castro, 2018, p. 147)

A realidade para o neurótico está relacionada à sua vivência libidinal e às restrições impostas pelo recalque e a castração. Na psicose, essa impossibilidade cria uma "realidade paralela" através de formações delirantes, onde o desejo libidinal busca satisfação fora da realidade.

> Em 1924, Freud publicou dois textos em que muito se dedicou a discutir a questão da psicose: foram os textos intitulados "Neurose e psicose" (1924a/2011) e "A perda da realidade na neurose e psicose" (1924^2011). Nesses textos, Freud demarca uma diferenciação entre a neurose e a psicose já a partir da segunda tópica, em que há um esforço para atender às necessidades do id e do superego. Para ele, tanto na neurose como na psicose, há conflitos na relação do sujeito com o mundo externo, mas os mecanismos e as consequências serão diferentes nos dois casos. Na neurose, os conflitos se referem à relação entre o ego e o id e, na psicose, há conflito entre o e o mundo externo/social. Na neurose, o ego recorre ao mecanismo do recalque, a fim de barrar os impulsos do id, ocasionando um distanciamento da realidade pulsional. Diferentemente da neurose, na psicose há uma rejeição radical da realidade social. (Silva; Castro, 2018, p. 149)

Com esta concepção, dentro da segunda tópica se concebe que as pulsões do Id ao serem refreadas pelo impedimento da realidade, na neurose, se forma a fantasia, ou, aquilo que poderia ser, enquanto no estatuto da psicose, funda-se através do delírio o que é (para o sujeito da psicose), mesmo não sendo (para o sujeito da neurose).

> Na psicose, há uma primazia do id em suas manifestações subjetivas devido à fuga do ego em relação ao mundo externo/social. Por isso, Freud (1924^2011, p. 196) enfatiza que "a neurose não repudia a realidade, apenas a ignora; a psicose a repudia e tenta substitui-la". (Silva; Castro, 2018, p. 149)

ISSN: 2446-8819

Na literatura pós-freudiana, Jacques Lacan reatualiza a discussão do campo da psicose, de forma a complementar a teoria freudiana. Lacan se apropria de um termo jurídico foraclusão, que significa o que não foi incluído, onde a lei é abolida, para explicar a estrutura psicótica. Em sua formulação, mais três instâncias se definem junto à estrutura do sujeito, O Real, O simbólico e o Imaginário.

A partir da castração e instauração do significante do nome do pai, passamos a simbolizar, a relacionar com o desejo em outro nível, porém existe uma estrutura que passa de outra forma, e não faz a introjeção do significante do nome do pai, que é a estrutura psicótica.

A importância do diagnóstico nas entrevistas preliminares é destacada por Quinet (2009) como direcionador do tratamento do sujeito psicótico. O manejo desse paciente é diferente do neurótico, pois certos pontos de sua realidade não podem ser contestados. Lacan (1953) propõe que o analista atue como secretário do alienado, acolhendo e auxiliando o analisando a organizar suas demandas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização do processo diagnóstico de A M, foram realizadas 27 sessões de análise no CEPP (Centro de Estudos e Práticas em Psicologia) que ocorreram no período de 8 meses, durante esse período A M faltou 2 vezes. A M é acompanhada na clínica escola desde 2014 (nove anos). Foi utilizado como recurso o método psicanalítico e suas técnicas. O método psicanalítico é um método investigativo, que consiste em uma investigação acerca da queixa apresentada pelo sujeito, que tem como objetivo proporcionar a utilização dos seus recursos psíquicos para novos efeitos de desejo (Soller, 1989)

A clínica escola é dividida por núcleos e cada núcleo tem a sua linha teórica, que norteia o tratamento do sujeito. No caso em específico a A M é acompanhada no núcleo de estágio “Psicanálise do Campo de Freud a Lacan”.

É importante ressaltar que, quando se apresenta um estudo de caso, a identidade do sujeito precisa e deve ser preservada. Portanto, o nome do paciente que está sendo discutido é fictício.

Um dos pilares do tratamento analítico é a transferência, ela é o motor da análise, pois ela é da ordem da conexão, da articulação entre o analista e o analisando, o analista surge como o destinatário do discurso do paciente. Para além da conexão do paciente com o analista, a transferência também conecta o paciente com a sua própria falta, com o seu sintoma, é ela que faz com que a análise ande, a transferência impulsiona a análise, ela é a mola propulsora (Baratto, 2010).

O material utilizado para a realização desta pesquisa compõe-se de livros físicos que dizem respeito à teoria psicanalítica, busca em base de dados virtuais, como os portais ScieElo, Lilacs, PePsic e google acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A M recorreu ao processo análitico por conta da sua dificuldade de dormir, relata que não consegue dormir pois tem muitas “falações” (sic) em sua cabeça,

ISSN: 2446-8819

pensamentos, mas não só, relata que é uma pessoa muito “nervosa” (sic), ansiosa e no percurso das sessões a partir de seus relatos foi notado uma grande paranóia com os outros, sintoma este que é característico na psicose de submodalidade paranóica, pois na paranóia é muito relevante, radical e latente o mecanismo da projeção, que seria esse mecanismo de deslocar para o outro aquilo que não conseguimos reconhecer como nosso, é sempre o mundo externo “que não deixa, que me persegue, que me proíbe” (Quinet, 2006). A vida de A M é recheada de episódios nos quais outro a persegue, ou que é o outro que a não deixa dormir. Esse outro, em alguns momentos, foi o vizinho que a não deixava dormir, pois “saía passear com 9 cachorros durante a noite” (sic), ou era o outro vizinho que “tinha uma filha esquizofrênica que subia no muro às duas da manhã e fazia barulhos”, (sic) outras vezes foi o seu próprio cachorro que “latia durante a noite” (sic) e atrapalhava seu sono.

Durante o percurso de análise foi possível observar a dinâmica da transferência com o sujeito psicótico pois diferente do sujeito neurótico o sujeito psicótico pode trazer elementos fundamentais para a estabilização dos seus sintomas, sendo assim o que cabe ao analista é, como diz Lacan (1956), ser secretário do alienado, o analista deve acreditar, conter, organizar a demanda do psicótico. A partir disso, a transferência com A M se deu sempre na transferência anônima, e aos redores do discurso do mestre, que uma hora ou outra deve intervir para secretariar, organizar a demanda do analisando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de caso, foi analisado o processo psicanalítico de A M, uma mulher de estrutura psicótica. Destacam-se as principais diferenças entre psicose e neurose, enfatizando a rejeição radical da realidade social na psicose. Jacques Lacan complementou a teoria freudiana ao introduzir a foraclusão na estrutura psicótica, enfatizando o papel do significante do nome do pai. O tratamento do sujeito psicótico requer um manejo específico, permitindo questionar a própria realidade e entendendo o delírio como uma tentativa de cura. No caso de A M, foram revelados sintomas de paranoia, projeção de conflitos e dificuldade para dormir. Na psicose, o analista atua como secretário do alienado, contribuindo para a estabilização de seus sintomas ao longo da análise. Dessa maneira, conclui-se que o estudo da psicose é desafiador, mas essencial na clínica psicanalítica, e que o tratamento analítico pode ser efetivo para auxiliar o sujeito psicótico a se organizar, cabendo ao analista um trabalho de secretário do analisando.

REFERÊNCIAS

BARATTO, Geselda. **Genealogia do conceito de transferência na obra de Freud**: IN: Estilos da clínica: Vol 15. N° 1, p, 228-247.

HERMAN, Fábio. **O método da psicanálise**. IN: O que é Psicanálise. São Paulo: Editora Brasiliense s.a, 1983. p. 17-28.

ISSN: 2446-8819

LACAN, J. (1956) **XVI Secretário do alienado**. IN: Seminário 3, as psicoses. 2° ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 235-243

MILLER. Dominique. **As três transferências**. In: BARROS. Manuel. Clinica lacania: Casos clínicos do campo Freudiano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 44 a 50.

QUINET. Antônio**. Função das Entrevistas Preliminares**. IN: 4 + 1 Condições de Análise. 12° ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 13-34

_____, Antonio. **O Um paranóico e a Verhaltung**. IN: Psicose e Laço Social. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p, 91 a 106.

_____, Antonio. **Psicose uma estrutura clínica**. IN: Teoria e Clínica da Psicose. Rio de Janeiro: 3° Ed. Forense Universitária, 2006, p, 3-26.

SILVA, B. S. & CASTRO, J. E. A construção do conceito de psicose de Freud a Lacan e suas implicações na prática clínica. **Analytica**. São João del-Rei, v. 7, n. 13, p. 147-149, jul-dez. 2018.

SOLER, C. "O que posso esperar"…De uma psicanálise In: SOLER, C. **A psicanálise na civilização.** 1 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 465-474.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A PROBLEMATIZAÇÃO DA PSEUDOCIÊNCIA E SEU IMPACTO NA VIDA DOS SUJEITOS

Guilherme do Prado [1]
Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda[2]

Palavras-chave: Ciência; Pseudociência; Saúde; Social;

INTRODUÇÃO

O presente artigo inicia abordando as definições de ciência e a pseudociência utilizando autores como Popper, Sagan, Hansson, Kuhr, e diversos autores que contribuem com a filosofia da ciência. Dentre os objetivos do artigo pretende debater assuntos como demarcações sobre a ciência e pseudociência a fim de demostrar os impactos que a utilização de recursos que se dizem científicos causam na vida social, física e mental dos sujeitos envolvidos.

Ao longo da monografia é discutido assuntos como os locais onde se encontram a pseudociência como no SUS e no sistema jurídico, os motivos das procuras por essas pseudociências, como a utilização de recursos e promessas falsas e as consequências da utilização e o não debate dessas práticas pseudocientíficas, onde os próprios sujeitos que acreditam estar sendo tratados permanecem em anos de tratamentos sem evidencias de melhoras, comprometendo sua qualidade de vida diante a métodos mais eficazes e respaldados por evidências.

Ao findar do trabalho é proposto algumas considerações sobre a possibilidade de aumento a divulgação cientifica, principalmente nas áreas de saúde, as quais exigem que um tratamento de fato propõe alguma intervenção.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Iniciamos a definição de ciência com Junges (2019) dizendo para conceitualização de uma ciência humana é preciso uma lógica de argumentação e utilizar da retórica para que os campos comecem a ser construídos. Seguindo nessa lógica partimos que a ciência caminha de mãos dadas com a ética, e Segundo Dias (2021) não é possível fazer ciência sem ambas não estejam alinhadas. Nesse mesmo artigo é colocado a responsabilidade do pesquisador em se comprometer com uma descoberta, algo que o público leigo não preciso saber, mas quem formandos que utilizam de recursos sem uma metodologia cientifica deixa sujeito a um prejuízo social, físico e mental dos usuários de suas teorias.

[1] Graduando em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, guilherme.prado@unifio.edu.br
[2] Psicólogo (UNESP), mestre em saúde coletiva (UERJ), professor do curso de Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, neiviniciusmiranda@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

Ao longo da apresentação caminhamos para os critérios utilizados por Hansson (1983) com uma lista de multicritérios para a definição de uma pseudociência. O qual é complementado por Ferreira (2021) a qual acrescenta mais demarcação para o que seria a pseudociência.

Por fim, é debatido onde encontram, as causas e a problematização das pseudociências, onde é apresentado as terapias disponíveis no SUS, a utilização de constelações familiar no sistema jurídico e a ausência de evidência e o prejuízo aos sujeitos que aderem a essas práticas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se deu por pesquisa bibliográfica sendo os materiais utilizados retirados de sites como Scielo, Google Acadêmico, livros e revistas acadêmicas. É utilizado diversos artigos com base nos quais falavam especificamente palavras chaves como pseudociência, ciência e psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante o trabalho apresentado é possível notar a dificuldade de demarcações com a ciência e com a pseudociência, no entanto os critérios utilizados para a pesquisa se dizem promissores para uma prática na saúde que consiste em ética e método cientifico.

> (...), todavia, acredita que tal ética pode também ser classificada como uma ética da responsabilidade, já que exige e pressupõe a responsabilidade do sujeito. Exige responsabilidade, porque não deixa que esta recaia apenas sobre uma autoridade, mas que seja compartilhada por todos. (FERRIOL, 2006, p. 180).

A ciência ao ser compartilhada, faz com que busque novos argumentos, possibilidades, práticas que baseiam no que há de melhor naquele momento no mundo presente, fazendo com que práticas passadas sejam refutadas ou deixadas de lado por um novo argumento que trará maiores benefícios.

> O importante é que as teorias sejam comprovadas seguindo critérios rígidos, metodologias adequadas e publicadas em periódicos de circulação internacional, para que outros pesquisadores possam tentar repetir os experimentos e modelos. Se algo novo é proposto ou descoberto, o primeiro passo do cientista é tender ao ceticismo, repetir o experimento, verificar possíveis falhas, buscar explicações alternativas. (KNOBEL M, p.8, 2008).

Para além de neopositivismo, o trabalho apresenta críticas a diversas áreas acadêmicas nas quais não esperam somente evidencias que partem de uma experimentação, mas que o debate seja através de uma ciência que utilize das melhores evidencias presentes no momento histórico presente.

> Quando uma afirmação está apoiada em uma quantidade suficiente de provas, ela está epistemicamente justificada. Provas suficientes são aquelas

ISSN: 2446-8819

> que tornam uma crença segura, pois fornecem boas razões para se pensar que a hipótese proposta é provavelmente verdadeira. A ciência ser a prática que fornece as afirmações mais confiáveis significa que ela é a que apresenta as melhores e mais robustas provas sobre seus objetos de estudos. Controles e ajustes são constantemente feitos para se aproximar cada vez mais de uma descrição adequada da realidade. (FERREIRA, p.6, 2021).

Como colocado pela autora, a ciência que deve ser defendida não limita a uma ciência dura e positivista, na qual somente a base empírica deve ser reformulada, mas para uma possibilidade de atuação em todos campos acadêmicos é preciso uma demarcação para que teorias sejam refutadas e que pseudociências sejam escancaradas a fim de objetivos para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar do trabalho, é perceptível modificações de grades de universidades e principalmente em faculdades de saúde onde pouco se conhece de metodologia, é preciso utilizar de como ler um artigo cientifico, identificar o que são amostras e testes que, no caso, áreas da saúde como psicologia, enfermagem, medicina, fisioterapia necessitam. Em campos como a filosofia o debate e a argumentação retórica, a demonstração de argumentos que tentam chegar na realidade atual é imprescindível para que possamos continuar evoluindo como ciência.

Os poucos debates presentes nas áreas sobre novas intervenção e movimentos novos sem que a ciência tenha medo de mudar é preciso, refletir sobre sistemas que permanecem ainda sendo utilizados como recursos quando atualmente existem evidências de tratamentos melhores é antiético e anticientífico.

REFERÊNCIAS

DIAS, E. DE A. Ciência e ética em Popper: a ética da responsabilidade dos cientistas. **Trans/Form/Ação**, v. 44, n. 3, p. 81–100, jul. 2021.

FERREIRA, C. de M. C. Será a psicanálise uma pseudociência? Reavaliando a doutrina utilizando uma lista de multicritérios. **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1–33, 2021. DOI: 10.25118/2763-9037.2021.v11.58. Disponível em: https://revistardp.org.br/revista/article/view/58. Acesso em: 3 ago. 2023.

FERRIOL, A. M. Ética médica como ética aplicada em perspectiva popperiana. In: **CONGRÉS VALENCIA DE FILOSOFIA**, XVI. Valencia, Facultat de Filosofia i Ciéncies de l'Educación, 6,7 i 8 d'abr. 2006. Valencia: Universitat de Valencia, 2006, p. 179-189. Disponível em http://roderic.uv.es/handle/10550/46973. Acesso em: 02 ago. 2023.

Hansson, Sven Ove. 1983. **Vetenskap och ovetenskap**. Stockholm: Tiden.

JUNGES, J. R. Falácia dilemática nas discussões da bioética. Revista **Bioética**, v. 27, n. 2, p. 196–203, abr. 2019.

ISSN: 2446-8819

KNOBEL M. Ciência e pseudociência. Revista **física na escola**, nº 1, volume 9, ano 2008. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/fne/Vol9/Num1/pseudociencia.pdf. Acesso em Agosto de 2023

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) EM CRIANÇAS QUE POSSUEM DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Thais Carneiro de Mello Jorge[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras chaves: Espectro; Autismo; Atraso; ABA; Comportamental; Análise.

INTRODUÇÃO

Como uma abordagem cientifica, ABA é definida como um método para avaliar, explicar e modificar comportamentos baseados nos princípios do condicionamento operante introduzidos por B.F Skinner (SKINNER, 1953). Ou seja, ela explica e modifica o comportamento humano. Dessa maneira, a Análise do Comportamento Aplicada procura intervenções derivadas dos comportamentos do sujeito. Nos casos de crianças com TEA, a Análise do Comportamento Aplicada inicia uma série de procedimentos para desenvolver intervenções que vão auxiliar o sujeito com relação as demandas que possui, seja ele em sua comunicação, em suas habilidades, em seu convívio social ou no seu desenvolvimento. Sendo assim, podemos dizer que a avaliação na Análise do Comportamento é algo para investigar e descobrir o comportamento do sujeito, é descobrir as suas habilidades ou os déficits que possui, é descobrir déficits comportamentais do mesmo.

Dessa maneira, irá ser apresentado, com extrema importância, os atrasos/prejuízos no desenvolvimento do sujeito e todo o acompanhamento que é necessário para o desenvolvimento de habilidades em que o sujeito possui esse atraso/prejuízo.

O objetivo desse projeto será apresentar o que é o Transtorno Espectro Autista e a eficácia da ABA em crianças com o diagnóstico do TEA. Irei discorrer sobre a utilização da Análise do Comportamento Aplicada e o seu acompanhamento no desenvolvimento do sujeito, auxiliam nos possíveis atrasos e prejuízos no sujeito e no seu desenvolvimento.

É importante relembrar que, por um tempo a “causa” do autismo foi relacionada às vacinas como a contra sarampo, caxumba e rubéola ou qualquer outra vacina que era dada na infância do sujeito. Não há evidencias que comprovem a relação dessas vacinas ao autismo. Afirma-se que as pesquisas realizadas anteriormente que utilizaram esses dados, foram feitas com erros metodológicos.

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. E-mail: 259246@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

Conforme o DSM-IV-TR (APA, 2002) o autismo passou a ser descrito em três dificuldades características, sendo elas as dificuldades de interação social, déficits na comunicação e comportamentos repetitivos, restritos e estereotipados.

O sujeito possui habilidades comunicacionais pequenas, habilidades sociais bastantes limitadas, interesses restritos e comportamento repetitivos. Como o Transtorno Espectro Autista não é um transtorno que possui um único déficit ou comprometimento no desenvolvimento, o seu diagnóstico e seu acompanhamento também não é único. Para acompanhamento do sujeito diagnosticado com TEA, precisa-se de um acompanhamento multidisciplinar, com diversos profissionais de diferentes áreas que visam o mesmo objetivo.

Dentre esses profissionais, temos psicólogos que utilizam a Análise do Comportamento Aplicada (ABA). A Análise do Comportamento Aplicada elabora diversas estratégias de ensino para desenvolver-se junto ao sujeito.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Transtorno do Espectro Autista é contemplado como uma condição que pode afetar sujeitos de diversas culturas e raças, possuindo déficits na comunicação verbal e não verbal, na comunicação social verbal e não verbal e nas relações sociais. O DSM-5 implantou níveis de gravidade do TEA em que são divididos em 3 níveis, sendo o primeiro nível em que a gravidade do TEA precisar de um suporte, o segundo nível requer um suporte grande e o terceiro nível precisa de um suporte intenso. Esses níveis são separados de acordo com os déficits que o sujeito possui. (DSM-5; APA, 2013).

O autismo não pode ser apresentado como um transtorno que possui seus sintomas, seus atrasos e suas especificidades de maneira igual para todos os sujeitos, pois cada sujeito possui uma história individual, um atraso no desenvolvimento único e dificuldades individuais, e com isso a sua intervenção acaba sendo desenvolvida de maneira única de acordo com as necessidades que o mesmo possui.

O Transtorno Espectro Autista possui alguns sinais comuns em bebes e crianças, os quais apresentam dificuldades ou atrasos, sendo alguns deles: dificuldades de contato visual e interação social, atraso na fala, não atendem quando são chamados, não imitam atitudes e comportamentos simples, dificuldade de controle motor e movimentos estereotipados e/ou atípicos.

A Análise do Comportamento Aplicada é a aplicação das produções cientificas da Análise do Comportamento. O seu tratamento é baseado em um período longo de pesquisa na área da aprendizagem e as intervenções são delimitadas de acordo com cada sujeito e a sua necessidade. Com ela podemos aumentar comportamentos que facilitem a autonomia do sujeito, realizar intervenções que melhoram a interação social, ações que auxiliam na redução de comportamentos indesejados, como por exemplo comportamentos agressivos e auto lesivos

Com relação a eficiência e da função na vida do sujeito, a Análise do Comportamento Aplicada, dentre tantas outras funções, possui como objetivo a busca pela melhoria na vida do sujeito, aquisição de autonomia e independência, desenvolvimento e fortalecimento de habilidades e desenvolvimento de comportamentos funcionais.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa será pautada em livros que citem sobre o autismo, o Transtorno Espectro Autista, a Análise do Comportamento Aplicada, o prejuízo na comunicação, a linguagem do sujeito, a interação social e a dificuldade no desenvolvimento social do sujeito com autismo. Pesquisas serão feitas em artigos que dissertem sobre o Transtorno Espectro Autista e a utilização da Análise do Comportamento Aplicada. O projeto será norteado pela obra de Ana Carolina Sella e Daniela Mendonça Ribeiro (2018), no que se refere a Análise do Comportamento Aplicada no Brasil e ás pessoas com Transtorno Espectro Autista, que merecem receber tratamentos efetivos.

Portanto, para realizar o projeto de pesquisa utilizaremos dois livros: Analise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista(2018) e Analise do Comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos(2013) essas obras serão ligadas com o tema do projeto; também serão utilizados artigos científicos e pesquisas em geral, a partir de 2000 até o ano de 2023, que citem sobre o espectro autista através da visão e contribuição da Análise do Comportamento, o prejuízo na comunicação, os déficits de habilidades e desenvolvimentos e a utilização da Análise do Comportamento Aplicada em crianças com autismo. Foi utilizado como critério de exclusão a abordagem teórica, pois foi analisado e pesquisado apenas com enfoque na Análise do Comportamento.

A pesquisa será construída a partir das palavras chaves: autismo, espectro, comportamento, intervenção, linguagem, comunicação, desenvolvimento, habilidades. O seu referencial teórico será pautado em obras cientificas, com a intenção de apresentar os temas discorridos no trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com toda a pesquisa levantada através de livros e artigos que citam o tema, pode-se analisar que é de suma importância toda a pesquisa, pois através dela consegue-se entender melhor sobre o Transtorno Espectro Autista, desde seu diagnostico até seus prejuízos e atrasos no desenvolvimento e sobre a Análise do Comportamento Aplicada, desde seus estudos e objetivos até ao trabalho com crianças que possuem o diagnóstico do TEA. Conseguiu-se estabelecer uma ligação entre a Análise do Comportamento Aplicada e o desenvolvimento de habilidades de crianças com o diagnóstico do Transtorno Espectro Autista adquiridos através de todo planejamento realizado no início do acompanhamento do profissional da psicologia com a criança diagnosticada com TEA, podendo ser elas: aquisição ou melhor desenvolvimento de uma fala funcional, habilidades sociais, desenvolvimento de autonomia, dentre outras já apresentadas.

Foi apresentado pontos importantes para os sujeitos que não possuem conhecimento sobre o tema e/ou sobre cada conceito que está inserido nessas discussões. Com isso, ressalta-se a necessidade de todos os sujeitos buscarem conhecimento sobre o assunto, pois é através do conhecimento que se consegue um

diagnóstico precoce do TEA e com isso adquire-se uma intervenção precoce, resultando em melhorias para a criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o trabalho discorrido, pode-se verificar a importância de conhecimento sobre o transtorno e seus possíveis acompanhamentos para um tratamento visando melhorias na vida da criança diagnostica com o TEA.

Como principal contribuição, destacamos a apresentação de possíveis atrasos no desenvolvimento de sujeitos diagnosticados com o Transtorno Espectro Autista, apresentando-lhes como sujeitos únicos e, portanto, seus atrasos e prejuízos também são únicos tão como a necessidade de acompanhamento e atividades desenvolvidas para melhoras no bem-estar do mesmo.

Portanto, é de suma importância a discussão sobre o tema e a apresentação de possíveis acompanhamentos visando a melhoria de vida de cada criança, pois quando esse diagnóstico é realizado de maneira precoce no início do desenvolvimento do sujeito, maior se torna as possibilidades de intervenções realizadas visando benefícios para o dia a dia do sujeito.

REFERÊNCIAS

AMA ORG. **Diagnóstico**: Diagnóstico e características clínicas. AMA ORG, [entre 2002 e 2022]. Disponível em: https://www.ama.org.br/site/autismo/diagnostico/. Acesso em: 2 set. 2022.

AMATO, C.A.I.H; FERNANDES, F.D.M. O uso interativo da comunicação em crianças autistas verbais e não verbais. **Autismo**, SCIELO, 14 jan. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pfono/a/8jZLkCWrwwb8KQ5FWCGKGkr/?lang=pt. Acesso em: 2 set. 2022.

AGUIAR, VINICIUS. **Definição: transtorno do espectro autista**. AMA ORG, ABRIL 2017. Disponível em: https://www.ama.org.br/site/autismo/definicao/. Acesso em: 2 set. 2022.

ASSUMPÇÃO, F; PIMENTEL, A.C. **Autismo Infantil**, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbp/a/Gv4HpMGyypXkmRMVGfRZF8G/?lang=pt. Acesso em: 29 jul. 2022.

CAMARGO, S. P. H.; RISPOLI, M. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial**, *[S. l.]*, v. 26, n. 47, p. 639–650, 2013. DOI: 10.5902/1984686X9694. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6994. Acesso em: 18 abr. 2023.

FERNANDES, Fernanda. CARDOSO, Carla. SASSI, Fernanda. AMATO, CIBELLE. SOUSA-MORATO, Priscilla. Fonoaudiologia e autismo: resultado de três diferentes modelos de terapia de linguagem. **Pró-Fono R. Atual. Cient**, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pfono/a/xthV7BntgMJjKWrXfH54XPh/?lang=pt#. Acesso em: 05 maio. 2023.
INSTITUTO NEUROSABER. **DSM-5 e o diagnóstico no TEA**. INSTITUO NEUROSABER, 1 out. 2020. Disponível em: https://institutoneurosaber.com.br/dsm-5-e-o-diagnostico-no-tea/. Acesso em: 2 set. 2022.

INSTITUTO NEUROSABER. **O que é ABA e quais suas características?**. INSTITUTO NEUROSABER, 14 jul. 2016. Disponível em: https://institutoneurosaber.com.br/o-que-e-aba-e-quais-suas-caracteristicas/. Acesso em: 2 set. 2022.

LOPES, C. E. Uma proposta de definição de comportamento no behaviorismo radical. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, *[S. l.]*, v. 10, n. 1, p. 1–13, 2008. DOI: 10.31505/rbtcc.v10i1.206. Disponível em: https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/206. Acesso em: 18 abr. 2023.

MALAVAZZI, Dante Marino et al. Análise do comportamento aplicada: Interface entre ciência e prática? **Perspectivas**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 218-230, 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-35482011000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 abr. 2023.

MAPURUNGA, B. A. .; MENDES, A. L. R. .; SILVEIRA, V. B.; CORREIA, R. F. de O. .; CARVALHO, A. F. M. de. A atuação do terapeuta ocupacional na reabilitação de pessoas com autismo. **Revista de Casos e Consultoria**, *[S. l.]*, v. 12, n. 1, p. e26291, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/26291. Acesso em: 14 jul. 2023.

MATSUKURA, T. S. A aplicabilidade da terapia ocupacional no tratamento do autismo infantil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, *[S. l.]*, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/309. Acesso em: 14 jul. 2023

MORAES, A.V.P.M; BIALER, M.M; LERNER, R. **CLÍNICA E PESQUISA DO AUTISMO: OLHAR ÉTICO PARA O SOFRIMENTO DA FAMÍLIA.** SCIELO, 10 maio 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/QLHxBsqgcRpn8B3M4qJMsGP/?lang=pt. Acesso em: 2 set. 2022.

ONU NEWS. **OMS afirma que autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo**. ONU NEWS, 2 abr. 2017. Disponível em:

https://news.un.org/pt/story/2017/04/1581881-oms-afirma-que-autismo-afeta-uma-em-cada-160-criancas-no-mundo. Acesso em: 2 set. 2022.

SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. **Análise do comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2018.

TEA NA CID-11: O QUE MUDA? **Autismo e Realidade**, 2022. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/2022/01/14/tea-na-cid-11-o-que-muda/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

ADOLESCÊNCIA E A ANSIEDADE: REVISÃO DA LITERTURA PÓS PANDEMIA DE COVID-19

Rayana Maria Hermes Coutinho[1]
Cristiane Marquezini[2]

Palavras-chave: adolescência; pandemia; ansiedade; pós-pandemia; isolamento.

INTRODUÇÃO

No ano de 2019 começaram a ser veiculadas notícias de um vírus altamente transmissível que em 2020, ocasionou em uma pandemia em nível mundial. Tal fato alterou significativamente cenário mundial, no que toca existência humana e suas relações sociais. Este período levou a um afastamento das pessoas devido ao *lockdown* estabelecido, ou seja, os locais públicos foram fechados e a convivência social foi drasticamente alterada. No caso dos sujeitos desta pesquisa, os adolescentes, deixaram de ter contato com seus pares, dado que as escolas e outras instituições e estabelecimentos frequentados por essa população foram fechados por período de dois anos.

O isolamento combinado com a incerteza, trouxeram mudanças estruturais na sociedade. As alterações ocorridas em nível mundial, reverberaram no pessoal, exacerbando fenômenos característicos à adolescência, pois de acordo com autores, o que seria um período de passagem para a vida adulta, se tornou um período de extrema proteção e medo por parte dos adultos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É certo dizer que a adolescência se inicia aos doze anos, porém o seu término é incerto. O Estatuto da criança e do Adolescente delimita sua consumação aos dezoito anos. No ano de 2018, algumas matérias jornalísticas afirmaram que haveria uma mudança nessa idade final e, consequentemente, uma mudança na Lei, aumentando este período até os vinte e quatro anos. Uma reportagem realizada pela *British Broadcasting Corporation* (*BBC*) *News Brasil* (2018), relata as discussões sobre essa mudança na idade final da adolescência, e a justificativa para esse fato é que os adolescentes se encontram nas Universidades até essa idade e, em decorrência, ainda dependem dos adultos em sua vida, atrasando a “saída” de casa.

A adolescência é uma construção histórica e social, um conceito que sofreu alterações significativas durante as décadas, assim como os direitos desses cidadãos.

[1] Discente UNIFIO, Psicologia, *259489@unifio.edu.br*
[2] Doutora em Educação, Pós-doutoranda em Psicologia – UNESP, Docente UNIFIO, Psicologia, *cristiane.marquezine@unifio.edu.br*

ISSN: 2446-8819

Outrora era comum tratar o adolescente como adulto, tendo os mesmos encargos e responsabilidades. Estes, trabalhando desde a infância e tendo maior autonomia, porém, com o avanço do capitalismo, bem como de suas instituições, esta idade da vida passa a ser protegida não só pela lei, mas pelos pais e responsáveis, que procuraram preservá-los por mais tempo dos problemas da vida adulta, o que retardou a maturidade antes experimentada por eles (CALLIGARIS, 2009).

Portanto, com mudanças, como a Revolução Industrial, os adolescentes que antes saíam cedo de casa, não tinham estudos, trabalhavam desde muito pequenos, se encontravam por mais tempo dentro das escolas. (ARIÈS, 1981)

Essa frequência era exigida, ou seja, era uma obrigação dos responsáveis por aquele indivíduo, que, antes tinha tempo para as atividades domésticas e agora passa a ser obrigado a frequentar a instituição escolar. Essa mudança gerou conflitos no âmbito familiar, pois ocorreu uma descontinuidade entre a adolescência vivida pelos genitores e a adolescência experienciada por seus filhos. (ABERASTURY, KNOBEL, 1981)

Junto com essas mudanças psicológicas, ocorrem as mudanças biológicas. O corpo da criança de ontem, hoje, passa a se desenvolver para o corpo de um adulto, com características e desejos do mesmo. Esse período, diferente do conceito de adolescência, é bem demarcado, já que é avaliado devido as mudanças no corpo do indivíduo, sendo um processo biológico, marcado pelo aumento nos níveis hormonais, como o hormônio do crescimento (GH), que amplia sua ação durante esse período e, por isso, a puberdade não é sinônimo de adolescência (LOURENÇO, QUEIROZ, 2010).

Os autores em geral, têm consenso de que a adolescência é diferente da puberdade, sendo uma construção do meio biopsicossocial, marcada em alguns contextos, por sentimentos diversos como a incerteza e, muitas vezes, a rebeldia. Sentimentos que o sujeito que está passando por essa transição utiliza para se expressar, e mostrar sua preocupação e indignação com as mudanças que ocorrem na sua vida, pois até aquele momento ela era um indivíduo sem responsabilidade alguma e, passa, a partir de então a ter obrigações a cumprir, mas, ainda não tem a autonomia desejada. (CALLIGARIS, 2000)

Como já ressaltado, o adolescente está passando por uma fase conflituosa em que tenta entender seu lugar na sociedade, fato que pode levar à um transtorno ansioso, devido a busca incessante de solucionar os conflitos que são inerentes a essa fase de suas vidas.

A ansiedade pode ser confundida muito facilmente com medo, porém, o segundo difere do primeiro por ter um objeto para esse sentimento. Por exemplo, um indivíduo sente medo por estar cara a cara com um urso gigante, sendo o animal o objeto dessa emoção. Fisiologicamente, medo e ansiedade desencadeiam a mesma resposta, com liberação de noradrenalina e adrenalina, neurotransmissores conhecidos pelo mecanismo que desencadeiam de “luta ou fuga”. Porém, no caso da ansiedade, não há objeto real que opere o mecanismo da fuga, dito de outra forma, não existe um urso gigante que amedronta, mas o sentimento do medo está presente. (MENEZES, MOURA, MAFRA, 2017)

ISSN: 2446-8819

Além disso, os transtornos de ansiedade fazem parte das doenças psiquiátricas mais comuns na adolescência, em torno de 10 a 30%, superado apenas pelo Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (FILHO, SILVA, 2013, p. 33).

Os sintomas psíquicos como a apreensão e inquietação, podem estar acompanhados de sintomas somáticos, devido a liberação dos neurotransmissores, causando uma ativação fisiológica, observando-se palpitações, dificuldades em respirar, tonturas, suores, sensações de calor e frio ou tremores, etc. (BAPTISTA, CARVALHO, LORY, 2005, p. 268)

O Transtorno de Ansiedade Generalizado (TAG) é o mais abordado entre os jovens e, alguns dos parâmetros diagnósticos são:

> Dificuldade em controlar suas ansiedades; preocupação e ansiedade exageradas; associação da preocupação e da ansiedade com três dos seis sintomas, tais como: perturbação do sono, fatigabilidade, problemas para concentrar-se ou sensações de branco na memória, irritabilidade, inquietação ou sensação de estar mais nervoso, tensão muscular. (MENEZES, MOURA, MAFRA, 2016, p.44)

Esses critérios, segundo MAFRA, 2016, são abordados dentro do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR, 1994).

Postas estas questões, sobre o fenômeno da adolescência e os sentimentos comumentemente associados à essa idade da vida, preocupamo-nos em averiguar no presente texto, como os adolescentes vivenciaram as mudanças peculiares à essa fase durante a pandemia de Covid-19, bem como, se tais situações aumentaram o quadro ansioso, como vimos na literatura, dado que tal fato ocorre em função das alterações fisiológicas e também são postas pela realidade social vivenciada pelo sujeito.

MATERIAS E MÉTODOS

Para a construção do presente artigo será realizado um levantamento bibliográfico de cunho exploratório e qualitativo, baseando-se em artigos científicos alocados em bases indexadoras e livros que versem sobre a temática da ansiedade na adolescência após a pandemia de Covid-19. Para tanto, utilizaremos os unitermos: ansiedade, adolescência e pandemia de Covid-19. Pretende-se aprofundar o conhecimento sobre o aumento da ansiedade em adolescentes após a pandemia mundial, partindo de uma revisão sistemática da literatura existente sobre a questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já foi elucidado, este texto busca compreender as mudanças que ocorreram durante a pandemia de Covid-19 e sua relação com a adolescência, no que tange, a vivência da ansiedade.

Dessa forma, de posse do material bibliográfico existente sobre a questão buscaremos compreender o fenômeno em questão contribuindo para o seu entendimento.

ISSN: 2446-8819

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após revisarmos e analisarmos as produções teóricas sobre nossa temática, acreditamos que poderemos contribuir com a elucidação da questão. Visto que as consequências da pandemia de Covid -19 são vivenciadas até os dias de hoje. Observamos que o adolescente não deixou de passar por essa fase complexa da vida, mas, vivenciou-a ajustando-se ao contexto pandêmico e ao novo modelo de sociedade pós pandemia. Este fato deixou um momento complexo na citada idade da vida ainda mais incerto para os indivíduos que acabaram de deixar o território da infância e estão explorando um local desconhecido.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência normal:** um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
BAPTISTA, A.; CARVALHO, M.; LORY, F.; O medo, a ansiedade e as suas perturbações. **Edições Colibri**. Lisboa, v. 19, 2005, p. 267-277.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CIRIACO, J. S.; DOS ANJOS, O, R.; RODRIGUES, P, S. Geração canguru: fatores associados à permanência dos jovens cearenses no ambiente familiar de origem. **R. Bras. Eco. De Emp**. Ceará, v. 18, n. 2, p. 65-78, 2018.

FILHO, O. C.S.; SILVA, M. P. Transtornos de ansiedade em adolescentes: considerações para a pediatria e hebiatria. **Adolescência & Saúde**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2013, p. 31-41.

LOURENÇO, B.; QUEIROZ, L. B. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. **Rev. Med.** São Paulo, v. 89, n. 2, p. 70-75, 2010.

MENEZES, A. K. S.; MOURA, L. F.; MAFRA, V. R. Transtorno de ansiedade generalizada: uma revisão da literatura e dados epidemiológicos. **Ver. Amazônia Science & Helth**. Gurupi, v. 5, n. 3, 2017, p. 42-49.

RAMOS, W. F. **Transtornos de Ansiedade**. TCC (Graduação em Acupuntura) – EBRAMEC, São Paulo, p. 54, 2015.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

ANSIEDADE E O MEDO DE DIRIGIR: INTERVENÇÃO ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL

Luciana de Paula Vidal[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras-chave: Análise do Comportamento; Ansiedade; Intervenção Psicológica; Medo de Dirigir; Trânsito.

INTRODUÇÃO

Dirigir um veículo pode representar uma atividade cotidiana comum, porém, muitas pessoas experimentam graus elevados de ansiedade em relação a esta tarefa, sendo submetidas a um estado de sofrimento e, assim, necessitam de ajuda especializada. O sentimento de medo de dirigir trata-se de uma manifestação que interfere na qualidade de vida de inúmeros indivíduos. A falta de prática na direção, históricos de experiências traumáticas e/ou a presença de patologias prévias podem estar entre as principais causas do medo relacionado à ação de dirigir.

O medo é uma emoção natural do ser humano e serve como uma espécie desinalizador para proteção contra perigos reais. A fobia é um medo acentuado, excessivo, desmedido, de tal forma que, na presença ou previsão de encontro como objeto fóbico ou situação que causa o medo, surge a ansiedade, num grau elevadíssimo (CORASSA, 2000).

A Terapia Analítico-Comportamental esta respaudada nos fundamentos da aprendizagem. Ela explica o aparecimento, a manutenção e a eliminação de sintomas. Dentre seus princípios, destacam-se a extinção, a habituação, o condicionamento operante de Skinner e a aprendizagem social de Bandura, de acordo com Cordioli e Grevet (2019). Este tipo de terapia equivale a uma psicoterapia oferecida para o enfrentamento de dificuldades humanas e possui base experimental com direção filosófica e conceitual do Behaviorismo Radical (BORGES; CASSAS,2012).

O objetivo desta pesquisa é discorrer sobre a ansiedade e o medo de dirigir e de que forma a intervenção e técnicas da abordagem da Análise do Comportamento podem contribuir na superação do medo de dirigir. Especificamente, serão apresentados os aspectos conceituais relacionados a abordagem da Análise do Comportamento, ansiedade e sobre o medo de dirigir.

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro universitário de Ourinhos. E-mail para contato: 180636@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O ato de dirigir é advindo de uma necessidade de locomoção e refere-se a uma atividade comum de ser aprendida na idade adulta. Por envolver o desenvolvimento de habilidades motoras, a prática é fundamental, ou seja, o enfrentamento do trânsito faz parte do processo. É importante, nesse contexto, que o aprendizado seja desenvolvido diante das condições reais de trânsito. É importante reforçar que o medo de dirigir não está ligado à incapacidade de aprender e sim a um transtorno psicológico que pode e deve ser tratado (BELLINA, 2012).

A insegurança para dirigir pode surgir por vários motivos e está totalmente ligada a questões particulares da vida de cada pessoa, relacionado à história e experiência de vida (PASTORE, 2008).

O medo é um sentimento útil, necessário para a sobrevivência de qualquer ser, ele garante a conduta de autoproteção e autopreservação, sendo necessário para a sobrevivência da espécie humana. Quando o medo é excessivo e desproporcional é chamado de fobia (BELINNA,2012).

As pessoas que se consideram ansiosas costumam dizer que são inseguras, porém, elas querem garantias de que tudo vai dar certo antes mesmo de fazer alguma coisa. Essas pessoas pensam bastante e fazem tudo no nível do pensamento, criam dificuldades e obstáculos que na prática não seriam tão grandes como se apresentam no imaginário (CORASSA,2000).

“A análise do comportamento é uma ciência do comportamento fundamentada na filosofia do Behaviorismo Radical e que tem como objeto de estudo a interação do indivíduo com o ambiente”. A ciência do comportamento teve início com o trabalho de Skinner na década de 1930 (Skinner, 1956) sobre processos básicos de aprendizagem (RODRIGUES; RIBEIRO, 2007, p. 16).

A compreensão da análise do comportamento envolve o conhecimento de algumas das premissas sustentadas por Skinner e associados, tais como: os homens agem sobre o mundo, modificam-no e são modificados pelas consequências de suas ações; a psicologia é o estudo da interação entre organismo e ambiente; através de análise, chega-se aos conceitos de estímulo e resposta (TORODOV; HANNA, 2010).

Para a Análise do Comportamento o importante é a função que o comportamento adquire na relação do indivíduo com seu ambiente. Enquanto a medicina procurava a etiologia da doença em anormalidades do organismo, a Análise do Comportamento se propunha a explicar e descrever a probabilidade, a frequência, e a intensidade com a qual todo e qualquer comportamento se apresenta. (DALGALARRONDO, 2019).

Atualmente a Análise Comportamental Clínica faz uso de inúmeros procedimentos terapêuticos, porém, a atenção sempre está voltada para a relação estabelecida entre o indivíduo e o terapeuta. Nesta relação, o cliente é considerado produto e produtor das contingências às quais está exposto, o que lhe confere um papel ativo na terapia (FARIAS, 2010).

MATERIAIS E METODOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica de cunho

ISSN: 2446-8819

analítico. Para estabelecer uma discussão teórica relacionada ao tema proposto, utilizou-se da análise de livros e de artigos científicos disponíveis em meio eletrônico, obtidos a partir da aplicação das seguintes palavras-chave nos campos de busca: “análise do comportamento”, “ansiedade”, “intervenção psicológica”, “medo de dirigir” e “trânsito”. Deu-se preferência às publicações escritas ou traduzidas para língua portuguesa e cujo conteúdo fosse relevante para o estabelecimento das discussões do estudo.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Segundo Lima (2011) o medo de dirigir pode afetar de forma signifcativa a qualidade de vida dos indivíduos através da imposição de limitações e de dependencias que geram sofrimento.

A fobia trata-se de um transtorno de ansiedade relacionado a medos específicos. Existem, por exemplo, fobias à altura, à lugares fechados, à animais relacionada ao ato de falar em público, de dirigir, entre outros. Por vezes, a fobia refere-se a coisas ou atividades que são consideradas comuns para a maioria dos indivíduos. Assim, pessoas que apresentam algum tipo de fobia sofrem inclusive pela incompreensão social em relação ao seu problema (BELINNA,2012).

De acordo com um estudo realizado com 4000 pessoas que manifestavam o medo de dirigir, observou-se que, dentre essa amostra, 85% era representada por mulheres, 40% já havia vivenciado traumas relacionados a acidentes e 28% nunca havia sofrido nenhum tipo de acidente. Ainda de acordo com essa pesquisa, as causas do medo de dirigir podem, em muitas das vezes, não estar relacionadas ao evento fóbico (LIMA, 2011).

Em qualquer conjunto social, tal como na família, escola ou sociedade, pode haver a manifestação de incompreensão em relação ao medo manifesto por alguem. Normalmente o medo é visto como algo sem importância ou patológico (PASTORE, 2008).

A compreensão do motivo que leva um indivíduo a apresentar o medo de dirigir só se torna possível a partir da analise dos fatores que de fato controlam os comportamentos fóbicos. Nessa perspectiva é fundamental uma investigação complexa e ampla, que rompa os limites das análises funcionais e permita o conhecimento da história e de reforçamento da pessoa. É importante a compreesão dos padrões comportamentais adquiridos e do porque de sua persistencia, caso contrário, o terapeuta dificilmente conseguirá definir estratégias terapêuticas eficazes (LIMA,2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo discorrer sobre o medo de dirigir e analisar as contribuições da Psicoterapia na Abordagem da Análise Comportamental na superação deste medo.

O medo de dirigir pode surgir por muitos motivos. Algumas pessoas, mesmo após aprovação no processo de habilitação não se sentem aptas e confiantes para conduzir um veículo. Outras, desejam habilitar-se, porém, não conseguem dar o

ISSN: 2446-8819

primeiro passo e se matricular em uma auto-escola para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Há quem conviva com a limitação e não procura ajuda por vergonha ou por não acreditarem na própria capacidade. Tais comportamentos de esquiva impedem a conquista da independência e autonomia, o que afeta a qualidadede vida**.**

O processo de Psicoterapia da Análise do Comportamento considera que o medo, assim como qualquer outro comportamento, é aprendido. Os comportamentos são mantidos por contingências comportamentais, portanto é necessário olhar para a história do indivíduo de forma abrangente, tendo a consciência de que a manifestação do medo pode não estar ligado apenas ao objeto fóbico. Assim, através de práticas especificas de ensino e aprendizagem torna-se viável a mudança de comportamento para o enfrentamento do medo de dirigir.

REFERENCIAS

BELLINA, C. C. O. **Dirigir sem medo**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. **Clinica analítico comportamental: aspectos teóricos e práticos.** Porto Alegre: Artmed, 2012.

CORASSA, N. **Vença o medo de dirigir**. 1.ed. São Paulo: Editora Gente, 2000.

CORDIOLI, A. V.; GREVET, E. H. **Psicoterapias: abordagens atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2019.
DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2019.

FARIAS, A. K. C. R. **Análise Comportamental Clínica. aspectos teóricos e estudo de caso.** Arrmed. 2010. São Paulo.

LIMA, G. C. G. A Importância da Análise Molar para uma Intervenção Analítico-Comportamental Eficaz em uma queixa de Medo de Dirigir. Brasília, 2011. **Disponível em:** https://ibac.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Monografia-Gisele-Lima.pdf **Acesso em:** 15 mar. 2023.

PASTORE, R. **Sem medo de dirigir.** 1.ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2008.RODRIGUES, J. A.; RIBEIRO, M. R. **Analise do comportamento. Pesquisa, teoria e aplicação.** Artmed, 2007. Porto Alegre.

TODOROV, J. C.; HANNA, E. S. **Analise do comportamento no brasil.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2010.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

APRENDENDO COM A CLÍNICA-ESCOLA: OS BENEFÍCIOS DA PRÁTICA SUPERVISIONADA NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Ana Caroline Dias[1]
Andreynna Rocha Rezende
Beatriz de Almeida Perini
Gabriel Nespoli
Julia Maria Viola
Nicoly Gouveia Silveira
Poliana Natacha Peixoto
Fábio Sagula de Oliveira[2]

Palavras-chave: Psicologia clínica; CEPP; psicoterapia; prática supervisionada; atendimento clínico.

INTRODUÇÃO

A Clínica Escola é um espaço fundamental na formação de um psicólogo, já que proporciona uma oportunidade de aprendizagem prática e teórica voltada para o atendimento clínico. Uma das principais contribuições para o desenvolvimento profissional dos estudantes presente neste ambiente é a supervisão, já que ela permite a integração entre a teoria e a prática e o aprimoramento das habilidades clínicas, além do mais, é através dela que os alunos recebem orientação e feedback, possibilitando uma análise mais aprofundada dos casos clínicos e aprimorando suas competências (Ribeiro et al, 2018).

Através da supervisão, é possível refletir sobre o processo terapêutico, as técnicas utilizadas e as questões éticas envolvidas, o que contribui para o desenvolvimento profissional dos estudantes. A qualidade da supervisão clínica é um fator crítico para garantir a formação adequada dos futuros psicólogos. Essa importância é reforçada por Castro e Stürmer (2009) em seu livro sobre psicoterapia com crianças e adolescentes, que destaca a necessidade de uma

[1] Discentes do 10º termo no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO, curso de Psicologia, ana.dias@unifio.edu.br, andreynna.rezende@unifio.edu.br, 260619@unifio.edu.br, 260058@unifio.edu.br, 257784@unifio.edu.br, 258821@unifio.edu.br, 260028@unifio.edu.br.
[2] Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Assis/SP (2003); Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP na área de Infância e Realidade brasileira; Experiência na área de Psicologia, com ênfase em Ludoterapia, Psicoterapia individual de orientação psicanalítica, Psicodiagnóstico e Orientação vocacional; Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2016); Pós-doutorado em Filosofia da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2018); Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica (2009) pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM; Docente no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO, professorfabio@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

supervisão competente e bem estruturada para garantir a eficácia da intervenção terapêutica.

Sobre esse recurso, Silva et al. (2019) e Mendes e Ribeiro (2020), apontam que é uma estrutura que envolve professores supervisores, psicólogos clínicos e estudantes de psicologia. O contato com essa equipe permite que os alunos possam aplicar suas habilidades, realizar psicodiagnósticos e desenvolver planos de tratamento, além de vivenciar a prática clínica em um ambiente seguro e supervisionado. Essa experiência é vista pelos estudantes como um espaço fundamental para a sua formação, já que conseguem desenvolver habilidades que serão importantes para a sua atuação (Silva et al, 2019).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo o estudo de Mendes e Ribeiro (2020), a organização da Clínica Escola pode abranger diversas modalidades de atendimento. Essas modalidades podem incluir atendimentos individuais, atendimentos em grupo, psicodiagnóstico, orientação profissional e outras formas de intervenção. A variedade de modalidades oferecidas possibilita aos estudantes de Psicologia a oportunidade de vivenciar e experimentar diferentes abordagens e práticas clínicas.

Um aspecto relevante é a seleção dos pacientes atendidos. Conforme Rocha (2011), a Clínica geralmente recebe demandas da comunidade externa e realiza um processo de triagem para avaliar a adequação do atendimento às suas possibilidades. Esse processo de triagem é importante para garantir que os pacientes sejam atendidos por estudantes capacitados e para evitar erros no encaminhamento.

De acordo com Ribeiro e colaboradores (2018), a duração e a carga horária dos atendimentos na Clínica Escola podem variar de acordo com as diretrizes estabelecidas pela instituição de ensino. Alguns serviços oferecem atendimentos de curta duração, com um número limitado de sessões, enquanto outros oferecem acompanhamento de longo prazo.

Além dessa vivência na Clínica e na supervisão, os alunos geralmente são incentivados a buscar atualização constante e aprimoramento técnico, por meio da participação em cursos, seminários e em grupos de estudo. Essa busca incessante pelo conhecimento e o compromisso com a atualização em relação às práticas clínicas mais eficazes favorecem uma prestação de serviço cada vez mais qualificada. (Costa et al, 2017).

Porém, os benefícios dessa ferramenta não se limitam apenas aos alunos, mas também contribuem para a saúde mental da população. A Clínica Escola desempenha um papel importante na comunidade, já que oferece serviços psicológicos acessíveis a todos; isso é particularmente significativo considerando que muitas pessoas não têm recursos financeiros para buscar atendimento em clínicas privadas (SOUZA, 2021). De acordo com Angerami, Vasconcellos e Gaspar (2018) o Sistema Único de Saúde (SUS), geralmente, não é o suficiente para atender a demanda da população.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o método de revisão bibliográfica. Dessa forma, voltamos nosso olhar as pesquisas já publicadas as quais, traziam em sua descrição a importância e os benefícios da prática supervisionada na formação do psicólogo na clínica-escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Angerami, Vasconcellos e Gaspar (2018), é fundamental compreender que a Clínica Escola não deve ser considerada como uma substituição para os investimentos insuficientes do Estado na área da saúde. Pelo contrário, ela deve ser vista como uma iniciativa complementar que pode contribuir para a melhoria do sistema de saúde como um todo ao desempenhar um papel relevante oferecendo atendimentos de qualidade para a população.

Rey (2012) enfatiza a importância da Clínica para a área acadêmica, de acordo com ele é um ambiente rico e valioso para a realização de pesquisas qualitativas, já que permite o acesso a um grande volume de informações sobre a experiência dos pacientes e dos próprios estudantes. Essa oportunidade permite que o estudante se aprofunde em temas de interesse e contribua para a construção de uma psicologia mais sólida e embasada cientificamente. Além disso, ela também fornece experiência em práticas psicoterápicas com crianças e adolescentes, permitindo que os estudantes apliquem teorias e técnicas específicas para essa faixa etária, sob supervisão. Todas essas atividades contribuem para a formação de um profissional mais preparado e qualificado para lidar com os desafios da prática clínica.

Em suma, reconhecer a importância da Clínica Escola na formação do psicólogo e no aprimoramento dos serviços de saúde mental é fundamental para garantir uma atuação profissional de qualidade. Valorizar a participação dos estudantes nesse contexto, investir em pesquisas e projetos são aspectos-chave para a construção de um sistema de saúde mental cada vez mais eficiente e voltado para as necessidades da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A clínica-escola é um espaço imprescindível na formação de um psicólogo, no qual proporciona uma oportunidade de aprendizagem prática e teórica voltada para o atendimento clínico. Outrossim, a supervisão possibilita refletir sobre o processo terapêutico, as técnicas utilizadas e as questões éticas envolvidas, o que contribui para o desenvolvimento profissional dos estudantes. Esse espaço pode oferecer diversas modalidades de atendimento, como atendimentos individuais, atendimentos em grupo, psicodiagnóstico, orientação profissional e outras formas de intervenção. Destarte, para atender as demandas da comunidade, é realizado um processo de triagem para avaliar a adequação do atendimento às suas possibilidades. Esse processo é importante

para garantir que os clientes sejam atendidos por estudantes capacitados e para evitar erros no encaminhamento. Tendo em vista isso, a clínica-escola é de suma importância para a formação do psicólogo, nas quais o estudante consegue na prática adquirir conhecimento e uma atuação profissional de qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Anna Elisa Villemor et al . **Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura**. São Paulo , v. 62, n. 136, p. 37-52, jun. 2012 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100005&lng=pt&nrm=iso

ANGERAMI, Valdemar A; VASCONCELLOS, Esdras G; GASPAR, Karla C. **Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica** – 2ª edição revista e ampliada. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2018. E-book. ISBN 9788522126606. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126606/.

CASTRO, Márcia G. K.; STÜRMER, Anie. **Crianças e adolescentes em psicoterapia: a abordagem psicanalítica,** 2009. E-book. ISBN 9788536319933. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536319933/.

COSTA, R. L., et al. (2017). **A interdisciplinaridade na Clínica Escola: Contribuições para a formação do psicólogo**. Psicologia e Saúde, 9(1), 23-36.

MENDES, C. L; RIBEIRO, M. E. (2020). **Modalidades de atendimento na Clínica Escola: Uma análise da experiência dos estudantes.** Psicologia em Foco, 12(1), 45-60.

REY, Fernando Luis G. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia - Os Processos de Construção da Informação.** Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522114139. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522114139/.

RIBEIRO, F. A., et al. **A supervisão clínica na Clínica Escola: Contribuições para o desenvolvimento profissional dos estudantes de Psicologia**. Revista de Psicologia Aplicada, 2018, 24(3), 123-136.

ROCHA, M. C. Plantão psicológico e triagem: aproximações e distanciamentos. Rev. NUFEN, São Paulo, v.3, n.1, 2011.

ISSN: 2446-8819

SILVA, A. B., et al. **Percepção dos estudantes de Psicologia sobre a Clínica Escola. Revista Brasileira de Psicologia**, 2019, 45(2), 78-92.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

CONCEPÇÕES SOBRE O LUTO EM TEMPOS DE COVID-19: SOB O VIÉS PSICANALÍTICO

Gabriela Oliviera Lourenço[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave: Luto; Rituais; Luto patológico; COVID-19; Sars-cov-2.

INTRODUÇÃO

Um dos impactos relevantes da Sars-cov-2, abreviação de Severe Acute Respiratory Syndrome ou Síndrome Respiratória Aguda Grave, habitualmente conhecida como COVID-19, deu-se substancialmente nas transformações das relações sociais em um curto espaço de tempo. Diante do aumento abrupto no número de infecções e mortes em nível global, foram propostas medidas restritivas de distanciamento social até que surgissem medidas mais efetivas como vacinas e/ou medicamentos. Do mesmo modo, as imposições corroboram para a acentuação ou o desencadeamento de quadros depressivos, estresse, ansiedade, medos excessivos e desesperanças, além da possibilidade de efeitos pós-traumáticos. Ademais, as mortes repentinas e sequenciais, em alguns casos com mais de um membro da mesma família, associadas ao contexto atemporal e instável, revelam-se potencializadoras de sofrimento psíquico, o que pode favorecer o luto patológico (CREPALDI, 2020; GIAMATTEY *et al.*, 2021).

Consequentemente, a ausência da representação simbólica da perda devido ao distanciamento social, habitualmente favorecida pelos rituais simbólicos de despedidas, reverbera em incompletude mediante a vivência da perda, bem como sentimentos de irrealidade ao inviabilizar o espaço para o compartilhamento de afetos. Os rituais, enquanto mecanismo estruturante instituído na cultura, instaura a fase inicial do luto, promovendo organização psíquica por meio dos atos simbólicos e cerimonias religiosas ou culturais, ao retirarem o sujeito do silenciamento, conduzindo-o, portanto, à elaboração do luto (DANTAS *et al*., 2020; CREPALDI *et al*., 2020; GIAMATTEY *et al*., 2021)

Justifica-se essa investigação pela demanda em compreender fenômenos provenientes do período pandêmico ainda emergentes na contemporaneidade. Portanto, a sistematização das evidências é sustentada pela metodologia de Revisão Sistemática de Literatura, ao proporcionar a análise crítica e interpretação dos resultados. Além disso, a triagem dos artigos é fundamentada sob o referencial teórico psicanalítico, o qual assegura a contemplação conceitual sobre o luto e as ritualizações. A psicanálise, enquanto método científico que instiga o pensamento crítico por intermédio de investigações e interpretações, conduz à atribuição de novos significados, bem como distintas relações com as vivências (ZIMERMAN, 1999).

[1] Graduanda em Psicologia, lourenco.gabrielaoliveira@outlook.com, tratamento e prevenção
[2] Mestre em Psicologia, eduardo.kobori@unifio.edu.br, tratamento e prevenção

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A singularidade do processo do luto exige um tempo transitório, nada rígido ou normativo, antes, exprime os modos de subjetivação de cada sujeito, bem como as relações existentes com a perda, sendo parte integrante da análise discriminar quando este processo deixa de ser legitimo para se tornar patológico. Nesse sentido, o diagnostico diferencial, voltado para a compreensão do sujeito em sua totalidade, deve atentar-se aos movimentos elaborativos que conduzem ao desinvestimento libidinal e o reinvestimento em novos objetos, viabilizando a ressignificação da perda com a abertura de novos vínculos (FREUD,2010). Sob essa perspectiva, percebe-se que as impossibilidades dos rituais culturais de despedidas, no contexto da pandemia da COVID-19, apresentam-se como complicadores no processo do luto, ao retirarem parte desse processo estruturante o qual instaura a organização psíquica por meio da verbalização e dos atos simbólicos constituídos nas cerimônias. Além disso, a impossibilidade ou proibições promovem sentimento de culpa, tanto pela incapacidade de controlar a infecção, quanto pelas idealizações de despedida do ente querido. Tornam, assim, as tentativas de adaptações ao contexto inconcebíveis em termos psíquicos (DANTAS *et al*., 2020; POLETTO, 2021; GIAMATTEY *et al*., 2022).

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para o desenvolvimento do estudo que deu origem a este recorte, pautou-se na Revisão Sistemática de Literatura que é definida por Costa e Zoltowski (2014) como um método sintético sustentada pela reunião de evidências científicas de forma cronológica, extração, análise reflexiva e crítica, a qual permite a interpretação dos resultados. A partir desse pressuposto, inicialmente a triagem dos materiais se deu predominantemente nas plataformas eletrônicas *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-PSI). Os descritores, indexados e verificados junto ao DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), compõe-se de termos que contemplem o viés dessa análise: COVID-19, luto e depressão, delimitados entre os anos de 2019 até maio de 2022. Acerca da extração de dados, foram selecionados vinte e três artigos, sendo dezoito artigos da plataforma ScieLo e cinco da BVS-PSI, dentre os quais cinco foram excluídos por inelegibilidade, totalizando dezoito artigos incluídos. Constata-se com a apuração a predominância heterogênica e qualitativa, refletindo em uma síntese narrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As sensações e sentimentos frente às perdas envolvem diversos fatores para além da complexidade dos processos psíquicos, relacionando-se com o contexto e as circunstâncias da morte. Nessa investigação constata-se o imperativo sob a dúvida simbólica se de fato a morte ocorreu, já que a impossibilidade de materialização do corpo e dos rituais culturais aparecem como entrave no processo. A negação da morte, mecanismo de defesa primitivo, busca refrear sentimentos da situação indesejada desse lugar de desproteção. A experiência insidiosa de perdas

sequenciais de membros da mesma família e amigos, transformam a dor, intensificando o sofrimento (ALVES *et al*., 2021).

Nessa senda, o medo e sofrimento, associados ao cenário instável e atemporal, irrompem de forma mais predominante nesse período, essencialmente pela maneira como se percebe a morte e a ritualiza. Reflexo inevitavelmente sentido sob a desestruturação da rede de afetos em relação às tentativas de inserção dos protocolos de segurança sanitária. Embora o objetivo inicial das medidas sanitárias se destinasse a diminuir a rápida transmissibilidade do patógeno, em contrapartida, provocou-se pânico, medo e controle da população (SILVA; ESTELLITA-LINS, 2021).

A ansiedade e estresses surgem de forma significativa, corroboram para a acentuação de quadros patológicos pré-existentes e desencadeiam transtornos obsessivos compulsivos, sintomas repetitivos, hábitos ritualísticos de limpezas excessivas e comportamentos fóbicos. Dadas manifestações emergem como tentativa de contenção das angústias, não obstante, resultariam em mais angústia. Nesse aspecto, as ausências das ritualizações impulsionariam tais quadros com a finalidade de elaboração das perdas e vivências, todavia, afetam consideravelmente a qualidade de vida. Quadros somáticos, estados depressivos, insônias e afetos de angústia surgem em decorrência das desestabilizações socioeconômicas, como já constatado em outras epidemias (PERES *et al*., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo quase infindável das elaborações das perdas, sendo inata aos seres humanos, carregam simbolismos, significados culturais e refletem os modos de subjetivação de cada sujeito, bem como as formas com que são elaboradas as perdas atuais e futuras. Esse aspecto deixa evidente que o processo, sinuoso, requer tempo e espaço particulares. No entanto, o contexto investigado ao promover alterações socioculturais deixa lacunas nesse processo e desorganizam o sujeito, seja pelas perdas simbólicas, pelas perdas de entes queridos de maneira súbita ou a associação de diferentes fenômenos, como sentimentos de medo, estresses, culpa e negação da morte, os quais podem favorecer um intenso sofrimento psíquico, resultando na complicação do luto. Logo, foram verificados o desencadeamento ou acentuação de quadros depressivos, compulsivos, e de ansiedade durante o período analisado. Portanto, o espaço para a verbalização de afetos e/ou práticas de atos simbólicos se faz indispensável para a estruturação da organização psíquica. Constata-se, assim, que estratégias precisam ser traçadas para minimizar os sofrimentos no contexto pós-pandêmico.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. *et al*. Medicalização do luto: limites e perspectivas no manejo do sofrimento durante a pandemia**. Cadernos de Saúde Pública** [online]. v. 37, n. 9. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00133221. Acesso em: 12 abr. 2023.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P.; HOHENDORFF, J. V. **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2014.

CREPALDI, M. A. *et al*. Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. **Estudos de Psicologia (Campinas).** v. 37, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090. Acesso em 08 abr. 2023.

DANTAS, C. de R. *et al*. O luto nos tempos da COVID-19: desafios do cuidado durante a pandemia. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental.** v. 23, n. 3, p. 509-533, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1415-4714.2020v23n3p509.5. Acesso em 08 abr. 2023.

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: _____. Obras completas, volume 12: **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916).** Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

GIAMATTEY, M. E. P. *et al*. Rituais fúnebres na pandemia de COVID-19 e luto: possíveis reverberações. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. Rio de Janeiro-RJ, n. 26, esp., 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ean/a/zGDv9BZ6Lc44fxJFBBz8ktC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 04 abr. 2023.

PERES, R. S. *et al*. Evidências de validade de uma versão brasileira da Fear of COVID-19 Scale. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 8, p. 3255–3264 ago. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232021268.06092021. Acesso em: 18 jun. 2023.

POLETTO, A. A. A. Quando um morre e o outro sobra em vida: reflexões sobre a morte em tempos de pandemia de covid-19. **Estudos de Psicanálise**. Rio de Janeiro, n. 55, p. 113-120, jul. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n55/n55a11.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

SILVA, M. M.; ESTELLITA-LINS, C. A xawara e os mortos: os Yanomami, luto e luta na pandemia da Covid-19. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 59, p. 267–285, jan. 2021. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100014. Acesso em: 04 de abr. 2023.

ZIMERMAN, D. E. **Fundamentos Psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica - uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed,1999.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

CONTRIBUIÇÃO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA (ABA) NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Luana Costa Rodrigues[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras-chaves: Análise do Comportamento Aplicada - Análise do Comportamento - Transtorno de Espectro Autista – Tratamento para TEA – Psicologia

INTRODUÇÃO

O Transtorno de Espectro Autista é uma condição crônica e incurável que traz comprometimento em diversas áreas do desenvolvimento, principalmente no âmbito da comunicação, socialização e comportamental. Exige cuidados da Psicologia, que fornece um protocolo especializado e individualizado, visto que os níveis de prejuízos variam para cada portador. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), no mundo, há mais de setenta milhões de autistas. No Brasil, estudos consideram 27,2 casos para cada dez mil habitantes. As alterações no diagnóstico, o maior conhecimento dos sintomas e o desenvolvimento de serviços especializados para esse transtorno contribuem para o aumento (PINTO ET. AL; 2016). Os conceitos da análise do comportamento, desenvolvidos por Skinner, têm contribuído para a ampliação do repertório comportamental dos autistas, reduzindo comportamentos inadequados e desenvolvendo outros mais funcionais

. Partindo desta explanação, este trabalho levanta a seguinte questão: como a Análise do Comportamento Aplicada pode atuar no tratamento do transtorno de espectro autista, de modo que contribua para sua aprendizagem e desenvolvimento de habilidades, na formação de sujeitos funcionais e adaptados à vida cotidiana? Como objetivos, busca-se compreender a contribuição e intervenção no tratamento e desenvolvimento das crianças autistas, explicar como a Análise do Comportamento Aplicada se desenvolveu e por que é indicada para o tratamento.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Análise do Comportamento compreende o ser humano pela sua interação com o ambiente, e entende a seleção por consequências como causalidade do comportamento (MOREIRA; MEDEIROS; 2007). Nesse sentido, as consequências influenciam a probabilidade de os comportamentos continuarem ou não a ocorrer. O comportamento respondente de Skinner é a relação entre o estímulo e a resposta

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. E-mail: 260208@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

(Moreira; Medeiros; 2007). Além dele, tem-se o comportamento operante, que produz consequências (modificações no ambiente) que o afetam. Nesse sentido, é aqui que a psicologia pode atuar manipulando consequências (reforço ou punição) do comportamento e, com isso conseguindo modifica-lo (Moreira; Medeiros; 2007). Portanto, a consequência da ação do sujeito influencia na repetição do comportamento. Essa interação representa a relação de aprendizagem e todos os indivíduos estão sujeitos e sensíveis a esse processo (MATOS; 2016).

Segundo Martins, Acosta e Machado (2016), o TEA é uma desordem do neurodesenvolvimento e apresenta prejuízos nas áreas de comunicação, socialização e comportamento, com padrões de comportamentos restritos e repetitivos. Os déficits e excessos comportamentais que estão envolvidos são classificados como comportamentos operantes (CRUZ; MOREIRA; 2021), estando, portanto, suscetíveis à aprendizagem por consequências. No TEA, os níveis evolutivos, as necessidades terapêuticas e educativas serão diferentes para cada portador (BARCELOS et al; 2020).). Portanto, os comportamentos, as habilidades, as preferências, as necessidades de aprendizagem variam para cada criança (BOYD et al., 2008; LORD et al., 2000). A Análise do Comportamento Aplicada vem comprovando sua eficácia através da redução de sintomas em crianças autistas e promovendo o desenvolvimento de diversas habilidades sociais, de comunicação e comportamentos adaptativos. (HOWARD et al., 2005; LANDA, 2007; VIRUES-ORTEGA, 2010; VISMARA; ROGERS, 2010). É aplicada de forma sistemática buscando ampliar o repertório comportamental e as habilidades sociais, diminuir comportamentos inadequados socialmente (BARCELOS ET AL; 2020) e auxiliar no desenvolvimento de tolerância às frustrações e alterações em ambientes.

MATERIAS E MÉTODOS

O presente resumo é bibliográfico qualitativo, pois busca discorrer sobre as contribuições de uma abordagem em uma temática específica, não apenas quantificar. Utilizará como material um repertório bibliográfico através da leitura de livros e artigos publicados de 2016 a 2023 em plataformas digitas co,mo Google Acadêmico e Scielo que discorrerão a respeito do autismo, da Análise do Comportamento e da Análise do Comportamento Aplicada e a suas possíveis intervenções, além de dados coletados por instituições reconhecidas mundialmente, como a Center Of Diseases Control and Prevention, dos Estados Unidos, e a Organização das Nações Unidas. Será norteada pela teoria analítico-comportamental de Skinner a respeito dos conceitos básicos como comportamento operante, reforço, aprendizagem por consequências etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A intervenção baseada em ABA envolve identificar comportamentos e habilidades que podem ser aperfeiçoadas, através do método sistemático de seleção e descrição de objetivos, onde uma intervenção com estratégias comportamentais sejam traçadas (CAMARGO; RISPOLI; 2013). É realizado uma coleta de dados antes, durante e posteriormente à intervenção, para analisar o progresso individual do paciente, auxiliar nas decisões relacionadas às intervenções e estratégias para a

ISSN: 2446-8819

promoção e aquisição das habilidades individuais (BAER, WOLF; RISLEY, 1968, 1987; HUNDERT, 2009). Portanto, a pergunta norteadora de como a ABA pode atuar no tratamento do transtorno de espectro autista foi respondida, uma vez que a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), baseada nos princípios de Skinner, permite que o analista do comportamento manipule as consequências e modifique os comportamentos (Moreira; Medeiros; 2007), como os disfuncionais e operantes envolvidos no TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões aqui realizadas, entende-se que, diante dos critérios de diagnóstico do Transtorno de Espectro Autista, isso é, os déficits, a Análise do Comportamento (ABA), fundamentada nas concepções no Behaviorismo Radical de Skinner, é a intervenção mais indicada para indivíduos portadores desse Transtorno. O TEA interfere diretamente no comportamento, e a intervenção fundamentada na ABA permite o manejo no repertório comportamental, ensinando comportamentos adequados, as habilidades adaptativas sociais e enfraquecendo comportamentos inadequados socialmente.

REFERÊNCIAS

BAER, D. M.; WOLF, M. M.; RISLEY, T. R. Some still-current dimensions of applied behavior analysis. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 20, n. 4, p. 313-27, 1987

BARCELOS, K. da S., MARTINS, M. de FA, BETONE, GAB, & FERRUZZI, EH (2020). Contribuições à análise do comportamento aplicada a indivíduos com transtorno do espectro do autismo: uma revisão. **Brazilian Journal of Development** , *6* (6), 37276–37291. https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-310

BOYD, B.; et al. Descriptive Analysis of Classroom Setting Events on the Social Behaviors of Children with Autism Spectrum Disorder. **Education and Training in Developmental Disabilities**, v. 43, n. 2, p. 186-197, 2008.

Camargo, S. P. H., & Rispoli, M. (2013). Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. **Revista Educação Especial**, *26*(47), 639–650. https://doi.org/10.5902/1984686X9694

CRUZ, Aline Ellen Alves Queiros; MOREIRA, Márcio Borges. **Autismo: estratégias científicas para lidar com comportamentos desafiadores**. Brasília: Instituto Walden 4, 2021. 183 p. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=GBUZEAAAQBAJ&pg=GBS.PA1.w.6.0.0&hl=pt_PT. Acesso em: 04 mar. 2023.

HOWARD, J. S., et al. A comparison of intensive behavior analytic and eclectic treatments for young children with autism. **Research in Developmental Disabilities**, v. 26, n. 4, p. 359-383, 2005.

LANDA, R. Early communication development and intervention for children with autism. **Mental Retardation & Developmental Disabilities Research Reviews**, v. 13, n. 1, p. 16-25, 2007.

LORD, C.; ET AL. Autism spectrum disorders. **Neuron**, v. 28, n. 2, p. 355-363, 2000.

MATOS, Daniel Carvalho de. **Análise do Comportamento Aplicada ao Desenvolvimento Atípico com Ênfase em Autismo**. São Luís: Aicsa, 2016. 232 p. Disponível em: https://crpma.org.br/wp-content/uploads/2022/05/Analise-do-Comportamento-Aplicada-ao-Autismo.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

MATOS, Maria Amélia. O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva** v.1. Tradução . São Paulo: ESETec, 2001. . . Acesso em: 18 mar. 2023

MATOS, M. A. Comportamento governado por regras. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 3, 2001. p. 51-66.

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **P r in c íp io s básicos DE A N Á L I S E DO COMPORTAMENTO**. S/N: Artmed, 2007. 210 p. (1).

PINTO, R. N. M. et al.. Autismo infantil: impacto do diagnostico e repercussão nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem.** V. 37, N. Rev. Gaúcha de Enferm., 2016 32 (3), 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?lang=pt#

SKINNER, B. F. Seleção por consequências. **Revista de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 9, 1981/2007. p. 129-131. [Artigo original publicado: Selection by consequences. Science, 213, 501-504]. (CANÇADO, C. R. X. et al., Trans.) TODOROV, J. C. A evolução do conceito de operante. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 18 (2), 2002. p. 123-127.

VIRUES ORTEGA, J. Applied behavior analytic intervention for autism in early childhood: meta-analysis, meta-regression and dose-response meta-analysis of multiple outcomes. **Clinical Psychology Review**, v. 30, n. 4, p. 387-399, 2010.

VISMARA, L; ROGERS, S. Behavioral treatments in autism spectrum disorder: What do we know? **Annual Review of Clinical Psychology**, v. 6, p. 447-447, 2010.

WOLF, M. M. Social validity: the case for subjective measurement or how applied behavior analysis is finding its heart. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 11, n. 2, p. 203-214, 1978.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

DEPRESSÃO: SOFRIMENTO FÍSICO E PSÍQUICO DOS TRABALHADORES DA MARUGADA

Wátila de Araújo Brito Lopes[1]
Ricardo da Silva Franco[2]

Palavras-chave: depressão; ansiedade; trabalhador; análise do comportamento; comportamento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetivou compreender como a análise do comportamento entende a depressão e todo sofrimento psíquico e físico que ela acarreta no trabalhador. Nesse sentido, primeiro foi feito um levantamento dos conceitos básicos da análise do comportamento. Após esta revisão, discutiu-se qual é a compreensão da depressão pela análise do comportamento.

Para tal, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, a análise do comportamento entende que a depressão consiste em um aglomerado complexo de comportamentos, para o qual torna-se necessário utilizar a análise funcional dessa interação e relacionar ao contexto individual que ele acontece e para seu tratamento existem controvérsias, o que vem se vem mostrado eficaz é a terapia principalmente a cognitiva comportamental e os antidepressivos administrados juntos.

A depressão ligada ao mercado de trabalho pode ser dividida em situacional e estrutural, onde a primeira está diretamente relacionada ao surgimento da patologia e na outra é responsável pelo aparecimento dos sintomas da patologia já existente. A depressão está diretamente relacionada ao estresse, ao esgotamento e a satisfação no exercício profissional e uma das principais causa de pedido de demissão é a ansiedade que é recorrente de estresse, falta de reconhecimento e o excesso de tarefas. O sujeito depressivo é prejuízo para ele mesmo, para seus patrões e para as contas públicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Existem dois tipos de comportamento para ajudar a compreender ocorre os processos complexos do comportamento de todos os organismos, seja ele humano ou não. O primeiro é o comportamento respondente que é a relação ambiente (estímulo) e o organismo (resposta), mas que não alcança toda a complexidade do comportamento, e este é representado pela contingência S→R. O outro é o comportamento operante, o qual implica em uma resposta do organismo que produz uma mudança no ambiente chamada de consequência e será controlado por elas, e sua contingencia será R→S ou R→C. posteriormente o comportamento operante passou a ser descrito com três termos ao invés de dois, sendo representado da seguinte forma: A−R→S, foi acrescentado o estímulo antecedente que é o contexto

ISSN: 2446-8819

que o comportamento acontece é a consequência é o que vem depois, sendo assim, todo comportamento é analisado por essa tríplice de contingencia, sendo essa a unidade básica de análise.

O comportamento está sujeito a passar por alguns processos, sendo esses, o reforçamento, a extinção, a modelagem e a punição. O reforçamento pode ser positivo que é quando será acrescentado um estímulo reforçador ao comportamento ou pode ser o reforço negativo, onde é retirado um estímulo aversivo. O reforçamento ele aumenta a probabilidade de o comportamento acontecer novamente. A extinção é quando acontece uma ruptura entre comportamento e consequência, devido à falta de reforçamento, então se percebe a diminuição na frequência em que o comportamento acontece. A modelagem é uma forma de aprender novos comportamentos, é um procedimento de reforçamento diferencial que fará aproximações contínua de um comportamento alvo, e quando acontece o comportamento desejado, ocorre o reforço para que este continue acontecendo. E a punição diminui a probabilidade de o comportamento voltar a se repetir e assim como no reforço a punição também é positiva e negativa.

A punição positiva acontece à adição de um estímulo aversivo, na intenção de diminuir a frequência do comportamento, enquanto na punição negativa acontece a retirada de um reforçador na mesma intenção de diminuir o comportamento indesejado, mas existe um risco desse comportamento retornar com a retirada da contingência punitiva. Uma diferença entre extinção e punição é que enquanto na extinção o comportamento vai diminuindo aos poucos, na punição eles são suprimidos rapidamente, pois punir é mais fácil e rápido, porém não é eficaz. Quem executa a punição pode se tornar um estimulo condicionado que irá elicia respostas emocionais, no caso o sujeito punido pode sentir medo ou raiva daquele que o puniu mesmo em situações onde não esteja sendo punido, isso é resultante do controle aversivo e esse controle gera uma resposta de contracontrole na intenção de fugir ou de se esquivar de algum aversivo que foi colocado por outro indivíduo, e a contingencia de fuga é quando já existe um aversivo no ambiente e o comportamento vai retira-lo, enquanto na contingencia de esquiva o comportamento vem na intenção de adiar ou mesmo de evitar o contato com o estimulo aversivo. Outro controle aversivo é o reforço negativo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Conforme Lima e Mioto (2007) ponderam, este tipo de pesquisa implica na produção de uma síntese com base numa reflexão crítica que acontece a partir do levantamento de referências teóricas já existentes que foram publicadas em meios impressos e eletrônicos.

DISCUSSÃO

A depressão sobre a perspectiva da análise do comportamento, iremos nos debruçar agora sobre esse tema. A depressão é um aglomerado complexo de comportamentos, um tipo de interação com os ambientes onde o sujeito está inserido. Então para compreender o comportamento depressivo é necessário utilizar uma análise funcional dessa interação e relacionar ao contexto individual que ele acontece.

ISSN: 2446-8819

E para o tratamento, vão existir controvérsias, mas um meio que vem se mostrando eficaz contra a depressão mesmo ela sendo severa é a terapia principalmente a cognitiva comportamental e os antidepressivos quando administrados juntos.

A depressão não possui dentro da análise do comportamento uma explicação adequada sobre ela e seu tratamento mesmo existindo pesquisas e os levantamentos de dados que são utilizados para as intervenções, ainda assim existe essa falha. Os focos não levam em conta as interações ambiente-comportamentos, mas estão nos atos biológicos e cognitivos. Existem dois aspectos que são considerados problema na perspectiva analítico-comportamental e este são a noção da motivação interna que gera o comportamento e conseguir definição da depressão através dos sintomas. O DSM-IV (1994), diz que o transtorno depressivo, incluir humor deprimido, falta de animo, alteração no sono, aceleração ou ansiedade, sentir-se inútil, entre outros.

Para o Behaviorismo Radical o comportamento será definido através das interações com o ambiente externo tendo como base os níveis de seleção que são a filogênese, a ontogênese e o cultural e a depressão precisa ser compreendido por meio da análise das contingências que as mantem, ela pode ser descrita como sendo um padrão de interação do ambiente e como um produto de seleção, isso antes de ser tida como patológica.

Na comportamental é mediante as contingências sociais que os indivíduos vão reagir de maneira própria a suas situações corporais, entretanto, isso acontece de maneira verbal. É necessária a interação e vivencia com o estimulo verbal, caso contrário o sujeito não terá recursos para identificar e até descrever o que ele sente. Automaticamente o que ele sente não passará de alterações fisiológicas que ele não conseguirá identificar.

No transtorno depressivo pode ser encontrado o estado menor, o breve e o maior. No menor a diferença esta no grau de severidade que será menor, no breve a duração será menor e no maior a severidade é maior, mas ambos são definidos pelos mesmos critérios. No caso da depressão maior encontramos três níveis, sendo o leve é quando o comprometimento do indivíduo será pouco, já o moderado e o severo é onde ocorrem os delírios e alucinações, estes possuem aspectos que são psicóticos. O transtorno depressivo maior terá maior ocorrência em mulheres, mas não se sabe a causa, existe especulações que seja pela cultura que faz os homens manterem suas emoções reprimidas e o mesmo não é exigido ou cobrado das mulheres, isso de acordo com o DSM-IV e o CID-10.

A pessoa que é depressiva vai ter uma alta ocorrência de irritabilidade, choro, diminuição de interesse por algumas atividades e isso afetará seu comportamento. Para o surgimento e a manutenção da depressão é necessário que tenha uma falta de reforço social e este é gerado entre outros fatores por um conjunto social inadequado. O indivíduo depressivo vai evitar e afastar daquilo que é aversivo para ele e a interação social se torna um desses aversivos a serem evitados.

Possuir vários reforçadores que seriam bons para prevenir a depressão, pois na falta ou perda de um reforçador o sujeito teria outro para fazer a substituição, por mais que essa perda seja muito difícil. A depressão ela pode ser crônica, sendo resultado de punições prolongadas e inevitáveis ligadas a abusos físicos e/ou sexuais

ISSN: 2446-8819

ainda na infância ou ligadas a pais extremamente exigentes e críticos, esse sujeito poderá sofre com depressão crônica.

O transtorno depressivo influencia em todos os âmbitos da vida do sujeito, e isso inclui a sua vida profissional, a depressão ligada ao mercado de trabalho ou ocupacional pode ser dividida com situacional e estrutural. Na situacional o desenvolver das atividades vão proporcionar o aparecimento, o surgimento da patologia, nessa perspectiva a depressão é considerada leve, pois é possível que o trabalhador desenvolva formas para supera-la. E na estrutural as atividades desenvolvidas pelo trabalhador trarão a tona os sintomas do transtorno já existente, nessa perspectiva a depressão é considerada grave, por que o trabalhador perde o controle de si. A depressão está diretamente ligada ao estresse, ao esgotamento, a satisfação no exercício profissional e outros. Uma das causas para que o trabalhador peça demissão das suas funções é a ansiedade, sendo esta gerada por estresse, excesso de tarefas, falta de reconhecimento etc. Os conflitos interprofissionais, salários baixos, falta de lazer também aparecem como causadores para o aumento de casos de ansiedade.

A ansiedade vai influenciar de forma considerável na vida do trabalhador e na rotina das pessoas que fazem parte do seu convívio, é necessário que seja tratado para que não se torne algo crônico. O trabalhador que esteja sofrendo de depressão e ansiedade, o risco de ser afastado do seu trabalho é maior, lembrando que o funcionário adoecido com esses transtornos também é ruim para o seu empregador, essa condição de seu funcionário poderá acarretará em queda na produtividade, gerar rotatividade, absenteísmo e outros, caso esse funcionário deixe seu emprego, isso será ruim para o governo também, pois este indivíduo estará desempregado é necessitará fazer uso de serviços e assistências públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na perspectiva da análise do comportamento esse trabalho foi desenvolvido para compreender como essa abordagem compreende a depressão em pessoas ligada ao mercado de trabalho e como essa patologia afeta a vida desses indivíduos. Desse modo, a intenção ao desenvolver essa pesquisa é contribuir para o tratamento e o diagnóstico desse transtorno, de modo a trazer também uma conscientização para o próprio sujeito e para os indivíduos dos ambientes familiar e principalmente ocupacional, sobre as causas e efeitos da patologia sobre a pessoa que a possui.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM**. 4 ed. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995

BAUM, William M./ **Compreender o Behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. 2°. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Artmed, 2006. 312 p. v. 23cm.ISBN 978-85-363-0697-1.

CAVALCANTE, S. N.. Notas sobre o fenômeno depressão a partir de uma perspectiva analítico-comportamental. **Psicologia**: Ciência e Profissão, v. 17, n. 2, p. 2–12, 1997.

DOUGLER, M.J.& HACKBERT, L. (1994). A behavior-analitic account of depression and a case report using acceptance-based procedures. **The Behavior Analiyst**, 17,321-334.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MOREIERA, M. B.; MEDEIRO, C. A.. **Princípio básicos de análise do comportamento**.-2.ed.-Porto Alegre:Artmed,2019.e-PUB.

RÉGIS FILHO, G. I.. Síndrome da Má-adaptação ao trabalho em turnos: uma abordagem ergonômica. **Production**, v. 11, n. 2, p. 69–87, jul. 2001.

RIBEIRO, H. K. P. et al.. Transtornos de ansiedade como causa de afastamentos laborais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 44, p. e1, 2019.

SKINNER, B. F.; **Ciência e comportamento humano**.-11° ed.- São Paulo: Martins Fontes, p.16, 2003.

SILVA, G. G. J. et al.. Considerações sobre o transtorno depressivo no trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 34, n. 119, p. 79–87, jan. 2009.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: QUAL A IMPORTÂNCIA PARA O PROGNÓSTICO

Rafaela Barcelar Teixeira[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras-chave: Diagnóstico precoce; TEA; autismo; autismo em adultos; prognóstico autismo.

INTRODUÇÃO

De acordo com o DSM 5-TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) o Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento, ou seja, precisa necessariamente apresentar seus sintomas na infância, caracterizado por desenvolvimento atípico, prejuízos persistentes na comunicação e na interação social e padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados, podendo apresentar um repertório restrito de interesses e atividades. E é subdividido em níveis:

- Nível 1 – Exigindo apoio
- Nível 2 – Exigindo apoio substancial
- Nível 3 – Exigindo apoio muito substancial

No presente trabalho será utilizada a classificação do DSM 5-TR e abordado apenas o nível 1 de apoio, que segundo o DSM 5-TR apresenta as seguintes características:

> Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente mal sucedidas. Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência. (DSM 5-TR, tabela 2, pág. 58, 2023).

[1] Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. Email: 209235@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

Schmidt (2017) salienta que em adultos há uma pobreza enorme na vida social, independente e educacional, assim como nas relações de trabalho, isso somado ao fato de o transtorno, por ser uma condição da infância, despertar maior interesse em estudos nesse público, deixando de lado o público adulto, que muitas vezes passa a vida sem ter diagnóstico, ou sem ter políticas públicas para melhora na qualidade de vida.

Por essa perspectiva observa-se a importância de estudar sobre o prognóstico quando acontece um diagnóstico tardio e o quanto é importante na vida da pessoa essa descoberta.

O objetivo deste estudo é entender quais os prejuízos causados na vida do adulto autista nível 1 por não ter recebido diagnóstico precoce, investigar o funcionamento desse público, seus desafios e suas relações sociais.

O presente trabalho será feito a partir de um estudo bibliográfico com revisão de literatura, utilizando as bases de dados Scielo, Google Acadêmico, Pubmed e Cochrane Library, bem como consulta aos manuais descritores e livros relacionados ao tema, pesquisando sobre diagnóstico precoce do TEA, o funcionamento de adultos autistas nível 1 de suporte, quais suas dificuldades e em que implicam no seu dia a dia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os estudos sobre o autismo começaram há muitos anos e foram avançando conforme cresceram as pesquisas na área. As primeiras publicações existentes sobre o tema foram de Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944). Rincón-Rufo et al. (2022) comentam que possivelmente o primeiro caso descrito de uma criança com características autísticas é datado do século XVI, por Johannes Mathesius (1504 – 1565) que escreveu a história de um menino de 12 anos com sintomas graves que se assemelhavam ao autismo.

Em 1943, Leo Kanner publicou o primeiro estudo mais aprofundado sobre o tema, com a obra “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, sendo pioneiro em realizar as primeiras investigações sobre o autismo. De acordo com ele, o transtorno era uma incapacidade de estabelecer laços sociais. Depois de Kanner, foi a vez de Hans Asperger (1906-1980) escrever sobre o tema, em 1944, com a publicação do artigo “A psicopatia autista na infância” estudando quatro jovens. Neste momento, Hans ainda não havia tido acesso ao estudo de Kanner e, coincidentemente, também nomeou os sintomas como sendo parte do autismo.

Em 2013, com o lançamento do novo DSM-5 no Brasil, todas as subcategorias de autismo passam a agrupar em apenas um diagnóstico: Transtorno do Espectro Autista, considerado um transtorno do neurodesenvolvimento, apresentando 3 níveis de gravidade.

A ciência ainda não descobriu a etiologia do transtorno, mas já se sabe que existem muitos genes envolvidos na aparição do TEA, sendo um transtorno grande parte de origem genética: “Os estudos da herdabilidade genética do TEA variam de 40% a 90%, com as estimativas mais recentes em quase 50% de responsabilidade genética. A contribuição genética para o TEA ocorre por meio de um grupo diversificado de mecanismos mutacionais ao longo de muitas vias biológicas.”

ISSN: 2446-8819

(SANCHACK, THOMAS, 2016, p. 972), além de outros fatores de risco biopsicossociais como a idade avançada dos pais, prematuridade, complicações no parto, entre outros.

Os estudos demonstram que é possível obter avanços substanciais por meio de intervenção comportamental intensiva iniciada antes dos 24 meses de idade, uma vez que a plasticidade neural nessa fase é maior e os comportamentos desafiadores são menos predominantes. É crucial que a intervenção precoce efetiva seja iniciada logo após o diagnóstico, sendo individualizada, intensiva e abrangente, isso inclui a educação dos pais e intervenção comportamental. (ZACHOR, 2012).

Sanchack e Thomas (2016) explicam que o número crescente de evidências aponta que a intervenção comportamental intensiva precoce, utilizando a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), tem o potencial de melhorar a capacidade cognitiva, a linguagem e as habilidades adaptativas. O prognóstico é significativamente influenciado pela gravidade do diagnóstico e pela presença de deficiência intelectual. Crianças que alcançam resultados mais positivos tendem a receber intervenções comportamentais mais precoces e intensivas, reduzindo a necessidade de tratamento farmacológico.

O benefício do diagnóstico precoce de TEA se deve à aplicação de intervenções direcionadas ao TEA durante os primeiros períodos de desenvolvimento, onde a plasticidade cerebral e a flexibilidade comportamental estão no auge. Períodos iniciais de desenvolvimento com extensa exploração, flexibilidade comportamental e notável capacidade de aprendizado são seguidos de maturação, que reduz a plasticidade e a flexibilidade para solidificar o conhecimento. (GABBAY-DIZDAR et al. 2022).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa qualitativa feita a partir de revisão bibliográfica. Utilizando para fundamentação teórica revistas científicas, livros impressos, artigos científicos disponíveis nas bases de dados Scielo, Pubmed, Cochrane Library. Foram utilizados materiais nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa. Observando em cada material qual o impacto do diagnóstico precoce do autismo e como isso implica no prognóstico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a presente pesquisa foi possível observar a importância da intervenção precoce no tratamento do transtorno do espectro autista, uma vez que está intrinsicamente ligada ao bom prognóstico. Os estudos apontaram que quando o tratamento se inicia antes dos 2 anos a evolução observada no desenvolvimento da criança é maior com relação àqueles que iniciaram mais tarde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro momento a proposta de pesquisa seria encontrar as implicações do não diagnóstico precoce para a vida do adulto autista, no entanto, encontrou-se

grande dificuldade na pesquisa de materiais bibliográficos com o tema, de pesquisas robustas e científicas. Por isso decidiu-se focar no diagnóstico precoce e efeitos dele no prognóstico.

Observou-se a necessidade de mais pesquisas e estudos que abordem o prognóstico do TEA para a vida de adultos, suas relações sociais e implicações na sua saúde mental, uma vez que é grande a incidência de outros transtornos mentais como comorbidades associadas ao autismo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5-TR. 5.ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

GABBAY-DIZDAR, N.; ILAN, M.; MEIRI, G.; FAROY, M.; MICHAELOVSKI, A.; FLUSSER, H.; MENASHE, I.; KOLLER, J.; ZACHOR, D. A.; DINSTEIN, I. **Early diagnosis of autism in the community is associated with marked improvement in social symptoms within 1-2 years**. Autism. 2022 Aug;26(6):1353-1363. doi: 10.1177/13623613211049011. Epub 2021 Oct 8. PMID: 34623179; PMCID: PMC9340129. Disponível em: < https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34623179/>.

RINCÓN-RUFO, D. et al. **Prediction of Communicative Disorders Linked to Autistic Spectrum Disorder Based on Early Psychomotor Analysis**. Madri: Children, 9, 397, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/children9030397>.

SANCHACK, K. E., THOMAS, C. A. **Autism Spectrum Disorder:** Primary Care Principles. Am Fam Physician. Pág. 972-980. 2016 Dez. Disponível em: <https://www.aafp.org/pubs/afp/issues/2016/1215/p972.html>.

SCHMIDT, C. **Transtorno do Espectro Autista**: Onde estamos e para onde vamos. Psicologia em estudo, Maringá, v. 22 n. 2, pág. 221 – 230, abr./jun. 2017.

ZACHOR, D. A. **Autism spectrum disorders:** a syndrome on the rise: risk factors and advances in early detection and intervention. Harefuah. 2012 Mar. Hebrew. Disponível em: < https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22519265/>.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

MODOS DE PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ATUALIDADE

João Batista Albano[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave: Propósito; Sentido de vida; Produção; Capitalismo; Criatividade.

INTRODUÇÃO

Entender a lógica da subjetivação do sujeito na contemporaneidade é uma maneira de auxiliar na qualidade de vida e na realização pessoal dos indivíduos. O final do século XX e o início de século XXI se caracterizam por doenças psíquicas como a depressão, o Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), a Síndrome de burnout e a Síndrome de personalidade limítrofe. Qual a razão de estarmos tendo um aumento neste tipo de quadro patológico (Han, 2017, p.1).

"A dez mil anos após o nascimento das civilizações históricas" (Morin, 2022, p. 56) a humanidade domesticou as sementes e os animais e, a partir disso precisou proteger sua tribo, terra, ferramentas de invasores e lutar pela sobrevivência do clã. Isso nos tornou ocupados demais tentando cumprir com nossas tarefas e saldar nossos compromissos. E a partir desse novo modo de estar no mundo deixamos de lado atividades e vivencias que nos completavam e abasteciam emocional e psiquicamente.

Diante disso, nossa pesquisa buscou, através de publicações sobre o tema, entender os motivos que levaram os sujeitos, de maneira geral a investirem em objetivos mais imediatos esquecendo dos propósitos coletivos com maior sentido existencial. Buscamos entender possibilidades que abram caminho dentro de perspectivas que não descartem as necessidades de sobrevivência, ou seja, aponte para a possibilidade de encontrar sentido e propósito inserido numa vida burguesa sem sentido e sendo produtivo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Em *A sociedade do cansaço,* Han traz o adoecimento psíquico devido ao foco absoluto no trabalho e no desempenho. Isso é corroborado por Camus que nos apresenta um homem moderno carregando o fardo do trabalho em sua obra

[1] Graduando do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos, email: joaobatistaalbano@yahoo.com.br
[2] Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos, email: eduardo.kobori@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

O Mito de Sísifo, onde sem perspectivas existenciais não lhe resta razões para viver.

Esta construção ou se preferirmos esta desconstrução do indivíduo se acentua a partir do advento do neoliberalismo que são relatados no livro *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* organizado por Safatle, Dunker e Silva Junior. Em Freud foi possível utilizar o pensamento de que "se a vida não tiver finalidade, perderá qualquer valor" (Freud, 2020, p. 19).

Em *A morte é um dia que vale a pena viver* a médica de cuidados paliativos diz que "o que você viveu não é tão importante quanto pensar em como você viveu ou para que você viveu" (Quintana, 2019, p. 176) reforçando a importância de um propósito de vida e o reflexo disso em nossa existência.

Contardo Calligaris traz a percepção de que "a terapia acaba sendo um trabalho quase estético, um trabalho de recriação narrativa de uma vida, que dá atenção a uma vida de tal forma que ela se valoriza" (Calligaris, 2023, p. 71).

Por fim, o livro *Tudo começa em casa* de Donald W. Winnicott mostra-nos que a criatividade precisa ser vivida, é necessário que criemos e ressignifiquemos para dar sentido a uma vida que valha a pena.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi feita a partir de Livros, artigos e publicações que abordassem o tema, o modo de subjetivação na sociedade atualmente e todas as consequências que o atual modelo vem acarretando nos indivíduos. Para tanto foram utilizados o Google acadêmico, o Scielo e livros publicados sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

"O fato de não conseguirmos definir o sentido da vida (ou que não sabemos inventá-lo) se transforma numa dolorosa aflição que nos define" (Calligaris, 2023, p. 84). Estamos de tal maneira envolvidos no trabalho e no desempenho que não sobra espaço na agenda para a contemplação ou tempo para aquele ócio onde se produz e se cria. O sistema privilegia e valoriza a produção excluindo do processo os indivíduos que não o fizerem. Parametriza-se a realização pelo desempenho que "funciona atualmente como medida do sucesso e do fracasso dos indivíduos em uma sociedade que se compõe, pois, de 'vencedores' e de 'perdedores'" (Corbanezi, 2018 p. 347)

Todo propósito tem a particularidade de ser pessoal. Cada indivíduo vai, dentro de sua subjetividade, ter uma razão para seguir seu propósito. Assim devemos pensar em uma educação que desenvolva, que não esteja direcionada apenas para o conhecimento técnico-econômico e, para isso "é necessária uma noção mais rica e complexa do desenvolvimento, que seja não somente material, mas também intelectual, afetiva, moral..." (Morin, 2022, p.60)

A religião que durante muito tempo fez parte do sentido e respondeu às muitas questões, hoje já não ocupa o espaço que auxilie nessa perspectiva. O

ISSN: 2446-8819

mercantilismo, fundamentalismo religioso e o sistema burguês de vida retiraram o aspecto transcendental da fé. Isso porque não se busca conexão com a espiritualidade, mas porque precise repetir a competitividade que vivencia no processo de produção e consumo. “Fazemos parte de uma cultura que acredita que tudo pode dar certo dependendo das vantagens de um determinado comportamento religioso” (Quintana, 2019, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito de nossos tempos se afastou de um sentido para viver. O excesso de trabalho, a sedução do consumo, o fantasma da auto superação como fonte de realização pessoal, o distanciamento do coletivo e a consequente deturpação da espiritualidade uma subjetividade onde deixamos de experimentar nossa humanidade.

É possível aliar um sentido mesmo vivendo o cotidiano, afinal “um ser humano participa do curso evolutivo da humanidade, enquanto segue o seu caminho de vida” (Freud, 2011, p. 88). Encontrar sentido e propósito diz respeito a criar. É descobrir, inventar, fazer do nosso jeito, produzir algo novo mesmo sendo inédito apenas para nós.

Se a psicologia visa dar ao indivíduo condições de responsabilizar-se então, a assunção de um propósito materializa esta responsabilidade quando subjetivamente o sujeito traz para si o compromisso por algo personificado em uma pessoa, grupo, ideologia, fé ou objeto. “A especialidade do terapeuta é buscar entender como valorizar a vida concreta, sem precisar de uma transcendência” (Calligaris, 2023, p. 71).

Adquirir um propósito é almejar a evolução, o desenvolvimento, o aperfeiçoamento de algo além do sujeito e, se podemos ser responsáveis por algo fora de nós podemos também assumir a responsabilidade pelo que será de nós.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. C. Q. A morte é um dia que vale a pena viver. Ed. 1. Rio de Janeiro: **Sextante**, 2016.

Bíblia de Estudo Plenitude. Ed. 1. SBB: São Paulo, 2001.

CALLIGARIS, C. **O sentido da vida**. Ed. 1. São Paulo: Planeta, 2023.

CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. Ed. 1. Rio de Janeiro: Record, 2021.

COLLODI, C. **Pinóchio**. Vol. 480. Porto Alegre: Ed. Newtec, 2014.

CORBANEZI, E. (2018). Transtornos depressivos e capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**: Salvador, v. 31 n. 83, p. 335–353, mai/ago 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/ccrh/a/rkPjhVztHdwQ5Rp4WwcPv7x/?lang=pt#. Acesso em: 09 mai 2023

CORREIA, B. De burnout a depressão: doenças psicológicas ligadas à vida profissional. **Revista Exame**. Disponível em https://exame.com/carreira/de-burnout-a-depressao-doencas-psicologicas-ligadas-a-vida-profissional/. Acesso em 03 mar 2022.

CRUXÊN, O. **A sublimação**. Ed. 1 Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FIGUEIREDO, F. C.; SILVA F. R. Q. A verdade como fundamento da felicidade na obra de santo agostinho. **Revista Ideação**: Caxias do Sul. v. 1, n. 44, p. 299 – 312. Dez 2021. Disponível em https://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/7253. Acesso em 01 ago 2023.

FREUD, S. **O Futuro de uma ilusão**. ed. 1. Vol. 17. São Paulo: Schwarcz, 2014.

FREUD, S. **O mal estar na civilização**. ed. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HAN, B. C. **A sociedade do cansaço**. ed. 2. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARARI, Y. N. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Ed. 24. Porto Alegre: LP&M, 2017.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo: Diário de uma favelada**. Ed.8. São Paulo: Ática, 2001.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. Ed. 1. São Paulo: Companhia da Letras, 2020.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2022.

PLATÃO. **O mito da caverna**. Ed. 1. São Paulo: Edipro,2015

RIBEIRO, C. C; YASSUDA, M. S; NERI, A. L. Propósito de vida em adultos e idosos: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, n. 6. Disponível em https://www.scielo.br/j/csc/a/FzfjGxbtPptmmNVndbvgZvq/?lang=pt#. Acesso em 08 nov. 2021.

SAFATLE, V. et al. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, D. M. B. Logoterapia: compreendendo a teoria através de mapa de conceitos. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 68, n. 2, p. 128-142, 2016. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/2290/229048487011.pdf. Acesso em 07 abr 22.

SOUZA, J. J. B. Angústia e felicidade na filosofia de Santo Agostinho. **Revista Ágora Filosófica**, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/85. Acesso em 19 jul. 2023.

TOREZAN; Z. F. **Sublimação, ato criativo e sujeito na psicanálise**. 1.ed. Londrina: UEL, 2012.

WINNICOTT, D. W. **Os ambientes e o processo de maturação**: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. 2. ed. Artmed: Porto Alegre, 2007.

WINNICOTT, W. D. **Tudo começa em casa**. 2. Ed. Ubu: São Paulo, 2022.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

NARCISISMO E AUTOESTIMA: UMA VISÃO PSICANALÍTICA SOBRE AS POSSÍVEIS FALHAS NARCÍSICAS E OS IMPACTOS NA AUTOESTIMA DO ADOLESCENTE

Giovana Campos Theodoro[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave: Autoestima. Autoimagem. Narcisismo. Psicanálise. Psicologia.

INTRODUÇÃO

O termo “Narcisismo” vem, a princípio, da descrição clínica feita por P. Näcke, em 1899, para designar a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo, como se este fosse um objeto sexual (FREUD, 1914-1916/2010, p.14). Sigmund Freud utiliza o termo narcisismo, inicialmente, para explicar a escolha do objeto dos homossexuais e discorrer sobre estudos relacionados à esquizofrenia e psicose. Entretanto, a descoberta do narcisismo, leva Freud a propor a existência de uma fase da evolução sexual intermediária entre o autoerotismo e o amor de objeto (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.287). Em psicanálise, podemos salientar que o narcisismo é a condição necessária para a subjetividade e posteriormente, é a partir do narcisismo que irá abranger a formação e constituição da instancia egóica do Eu. É também a partir do narcisismo que desenvolvemos os nossos parâmetros ideais, desejos e sonhos, e estamos a todo momento desejando, idealizando, pois, somos movidos pelos desejos.

O presente estudo abrange uma relação entre a teoria psicanalítica do narcisismo e a constituição da autoestima[3], tem como foco contribuir para a compreensão da construção da autoestima do adolescente na atualidade. Objetiva-se explanar ao longo desta pesquisa, como nossas escolhas de vida são influenciadas pelas escolhas objetais narcísicas inconscientes, movidas pelas pulsões.

Destacamos também o desenvolvimento emocional, que é parte fundamental para a constituição da autoestima. De acordo com James (1890), a autoestima pode ser caracterizada como uma questão que engloba as dimensões sociais, mas, além disso, abrange múltiplos fatores, ou seja, um conjunto de características subjetivas

[1] Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário de Ourinhos UNIFIO (2018), graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Ourinhos UNIFIO (2023). Email: 193753@unifio.edu.br.
[2] Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, especialista em História, Arte e Cultura pela Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo UNIFESP, Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos UNIFIO (2023). Email: Eduardo.kobori@unifio.edu.br.
[3] Desde o início da nossa pesquisa, elucidamos que cada processo de constituição e construção da autoestima é único, considerando os aspectos da subjetividade e as questões biológicas, psicológicas e sociais. A nossa explanação se baseia em estudos e referenciais teóricos que podem influenciar na constituição da autoestima, nossa intenção não é generalizar.

ISSN: 2446-8819

que englobam a singularidade do sujeito. Além disso, Vasco (2009) defende a ideia de que o bem-estar dos indivíduos depende da capacidade de regulação de polaridades dialéticas, dentre elas, a autoestima, que envolve a capacidade de estar satisfeito consigo e se auto estimar.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A partir de um viés psicanalítico, quando falamos em narcisismo, estamos falando também em investimentos libidinais, Freud (1914/2010) explica que inicialmente os investimentos libidinais são direcionados ao Eu onipotente e posteriormente cedido aos objetos. Green (1988) destaca o que podemos entender com o narcisismo primário: a organização das pulsões sexuais, estendem-se em investimento unitário ao Eu. Contudo, Laplanche e Pontalis (2022 p.290) abrangem em sua explanação, que o narcisismo primário designa um estado precoce em que a criança investe toda a sua libido em si mesma.

Dando prosseguimento, o processo de narcisismo secundário, se designa por um retorno ao Eu dos investimentos da libido que agora são cedidos aos objetos (LAPLANCHE; PONTALIS, 2022, p.287-290). O Pai da Psicanálise compreende o ego como um grande reservatório libidinal, sendo que a libido é direcionada aos objetos e então abre-se a possibilidade de o ego absorver tal libido que reflua (FREUD, 1914/2020). Garcia-Roza (2008, p.44) ressalta que os investimentos libidinais direcionados ao Eu, passam a incidir sobre as representações de objetos, o retorno desse investimento libidinal ao Eu, posteriormente passa a ser um investimento objetal narcísico, ou seja, neste período, os investimentos sucedem do único investimento ao Eu, para o investimento em objetos externos. Nasio (1997/2021) complementa salientando que a criança sai do narcisismo primário, quando se vê confrontada com um Ideal com o qual tem que se comparar, indo para o narcisismo secundário, que agora, possui um objeto ideal para ser investido libidinalmente, de forma inconsciente.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo propõe uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, sendo realizado inicialmente um levantamento de dados e busca de referenciais teóricos, posteriormente, leituras e pesquisas em estudos que correlacionam com o tema em questão. Buscamos autores contemporâneos em concordância com a teoria do narcisismo postulada por Freud e sua obra original *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos* (1914-1916/2010) realizamos uma análise bibliográfica e um breve percurso cronológico referente ao conceito de narcisismo e as possíveis relações e impactos na construção da autoestima, especificamente na fase da adolescência na atualidade.

Para elucidar, alguns dos autores e referenciais teóricos utilizados durante nossa indagação, foram: Aberastury e Knobel (1981) para explanar sobre o fenômeno da adolescência; Assumpção e Reale (2002) para abordar questões relativas aos parâmetros de autoestima em diferentes fases da vida; Castro e Sturner (2009) e Winnicott (1975) para retratar pontos relacionados ao desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes; Garcia-Roza (2015) em concordância com a teoria do

ISSN: 2446-8819

Narcisismo de Freud (1914-1916/2020); Laplanche e Pontalis (2022) ao entendimento dos termos psicanalíticos e vocabulário em psicanálise; e por fim, para explanar sobre as especificidades da adolescência (Levy (2007); Vasco 2009; James (1980), entre outros autores que embasaram o presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das pesquisas realizadas até o presente momento, analisamos que as figuras genitoras possuem papel fundamental na constituição da autoestima e grande parte desta, inicialmente se constitui no período da infância. Fatores sociais e biológicos causam grandes influências no que se refere a este processo de constituição da autoestima e salientamos que cada processo de constituição desta, é único e individual. Para além disso, as novas formas de subjetivação sobrepostas da atualidade permeiam a adolescência em aspectos diversos, como no individualismo fortemente presente. Birman (2021 p.25) ressalta que os destinos dos desejos assumem uma direção exibicionista e autocentrada, no qual o intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido das trocas inter-humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de nossa pesquisa acadêmica, foram observados dados que coincidem com a forte influência das figuras genitoras[1] no processo de constituição da autoestima dos adolescentes e as influências externas nos padrões de escolhas particulares da vida, como nosso companheiro amoroso, profissão, nossos padrões, limites e aceitações. Fatores diversos podem interferir nas especificidades que englobam este processo de constituição da autoestima, como questões sociais, valores, crenças, religião, fatores biológicos, entre outros.

Por fim, mediante aos estudos bibliográficos, esta indagação evidencia sob um viés psicanalítico os aspectos relacionados não somente ao processo de constituição da autoestima, mas, para além disso, as escolhas narcísicas inconscientes que fazemos ao longo da vida que permeiam o nosso Ideal de Eu. A presente explanação, traz contribuições para a área acadêmica, considerando que atualmente, possuem poucos dados na literatura voltados para este viés específico.

REFERENCIAS

ABERASTURY. A. KNOBEL. M. **Adolescência Normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ASSUMPÇÃO F.B. REALE D. **Práticas Psicoterápicas na Infância e Adolescência**. São Paulo: Manoele, 2002.

[1] Quando mencionado durante toda a explanação o termo" figuras genitoras" estamos nos referindo a quem faz o papel de cuidados primários com o bebê, suprindo suas necessidades básicas, não necessariamente o genitor ou a genitora.

BULFINCH T. **O livro de Ouro da Mitologia: histórias de deuses e heróis.** 27°ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 17°ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASTRO, M. G. K.; STURNER, A.; Et. al**. Crianças e adolescentes em psicoterapia: a abordagem psicanalítica**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ERINKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise.** Rio de Janeiro: Guanabara,1987.

FREUD. S. **Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GARCIA-ROZA. L.A. **Introdução à Metapsicologia Freudiana**. 7°Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GREEN. A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.
JAMES. W. **The Principles of Psychology**. Volume I. New York: Henry e Holt and Co, 1890.

LAPLANCHE, J**.** PONTALIS. J.B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

LEVY. R. A Adolescência no Brasil, hoje. **Convegno Essere Adolescenti Oggi.** Milão, 13 de janeiro de 2007. Disponível em: https://psicanalisedownload.files.wordpress.com/2012/08/programacao_1611.pdf Acesso em 27 de junho de 2023.

NASIO J.D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VASCO. A.B. Sinto e penso, logo existo! Abordagem integrativa das emoções. Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE. **PsiLogos**. Volume 11. Pág. 37-44. junho, 2013. Disponível em http://www.psilogos.com/Revista/Vol11N1/Indice14_ficheiros/Psilogos_Antonio_Branco_Vasco_pag37_44.pdf Acesso em 27 de junho de 2023.

WINNICOTT. D. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

WINNICOTT. D. **Bebês e suas mães**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WINNICOTT. D. **Processos de amadurecimento e o ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

NARCISISMO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Aline Quennehen Vieira[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave: Narcisismo; Sujeito; Psicanálise; Sociedade Contemporânea.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vem apresentando cada vez mais conflitos internos, externos, sofrimento psíquico e outros tipos de violência. Em paralelo ocorrem as manifestações narcisistas, em especial, no que tange a aparente narcisismo coletivo que exibe a obsessão de alguns em idolatrarem a si próprios, negando as diferenças. Um cenário em que, diante da formação de bolhas narcísicas que fulminam a alteridade e onde as diferenças são vivenciadas como uma ofensa ao "eu", o narciso contemporâneo destila ódio que, em última análise, deriva da ausência de linguagem (Pachà, 2022, p. 12).

Freud, desenvolveu a Teoria do Narcisismo, indicando como este se perfaz, bem como sua influência nas relações interpessoais e sociais, e respectivas consequências no funcionamento psíquico dos indivíduos isoladamente considerados. Permitiu assim descrever e analisar, num primeiro momento, o sujeito que investe sua libido apenas no interno, se satisfazendo no autoerotismo. (Freud 2010, p. 17-19).

Deste modo, o objetivo desta pesquisa é demonstrar a correlação entre o sofrimento psíquico nos dias atuais, para com as relações interpessoais da sociedade contemporânea, a partir da teoria psicanalítica Freudiana do 'Narcisismo'.

Para isso, examinaremos como essa forma de subjetivação tem contribuído para o aumento do sofrimento psíquico e dos diagnósticos atuais. Da mesma forma analisaremos as práticas de vínculos acometidos na sociedade atual, considerando os contextos sociais, laborativos, familiares e amorosos. Bem como, considerar acerca de eventual vulgarização da teoria/expressão narcísica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O termo narcisismo vem da mitologia grega. A partir então Freud desenvolve a Teoria do Narcisismo. Iniciou-se pelo estudo da relação entre narcisismo e perversão, tendo adotado essa ideia que vinha de P. Nack em 1899 (Freud, 2010). O narcisismo estaria para além da perversão. Segundo Freud (2010, p. 14) "o narcisismo não seria

[1] Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos/SP - UNIFIO. E-mail: 266667@unifio.edu.br
[2] Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), professor do curso de Psicologia Centro Universitário de Ourinhos. E-mail: eduardo.kobori@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

uma perversão, mas o complemento libidinal do egoísmo do instinto[1] de autoconservação, o qual justificadamente atribuímos uma porção a cada ser vivo". De forma que organiza uma reflexão teórica sobre o narcisismo, o que antes não estava inserido nos estudos da psicanálise.

Vislumbra que o narcisismo primário é o esboço do Eu. E, que o narcisismo primário do bebê se origina de seus pais, ou seja, o bebê é a reprodução do narcisismo primário de seus pais. A narcisização do bebê é pelo olhar, cuidados e amor do outro parental. A criança deve realizar os sonhos não realizados de seus pais. A projeção que os pais fazem sobre a criança, buscando nelas a satisfação de suas necessidades não realizadas. O investimento libidinal por parte de seus cuidadores é necessário para a formação do Eu do sujeito em desenvolvimento. (Freud 2010, p. 36-37)

A fase do autoerotismo e a escolha de objeto, é marcada como uma etapa importante no desenvolvimento psicossexual. A paranoia e a esquizofrenia é o retorno deste estado. É o que leva o conceito de narcisismo secundário. Isso ocorre quando Eu não encontra satisfação no objeto externo.(Marini; Martinez, 2019). Contudo, assim como explicitado na citação anterior, o narcisismo secundário é etapa permanente na vida do sujeito e, nem sempre, patológica.

Novas formas de sofrimento psíquico refletem a relação deste sujeito com o seu meio social. De acordo com Birman a contemporaneidade se revela como uma fonte permanente de surpresa para o sujeito e questões relacionadas à economia, política, ciências, artes e cotidianeidade, fazem com que este se choque com o imprevisível, trazendo desnorteamento. O mesmo autor relata sobre como a sociedade atual produz novas formas de significação, trazendo o olhar do outro como um fator primordial para a valorização pessoal e aprovação, algo que antes era constituído sobre uma lógica de interioridade e autoconhecimento. Nas palavras do psicanalista:

> [...] a subjetividade construída nos primórdios da modernidade tinha seus eixos constitutivos nas noções de interioridade e reflexão sobre si mesma. Em contrapartida, o que agora está em pauta é uma leitura da subjetividade em que o autocentramento se conjuga de maneira paradoxal com o valor da exterioridade.(Birman, 2001, p.23).

De forma que a perspectiva que se tem hoje sobre a subjetividade sofre influência do foco em si mesmo, que se conjuga de maneira paradoxal com a importância que se dá ao que os outros pensam. Essa nova forma de subjetividade é apreciada pela sociedade gerando o mal-estar.

MATERIAIS E MÉTODOS

[3] Instinto é uma idiossincrasia do tradutor Paulo Cesar de Souza, na qual se refere à pulsão.

ISSN: 2446-8819

Utilizar-se-á como método o dedutivo-indutivo, lastreado em pesquisa bibliográfica com ênfase na teoria psicanalítica, aplicada a eventos e manifestações individuais e coletivas contemporâneas, que demonstrem verve narcísica.

O material utilizado para a realização desta pesquisa compõem-se de livros e artigos que dizem respeito à teoria psicanalítica, em especial de autoria dos psicanalistas Freud: Introdução ao Narcisismo, Mal estar na civilização, Green: Narcisismo de Vida, Narcisismo de morte, Garcia-Roza : Freud e o Inconsciente, Birman: O Sujeito na Contemporaneidade, Mezan: A trama dos Conceitos. Que serão citados às referências bibliográficas de forma especificada, após sua utilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, foram analisados livros e artigos que abordam o conceito de narcisismo de acordo com a teoria psicanalítica descrita por Freud e a sua relação com a sociedade contemporânea.

Diante dessas analises realizadas foi possível pensar a importância do tema narcisismo para a clínica e também a nossa reflexão enquanto sujeitos na sociedade contemporânea.

Permitiu-se compreender também, quando se fala de narcisismo se fala da formação do Eu. Quando o sujeito recebe o amor de seus pais/cuidadores um investimento libidinal do externo, que Freud vai nomear de narcisismo primário. E isso ocorre quando o sujeito foi amado o suficiente.

Os pais atribuem no bebê tudo aquilo que eles não foram, ou seja, os filhos são atribuídos a cumprirem o ideal de seus pais. Entendeu-se que, quando atribui esse investimento no Eu de uma maneira muito massiva, esse Eu acaba sendo fragilizado. Pois irá funcionar em prol desse ideal de Eu e não do Eu ideal.

É perceptível que hoje o mal-estar contemporâneo atravessa o corpo, a pulsão acaba se ligando a valores estéticos, o uso excessivo de substâncias psicoativas, a violência. Tentando assim dar um contorno a esse Eu.

Diante do que foi apresentado, é possível perceber nos estudos de Freud sobre o narcisismo a sua relação com a sociedade contemporânea. É importante ressaltar que esta pesquisa ainda esta em andamento, é necessário se aprofundar nos teóricos contemporâneos para uma melhor compreensão e analise sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o que foi apresentado até o momento desta pesquisa, o sujeito precisa ser amado, para depois aprender a amar. Ou seja, o individuo que não recebe esse amor, cria-se uma realidade de onipotência para ele próprio e não se estabelece uma relação objetal.

Portanto, se o Eu não esta forte o suficiente, ainda que ocorra a relação com o objeto, esta não se desenvolverá de maneira saudável como poderia ou deveria.

Por sua vez, o sofrimento psíquico revelou fatores biológicos, psicológicos e sociais. A contemporaneidade se apresenta como uma era de constante demanda. A sociedade vem demonstrando novas formas de significação, onde o olhar do outro é

ISSN: 2446-8819

primordial para a sua autoestima e bem estar. O que dificulta a formação de identidades sólidas, autonomia e os laços sociais.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **Mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação.** Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira: 2016 (recurso digital).

_____. **O Sujeito na Contemporaneidade.** 4ª ed., Rio de Janeiro, ed. Civilização _Brasileira: 2001.

_____. **A Psicanálise e a Crítica da Modernidade.** Conferência realizada na mesa-redonda de abertura “Enjeux de la modernité”, no I Congresso Internacional de Psicanálise do Espace Analytique, cujo tema geral era “Psychanalyse et figures de la modernité, realizado no Maison de la Chimie, de 19 a 22 de novembro de 1998, em Paris.

_____. **O Sujeito na Contemporaneidade**: espaço, dor e desalento na atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2021.

BULFINCH, Thomas. (2006). **O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis.** *Eco e Narciso* (p. 107- 111). Rio de janeiro. Ediouro.

FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo.** In Obras Completas Volume 12: Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).

MARINI, Silvia. MARTINEZ, Viviana Carola Velasco. **O Narcisismo e a relação com a alteridade nas psicoses sob os olhares de Freud, Tausk e Federn.** *Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental,* 22 (2), 298-313. http://dx.doi.org/1-;1590/1415-4714.2019v22n2p298.8.

PACHÁ, Andréa. **A vida não é justa.** Rio de Janeiro, ed. Intrínseca: 2022, p.12)

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

NOVOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E A REPERCUSSÃO NO ADOLESCER

Ana Clara Consoni Mossini[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave: Adolescência; Contemporâneo; Psicanálise; Subjetividade.

INTRODUÇÃO

Este é um estudo que busca investigar as novas formas de subjetivação na contemporaneidade e como elas afetam o processo de desenvolvimento dos adolescentes. O objetivo desde trabalho é compreender como as mudanças sociais, culturais e tecnológicas têm impactado a construção da identidade dos jovens e sua saúde mental utilizando obras de Joel Birman (2007) e Figueiredo (2018). Ao longo deste trabalho, serão apresentados conceitos fundamentais para a compreensão da dinâmica adolescente em Aberastury (1981), Rappaport (1993), Gueller (2017), assim como o narcisismo e as classificações do desenvolvimento psicossexual propostas por Sigmund Freud (2016) e revisitadas em Winnicott (2022) e Klein (1981).

Além disso, serão discutidas as novas configurações familiares perpassando por Freud (2010) e Lacan (2003), a sociedade do espetáculo descrita por Debord (2003) e cultura do narcisismo na sociedade contemporânea exposta por Lasch (1983), bem como suas implicações na construção subjetiva dos adolescentes. Também serão expostos os impactos da tecnologia no processo de construção de identidade apoiando-se nos estudos de Geller (2017). Para alcançar esse objetivo, utilizaremos de obras psicanalíticas e filosóficas que abordam a temática, além de explorar artigos científicos e dissertações que investigam as novas formas de produção de sofrimento e demandas clínicas adolescentes.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O presente trabalho se inicia expondo algumas fases importantes no desenvolvimento psicossexual da infância, tais como o narcisismo primário e secundário e a fase de latência propostas por Freud (2010). No narcisismo primário, fase esta que antecede a formação do eu e que está presente nos primeiros meses de vida do sujeito, as pulsões do bebê se voltam inteiramente para si e para o descobrimento de suas zonas erógenas que, neste momento, se encontram principalmente no paladar e no tato. O narcisismo secundário é o momento em que ocorre uma retirada parcial da libido dos investimentos objetais, ou seja, das ligações

[1] Aluna do 10º termo do Curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP. E-mails: 267702@unifio.edu.br
[2] Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email: eduardo.kobori@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

afetivas com esses objetos externos, e uma possível concentração da energia psíquica no ego. A fase de latência, que acontece geralmente entre seis a dez anos, é um importante período da infância para se compreender a adolescência porque é o momento em que os impulsos sexuais estão “adormecidos”. Mas, na verdade, estes estão direcionados a outras atividades, geralmente intelectuais. Portando, assim que a puberdade começa apontar e mudanças físicas aparecerem, juntamente com o aparecimento das chamadas secreções (Freud, 2010), as pulsões passam a se direcionar aos órgãos genitais. Essas mudanças repercutem no sujeito através dos três lutos principais da adolescência (Aberastury, 1981), sendo estes o luto pelo corpo infantil, pelos ímagos parentais e pela identidade infantil.

Nessa transição, o adolescente começa também a ocupar espaços fora do ambiente familiar e conhecer para além do que lhe fora ensinado. Essa expansão de mundo, para o sujeito, traz consigo diversos questionamentos sobre costumes, sobre crenças, sobre relações. Essa inquietação do jovem é necessária para que o adolescente possa, desta forma, construir sua própria identidade. Aberastury (1981) ainda vai dizer que essa “crise” adolescente é algo saudável para que eles assimilem todas essas mudanças e para que ele reconstrua seu Eu.

Para compreender algumas das angústias presentes na contemporaneidade, utilizamos num primeiro momento estudos de três importantes pensadores e críticos sociais; Joel Birman (2007), que se apoia em dois termos já estudados, um deles por Lash (1983) e outro por Debord (2003). Estes são chamados, respectivamente, de cultura do narcisismo e a sociedade do espetáculo.Ou seja, na primeira delas a problemática circunda em torno da crescente individualização na sociedade atual, sustentada pela sociedade de consumo, evidenciada na satisfação de desejos efêmeros, vestindo máscaras sociais (Lasch, 1983). A sociedade do espetáculo traz à luz reflexões sobre como os sujeitos vêm se ocupando em investimentos da própria imagem. Isso acontece principalmente com o avanço da mídia, dos anúncios e imagens que fazem com que as pessoas deixem de refletir sobre o sentido da vida, e passem a viver de forma automática e vazia.

Birman (2007) une esses dois pensamentos e afirma que o narcisismo é uma condição psíquica que busca satisfações pessoais para engrandecer o eu, em detrimento do social. Também afirma que, na modernidade, os sujeitos se ocupavam das autoreflexões, enquanto hoje se preocupam em como serão vistos.

Posteriormente, redirecionamos o olhar às novas configurações familiares e em como isso repercute nas crianças e adolescentes. Freud (2010) e Lacan (2003) chamam atenção para o declínio da função paterna nas famílias atuais. Isso se torna um problema pessoal e social quando pensamos que é a partir do complexo de Édipo que ocorre a castração, sendo este o processo fundamental para a criação de leis internas e externas. Quando este não acontece, o sujeito pode enfrentar dificuldades nas relações interpessoais e afetivas, e na apropriação das normas sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, e foi desenvolvido por meio de revisões bibliográficas a partir de uma revisão narrativa de artigos científicos, dissertações e obras literárias que abordam as temáticas presentes

ISSN: 2446-8819

ao longo da pesquisa, a fim de obter uma compreensão mais aprofundada do tema, através da analise de documentos (Marconi & Lakatos, 2021).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa nos faz refletir sobre como a sociedade vêm nos ensinando a nos perceber no mundo, sobre como as mídias interferem na nossa construção subjetiva, perpetuando a redução de nossa humanidade a vitrines, nas quais "vendemos" quem somos acentuando a superficialidade (Birman, 2007). Também nos ajuda a compreender os processos de maturação dos sujeitos da a infância até a adolescência construídos por Freud (2016) e Winnicott (2022).

Ao falarmos sobre as novas construções familiares, compreendemos o impacto que isso causa na construção dos sujeitos, e ajuda entender os fenômenos sociais através das lentes psicanalíticas. Ainda temos um longo caminho a percorrer para que seja feita a manutenção de nossa sociedade, na tentativa de tornar o mundo um lugar mais acolhedor e restabelecer a humanidade que nos fora tirada (Birman, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto na pesquisa, reconhecemos a importância da psicanálise para a compreensão dos fenômenos sociais e como isso repercute na nossa subjetividade. Esta contribui também com o estabelecimento de um mundo mais acolhedor e possível de se viver.

Até agora, pude me apoiar, principalmente, em Freud (2016), Aberastury (2008), Birman (2012), Clerget (2004), Gueller (2017), Vannucchi (2019) e Winnicott (2022).

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. SãoPaulo:Artmed,2008.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: A psicanálise e as novas formas de subjetivação. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. ISBN 9788520004920.

BIRMAN,Joel. **sujeitonacontemporaneidade**.CivilizaçãoBrasileira;2ªEd;2012.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. **Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde.** Vol.52.Setembro. 2021.

CLERGET, Dr. Stéphane. **Adolescência**: A crise necessária. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Ebook: EBooksBrasil, 2003.

FIGUEIREDO, L.C. **Trauma e dissociação na "contemporaneidade":** De volta ao assunto vinteanos depois. Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro - CPRJ – Brasil. vol.40 n.39. Rio de Janeiro,jul./dez. 2018.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. ISBN 9788535927832.

GUELLER, Alfredo. Droga de celular! Reflexões psicanalíticas sobre o uso de eletrônicos. In: BAPTISTA, Angela; Jerusalinsky, Julieta. **Intoxicações Eletrônicas**: O sujeito na era das relações Virtuais. Salvador; Álgama, 2017. ISBN 9788585458430.

LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. ISBN 8571107513.

LASCH, Christopher. **A Cultura do Narcisismo**: A vida americana numa era de esperança em declínio. Rio de Janeiro: Ímago, 1983.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria . **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2021. ISBN 978-85-97-02654-2.

KLEIN, Melanie. **Psicanálise da Criança**. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

RAPPAPORT, Clara Regina; RUFFINO, Rodolpho; GOLDENBERG, Ricardo; PENNACHI, Rosely F. S.; HASSAN, Sara Elena ; GURFINKEL, Aline E. Camargo; GURFINKEL, Decio. **Adolescência**: Abordagem psicanalítica. São Paulo: EPU, 1993. ISBN 8512604700.

VANNUCCHI, Ana Maria Stucchi**. Entre a "balada" e o convento: reflexões sobre análise de adolescentes**.Rev.Bras.Psicanálise.,vol. 38(2):271-284, 2004.

VANNUCCHI, Ana Maria Stucchi. **Solidão, solitude, isolamento social: vivências de adolescentes**. Encontrodecrianças eAdolescentes doGEP/Campinas.Out.2019.

WINNICOTT, Donald W.**Processos de amadurecimento e ambiente facilitador**. São Paulo: UBU Editora, 2022. ISBN 9788571260719.

WINNICOTT, Donald W.. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martinsfontes, 2005. ISBN 9788533621442.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O DESENVOLVIMENTO DO REPERTÓRIO DE HABILIDADES SOCIAIS A PARTIR DO PROCESSO DE PSICOTERAPIA

Ana Paula Giacomini Magdanelo
Giovana Regina de Souza
Jéssica de Andrade Tendresch
Jonathan Ribeiro da Costa Pereira
Luana Costa Rodrigues
Luciana de Paula Vidal
Rafaela Barcelar Teixeira
Síntique Ferreira da Silva
Thainara Aline de Azevedo
Thais Carneiro de Mello Jorge[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras-chaves: Assertividade – Habilidades sociais – Comportamento

INTRODUÇÃO

Interações humanas são objeto de estudo da psicologia há muito tempo, e esse assunto não interessa somente à análise do comportamento. Estabelecer e manter relacionamentos saudáveis comumente é tido como um objetivo do processo de psicoterapia, ainda que a queixa principal não esteja diretamente ligada a essa demanda. Relações interpessoais fazem parte do convívio entre os seres humanos e, portanto, podem ser consideradas fontes importantes de reforçadores.

A prática da psicoterapia visa, de forma ampla, o bem-estar do cliente. Nesse contexto, a psicoterapia analítico-comportamental tem como objetivo ajudar os clientes a identificarem e descreverem seus comportamentos, produzindo maior nível de autoconhecimento. Além disso, há a busca de desenvolvimento de um repertório comportamental que possibilite maior acesso a reforçadores (BOLSONI-SILVA, 2002). Nesse sentido, o desenvolvimento de um repertório adequados de habilidades sociais (HS) se faz necessário como parte importante na busca por reforçadores, uma vez que interações sociais saudáveis podem contribuir para maior qualidade de vida (CABALLO, 2003).

O presente estudo bibliográfico tem como objetivo descrever a importância do desenvolvimento do repertório de habilidades sociais, bem como formas efetivas de se conduzir esse trabalho a partir do processo de psicoterapia. Para isso, estabelecemos como norte a abordagem da Análise do Comportamento, delimitando,

[1] Graduandos do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. E-mail para contato: 210043@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

portanto, o uso de materiais que sejam específicos dessa linha teórica. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de livros e artigos científicos que abordem sobre esse tema, utilizando palavras-chave como: habilidades sociais, análise do comportamento, assertividade.

Compreendemos que essa temática se justifica pela abrangência, importância e aplicabilidade na vida dos seres humanos, uma vez que somos, a todo momento, participantes de interações e conexões humanas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A prática da psicoterapia visa, de forma ampla, o bem-estar do cliente. Nesse contexto, a psicoterapia analítico-comportamental tem como objetivo ajudar os clientes a identificarem e descreverem seus comportamentos, produzindo maior nível de autoconhecimento. Além disso, há a busca de desenvolvimento de um repertório comportamental que possibilite maior acesso a reforçadores (BOLSONI-SILVA, 2002). Nesse sentido, o desenvolvimento de um repertório adequados de habilidades sociais (HS) se faz necessário como parte importante na busca por reforçadores, uma vez que interações sociais saudáveis podem contribuir para maior qualidade de vida (CABALLO, 2003).

Habilidades sociais são comportamentos que expressam sentimentos, ações e opiniões adequadas no contexto em que está inserido, permitindo a diminuição de possíveis adversidades futuras (CABALLO, 2003). Nesse contexto, o autor afirma que não há como falar de HS sem falar sobre contexto cultural, uma vez que esse último deve sempre ser considerado quando se fala desse assunto. Isso porque os padrões de comunicação podem variar de acordo com cada cultura, exigindo, portanto, habilidades diferentes em cada contexto. Além desses aspectos, o objetivo que se deseja alcançar em determinada situação também deve ser levado em conta, pois um comportamento visto como apropriado em uma situação pode não ser em outra, ou ainda, duas pessoas ou até a mesma pessoa pode se comportar de formas diferentes em situações parecidas e, ainda assim, apresentar o mesmo grau de habilidade social. Sendo assim, não há um critério absoluto que defina as habilidades sociais (CABALLO, 2003).

Ainda assim, alguns autores trazem definições e categorizações importantes acerca das HS, o que facilita o entendimento sobre essas habilidades. Del Prette e Del Prette (2017) dividem os comportamentos sociais em dois grupos: os desejáveis e os indesejáveis. Para os autores, comportamentos sociais desejáveis são aqueles que são orientados para o respeito mútuo entre os sujeitos que estão em interação. Esse critério, no entanto, também leva em consideração as consequências produzidas pelo comportamento e os efeitos dessas consequências para os indivíduos, para o grupo e para a comunidade (Del Prette e Del Prette, 2017). Ainda nesse contexto e ampliando esses conceitos para a visão analítico-comportamental, entende-se que os comportamentos, tanto os desejáveis quanto os indesejáveis, são mantidos pelas suas consequências: comportamentos que produzem consequências reforçadoras positivas ou negativas tendem a aumentar de frequência, enquanto que os comportamentos que são punidos ou não geram consequências reforçadoras, tendem a diminuir de frequência. Essa definição é relevante, pois, comumente vemos

ISSN: 2446-8819

comportamentos socialmente indesejáveis se repetirem de forma constante e, sem a atenta avaliação funcional, podemos compreender esse comportamento como sendo apenas parte do próprio indivíduo, e não parte da interação que se estabelece desse indivíduo com seu ambiente.

Uma definição bastante objetiva e, ao mesmo tempo, completa sobre habilidades sociais é trazida por Del Prette e Del Prette:

> Habilidades Sociais referem-se a um construto descritivo dos comportamentos sociais valorizados em determinada cultura, com alta probabilidade de resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e comunidade, que podem contribuir para um desempenho socialmente competente em tarefas interpessoais (Del Prette e Del , Prette, 2017, p. 24)

Habilidades Sociais, dentro da Análise do Comportamento, se refere a comportamentos considerados adequados e que apresentam maior probabilidade de produzir reforçadores no ambiente, desenvolvendo, portanto, um melhor desempenho social. Uma pessoa habilidosa pode promover situações sociais satisfatórias favorecendo o aumento de reforçadores e prevenindo e/ou reduzindo dificuldades psicológicas. O termo HS geralmente é utilizado para indicar um conjunto de capacidades comportamentais aprendidas que envolvem interações sociais. Uma vez que assumimos a ideia de que as HS envolvem habilidades e, portanto, podem ser desenvolvidas, a psicoterapia pode ser aliada a esse processo, contribuindo para o aprendizado de novos repertórios comportamentais que podem ser essenciais para o estabelecimento e manutenção de reforçadores importantes para o indivíduo.

Nesse sentido, a psicoterapia pode contribuir para a aquisição dessas habilidades e, consequentemente, como o aumento da produção de reforçadores na vida do paciente. É importante lembrar que, apenas conhecer e realizar a técnica não garante uma boa intervenção, uma vez que qualquer técnica utilizada sem um objetivo específico pode ser perigosa. Nesse sentido, é necessário que, antes de iniciar a intervenção, o terapeuta avalie os excessos e déficits comportamentais do repertório social do indivíduo, a fim de estabelecer quais habilidades serão trabalhadas. Ressalta-se, ainda, a necessidade de uma avaliação funcional cuidadosa, para que seja possível conhecer quais e por quais motivos determinados comportamentos estão sendo mantidos.

No processo de psicoterapia, o próprio terapeuta pode ser modelo para comportamentos socialmente habilidosos, bem como ser fonte de reforçador para quando o paciente emite comportamentos desejáveis, como fazer um pedido de forma adequada ou solicitar algo ao terapeuta. Dessa forma, através do reforçamento positivo, novas respostas vão sendo incorporadas ao repertório comportamental do indivíduo. Dizemos que um comportamento é reforçado quando as consequências produzidas por ele contribuem para o aumento e manutenção da frequência desse mesmo comportamento.

Por exemplo, imagine uma situação em que o paciente apresente dificuldades em solicitar tarefas aos colegas de trabalho e, por isso, acabe assumindo responsabilidades em excesso. Esse mesmo paciente, ao solicitar ao terapeuta uma mudança de horário, por exemplo, pode ter seu pedido atendido, o que poderia funcionar como reforçador a esse comportamento. Embora pedir algo ao terapeuta

ISSN: 2446-8819

pareça nada a ter a ver com os pedidos aos colegas de trabalho, entende-se que são comportamentos diferentes que podem fazer parte da mesma classe de comportamentos: fazer pedidos. Ao se trabalhar e desenvolver um comportamento, trabalhamos também a classe como um todo, aumentando as chances de que o comportamento se generalize para outros contextos.

Além disso, a modelação, ou aprendizagem por observação, também pode ser uma forma de aprender novos comportamentos. No contexto psicoterapêutico, o próprio terapeuta pode ensinar novos comportamentos apresentando modelos do comportamento que se deseja ensinar (BOLSONI-SILVA, CALAIS, 2008).

O processo de desenvolvimento das HS pode, ainda, contar com a utilização de ensaio comportamental ou *role playing*. Aqui, um cenário específico é criado, de acordo com a demanda do paciente, a fim de ele possa, no ambiente da psicoterapia, emitir comportamentos que já fazem parte de seu repertório comportamental. Nesse contexto, o terapeuta pode se utilizar, ao mesmo tempo, de outas técnicas que podem contribuir para a aprendizagem de comportamentos socialmente desejáveis: reforçamento positivo, modelagem (reforçar comportamentos que se aproximam do comportamento-alvo) e feedback para o paciente. Entende-se que, nesse contexto, o paciente poderá emitir comportamentos que já aprendeu e refinar esse repertório, a fim de torna-lo mais adequado às demandas que possui. Esse tipo de trabalho só é possível se o ambiente psicoterapêutico for um ambiente livre de punições e julgamento, onde o paciente se sente seguro para errar.

MATERIAS E MÉTODOS

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, uma vez que busca discorrer sobre uma temática e sua aplicabilidade a partir de materiais já produzidos sobre o tema. O material utilizado consiste em artigos e livros publicados sobre o assunto, delimitando a abordagem como sendo a análise do comportamento, bem como o termo “habilidades sociais” como sendo comum entre essas publicações. Foram utilizados materiais encontrados em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo, PePsic e Portal de Periódicos da CAPES. As ideias foram estruturadas em três momentos: 1) O que são Habilidades Sociais dentro da Análise do Comportamento; 2) A importância da construção de um repertório adequado de Habilidades Sociais e 3) Como essas habilidades podem ser trabalhadas dentro do processo de psicoterapia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante desse cenário, compreende-se a relevância do treinamento e desenvolvimento de repertório de habilidades sociais, considerando que as interações interpessoais fazem parte do cotidiano de todos os seres humanos. É notável a importância do desenvolvimento das HS para aumentar a produção de reforçadores, bem como possibilitar interações mais saudáveis. Diante do exposto, é imprescindível a contribuição da Análise do Comportamento nesse contexto, uma vez que, a partir do entendimento de princípios básicos dessa ciência, também é possível compreender a definição do conceito de habilidades sociais e a importância desse repertório na vida

dos indivíduos. Além disso, as técnicas apresentadas se mostram eficazes no desenvolvimento das habilidades citadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo revisar materiais sobre habilidades sociais dentro da análise do comportamento, bem como discorrer brevemente sobre possibilidades de intervenção nessa área dentro da abordagem citada. Compreendemos que o trabalho de desenvolvimento de habilidades sociais é complexo e possui caminhos variados, mas sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de comportamentos socialmente desejáveis e, consequentemente, possibilitar interações mais saudáveis e melhora no bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais: breve análise da teoria e da prática à luz da análise do comportamento. **Interação em Psicologia**, Curitiba, dez. 2002. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3311>. Acesso em: 21 maio 2023.

BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 16, n. 2, p. 330-350, ago. 2010 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2023.

CABALLO, V. E. **Manual de Avaliação e Treinamento das Habilidades Sociais**. São Paulo: Livraria Santos, 2003.

CALAIS, S.L.; BOLSONI SILVA, A.T. **Alcances e limites das técnicas comportamentais: algumas considerações**. In: Cavalcante, M.R. (Org.) Análise do Comportamento – avaliação e intervenção. São Paulo: Roca, 2008

DELL PRETTE, Z. A. P.; DELL PRETTE, A. Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. **Perspectivas em Análise do Comportamento**. Revista Perspectivas 2010 vol.01 n°02 pp. 104-115.

DELL PRETTE, Z. A. P.; DELL PRETTE, A. **Competência Social e Habilidades Sociais:** manual teórico-prático. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

LEME, V. B. R; BOLSONI-SILVA, A.T. Habilidades sociais e problemas de comportamento: um estudo exploratório baseado no modelo construcional. **Aletheia**, Canoas, n. 31, p. 149-167, abr. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PRÁTICAS PARENTAIS NEGATIVAS NA CLÍNICA PSICANALÍTICA DA ATUALIDADE

Barbara Mercante Bordingon[1]
Guilherme do Prado[2]
Giovana Campos Theodoro[3]
João Batista Albano[4]
Julia Altvater Vilas Boas[5]
Maria Carolina Vian da Rosa[6]
Rayana Maria Hermes Coutinho[7]
Reylane Auerswald[8]
Sheila Fermino[9]
Eduardo Toshio Kobori[10]

Palavras-chave: Atualidade. Clínica. Psicanálise. Práticas parentais negativas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em uma metodologia qualitativa e obtém suas análises e discussões retiradas de sites de pesquisa como Scielo, Google Acadêmico, e discussões de acordo com supervisões realizadas. Nosso escopo concentra-se na questão das práticas parentais negativas demonstrando suas influências no infanto e suas correlações.

Os estilos parentais se referem a um conjunto de práticas utilizadas pelas figuras cuidadoras com o intuito de educar, socializar e monitorar os comportamentos de seus filhos (Cassoni, 2013). É por meio das práticas parentais que os cuidadores disseminam suas crenças, valores e cultura, dessa forma, pode-se afirmar que as estratégias adotadas influenciam diretamente no desenvolvimento dos filhos. Tais práticas, podem ser tanto positivas quanto negativas. Gomide (2014), afirma que figuras cuidadoras exercem práticas positivas, quando são capazes de impor regras adequadamente, demonstrar afeto e atenção e promover condições favoráveis para o desenvolvimento saudável de sua prole. Em contrapartida, pais que adotam práticas

[1] Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, Barbara@unifio.Edu.br
2 Graduando em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, guilherme.prado@unifio.edu.br
3 Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, 193753@unifio.edu.br
4 Graduando em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos,joao.albano@unifio.edu.br
5 Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, 259949@unifio.edu.br
6 Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, 257719@unifio.edu.br
7 Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, 259489@unifio.edu.br
8 Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, auerswaldreylane@gmail.com
9 Graduanda em Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, sheila.fermino@unifio.edu.br
10 Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), professor do curso de Psicologia Centro Universitário de Ourinhos, eduardo.kobori@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

negativas, são negligentes, não promovem relações afetuosas e não estabelecem limites.

Levando em consideração as questões mencionadas, objetiva-se discutir a respeito dos fatores que motivam figuras cuidadoras a adotarem práticas parentais negativas e quais as consequências ocasionadas para seus filhos. Pretende-se utilizar como embasamento para essa discussão, a experiência clínica no atendimento de crianças e adolescentes no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia - CEPP, no decorrer do segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme o aparato teórico encontrado quanto a temática aqui discutida, autores como Jerusalinsky (2009) e Michael; Corim; Santos (2014), trabalham a relação de parentalidade e suas respectivas consequências quanto a atuação dos pais, essencialmente tratando-se do objeto materno e, portanto, da busca pela completude que aparece no discurso corrente de mulheres como tentativa de realizar "A Mulher", entretanto, esta se revela impossível, fazendo comparecer não só a incompletude, a falta de qualquer ser desejante, mas, além disso, revelando a divisão experimentada pela mulher diante da condição de *não-toda* no gozo fálico.

Dito isso, o estudo de Schavarem e Toni (2019) quanto a relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança, dizem respeito sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente, sendo este afetado por diferentes fatores, incluindo questões de ordem orgânica, social e cultural, os quais se manifestam a partir da família, escola e comunidade. Nesse sentido, os pais apresentam-se como variável de destaque. Estudiosos como Rodrigues; Nogueira; Altafim (2013) e Gomide et al (2005), ainda permanecem sob a perspectiva que avança a relação parental, práticas educativas e consequências negativas comumente observadas em vivências clínicas guiadas pela práxis psicanalítica.

Por fim, artigos como o de Klumpp; Barone; Andrade (2017), Chatelard e Cerqueira (2015) e Carvalho (2009), também trazem à tona diferentes olhares que constituem um mesmo panorama sobre a problemática em comum, destacando decorrentes patologias advindas das relações aqui tratadas, bem como uma necessária revisão bibliográfica a fim de elucidar conceitos e articular abordagens.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente investigação acadêmica se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois compreende as significações de um determinado contexto, ao invés de apenas mensurar informações (Minayo, 2001). Assim sendo, para realizar a pesquisa, utilizamos artigos científicos que dissertassem sobre as práticas parentais negativas, a fim de compreender tais práticas na clínica psicanalítica da atualidade.

O que nos motivou a pesquisar sobre o tema, foram os atendimentos realizados no estágio clínico no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP). Pois, nesses atendimentos foram analisadas tais práticas parentais. Para realizar os atendimentos psicológicos, utilizamos entrevistas iniciais. Nos atendimentos, foi

ISSN: 2446-8819

utilizado o método psicanalítico, neste, utilizamos atenção flutuante e associação livre, que são técnicas fundamentais do método psicanalítico (Zimerman, 2004).

No caso dos atendimentos psicoterápicos com crianças, foi de suma importância a utilização da ludoterapia, pois, o brincar possibilita de forma gradativa, que a criança supere a situação traumática simbolizando, falando e representando os conteúdos que a perturbam, que a criança nomeia e conhece melhor as situações, ideais, pessoas e coisas (Gomes, et.al. 2015, p.40).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A demanda de atendimento psicológico infantil, por vezes, revela conflitos na dinâmica familiar, cujos efeitos são percebidos na criança. Por este motivo, devemos considerar o fenômeno da fragilização das funções parentais onde “os comportamentos das crianças poderiam ter um pólo de influência considerável advindo do comportamento dos seus pais” (Zanetti e Gomes, 2011, p. 492). E esta influência é percebida e materializada nas relações, atitudes e comportamentos da criança, pois entre outros fatores “foi possível perceber que as práticas educativas parentais negativas se correlacionaram de forma negativa com a autoestima” (Schavarem e Toni, 2005, p. 158), além de que “a criança que é negligenciada é insegura, frágil e se comporta de forma apática ou agressiva (Schavarem e Toni apud Gomide, 2005, p. 151). Tais asserções endossam as queixas e as demandas de atendimento que se apresentam na clínica contemporânea, inclusive, na Clínica-escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi possível observar por meio dos atendimentos psicológicos realizados com crianças e adolescentes na Clínica Escola da Unifio, que na maioria dos casos onde há queixa de comportamento, as figuras cuidadoras estão apresentando dificuldades na imposição de regras e limites à sua prole. Foi possível observar que os métodos utilizados pelos responsáveis para educar seus filhos podem ser caracterizados como práticas parentais negativas, pois são marcados principalmente pela permissividade em demasia. Como consequência desse tipo de atuação nas relações familiares, concluímos que o desenvolvimento de crianças e adolescentes é afetado, principalmente no que diz respeito à aquisição de autonomia e maturidade.

REFERÊNCIAS

BACKES, C. **A clínica psicanalítica na contemporaneidade**.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Editora da UFRGS.

CARDOSO, J. VERÍSSIMO, M. Estilos parentais e relações de vinculação. **Análise Psicológica,** v. 31, n. 4, p. 393-406, 2013.

CASSONI, C. **Estilos parentais e práticas educativas parentais: revisão sistemática e crítica da literatura**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, p. 203, 2013.

CARVALHO, J. Repercussões da Patologia Adictiva Materna no Processo de Individuação da Criança. **Toxicodependências**, v. 15, n. 2, p. 67-74, 2009.

CASTRO, M. G. K; STURMER, A . Crianças e Adolescentes em Psicoterapia: A abordagem Psicanalítica. Porto Alegre: **Artmed**, 2009.

CHATELARD, D. S; CERQUEIRA, A. C.. O conceito de simbiose em psicanálise: uma revisão de literatura. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 18, n. 2, p. 257–271, jul. 2015.

GOMES, T. RIBEIRO, M.; BRAGANÇA. A.; PIZETA, H.; GREGIO, L.; BUCHVITZ, P. Ludoterapia em Psicanálise: o real das crianças e das brincadeiras. **Humanas Sociais e Aplicadas**, v. 5, n. 14, 15 de dez. de 2015.

GOMIDE, P. I. C. Inventário de estilos parentais – IEP: modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação. Petrópolis: **Vozes**. 2014.

GOMIDE, P. I. C. et al.. Correlação entre práticas educativas, depressão, estresse e habilidades sociais. **Psico-USF**, v. 10, n. 2, p. 169–178, jul. 2005.
JERUSALINSKY, J. **A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo**. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

KLUMPP, C. F. B; BARONE, L. M. C; ANDRADE, M. S. Relação simbiótica patológica entre mãe-filho e o processo de aprendizagem. **Ciênc Cogn**, v. 22, n. 1, p. 93-101, 2017.
MAGNANI, R. M; STAUDT, A. C. P. Estilos parentais na adolescência: uma reflexão acerca dos fatores de proteção. **Pensando Famílias,** v. 22, n. 1, jan./jun., 2018.

MICHAEL, B. G; CORIM, J. V; SANTOS, E. M. A. Um olhar sobre a simbiose na relação mãe-filho. **XV Jornada de Extensão**, 2014.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 18. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2001.

RODRIGUES, O. M. P. R; NOGUEIRA, S. C; ALTAFIM, E. R. P. Práticas parentais maternas e a influência de variáveis familiares e do bebê. **Revista Pensando Famílias**, v. 17, n. 2, p. 71-83, 2013.

SCHAVAREM, L. N; TONI, C. G. S. A relação entre as práticas educativas parentais e a autoestima da criança. **Revista Pensando Famílias**, v. 23, n. 2, p. 147-161, dez. 2019 .

ISSN: 2446-8819

WINNICOTT. D. **A criança e seu mundo.** 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

ZANETTI. S. A. S. GOMES I. C. A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: determinantes e consequências. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 491-502, 2011.

ZIMERMAN, D. E. Manual de Técnica Psicanalítica: Uma Revisão. Porto Alegre: **Artmed** Editora, 2004.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PSICANÁLISE, LITERATURA E CINEMA: UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA ADOLESCENTES

Bruno Gabriel Barbosa[1]
Cristiane Martins de Oliveira[2]
Gabriel Beleze Mourato[3]
Kayky Costa da Silva[4]
Eduardo Toshio Kobori[5]

Palavras-chave: Psicanálise; Literatura; Cinema; Extensão; Adolescentes.

INTRODUÇÃO

O curso de Psicologia da UNIFIO iniciou um projeto de extensão em 19 de agosto de 2022, com orientação do professor Eduardo Toshio Kobori, e atuação de 15 universitários. Este projeto, intitulado Psicanálise, Literatura e Cinema, visa atuar articulando ensino, pesquisa e prática, como previsto na resolução do Ministério da Educação nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Ademais, sua ideia inicial relacionou-se com o projeto integrador curricular aplicado anteriormente com o terceiro termo, o "Psicoflix", exibindo filmes e produzindo debates com temáticas associadas a problemas contemporâneos, ampliando assim o acesso à cultura, cinema e assuntos ligados a psicologia.

Considerando isso, a extensão acontece na escola Esmeralda Soarez Ferraz de Ourinhos-SP, com diferentes turmas- 8º ano do fundamental até o 3º ano do ensino médio. Consequentemente, cada turma fica sob responsabilidade de um trio mediador de graduandos, que tem como função definir materiais e temas a serem trabalhados com as salas.

Em suma, o projeto visa discutir questões sociais, com um público adolescente, de modo a utilizar a psicanálise, literatura e cinema para promover reflexões. Na sequência serão relatadas as bases teóricas do projeto, métodos e materiais, além de destaques que apareceram durante a atuação.

[1] Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos (UniFio). email: brunogabrielbarbosa@live.com
[2] Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos (UniFio). email: cristianemartinscpc@gmail.com
[3] Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos (UniFio). email: beleze17@gmail.com
[4] Graduando do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos (UniFio). email: kaykycst.04@gmail.com ou 268491@unifio.edu.br
[5] Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos (UniFio). email: eduardo.kobori@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Psicanálise está relacionada a uma imagem mais próxima da atuação clínica focada na relação paciente/analista, o qual aplica o método psicanalítico. No entanto, enquanto metodologia, sua abrangência pode perpassar para o "além-da-clínica", vista a possibilidade de pensar os sujeitos envolto em outras questões, em contato com a sua história, cultura, relações sociais e políticas (ROSA, 2004). Esse tipo de exercício da análise, nomeada como "psicanálise extramuros" por Laplanche, em outras palavras, é a abordagem psicanalítica em extensão para onde houver necessidade de escuta, pois "o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais" (ROSA, 2004, p. 342).

Como exemplo de tal uso, as aproximações com literatura, cinema e arte em geral, sempre estabeleceram relação benéfica para desenvolver melhor compreensão da realidade material, social e cultural dos sujeitos. Apesar de nunca conseguirem chegar a uma descrição totalmente verdadeira, mostram informações importantes que guiam o caminho em conjunto com suas conversações. De acordo com Fábio Herrmann (2017), a ficção dá resquícios valiosos da psique humana, traduzindo, no mundo material, desejos, memórias, pulsões, entre outros, ou seja, por meio das artes, os sujeitos encontram formas de expressar aspectos de sua vida, desde os mais comuns até os inconscientes. Nessa senda, consoante às ideias de Herrmann, Regina Simões (2017, p. 160) comenta sobre a posição da psicanálise e da literatura:

> A Literatura pode ser compreendida como a arte de criar e recriar textos. Ela preexiste à Psicanálise e pode ser tomada como expressão do inconsciente para, mediante as palavras, apreender a experiência do corpo com a realidade. Há um rumor em cada discurso, uma palavra dita, uma palavra não dita, uma reticência, uma interrogação. Há uma aposta no desejo do sujeito. Esse rumor interessa à Psicanálise.

Assim, é possível constatar o quão importante são as artes para a comunicação do inconsciente humano. Considerando que "a característica fundamental da pesquisa psicanalítica nos remete, mais do que ao tema, ao modo de formular as questões" (ROSA, 2004, p.337), fica perceptível que utilizar formas artísticas para propiciar o diálogo, a produção de conhecimento e questionamentos no campo da psicanálise, torna-se fundamental, na medida em que promove a materialização, ou ilustram situações complexas.

Destarte, a proposta aproxima-se das ideias em questão, pois, há uma dinamização do processo de encontro com as próprias questões, isto é, estabelece uma ferramenta para promoção de reflexões, baseada no método psicanalítico, a partir da literatura/cinema que perpassam/produzem subjetividades (COUTINHO, 2009).

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto foi realizado em encontros quinzenais de uma hora e meia com os alunos da escola no intuito de oferecer espaços de debate e reflexão, utilizando filmes, músicas e obras de literatura, dialogando com a psicologia e psicanálise. Tais conversações eram guiadas por um trio mediador, os quais antecipadamente organizam temas e pesquisam referências, a partir das demandas manifestadas pela sala em questão. Por exemplo, os grupos utilizaram o método psicanalítico, a fim de realizar a observação e compreender as diferentes demandas que se apresentavam nos encontros com os adolescentes da escola.

Desse modo, os grupos utilizaram conteúdos diversos, como: textos de Birman, discussões sobre sonhos com uso da série *Sandman* e Freud, poemas, dinâmicas, músicas, entre outros. Assim, foram promovidas reflexões sociais e culturais por meio de debates e com uso dos materiais citados. Por outro lado, no âmbito da extensão para os discentes, algumas competências que corroboram o conhecimento prático foram desenvolvidas, como a realização de relatórios, pesquisa de artigos, promoção de debate e análise de discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o projeto, observou-se como cada turma apresenta diferenças de comportamento, sendo algumas mais calmas e propostas a participar, enquanto outras mais agitadas e resistentes. Quanto aos alunos, alguns foram interativos e dispostos desde o início, já em contrapartida, outros iniciaram mais em silêncio, fazendo poucos comentários e raramente interagindo. Entretanto, decorrendo as semanas, passaram a ser mais participativos, ou seja, a partir do bom vínculo criado entre mediadores e sala, notou-se evolução na atuação dos alunos.

Assim, destaca-se a importância do projeto, já que se produziu maior reflexão e expressão de ideias, a partir do incentivo gerado pelas propostas críticas levadas, juntamente pelo apoio dos mediadores, que estimulam os diferentes modos de expressão de cada um. Logo, também foi possível perceber como a organização dos grupos sofre impacto das peculiaridades de cada sujeito, no caso, os adolescentes.

Ademais, também foi observada pelos graduandos, certa dificuldade por parte dos alunos em apresentar perspectivas, expectativas e sonhos para futuro, uma “dificuldade ao sonhar”. Tal dificuldade surge relacionada ao impacto- produzido pela estrutura capitalista- no pensamento dos adolescentes, assim como aponta Martin-Baró (1986, apud CONCEIÇÃO; ZAMORA, 2015, p. 707), ela reveste-se de “caráter benéfico, ilusório, para que os dominados a percebam como um estado natural na sociedade e não percebam sua feição opressora”. Assim, acaba-se por naturalizar problemáticas como a desigualdade, e impactar negativamente os pensamentos dos mais jovens, de maneira que deixam de imaginar futuros mais concretos, ou seja, vivem de forma alienada, com poucas expectativas e sonhos.

ISSN: 2446-8819

Depreende-se, portanto, que mesmo diante da dificuldade no trabalho com alguns alunos e certos impasses durante os encontros, o projeto vem apresentando bons resultados, pois grande maioria daqueles que participaram apresentaram evolução, tanto na atenção às atividades, quanto no momento de expressar e debater ideias com a turma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, mediante a análise dos autores supracitados e dos resultados de dois semestres de projeto, é observável que a proposta de inter-relação entre a Psicanálise em extensão, Literatura e Cinema, ofertando espações de reflexões em um ambiente escolar, tem se mostrado eficaz para promoção de debates, desenvolvimento de consciência social e de subjetividades entre os adolescentes. Assim, também proporciona mais conhecimentos teóricos e práticos, além de enriquecer a formação dos universitários.

Desse modo, com a continuidade do projeto, espera-se que seja possível, não só, conhecer a teoria e desenvolver a prática para avançar nas técnicas e objetivos, mas também colaborar nos estudos da área e desenvolver mais discussões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira**. Brasília, DF, 2018. 4p. Acesso em: 14 de jul. de 2023

CONCEIÇÃO, V. L. DA.; ZAMORA, M. H. R. N. Desigualdade social na escola. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 4, p. 705–714, out. 2015. Acesso em: 14 de jul. de 2023

COUTINHO, L. M. Apresentação da série: cinema e educação: um espaço em aberto. In: **Cinema e educação: um espaço em aberto**. Publicação do Ministério da Educação. Ano XIX, nº 4, maio, 2009, p. 27 – 37. Acesso em: 17 de jul. de 2023

HERRMANN, F. **Sobre os fundamentos da psicanálise**: quatro cursos e um preâmbulo. São Paulo: Blücher, 2017.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004. Acesso em: 26 de jul. de 2023

SIMÕES, Regina B. S. Psicanálise e Literatura: o texto como sintoma. **Revista Analytica**, v. 6, n. 11. p 159-179, 2017. Acesso em: 17 de jul. de 2023

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PSICO-HISTÓRIA E A ANÁLISE DAS LETRAS DO SLIPKNOT: EXPLORANDO OS SIGNIFICADOS SUBJACENTES NA EXPRESSÃO ARTÍSTICA

Luciano Ferreira Rodrigues Filho[1]

Palavras-chave: Análise de conteúdo; Psicologia; Slipknot; Música.

INTRODUÇÃO

Slipknot, uma banda conhecida por sua musicalidade agressiva e presença enigmática, cativa o público em todo o mundo com sua mistura distinta de energia bruta e expressão catártica. Por trás das máscaras e trajes intrincados, encontra-se um coletivo de indivíduos que aproveitaram o poder da música para confrontar seus demônios interiores e exorcizar seus traumas do passado. Nesta pesquisa, mergulhamos nas profundezas da discografia do Slipknot, explorando a interação entre sua agressividade artística e as narrativas emocionais subjacentes que alimentam sua música.

Com base na análise científica e na interpretação poética, embarcamos em uma jornada pelas paisagens sonoras criadas pelo Slipknot. Navegamos pelo labirinto lírico, decifrando as poderosas imagens que refletem suas lutas pessoais, conflitos internos e os ecos de traumas passados. À medida que desvendamos os fios de sua agressividade musical, descobrimos uma profunda exploração da psique humana, revelando a libertação catártica que está sob a superfície de sua intensidade.

Por meio de um exame meticuloso de suas canções, buscamos entender o poder transformador da música enquanto o Slipknot canaliza seus velhos traumas em uma experiência sonora visceral. Exploramos a interação entre as melodias assombrosas, riffs intensos e gritos guturais, testemunhando o compromisso inflexível da banda em expressar suas emoções mais íntimas da maneira mais autêntica e sem remorso.

À medida que nos aprofundamos na pesquisa, convidamos você a embarcar nessa jornada conosco, mergulhando no mundo tumultuado do Slipknot. Juntos, navegaremos pelos corredores labirínticos de seu legado musical, abraçando a beleza

[1] Possui graduação em Psicologia Clínica e Organizacional pelo Centro Universitário de Ourinhos/UNIFIO, graduação em Pedagogia pela Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo e mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Atualmente édocente no Centro Universitário de Ourinhos/UNIFIO, pesquisador da Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ NUTAS/PUC/SP. Trabalhou no Hospital del Trabajador de Santiago, Chile, na Clinique La Borde - Cour-Cheverny - França, no Hospital de Saúde Mental de Ourinhos, no Instituto Psicopedagógico Ciudad Joven San Juan de Dios, Sucre, Bolívia. Com estudos e pesquisas na New School for Social Research, New York/EUA, no East Side Institute, NewYork/USA, na Universidad de la Republica, Montevidéu, Uruguai. na Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, Trabalho e Jurídica, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos sociais, trabalho, políticas públicas, assistência social, história e cultura.

ISSN: 2446-8819

paradoxal que surge da união da investigação científica e da interpretação poética. Prepare-se para uma fascinante exploração da agressividade artística da banda, enquanto descobrimos a profunda catarse emocional que está nas profundezas de sua música.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

É possível a Psico-história como método para a Psicologia? A psico-história é um conceito que foi introduzido na série de livros "Fundação", escrita por Isaac Asimov (2009). Ela é descrita como uma ciência fictícia que combina os princípios da psicologia e da história para prever o comportamento coletivo de grandes populações ao longo do tempo. Embora seja um conceito fictício, a psico-história levanta questões interessantes sobre a aplicação do método científico no estudo de eventos históricos.

Na série "Fundação", o matemático Hari Seldon desenvolve a psico-história como uma forma de prever o futuro de maneira probabilística. Ele acredita que, embora seja impossível prever as ações individuais das pessoas, é possível entender e prever o comportamento de massas populacionais em um nível macroscópico.

O método científico da psico-história começa com a coleta de dados históricos extensos e detalhados, desde eventos passados até o presente. Esses dados são então analisados em busca de padrões e tendências significativas. A psico-história procura identificar as leis fundamentais que governam o comportamento das massas e os fatores que influenciam essas leis.

Após a análise dos dados históricos, os psico-historiadores aplicam modelos matemáticos e estatísticos para extrapolar esses padrões e tendências para o futuro. Eles criam simulações computacionais e algoritmos complexos para prever o desenvolvimento futuro das sociedades, levando em consideração fatores como mudanças políticas, sociais, econômicas e tecnológicas.

No entanto, é importante ressaltar que a psico-história é uma ciência ficcional e não tem base científica real. Embora a análise estatística e a modelagem matemática sejam ferramentas valiosas para entender e prever padrões de comportamento humano em certos contextos, a complexidade do comportamento humano e a imprevisibilidade dos eventos históricos dificultam a aplicação prática de um método científico estrito nessa área.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa científica para a análise de conteúdo consistiu em seguir uma abordagem sistemática, dividida em diferentes etapas. Inicialmente, definiu-se o objetivo da pesquisa, que era realizar a análise detalhada das letras de músicas selecionadas, com foco na identificação de temas recorrentes e padrões líricos.

A análise compreendeu a totalidade das músicas da discografia do Slipknot, lançadas entre 1996 e 2022, totalizando 142 faixas. No entanto, foram excluídas da análise as músicas duplicadas e instrumentais, resultando em um conjunto de 102 músicas para a análise. É importante ressaltar que não houve seleção aleatória das músicas, mas sim a inclusão de todas as faixas presentes nos álbuns lançados pela banda ao longo desse intervalo de tempo. Para realizar a categorização das letras, foi

ISSN: 2446-8819

utilizado um procedimento baseado em Inteligência Artificial. Através de técnicas avançadas de processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina, a Inteligência Artificial foi treinada para identificar e agrupar automaticamente as letras com base em temas semelhantes.

O processo de categorização ocorreu da seguinte maneira: primeiro, todas as letras foram submetidas à análise da Inteligência Artificial, que identificou palavras-chave, padrões linguísticos e outros elementos relevantes em cada música. Em seguida, o sistema utilizou essas informações para agrupar as letras em categorias temáticas. É importante ressaltar que o treinamento da Inteligência Artificial envolveu a alimentação do sistema com uma grande quantidade de dados, incluindo letras de outras bandas e referências musicais diversas. Isso permitiu que o modelo desenvolvesse uma compreensão abrangente da linguagem e dos temas comuns encontrados nas letras.

Durante o processo de categorização, a Inteligência Artificial levou em consideração não apenas palavras individuais, mas também o contexto em que elas estavam inseridas. Isso significa que a análise considerou frases completas e até mesmo estruturas mais complexas presentes nas letras, auxiliando na identificação de temas e na formação dos grupos. Isso envolveu agrupar as letras que abordavam temas semelhantes ou compartilhavam elementos temáticos comuns. Essa categorização permitiu uma organização mais clara e estruturada do conteúdo das músicas, facilitando a análise comparativa. Posteriormente, cada unidade de registro, como versos ou estrofes, foi codificada nas respectivas categorias temáticas. Essa codificação foi essencial para uma análise mais aprofundada e detalhada das letras, permitindo a identificação de padrões líricos específicos dentro de cada tema.

Embora a categorização automática realizada pela Inteligência Artificial tenha sido fundamental para uma análise mais abrangente e eficiente, é importante ressaltar que houve validação humana do processo. Os resultados foram revisados por pesquisadores, que avaliaram a precisão das categorias geradas e realizaram ajustes quando necessário. Dessa forma, o procedimento utilizado para a categorização das letras do Slipknot envolveu a aplicação de técnicas avançadas de Inteligência Artificial, combinadas com a expertise e validação de pesquisadores humanos. Essa abordagem permitiu explorar de forma sistemática e abrangente o conteúdo lírico presente nas músicas da banda, fornecendo insights valiosos para a análise e compreensão de suas temáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise revela uma variedade de temas e emoções ao longo dos álbuns, que refletem aspectos da condição humana e exploram questões profundas relacionadas à psicologia, sociologia e ética. A evolução lírica ao longo dos álbuns pode ser observada na complexidade crescente dos temas abordados, no aprofundamento das análises sociais e no surgimento de uma expressão mais intensa de emoções. Essas descobertas mostram a capacidade da música em contar histórias complexas e provocar reflexões sobre a vida e a sociedade.

Ao longo dos álbuns, é possível observar uma evolução lírica, na qual os temas explorados se aprofundam e se tornam mais complexos. Inicialmente, podem surgir

ISSN: 2446-8819

temas mais introspectivos, como conflito interno e arrependimento. Conforme a discografia avança, esses temas podem se expandir para abordar dilemas morais e éticos mais amplos, envolvendo segredos, revelações e busca por redenção.

REFERÊNCIAS

ASIMOV, Isaac. **Fundação**. Trad. de Braulio Tavares. São Paulo: Aleph, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Georgs (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

SUBJETIVAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O PARALELISMO ENTRE ARTE E SUBJETIVIDADE

Vinicius Resende Mandolini Barone[1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: Arte e Subjetividade; Subjetivação; Modos de Subjetivação

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão explorará a definição de subjetividade, em seguida os processos de subjetivação, considerando o uso da arte enquanto uma de suas ferramentas. É debatida uma perspectiva baseada na Filosofia da Diferença colocando em discussão, primeiramente, o estatuto das coisas, de modo a compreender como entendemos o mundo, o contato com o sensível sendo uma aproximação a conteúdos do inconsciente como sentimentos e certa facilidade em que os modos de subjetivação acabam por serem cooptados pelo modelo vigente de produção na construção de padrões estéticos. Será realizada uma aproximação da arte, mais especificamente a música, no processo de subjetivação enquanto espaço aberto que auxilia o indivíduo a lidar com suas questões, buscando compreender uma das ferramentas dispostas no mundo que permite o indivíduo se reconhecer como Ser.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Todas essas experiências se remetem a algo muitas vezes bem definido, como um simples “sou assim”, e nesse campo de certezas concretas esconde-se um debate sobre a subjetividade. Tende-se a considerar a subjetividade como algo que diz respeito à identidade, no entanto, a discussão é muito mais profunda.

O termo surge nas obras de Platão, trazendo com ele uma filosofia ligada à transcendência. A subjetividade aqui estará sendo compreendida como uma tentativa de representação de algo divino. Relação de simulacro. No entanto, Deleuze propõe uma nova perspectiva que preza pela imanência, conteúdo já abordado pelos sofistas mas explorado aqui de outra forma.

> A primeira delas, inscrevendo-se e valorizando a altura, constitui o platonismo. O objetivo do filósofo platônico é atingir as alturas da Ideia, da

[1] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: 257788@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06).

ISSN: 2446-8819

> essência, do inteligível, do Modelo. Ainda sobre o eixo vertical, porém valorizando a profundidade, temos a segunda imagem do filósofo: a dos pré-socráticos. Seu objetivo é a arché, a substância. E finalmente, em contraposição à verticalidade, temos a horizontalidade da superfície. Este é o lugar dos estoicos, dos cínicos, dos megáricos, dos sofistas. Para eles, a verdade não reside nem no céu platônico, nem nas profundezas pré-socráticas, mas no acontecimento, na superfície. (Garcia Roza, 1988)

Para compreender a subjetividade utiliza-se aspectos presentes em ambas filosofias, a noção de profundidade e de superfície, elas coexistem entre si. O "eixo conectivo", permite então uma discussão que não fosse de caráter identitário ou de perspectiva cartesiana.

> a subjetividade não é mais do que uma coleção de dados sem ordem, sem estrutura e sem lei, e não coincide com o sujeito porque este é apenas um efeito das articulações às quais as ideias estão submetidas. Além disso, a lógica identitária dos termos é substituída pela lógica dos encontros, que substitui o verbo Ser (A é B) pela conjunção "e" (A e B). (MIRANDA; SOARES; 2009, p. 5)

A subjetividade passa a ser contemplada sob a ótica que funde o sujeito a ela, assim, "construímos a identidade numa repetição da experiência, ou seja, no hábito de adquirir hábitos, que forjamos isso que chamamos de espírito, alma, consciência, subjetividade" (DELEUZE, 2001). Ela já não é mais representada por uma categoria metafísica, mas acontece no presente, através das relações Sujeito/Mundo, permitindo então que tudo seja potência de subjetivação.

Se torna possível admitir que mesmo objetos inanimados carregam capacidade criadora de subjetividade. Por exemplo, instituições podem causar alterações na maneira que o sujeito se relaciona, sente, reage etc. Assim, neste jogo de encontros e desencontros de como Ser no mundo que se estão os modos de subjetivação.

A arte entra então como uma dessas ferramentas que tal como a instituição, são capazes de produzir subjetividades. Permitem ao sujeito encontrar uma maneira de se expressar através da composição, pintura, escrita, fala, entre outros modos de produzir artístico. Para exemplificar trago o conto de Kafka "Um Artista da Fome" (1922), denotando a relação entre o artista e sua arte, que se aproxima a uma simbiose. Não há um sem o outro, não produzir sua arte é não Ser, quase como uma aniquilação de parte de si.

Pode-se compreender a inspiração para construção artística advinda de um contato com o sensível, algo que de certo modo apenas o artista compreende. Esta aproximação que o artista realiza com o sensível, se assemelha ao processo terapêutico, pois permite a elaboração das questões vividas pelo sujeito, produzindo novas subjetividades.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento, e caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a qual tem por objetivo relacionar a interseccionalidade entre Arte

e Psicologia. Para a produção de dados, foram realizados levantamentos bibliográficos a partir das bases digitais (Scielo e Pepsic), bem como por meio da obtenção de livros físicos. Nos embasamos na Filosofia da Diferença, de Deleuze, Guattari, Foucault, Rolnik, Manzano, Miranda, Soares e outros, enquanto instrumento teórico-metodológico e operador teórico-conceitual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se deparar com diversas versões sobre subjetividade, foi realizada a análise bibliográfica para distinguir suas descrições e definir o que torna alguém em um Ser. Também foi discutido em como ocorre o processo de construção de subjetividades, apresentando algumas perspectivas dos autores selecionados. Por fim foi levantado a aproximação com a arte, trazendo a obra de Kafka para relacionar o produzir artístico com o processo terapêutico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pensar em novos paradigmas estéticos através de intervenções a serem realizadas em ambientes diversos, sendo eles em instituições fechadas como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou até no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Quanto a algo mais próximo do cotidiano, dentro da própria casa, tendo a liberdade de produzir ou consumir a arte, seja através da escrita, pintura, composição musical, ou novas formas de produzir artístico.

REFERÊNCIAS

BARROS SOARES, Leonardo; LOBO MIRANDA, Luciana. **Produzir subjetividades: o que significa?**. Estudos e Pesquisas em Psicologia UERJ, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/index. Acesso em: 23 abr. 2023.

GUATTARI, Felix. **Caosmose: Um novo paradigma estético**. 1ª. ed. [*S. l.*]: Editora 34, 1992. 183 p.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica Cartografias do Desejo**. 4ª. ed. [*S. l.*]: Vozes, 1996. 327 p.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade.** Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade, Revista de Psicologia da UNESP, 2009.

REGINA VAGAS MANSANO, Sonia. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Revista de Psicologia da UNESP, 2009.

ISSN: 2446-8819

STUBS, R.; TEIXEIRA-FILHO, F.; GALINDO, D.. Experiências e apontamentos para a pesquisa em psicologia baseada nas artes. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e172031, 2020.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

SUICÍDIO NA TERCEIRA IDADE NA PERSPECTIVA DA LOGOTERAPIA E ANÁLISE EXISTENCIAL

Simone de Souza[1]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[2]

Palavras-chave: Psicologia. Suicídio. Terceira idade. Logoterapia. Autotranscendência.

INTRODUÇÃO

A alta incidência de suicídio na população da terceira idade tem provocado em estudiosos de diversas áreas o debate sobre comportamentos autodestrutivos que colocam a vida em risco, como a ideação suicida, motivação e prevenção de tal fenômeno.

O objetivo desse estudo é a reflexão sobre o suicídio, numa perspectiva Humanista e da Análise Existencial, tendo a Logoterapia como contribuição para a prevenção do suicídio.

As frustações existenciais identificadas após a aposentadoria e análise da vida, abandono, depressão, limitações funcionais entre outros, enfraquece potencialmente o sujeito e sem condições de sobrevivência satisfatória optam pela morte.

Para o ser humano a busca por um sentido é a motivação fundamental da vida, logo o “ser humano é capaz de viver e morrer pelos seus valores” (Frank, 2008, p.125).

O empoderamento, o autodistanciamento e a autotranscendência são instrumentos que a Logoterapia se beneficia para auxiliar na busca e encontro do sentido da vida e valorização da capacidade humana.

O autodistanciamento é um instrumento citada por Viktor Frankl para ajudar a pessoa a se afastar emocionalmente da situação, distanciar de si para ir ao encontro do outro, deixar de olhar pra si e olhar para o outro e assim ganhar perspectiva e clareza sobre os acontecimentos, sentimentos, pensamento e emoções, dessa forma favorecer a reflexão e posição perante os acontecimentos.

Já o empoderamento é um processo que permite ao indivíduo agir em benefício próprio, promove sentimento de pertença, emancipação do indivíduo, desenvolve a autonomia e fortalece-o em espaços de participação social, renunciando ao papel de dependência e impotência, para se transformarem em pessoas ativas, protagonistas de si, determinadas e autônomas, trás força para o enfrentamento, determinação e superação nas incertezas na adversidade (Kleba; Wandausen, 2009).

A autotranscendência é a capacidade humana de ir além de si mesmo, capacidade de se superar, ir ao encontro do sentido da vida através do trabalho, do

[1] Graduanda do curso de Psicologia. Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO. Email: simone_3.5@hotmail.com
[2] Docente do Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO. Mestre em Psicologia (PUC/SP). Email: luciano.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

amor e dos projetos, permite ir em direção a algo além de si mesmo e diferente de si, é dispor-se a algo ou alguém no mundo que o leve a autorrealização, esquecer- se de si mesmo indo ao encontro do mundo externo, se entregar a uma causa, realizar trabalho que lhe traga prazer, ter uma pessoa a quem se dedique ou amar alguém (Frankl, 2017 p. 99).

Logo, a realização da vida só é possível no movimento para fora de si, para além de si mesmo (Frankl, 2003).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Frente a temática do suicídio, a Logoterapia se difunde como um referencial valioso ocasionando em seu repertorio científico inúmeras contribuições, especialmente noogênica e no cenário de um vazio existencial.

Nem sempre a doença física ou suas restrições são a causa da ausência de sentido para o idoso, mas sim a preocupação, o tédio, o tempo vazio, a solidão, o desprezo familiar e social, etc. que levam o idoso a se perguntar se vale apena continuar vivendo, é uma angustia existencial e não uma doença mental.

Frankl afirma que o sofrimento sem sentido leva a frustação e por conseguinte ao vazio existencial, condição humana de frustação existencial, não é patogênico nem patológica, também não é uma enfermidade mental, salvo se acompanhada por traços neuróticos originadas pela dimensão psicofísica.

A neurose que advém do vazio existencial é chamada por Frankl de neurose noogênica, que também está vinculada a conflitos de valores (Xausa, 2013 p. 167).

A Logoterapia utiliza-se do diálogo socrático como metodologia, para a análise existencial, ajuda o paciente a refletir, se descobrir e descobrir sentido da vida, resgatar seu potencial adormecido, esquecido e superar obstáculos até mesmo diante da tríade trágica (sofrimento, culpa e morte).

Para a superação, Frankl fala da importância dos valores de criação, valores de vivencia e valores de atitudes, que são o caminho para o encontro do sentido da vida e sustentáculo para o ser humano.

Nos valores de criação, o sentido está no que a pessoa faz ou proporciona para o mundo com satisfação, possibilita a sensação de plenitude, já nos valores de vivencia o sentido está nas experiências vividas proporcionadas pelo mundo e valorizadas pela pessoa (Kroeff, 2014 p. 185).

O valor de atitude, o “valor supremo” é o mais importante pois nos remete a posição que tomamos diante às adversidades, são eles que aparecem quando o ser humano se encontra em situações irremediáveis e diante de circunstancias limites. Ele permite que a pessoa se sobreponha ao destino, ou seja, já que não se pode mudar o destino, pode se superar diante dele, mudar a atitude diante do “destino inexorável” (Xausa, 2013, p.179-180).

Logo, o processo analítico em logoterapia consiste em ajudar o paciente em suas crises existencial a encontrar sentido em sua vida através da valorização de seu potencial existencial e sua vontade de sentido (Frankl, 2019 p. 128-130).

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, foi realizado um levantamento de documentos científicos em bibliotecas digitais e base de dados online (Google Acadêmico, SciELO, BDTD, obras e livros).

Inicialmente foi realizada um levantamento sobre produção de conhecimento referente a “Psicologia, Logoterapia, Suicídio, Empoderamento, Autodistanciamento, Autotranscedência”, tendo como objetivo identificar as concepções sobre a psicologia e Logoterapia, referidas em bases nacionais, por meio da revisão de literatura em relação a temática.

Foram considerados os títulos, os sumários e os resumos dos trabalhos para a seleção. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa na perspectiva da Logoterapia e Análise Existencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado apresentou possibilidades de intervenção e prevenção através da Logoterapia, usando a técnica do diálogo socrático, para ajuda o paciente a desenvolver o autoconhecimento, e a realização do empoderamento e por conseguinte conseguir praticar o autodistanciamento, a autotranscendência, e por em prática os valores de vivencia, atitude e valor de criação, propiciando ao idoso a capacidade de ressignificar sua vida e torna-la prazerosa mesmo diante de suas limitações.

Com a finalidade de contribuir com a prevenção do suicido em população da terceira idade e demais faixas etárias no Brasil foi constatado após a pesquisa que uma pessoa idosa possui um histórico de superação em sua trajetória de vivencia, o que denuncia seu potencial e demonstra que a ideação suicida está inserida num contexto de tédio, de vazio existencial, de depressão e por conseguinte na desistência pela vida.

Diante do contexto de ideação suicida, cabe segundo análise desse estudo, mesmo diante de situações as quais não podem ser mudadas, o terapeuta através do diálogo socrático ajudar e conduzir o paciente a uma reflexão sobre as possibilidades perante o destino, e a liberdade que temos de não alterá-lo mas agir sobre ele e conscientiza-lo de sua responsabilidade perante a vida e sobre as necessidades de mudanças própria. Frankl afirma que podemos até não estar livre para mudar uma situação mas somos livres para agir sobre ela, “não é necessário um sofrimento para se encontrar sentido, mas sim, é possível encontrá-lo a despeito do sofrimento” (Carvalho; Júnior, 2017).

A Logoterapia que possibilitará à consciência de um vazio existencial e da realização do sentido que é a “motivação básica do ser humano, a qual lhe confere força frente às adversidades da vida” (Kroeff, 2014 p. 17).

A busca de sentido na vida da pessoa é a principal força motivadora no ser humano” logo o paciente movido por essa força encontrará caminhos para preencher o vazio existencial e lidar com a frustação existencial e somente então essa vontade

de sentido assume característica de sentido da vida, permitindo ao paciente a reativação dos valores em especial o valor de atitude (Frankl, 2019).

Mesmo em situações adversas, é possível encontrar significado na vida através de envolvimento em atividades que tragam satisfação e conexão com os outros isso porque o sentido da vida pode ser descoberto por meio de experiências pessoais, de criação de laços com outras pessoas e na busca de objetivos significativos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Francielle Fátima de, JUNIOR, Manoel Deusdedit. Breves Considerações sobre Sentido da Vida e Suicídio: Reflexões à Luz da Psicologia Fenomenológica-Existencial. **Revista Criminalística e Medicinal Legal.** V.1 | N.2 | P. 20 - 26 | 2017. ISSN 2526-0596.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**. 47. Ed. Petrópolis. Vozes, 2019.

FRANKL, Viktor E. (1991). **A psicoterapia na prática** (C. M. Caon, trad.). Campinas, SP: Papirus.

FRANKL, Viktor E. **O Sofrimento de uma Vida sem sentido**: Caminhos para encontrar a razão de viver. 1. Ed. É realizações. 2015.

LUKAS, Elezabeth. A Força desafiadora do Espirito: Métodos de Logoterapia. Santos. Leopoldianum. 1989.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, v. 18, n. Saúde soc., 2009 18(4), out. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/a/pnCDbh88LDqWwDTx9pGK39h/abstract/?lang=pt acesso em 15 de Nov. 2022.

KROEFF, Paulo. **Logoterapia e Existência**: A importância do Sentido da Vida. Porto Alegre. Evangraf. 2014.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Julia Maria Viola[1]
Damaris Bezerra de Lima[2]

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil; Violência; Violência Intrafamiliar; Negligência.

INTRODUÇÃO

A palavra violência vem do Latim vis, que significa força. É uma ação que surge através das relações sociais e interpessoais e é marcada pela opressão e pela intimidação, além de ser caracterizada por comportamentos brutais, abusivos e desumanos, que podem envolver agressão física e/ou psicológica (CHAUI, 2017).

Por esse motivo, a violência é vista pela maior parte da sociedade como algo a ser evitado, entretanto, foi necessário que diversos movimentos e reivindicações acontecessem para que fosse possível chegar a essa realidade. Um desses movimentos ocorreu em 1988, após a ditadura militar, onde acontece no Brasil a imposição de uma nova Constituição que garantiria a proteção dos grupos minoritários e que denunciaria o poder excessivo que os homens possuíam. A então chamada Constituição Cidadã implantou algumas leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a Lei Maria da Penha, que passaram a considerar como crime todo abuso cometido contra pessoas destes grupos. (MUSZKAT; MUSZKAT, 2016).

A denominação “violência doméstica” e “violência intrafamiliar”, provém do surgimento dessa nova Constituição (MUSZKAT; MUSZKAT, 2016). Apesar de serem bastante confundidas, existem pequenas diferenças entre essas duas formas de violência. De acordo com o Ministério da Saúde (2002, p. 15) “a violência doméstica distingue-se da violência intrafamiliar por incluir outros membros do grupo, sem função parental, que convivam no espaço doméstico. Incluem-se aí empregados(as), pessoas que convivem esporadicamente, agregados.”

Ao perceber que a relação e o afeto dos pais para com os seus filhos tem influência direta com o desenvolvimento infantil, com a aprendizagem e com as

[1]Graduanda do 10° termo de Psicologia no Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO. 257784@unifio.edu.br
[2]Possui graduação em PSICOLOGIA pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2004); Especialização em Psicopedagogia (2006); Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família (2010); Neuropsicologia (2011); e Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde (2014). Mestrado em Psicologia UNESP – Assis/SP (2013). Atualmente é Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, docente da UNIFIO - Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/Supervisora do Núcleo de Estágio Institucional em Psicologia Jurídica no CEPP (Centro de Estudos e Práticas em Psicologia).

ISSN: 2446-8819

vivências da criança, surge a necessidade de se falar sobre a violência intrafamiliar e as suas consequências.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A violência intrafamiliar é considerada uma forma de agressão de grande problemática por ocorrer dentro da vida privada das famílias e por tornar todos ali presentes em cumplices do agressor (MONTI, 2020). Geralmente, a sua presença é marcada pela perca de autonomia das vítimas, que passam a viver de acordo com os gostos, desejos e necessidades do violentador (FERRARI; VECINA, 2002). No caso da violência contra crianças, quando os agressores são os pais, a justificativa dada por eles para explicar tal ação é a necessidade de educar ou de colocar limites em seus filhos (HABIGZANG; KOLLER, 2012).

A história que a família no geral carrega, pode ser um fator influenciador para a presença da violência intrafamiliar, já que essa é uma construção social de grande importância na organização da sociedade.

> [...] o conceito de família, como uma construção histórica, social e cultural, apesar de ter passado por constantes mudanças ao longo do tempo, ainda tem predomínio de um modelo burguês, patriarcal e nuclear, no qual a autoridade paterna predomina sobre a família. O processo de socialização e educação desse modelo de família estabelece certos papéis e acaba por naturalizar a submissão das crianças e mulheres ao pai ou "homem da casa" (MONTI, 2020 p. 39).

Apesar da ideia da figura masculina como chefe da família e detentor de todo poder ainda ser muito comum, vale ressaltar que a violência executada pela mãe contra outros membros da família, principalmente crianças, é muito frequente. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2021, s.p.), "a mãe aparece como a principal violadora, com 15.285 denúncias; seguido pelo pai, com 5.861; padrasto/madrasta, com 2.664; e outros familiares, com 1.636 registros."

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta pesquisa foi utilizada como método a revisão bibliográfica. Dessa forma, foi recorrido a materiais já existentes (artigos e livros) referentes à Violência Intrafamiliar e suas consequências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As problemáticas da violência infantil começaram a ser percebidas e mais divulgadas no início dos anos 50, onde alguns profissionais da saúde notaram que muitas crianças que chegavam para o atendimento apresentavam desnutrição sem causa aparente e muitas possuíam diversos pontos de cicatrização óssea causada por lesões anteriores (FERRARI e VECINA, 2002). Quando esses ferimentos começam a ser identificados como consequências da violência executada por pais ou

ISSN: 2446-8819

responsáveis, acontece a desmistificação da família como centro protetor da criança (GONÇALVES, 2009).

Winnicott (1963), pesquisador conhecido por seus estudos na área da infância, destaca a importância da presença e dos cuidados da mãe, ou figura cuidadora, para a construção da personalidade de uma criança. Para ele, a mãe deve ser capaz de atender as necessidades de seu filho, sendo nomeada de suficientemente boa, quando consegue promover o desenvolvimento físico, emocional e a independência gradual da criança de forma saudável (TEIXEIRA, 2017). Entretanto, da mesma forma que um ambiente saudável pode ser um exemplo, um ambiente problemático também tem suas influências sobre a vida da criança. Viver em um ambiente familiar conturbado pode causar diversos conflitos internos, que podem afetar de forma negativa o seu desenvolvimento.

Apesar de possuir muitos estudos sobre a importância de um ambiente saudável na vida e no desenvolvimento de uma criança, Winnicott também possui algumas ideias sobre os prejuízos que podem existir em caso de negligência com um bebê em sua fase de desenvolvimento (TEIXEIRA, 2017). Quando a criança é privada dos cuidados maternos necessários, existem grandes chances de ocorrer uma distorção no seu desenvolvimento. “Se a criança for constantemente forçada a reagir às intrusões, isso impede e paralisa sua tendência natural ao amadurecimento, ocorrendo uma interrupção ou distorção deste seu processo” (BIANCO, 2020, p. 65). Diferente daqueles que nunca vivenciaram frustrações em sua infância, pessoas que passaram por traumas causados por decepções do ambiente e que ainda se lembram dos sentimentos daquele momento, possuem grandes chances de levarem uma vida tensa e de desenvolverem algum transtorno mental (ANDRADE, REZENDE e FILHO, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, quando se fala de violência intrafamiliar, apontar os prejuízos causados na vida de suas vítimas se torna de extrema importância. Quando há descuido dos pais para com seus filhos, acontece um sentimento de desamparo por parte da criança e a mesma acaba perdendo a confiança nas figuras cuidadoras, comprometendo assim, o seu desenvolvimento. As sequelas da violência intrafamiliar, permanecem com o sujeito pelo resto da vida e, em alguns casos, pode ocorrer a repetição destes atos por parte do indivíduo para com o outro, seja na infância com os colegas, seja quando adulto com sua própria família.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristiano de Jesus; REZENDE, Manuel Morgado; FILHO, Carlos de Souza. **As Contribuições de Freud e Winnicott para a compreensão da psicose: uma reflexão teórica explicativa.** Revista Pandora Brasil, 2019. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/tematica_livre/freud_winnicott.pdf.

BIANCO, Omar Moreira Del. **Trauma infantil, violência contra a mulher e depressão na vida adulta: um olhar à luz da psicanálise winnicottiana.**

Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/23107.

CHAUI, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2017. E-book. ISBN 9788551300855. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788551300855/.

FERRARI, Dalka C. A.; VECINA, Tereza C. C. O fim do silêncio na violência intrafamiliar: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002.
MUSZKAT, Malvina; MUSZKAT, Susana. **Violência familiar: Série O Que Fazer?** São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. ISBN 9788521210818. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210818/.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Violência contra a criança e o adolescente**. In: GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. Nau, 2009.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Silvia H. **Violência Contra Crianças e Adolescentes.** Porto Alegre: Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788536327167. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536327167/.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço.** Secretaria de Políticas de Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa.** Governo Federal, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa.

MONTI, Luísa Leôncio. **Estudo sobre violência intrafamiliar contra a criança: conhecimentos e atitudes de professores da Educação Infantil**. Educação Escolar – FCLAR, 20 de fev. 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202213.

REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina Gonçalves; PARRA, Cláudia Regina. O Impacto da Violência Intrafamiliar no Desenvolvimento Psíquico Infantil. O Portal dos Psicólogos, 2018. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1253.pdf.

TEIXEIRA, Priscila de Almeida**. Crianças e adolescentes vitimizados e instituições de acolhimento: uma discussão sobre a abordagem de Winnicott.** Volta Redonda, 2017. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/6402.

ISSN: 2446-8819

WINNICOTT, D. W. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo (1963). In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional.** Porto Alegre: Artmed, 1983, p. 79-87.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS NA VIDA ADULTA

Pamila Eulália de Souza[1]
Damaris Bezerra de Lima[2]

Palavras-chave: Violência Sexual; Violência Intrafamiliar; Transtornos Psicológicos; Psicoterapia.

INTRODUÇÃO

A violência sexual vem acontecendo desde os tempos antigos, pois antigamente a criança não era tratada como um ser de direitos, então muitas eram usadas para satisfazer os desejos sexuais de adultos. Mas, só foi após a Lei Federal 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) que "define as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado (Brasil,1990) que esses atos passaram a não ser aceitos pela sociedade. Contudo, mesmo com a lei que a protege, os seus direitos ainda são violados.

A violência sexual infantil é definida como todo ato em que o adulto usa uma criança para satisfazer seus desejos sexuais, seja por meio de contato físico ou não (Brasília, 2013) e acontece no meio intrafamiliar e extrafamiliar. De acordo com os autores Margarini e Pacheco 2012, esse tipo de violência causa vários prejuízos na infância e se não tratados podem ocasionar problemas em longo prazo.

O objetivo dessa pesquisa é conhecer a grande gama de sintomas e psicopatologias relacionadas à violência sexual na infância e como a psicoterapia pode amenizar e tratar esses sintomas. Trazer também a importância do adulto fazer um tratamento psicoterápico adequado, por ser um ato que causa grande trauma os efeitos dessa vivência podem aparecer de diversas formas, em diferentes graus de severidade e em qualquer idade da vítima (Malgarin, Pacheco 2012).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A violência sexual pode ser cometida por conhecidos ou desconhecidos da vítima, mas a que causa um dos maiores danos psicológicos é a violência sexual

[1]Graduanda do 10° termo de Psicologia no Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO.
[2]Possui graduação em PSICOLOGIA pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2004); Especialização em Psicopedagogia (2006); Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família (2010); Neuropsicologia (2011); e Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde (2014). Mestrado em Psicologia UNESP – Assis/SP (2013). Atualmente é Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, docente da UNIFIO - Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/Supervisora do Núcleo de Estágio Institucional em Psicologia Jurídica no CEPP (Centro de Estudos e Práticas em Psicologia).

ISSN: 2446-8819

intrafamiliar, especialmente o incesto, onde o abusador é o pai, padrasto ou genitor da vítima. Nesses casos, a vítima não tem opção de fuga, pois o adulto responsável por protegê-la é o mesmo que a machuca, a vítima é obrigada a conviver com seu abusador 24 horas por dia (Habigzang, Caminha, 2008). Uma pesquisa realizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania mostrou que a violência sexual ocorre em 73% dos casos dentro da casa da vítima, e em 40% dos casos, o abuso é cometido pelo pai ou padrasto. (ODH,2020) Esses casos de abuso contínuo dentro de um contexto familiar resultam em uma quebra de confiança e perda da segurança, o que afeta negativamente o desenvolvimento infantil.

A experiência da violência sexual infantil pode causar traumas que variam de pessoa para pessoa. O impacto no desenvolvimento da vítima é influenciado por fatores como o histórico social e familiar da criança, o contexto do abuso, a idade em que começou, a frequência, a duração e a presença ou ausência de penetração. Além disso, a forma como as pessoas ao redor da vítima reagem à revelação do abuso também influencia os sintomas e psicopatologias que podem surgir em longo prazo. (Lessinger, Dell'aglio, 2008).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para essa pesquisa foi realizada como método a revisão bibliográfica nas plataformas do scielo, google acadêmico, pepsic, e biblioteca Unifio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência sexual causada na infância conforme os autores Margarini e Pacheco 2012, se não é tratada pode ocasionar problemas em longo prazo como, por exemplo, no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicológico da vítima. Se for falar de possíveis transtornos psicológicos a literatura nos traz o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) que é comum se observado em casos de violência sexual na infância. O TEPT é caracterizado por *flashbacks*, nos quais a vítima revive o trauma em sua vida atual (DSM-5, 2014). De acordo com os autores Tosta. Bianco (2019) os traumas infantis que estão associados as questões interpessoais e intencionais como a violência sexual podem estar ligados ao desenvolvimento crônicos de depressão, que se caracteriza por "uma tristeza suficientemente grave ou persistente que pode interferir no funcionamento e, muitas vezes, para diminuir o interesse ou o prazer nas atividades" (Coryhell, William, 2021). O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é caracterizado por instabilidade nas relações interpessoais, autoimagem, afetos e impulsividade acentuada, surgindo no início da vida adulta (DSM-5.2014). Um estudo clínico realizado por Turniansky em 2019 revelou que pacientes com TPB que sofreram violência sexual na infância apresentaram maior número de internações psiquiátricas e taxas mais elevadas de tentativas de suicídio. (Oliveira et al, 2021). Os transtornos alimentares são caracterizados por padrões alimentares prejudiciais que afetam o bem-estar de uma pessoa. Segundo a literatura, traumas na infância, especialmente relacionados à sexualidade, são fatores desencadeantes de problemas de personalidade, autoimagem e autoestima, causando grande sofrimento.(Attia,Timothy 2022).Estudos

apontam que a violência sexual na infância está relacionada a uso de álcool e drogas na vida adulta, entre os vícios encontrados estão o tabaco, maconha e sedativos, o uso desses tipos de drogas é a forma usada para conseguir lidar com o sofrimento psíquico (Silvia,2022 apud Cruz.2021). Há também a gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando tantos males que a violência sexual traz na infância, a psicoterapia entra como uma grande aliada em amenizar esses efeitos, pois ela busca compreender, influenciar, e modificar a experiência psíquica e o comportamento do paciente (Mondardo, Mantovani, 2009) ajudando o individuo a amenizar o sofrimento vivenciado na infância. O sujeito através da psicoterapia vai compreender o que aconteceu com ele, se fortalecer emocionalmente, terá condições de resistir aos impactos vividos, suportando as pressões da vida, evitando a autotortura e encontrando saídas para o seu drama através de uma via sublimatória (Azevedo, 2001). É através dessa pesquisa e de tanto autores que podemos concluir que o individuo que passa por um trauma relacionado com a sexualidade na infância, precisa de ajuda desde o inicio, e quando não pede ajuda, ou não é ajudado, muitas são as consequências, e a psicoterapia vem como fato essencial que poderá amenizar e ajudar o individuo a caminhar para uma vida saudável.

REFERÊNCIAS

ATTIA. Evelyn. Walsh. Timothy.B. **Bulimia nervosa. Manual MSD versão saúde para a família.** 2022. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-de-sa%C3%BAde-mental/transtornos-alimentares/bulimia-nervosa. Acesso em 05.maio.2023.

AZEVEDO. Elaine. **Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. .2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/zN57XFHxwPLnjZXYwqSCLJN/?lang=pt&format=html. Acesso em: 26 maio.2022..

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 17 abr. 2023.

CORYELL. William. **Transtorno depressivo. Manual Msd versão para profissionais de saúde.** 2022. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/transtornos-do-humor/transtornos-depressivos#:~:text=A%20depress%C3%A3o%20%C3%A9%20um%20transtorno,di

ficuldade%20de%20concentra%C3%A7%C3%A3o)%20s%C3%A3o%20comuns. Acesso em: 01. Maio. 2023.

LANDIM, C. C., Miranda, I. C. de A., Lira, I. S. de, Fermoseli, A. F. de O., & Oliveira, J. S. de. (2021). **TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE COMO CONSEQUÊNCIA DO ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS.** Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - ALAGOAS, 6(3), 224. Recuperado de https://periodicos.grupotiradentes.com/fitsbiosaude/article/view/9495

MALGARIN. Bibiana. ; PACHECO. Maria. **Discutindo os possíveis impactos do abuso intrafamiliar na estruturação do aparelho psíquico infantil.** Revista de Psicologia da IMED, vol.4, n.1, p. 620- 628, 2012. Disponível em: file:///E:/Users/Pamyla/Downloads/DialnetDiscutindoOsPossiveisImpactosDoAbusoSexualIntrafam-5154974%20(1).pdf. Acesso em: 25.maio.2022.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 / [American PsychiatricAssociation ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.] ; revisão técnica: Aristides VolpatoCordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2014. Disponível em biblioteca unifio. Acesso em: 01. Maio.2023.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH). **"81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa".** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa. Acesso em: 16 abr. 2023.

MONDARDO. Anelise Hauschild; PIOVESAN. Laís ; MANTOVANI, Paulina. Cecilia. **A percepção do paciente quanto ao processo de mudança psicoterápica.**Aletheia. 2009, n.30, pp. 158-171. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200013. Acesso em: 26.maio.2020

Presidência da República. "Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - **Estatuto da Criança e do Adolescente".** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 abr. 2023.

TOSTA. Rosa. Bianco. Omar. **Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: um estudo de caso.** Revista interinstitucional de psicologia. 14 (2), 2021. Disponivel em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200004#:~:text=Os%20resultados%20indicam%20que%20os,a%20futura%20eclos%C3%A3o%20dessa%20patologia. Acesso em: 25.maio.2023

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

TRANSTORNOS ALIMENTARES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

Poliana Natacha Peixoto[1]
Rita Ferreira da Silva[2]

Palavras-chave: Mulher; saúde emocional, transtornos alimentares, psicanálise.

INTRODUÇÃO

A insatisfação com o corpo e a busca por um padrão de beleza inalcançável têm levado pessoas a comportamentos autodestrutivos, como a adoção de dietas excessivas e a prática de procedimentos estéticos invasivos. Especialmente entre as mulheres, a pressão social e os ideais estéticos impostos pela sociedade têm impactos profundos na formação da identidade, afetando a autoestima e a imagem corporal (Brugiolo, et al, 2021).

No contexto contemporâneo, em que a mídia e as redes sociais exercem uma influência significativa, observa-se uma intensificação desses problemas. O corpo feminino idealizado é constantemente exibido como objeto de consumo, promovendo um padrão estético inatingível para a maioria das mulheres. A busca incessante por essa imagem ideal tem levado ao aumento alarmante de transtornos alimentares, tais como anorexia, bulimia e transtorno de compulsão alimentar (Souza, et al, 2021).

Diante dessa situação, é fundamental compreender os fatores que contribuem para o desenvolvimento dos transtornos alimentares e seu impacto na construção da identidade feminina. A influência da mídia, dos padrões sociais, familiares, culturais e históricos, bem como os aspectos psicológicos envolvidos, desempenham um papel crucial nesse contexto complexo.

Assim, o objetivo deste esboço acadêmico é analisar de forma aprofundada a relação entre transtornos alimentares e a construção da identidade feminina, destacando as influências socioculturais e psicológicas envolvidas.

---

[1] Graduanda do 9° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos.

[2] Mestra em Psicologia pela Universidade Ibirapuera - UNIB (2022). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2013). Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Corporativa Cespi - FACESPI (2014). Equoterapeuta formada pela Associação Nacional de Equoterapia ANDE-Brasil (2014). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José (2018). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (2011). Docente no ensino superior no Centro Universitário de Ourinhos - UniFio (2022-atual). Supervisora do Núcleo de Estágio Institucional Psicologia Hospitalar e Inclusiva no Centro Universitário de Ourinhos - UniFio (2022-atual). Atuou como Psicóloga e Equoterapeuta durante os anos de 2013 à 2022 no movimento APAEano paulista. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Psicologia, Psicanálise, Equoterapia, Psicossomática, Transtornos do Neurodesenvolvimento, Deficiência Intelectual e Estimulação Precoce.

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No contexto de uma sociedade machista e patriarcal, as mulheres enfrentam uma série de desafios e pressões psicossociais relacionados à sua identidade e imagem corporal. O desenvolvimento da identidade feminina é fortemente influenciada por padrões de beleza impostos pela cultura e pela mídia, que frequentemente promovem um ideal inalcançável de corpo perfeito. Esses padrões estabelecem uma norma estreita e restritiva, levando muitas mulheres a sentirem-se insatisfeitas com seus corpos e a adotarem comportamentos alimentares disfuncionais como forma de tentar se adequar a esses padrões (Souza, et al, 2021).

A sociedade machista e patriarcal valoriza e enaltece a aparência física das mulheres, colocando uma pressão significativa sobre elas para corresponderem a um ideal de beleza irrealista. Isso resulta em uma constante vigilância e auto cobrança em relação ao corpo, levando ao surgimento de transtornos alimentares, como a anorexia, a bulimia e o transtorno de compulsão alimentar (Sampaio; Ferreira, 2009).

As disfunções comportamentais relacionadas à alimentação são amplamente citadas por órgãos e referências importantes na área da saúde. O CID-10 (Classificação Internacional de Doenças), o DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e a OMS (Organização Mundial da Saúde) descrevem essas condições de maneira específica. A anorexia nervosa é caracterizada pela restrição alimentar extrema, levando a uma perda significativa de peso, a bulimia nervosa envolve episódios de compulsão alimentar seguidos de comportamentos compensatórios, como vômitos induzidos ou uso de laxantes, já o transtorno de compulsão alimentar é caracterizado por episódios recorrentes de compulsão alimentar sem comportamentos compensatórios (Ferreira, 2006).

A pressão social para se encaixar em um padrão estético irrealista afeta profundamente a saúde mental das mulheres. A busca incessante por um corpo perfeito e a autoavaliação baseada em critérios externos levam a sentimentos de inadequação, baixa autoestima e distorção da imagem corporal. Esses transtornos alimentares não apenas afetam a saúde física das mulheres, mas também têm um impacto negativo em sua saúde psicológica, interferindo no desenvolvimento saudável da identidade feminina (Sampaio; Ferreira, 2009).

Portanto, compreender as influências da sociedade na construção da identidade feminina e a relação dessas influências com os transtornos alimentares é essencial para promover a conscientização, a prevenção e o tratamento adequado desses problemas. Ao abordar esse tema em um trabalho acadêmico, busca-se ampliar o conhecimento científico sobre as implicações psicológicas e sociais dos transtornos alimentares, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e empática em relação às questões relacionadas à identidade feminina e à saúde mental das mulheres.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste estudo consistiu em uma revisão bibliográfica narrativa, a qual buscou compreender a relação entre transtornos alimentares e a construção da identidade feminina. Foram utilizados livros, artigos e publicações que

ISSN: 2446-8819

lançaram seu olhar sobre a temática investigada, valendo-se de autores e pesquisadores cujas contribuições enriqueceram sobremaneira a busca. Dessa forma, o estudo empreendido adquire um caráter narrativo de interesse.

Entre os autores utilizados, destaca-se o livro de Simone de Beauvoir, que proporcionou uma análise crítica sobre a construção da identidade feminina e suas relações com a sociedade patriarcal. Além disso, outros estudos e artigos científicos foram explorados para obter uma visão abrangente das influências sociais, das pressões estéticas e dos padrões de beleza irrealistas que impactam a relação entre transtornos alimentares e a identidade feminina.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem que visa identificar padrões, relações e temas emergentes relacionados à construção da identidade feminina e aos transtornos alimentares. A interpretação dos dados foi conduzida com base na compreensão das experiências individuais e coletivas das mulheres, utilizando artigos e livros que forneceram exemplos e ilustrações relevantes para embasar essa análise, levando em consideração os aspectos psicológicos, sociais e culturais que influenciam essa relação (Danton, 2002).

É importante ressaltar que a metodologia de pesquisa narrativa utiliza termos como pessoal e social para tratar da interação, passado, presente e futuro para desenvolver a noção de continuidade, e lugar para marcar a situação. O objeto de estudo dessa abordagem são as histórias narradas, com foco na compreensão dos indivíduos em interação e inseridos em um contexto social. Esses termos formam um espaço tridimensional para a investigação narrativa (Sahagoff, 2015). Nesse sentido, o uso de diferentes fontes de informação e a diversidade de materiais consultados contribuíram para uma análise mais abrangente e embasada dos aspectos relacionados à construção da identidade feminina e aos transtornos alimentares.

Por meio dessa abordagem, foi possível explorar as complexidades dessa problemática e fornecer subsídios para uma compreensão mais ampla das influências sociais, dos padrões de beleza irrealistas e da busca pelo corpo perfeito na relação com os transtornos alimentares e a identidade feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos destacam a influência das pressões sociais e dos padrões de beleza irrealistas na saúde mental das mulheres, resultando em comportamentos alimentares disfuncionais.

A análise dos resultados revela que a construção da identidade feminina está intrinsecamente ligada às expectativas e normas impostas pela sociedade. As mulheres são constantemente bombardeadas por mensagens que reforçam a importância de ter um corpo magro e perfeito, levando a uma busca incansável por alcançar esses ideais inatingíveis. Essa busca pela perfeição estética pode levar a uma insatisfação corporal, baixa autoestima e desenvolvimento de transtornos alimentares, como anorexia nervosa, bulimia nervosa e transtorno da compulsão alimentar (Sampaio; Ferreira, 2009).

Além disso, os resultados evidenciam a necessidade de considerar o papel dos fatores psicossociais na compreensão dos transtornos alimentares. Questões como traumas, experiências de discriminação, pressões familiares e a busca por validação

social emergiram como influências significativas no desenvolvimento desses transtornos. A busca por controle, perfeccionismo e a necessidade de se encaixar em padrões estabelecidos são características comuns encontradas entre as mulheres afetadas.

A discussão dos resultados destaca a importância de abordagens terapêuticas abrangentes e multidisciplinares no tratamento dos transtornos alimentares. A intervenção psicológica desempenha um papel central nesse processo, visando à reconstrução da relação saudável com a alimentação, ao fortalecimento da autoestima e à promoção do autocuidado (Costa; Melnik, 2016).

Além disso, podemos considerar como fundamental as abordagens que levem em conta o contexto social e cultural no qual esses transtornos se desenvolvem. A desconstrução dos padrões de beleza irrealistas, o empoderamento das mulheres e a promoção de uma imagem corporal positiva são aspectos essenciais no combate aos transtornos alimentares e na construção de uma identidade feminina saudável (Costa; Melnik, 2016).

Em suma, os resultados da pesquisa destacam a complexidade da relação entre transtornos alimentares e a construção da identidade feminina. Essa discussão reforça a importância do papel do psicólogo na compreensão, no tratamento e na prevenção desses transtornos, bem como na promoção de uma identidade feminina saudável e livre de pressões sociais e estereótipos prejudiciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise realizada ressalta a estreita relação entre transtornos alimentares e a construção da identidade feminina, destacando o papel significativo das influências sociais e culturais nesse processo. A sociedade exerce uma pressão constante sobre as mulheres, impondo padrões de beleza irrealistas e promovendo a conformidade com ideais estereotipados. Essa influência cultural intensifica a busca por um corpo considerado perfeito, gerando comportamentos alimentares disfuncionais e impactando negativamente a saúde psíquica das mulheres. A construção da identidade feminina é profundamente moldada pelas normas sociais vigentes, que muitas vezes limitam a expressão individual e reforçam estereótipos prejudiciais. Portanto, compreender e questionar a influência da cultura na formação da identidade feminina é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva, onde as mulheres possam desenvolver uma autoimagem saudável, baseada em suas próprias experiências, desejos e valores.

REFERÊNCIAS

BRUGIOLO, A; SANTOS, E; RIBEIRO, P; CARNAÕBA, F. Insatisfação corporal e procedimentos estéticos em estudantes universitários. **Fisioterapia e Pesquisa**, [S.L.], v. 28, n. 4, p. 449-454, out. 2021. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1809-2950/21008128042021.

COSTA, M; MELNIK, T. Efetividade de intervenções psicossociais em transtornos alimentares: um panorama das revisões sistemáticas. **Einstein (São Paulo),** [S.l], v.

14, n. 2, p. 235-277, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082016rw3120.

DANTON, G. **Metodologia Científica**. Pará de Mina: Virtual Books Online M&M Editores Ltda., 2002. 23 p.

SAMPAIO, R; FERREIRA, R. **Beleza, identidade e Mercado**. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 120-140, 2015 abr. 2009.

SOUZA, K; BARROS, R; KABENGELE, D; MAXIMIANO, M; ACÁCIO, K. Influência da mídia sobre o corpo feminino: uma revisão sistemática. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 385-400, 1 set. 2021. Universidade Tiradentes. http://dx.doi.org/10.17564/2316-3801.2021v9n2p385-400.

SAHAGOFF, A. **Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana**. in: 11 Semana de extensão, Pesquisa e Pós-graduação. Porto alegre, p. 1-7, 2015.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A EQUOTERAPIA E SUA INFLUÊNCIA NO TRATAMENTO E REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Reilane Souza S. Auerswald[1]
Rita Ferreira da Silva[2]

Palavras-chave: Psicologia; Equoterapia; Reabilitação; Autismo; Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

Esta investigação nomeada “A Equoterapia e sua influência no tratamento e reabilitação de pessoas com deficiências”. Esse tema faz-se de suma importância, pois as deficiências podem ser habilitadas e reabilitadas, proporcionando qualidade de vida e efetivação da inclusão social. Logo, as atividades de equitação terapêutica são intervenções as quais proporcionam a junção destas duas unidades tratamento e inclusão. De acordo com a Associação Nacional de Equoterapia – ANDE Brasil, a “equoterapia” é um termo cunhado para designar todas as técnicas que empreguem o cavalo com metodologias de equitação e atividades equestres, as quais destinam-se ao acompanhamento multidisciplinar terapêutico as pessoas com deficiência (ANDE, 2012).

Ao que diz respeito a legitimidade da Equoterapia no território brasileiro, e associados a isto, a regulamentação efetiva de sua intervenção terapêutica por uma equipe multidisciplinar em que o profissional de psicologia faz parte, em 13 de maio de 2019 a Lei nº 13.830 entrou em vigor. A Lei em questão regulamenta a prática da equoterapia como procedimento de reabilitação (BRASIL, 2019). Pela letra da lei trata-se de uma intervenção assistida por cavalo, que está para além da prática clínica. É realizada por uma equipe interdisciplinar – multiprofissional -, a qual comumente prioriza caso a caso, intervenção por intervenção, montando para cada praticante um protocolo de atendimento individualizado.

Cabe ainda salientarmos que apesar dos primeiros atendimentos de equoterapia terem ocorridos no Brasil no início dos anos 90, este campo de atuação é considerado novo. A presença de um psicólogo na equipe básica de equoterapia foi legitimada apenas em 2019, e o profissional passou a ser considerado indispensável assim como consta em lei. Diante de tais prerrogativas, investigar, analisar e construir diálogos entre a psicologia e a equoterapia é de suma importância para o campo cientifico.

[1] Graduanda do 10° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos.
[2]Psicóloga (UNIFIO), pedagoga (FPSJ), mestra em psicologia (UNIB), professora do curso de psicologia. Centro Universitário de Ourinhos, rita.ferreira@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A prática da equoterapia é recomendada para todas as pessoas, mas em especial para as pessoas com deficiência, vide os benefícios e ganhos no desenvolvimento e na saúde integral de seus praticantes (Ande, 2012).

O profissional de psicologia, atuando no setor – no campo – da equoterapia deve ter um olhar atento que lhe permita perceber quais são as habilidades do seu praticante as quais devem ser estimuladas durante as sessões de equoterapia. Para além única e exclusivamente da atuação direta com o praticante, o psicólogo de realizar o acolhimento com as famílias, ter uma boa conexão com os demais membros da equipe, prezar pelo atendimento ético e estabelecer um elo de confiança entre o praticante e o cavalo. Ainda sobre a atuação do psicólogo na equoterapia os autores Amorin; Bezerra; Oliveira; Silva; Vieira (2016, n.p) vão dizer:

> O Psicólogo na Equoterapia contribui para a estimulação do praticante, percebendo suas potencialidades e seus limites, bem como proporcionando a ele, mecanismos que possibilitem a aproximação desse indivíduo com o cavalo, bem como a conscientização corporal, autoconfiança, noção de limite, desenvolvimento das funções cognitivas, entre outras atividades. O psicólogo auxilia ainda na assistência familiar e na orientação da equipe, buscando maior eficácia no atendimento das dificuldades do praticante, contribuindo para melhorias nos aspectos físicos e psíquicos.

Por intermédio das palavras dos autores acima, podemos analisar que o psicólogo deve exercer em sua prática em um centro de equoterapia o papel de técnico e responsável pelas intervenções *in loco*, mas também o papel de mediador das relações interpessoais e interlocutor entre o praticante – paciente – e o cavalo. Esta mediação e confiança é que permitirá a obtenção de resultados satisfatórios durante o processo terapêutico.

Desta forma, podemos analisar conforme Eckert (2013), a Equoterapia pode ser definida como um protocolo terapêutico, que associado as intervenções clinicas, busca a reabilitação e da qualidade de vida aos sujeitos com deficiência. É importante pontuar, que a equitação terapêutica, nomeada aqui em nosso país como Equoterapia, distinguindo-se do tratamento clínico tradicional, por ser efetivada ao ar livre, suscitando uma conexão o praticante – paciente em ato de montaria ou atividade com o equino –, equipe terapêutica e cavalo. Entretanto, promove muitos benefícios aos seus cavaleiros, incluindo bem estar e inclusão social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a estruturação do método de pesquisa desta investigação optamos pela revisão bibliográfica narrativa de interesse. Assim como destaca Cordeiro et al. (2012, p.429), “a revisão da literatura narrativa ou tradicional [...] apresenta uma temática mais aberta; [...] não exigindo um protocolo rígido para sua confecção”. Desta forma, optamos em ter como eixo central de nossas investigações as orientações e

ISSN: 2446-8819

publicações associadas a Associação Nacional de Equoterapia – ANDE – Brasil, a Lei regulamentadora desta prática no território brasileiro e a outras publicações as quais se fazem pertinentes a nossa discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assim como destacamos anteriormente nesta análise, a equoterapia enquanto prática terapêutica se estrutura por intermédio de protocolos. De acordo com a proposta de intervenção terapêutica da Associação Nacional de Equoterapia é subdividida em quatro modalidades de práticas terapêuticas interventivas de habilitação e reabilitação as pessoas com deficiência: hipoterapia, educação/reeducação, pré-esportiva e hipismo. Os programas de intervenção básica em equoterapia são utilizadas como proposta de intervenção terapêutica, assim como estudadas cientificamente em múltiplas partes do mundo (ANDE-Brasil, 2012). Referente à primeira modalidade a hipoterapia, podemos considerar os apontamentos de Teixeira et al., (2016, p. 78):

> O programa de Hipoterapia é fundamentalmente desenvolvido na área de reabilitação, e é proposta ao praticante que não oferece qualidades físicas ou mentais para se sustentar sozinho sobre o dorso do cavalo, essa fase é fundamentalmente direcionada para a área de saúde, empregando o cavalo como ferramenta cinismo terapêutico. Precisa do acostamento direto dos profissionais, sobretudo dos Fisioterapeutas.

Considerando os apontamentos do autor, podemos descrever que a Hipoterapia é um programa fundamentalmente da área de saúde, desenvolvido para o atendimento destinado as pessoas com deficiência. Na maioria dos casos os praticantes atendidos na modalidade acima descrita não apresentam habilidades físicas, mentais ou/e cognitivas, para ter autonomia na atividade com o cavalo, precisando de um auxiliar-guia para conduzir o animal. Na maior parte dos casos, igualmente comprometidos pelos agravos da deficiência, o praticante preciso do auxiliar lateral para mantê-lo montado, dando-lhe segurança na montaria.

É importante destacar que os laterais são um de cada lado, e estes assim como o auxiliar-guia ou equitador caminham junto do animal e do praticante durante toda sessão em dorso. Os profissionais da área de saúde, membros da equipe é que conduz as sessões, dando as coordenadas interventivas dos exercícios planejados. O cavalo é empregado, sobretudo como ferramenta cinismo terapêutica, nesta modalidade (Teixeira et al, 2016).

A hipoterapia, em ambiente seguro do picadeiro ou redondel dos Centros de equoterapia, acabam por ser a modalidade mais utilizada no processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. Em especial das crianças com deficiência. Uma vez que estes praticantes podem iniciar seus programas de equitação terapêutica a partir do segundo e terceiro ano de vida. Mas, é importante ressaltar, que independente da idade do praticante, este só poderá passar pelo processo de avalição e conduta das profissionais de equoterapia após liberação de um médico (Teixeira et al, 2016).

ISSN: 2446-8819

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados encontrados nesta investigação narrativa, podemos considerar por intermédio de Teixeira et al (2016) e da ANDE-Brasil (2012), que as pessoas com deficiência – independente do tipo de deficiência a qual ela seja acometida – tem benefícios em sua saúde integral e em seu processo de habilitação e reabilitação ao ser acompanhada pelo serviço terapêutico equestre.

Outrossim, não poderíamos deixar de esclarecer que a equoterapia é uma terapia complementar as terapias clinicas tradicionais. Ou seja, o sujeito que realiza as sessões de equoterapia deve continuar em acompanhamento terapêutico clinico.

REFERÊNCIAS

AMORIN, B. M. O.; BEZERRA H. C. J. B; OLIVEIRA P. G.; SILVA, J. M.; VIEIRA, D. V. M. A importância da psicologia na prática da equoterapia. In: **II Congresso Internacional de Educação Inclusiva**. 2˚, Campina Grande – PB. Anais de congresso. Campina Grande, online, 2016.

ANDE-BRASIL. Princípios e Fundamentos da Equoterapia. **Revista Nacional de Equoterapia**. Brasília, v. 15, nº 20, p. 363-372, junho, 2012.

BRASIL. Lei nº13.830, de 13 de maio de 2019. **Dispõe sobre a prática da equoterapia.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 198o da Independência e 131o da República. Maio de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019- 2022/2019/lei/L13830.htm. Acesso em: 10 de nov. 2023.

CORDEIRO, A. M., OLIVEIRA, G. M. de., RENTERÍA, J. M., & GUIMARÃES, C. A.. (2007). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista Do Colégio Brasileiro De Cirurgiões,** 34(6), 428–431. https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012

ECKERT, D. **Equoterapia como recurso terapêutico: análise eletromiográfica dos músculos reto do abdômen e paravertebral durante a montaria.** 57f. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Univates, Lajeado, 2013.

TEIXEIRA, E. V; SASSÁ, P; SILVA, D. M. Equoterapia como recurso terapêutico na espasticidade de membros inferiores em crianças com Paralisia Cerebral Diplégica. **Revista Conexão Eletrônica.** Três Lagoas, v.13, nº 1, 2016.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO ALTERNATIVA AO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL TRADICIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES DO(A) PSICÓLOGO(A) NA ÁREA

Kauani Tanfere[1]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[2]

Palavras-chave: Psicologia; Psicologia Jurídica; Justiça Restaurativa; Sistema de Justiça; Justiça Retributiva.

INTRODUÇÃO

Frente ao cenário brasileiro, torna-se perceptível a crescente intersecção entre a Psicologia e o Direito, sendo esta, uma relação em busca por uma compreensão aprofundada dos processos de justiça, de suas práticas e efetividade. Em seu contexto histórico, o Sistema de Justiça Brasileiro adotou como modelo a Justiça Retributiva/Punitiva, que caracteriza-se como uma resposta de punição ao delito cometido, através da pena de privação de liberdade. Além disso, durante o processo de encarceramento, os presos são submetidos à episódios de violência, discriminação e negligência pelas instituições carcerárias, impossibilitando o processo de reeducação e reinserção social dos apenados. Segundo Rastirolla (2021, p. 2), “o sistema de justiça criminal, em seu modelo retributivo-punitivo, encontra-se estrangulado e não tem conseguido cumprir a missão que supostamente seria sua, qual seja, a de recuperação dos sujeitos privados de liberdade”. Ao decorrer dos últimos anos, observa-se um crescimento nas discussões e questionamentos acerca deste modelo tradicional de justiça e de sua eficácia na resolução dos conflitos e no índice de reincidência de crimes.

Nesse contexto surge a Justiça Restaurativa, em contraposição a Justiça Retributiva, que visa compreender o delito e os danos causados em consequência dele nos indivíduos envolvidos. Dessa forma, a Justiça Restaurativa promove a articulação entre o ofensor, a vítima e a comunidade, de forma com que todos participem ativamente do processo, buscando a resolução do conflito e a redução dos danos causados. Dentro desse contexto, o(a) psicólogo(a) contribui com seus conhecimentos e práticas para o desenvolvimento e implementação da Justiça Restaurativa, uma vez que seus objetivos e práticas estão em consonância com as atividades exercidas por ambos. Segundo as autoras Martins e Dias (2022, p. 213) “existe uma aproximação entre o saber psicológico e a base principiológica da Justiça Restaurativa, uma vez que tem como embasamento a Declaração Universal dos Direitos Humanos e primam pela promoção da dignidade humana”. Ademais, o(a)

[1] Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos/SP - UNIFIO. E-mail: kauani.tanfere@unifio.edu.br
[2] Docente no Centro Universitário de Ourinhos/SP – UNIFIO. E-Mail: lu_fr@yahoo.com.br

ISSN: 2446-8819

psicólogo(a) através de sua escuta e acolhimento qualificado, poderá contribuir significativamente nestas situações de conflito, subsidiando os envolvidos no processo e até mesmo a equipe técnica da instituição.

Através da presente pesquisa bibliográfica exploratória, de caráter qualitativo, visa-se analisar o Sistema de Justiça Brasileiro, observando o Sistema Prisional e sua eficácia, em comparativo com a Justiça Restaurativa e seus métodos. Por fim, realizaremos uma análise acerca das possibilidades de atuação do profissional de Psicologia no âmbito da Justiça Restaurativa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desde os primórdios da existência humana, diversos foram os meios de justiça estabelecidos, contudo, a partir do surgimento do Estado, o modelo de justiça estipulado aqueles em descumprimento com a lei passa a ser a pena de privação de liberdade, isto é, o período em que o infrator deve permanecer sob custódia em razão do descumprimento da lei. Todavia, é visto que esse sistema, cujo objetivo concentra-se na reeducação e reintegração social do sujeito, mostra-se ineficaz em sua finalidade em razão do alto índice de reincidência criminal, saúde e condições precárias, superlotação das instituições e a falta de programas de ressocialização eficientes.

Diante aos frequentes impasses vivenciados pela Justiça Retributiva, surge a Justiça Restaurativa, como meio alternativo para a resolução de conflitos. Segundo Orsini e Lara (2013) a Justiça Restaurativa é compreendida como um modelo de Justiça onde os envolvidos buscam de forma colaborativa, caminhos para a resolução dos danos causados em razão do delito. Segundo os autores, seu objetivo consiste na resolução do conflito, na reparação dos danos e na promoção da reconciliação entre os envolvidos. A Justiça Restaurativa difere-se da tradicional especialmente por suas práticas, que consistem no acolhimento e escuta qualificada da vítima e ofensor, bem como, na mediação entre os envolvidos, promovendo círculos restaurativos. Segundo Orsini e Lara (2013, p. 7) “O ‘círculo restaurativo’ é uma reunião promovida para agregar e juntar as pessoas para resolver um problema por meio de respeito mútuo, confiança e reconhecimento”, e são geralmente utilizados quando um facilitador capacitado em práticas restaurativas, “visualiza que agregar os envolvidos e afetados por um incidente seria recomendável para resolver um problema” (ORSINI, LARA, 2013, p. 7).

No âmbito da Justiça Restaurativa, a atuação do profissional da Psicologia não detém de normativas próprias que regulamentam suas atividades. Entretanto, a interseção entre a Psicologia e a Justiça Restaurativa faz-se presente em seus objetivos, visto que há uma relação entre o conhecimento psicológico e os princípios fundamentais da Justiça Restaurativa, uma vez que ambos se fundamentam na Declaração Universal dos Direitos Humanos e têm como objetivo a promoção da dignidade humana, conforme cita Martins e Dias (2022). Nesse contexto, o profissional da Psicologia, através de suas práticas e estudos, irá fornecer acolhimento e escuta aos envolvidos nos conflitos, como ofensores, vítimas, familiares e comunidade. Dessa forma, o(a) psicólogo(a) poderá através de atendimentos individuais, realizar o acolhimento, escuta e análise dos indivíduos, observado os danos causados e

ISSN: 2446-8819

identificando as reais necessidades dos envolvidos, fornecendo à eles o suporte psicológico necessário para a resolução do conflito. Além disso, o(a) psicólogo(a) poderá fornecer suporte técnico e supervisão aos facilitadores, a fim de auxiliar a equipe técnica com seus conhecimentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica exploratória, de caráter qualitativo, que visa compreender e realizar uma análise da atuação do profissional da Psicologia no âmbito da Justiça Restaurativa, levando em consideração o Sistema de Justiça Brasileiro, seu contexto histórico e o modelo de Justiça Retributiva/Punitiva em vigor.

Para sua realização, foram utilizados artigos, livros e legislações acerca da Psicologia, do Sistema de Justiça Brasileiro e dos modelos de Justiça Retributiva e Restaurativa, a fim de contextualizar e fundamentar os conteúdos coletados e as análises realizadas, contribuindo para o entendimento do tema e ampliando os estudos e pesquisas deste campo de atuação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em síntese, os resultados obtidos revelam que o modelo tradicional de Justiça, isto é, a Justiça Retributiva, que utiliza como forma de punição a pena de privação de liberdade, apresenta inúmeras falhas em seu sistema. A falta de acesso à saúde e condições básicas de existência vivenciadas dentro do Sistema Prisional, bem como os altos índices reincidência criminal, a superlotação das instituições, os inúmeros episódios de violência, discriminação e padronização vivenciados pelos apenados, além da falta de programas ressocializadores eficazes que contribuem para a necessidade de medidas alternativas para a resolução de conflitos e a ressocialização dos indivíduos ofensores.

Nesse contexto, a Justiça Restaurativa atua em contraposição ao modelo de Justiça tradicional, buscando a participação ativa dos envolvidos na resolução do conflito, promovendo a reeducação do ofensor, fornecendo acolhimento e escuta aos envolvidos e diminuindo o índice de reincidência criminal. Dessa forma, podemos compreender que a Justiça Restaurativa contrapõe-se à Justiça Retributiva em suas práticas, utilizando métodos e ferramentas que tradicionalmente não são recorridos, abstendo-se de práticas violentas e excludentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, frente ao exposto ao decorrer desta pesquisa, podemos observar que o Sistema de Justiça presente no Brasil ainda constitui-se por um modelo pautado em práticas violentas e excludentes, impossibilitando ao ofensor a conscientização do ato e dos danos causados em consequência dele, inoportunizando ainda, seu processo de reinserção à sociedade.

Por sua vez, a Justiça Restaurativa surge em contraposição a esse modelo vigente, visando práticas mais humanizadas que buscam a diminuição dos danos

ISSN: 2446-8819

causados em decorrência ao delito e a resolução do conflito de forma eficiente. Ainda sim, a Justiça Restaurativa caracteriza-se por um modelo de Justiça recente e em processo de desenvolvimento e implantação no contexto brasileiro, tal como a atuação do(a) psicólogo(a) na área.

Ademais, por meio dessa pesquisa foi possível contribuir para um maior entendimento da atuação do psicólogo na Justiça Restaurativa no contexto do sistema de justiça brasileiro, oferecendo subsídios para reflexões teóricas e práticas que possam aprimorar a atuação da Psicologia neste contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LAGO, V. M. et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-491, dez. 2009.

MACHADO, N. O.; GUIMARÃES, I. S. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, v. 5, n.1, p. 566-581, 2014.

MARTINS, P. M.; DIAS, M. L. O trabalho dos(as) psicólogos(as) na política de Justiça Restaurativa no Brasil. **Revista de Psicologia**, 2022, v. 2, n. 1, p. 209-216.
RASTIROLLA, I. F.; COSTA, P. S. **Restaurar ou punir: qual a opção mais efetiva?**. 2021, 16 f. Artigo Científico (Especialização em Gestão Pública, Sistema de Justiça: conciliação, mediação e justiça restaurativa) Universidade do Sul de Santa Catarina.

ZAMBIASI, V. W.; ALVES, J. J. F. Justiça Restaurativa: um modelo alternativo de solução de conflitos. **Revista Reflexão e Crítica do Direito**. v. 10, n. 1, p. 61-84. 2022.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A MEDICALIZAÇÃO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I: REVISÃO DE LITERATURA

Ana Caroline Dias[1]
Cristiane Marquezini[2]

Palavras-chave: Medicalização; Patologização, Educação, Ensino Fundamental I; Psicologia.

INTRODUÇÃO

O artigo tem por objetivo discutir o processo de medicalização na educação. Tal fenômeno consiste na prescrição de fármacos para as chamadas doenças do "não aprender" denunciadas como estratégias para responsabilizar a família e às crianças escolarizadas por todas mazelas estruturais que assolam a instituição escolar. (MOÍSES, COLLARES, 2011).

A temática da medicalização não é pauta nova dentro do cenário da psicologia em geral e, especificamente, da psicologia escolar. No entanto é assunto extremamente atual e relevante, dado que sua existência continua sendo a principal explicação para as dificuldades de escolarização das crianças.

Assim, propomos no presente estudo problematizar questões relativas aos processos de patologização e medicalização da infância. Tal intento está alinhado a uma perspectiva psicopedagogizante, cultural, social e médica criando algumas conexões desta temática com os conceitos de biopolítica das práticas de poder que operam na perspectiva de controle sobre a vida e a existência humana. (BARBOSA, LEITE 2020)

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A medicalização se dá à maneira em que questões sociais de cunho não médicos tornam-se disfunções voltados a este termo, sendo descritos como doenças ou transtornos, eximindo-se características socioculturais, afetivas e subjetivas dos indivíduos, sendo estes, tornados problemas biológicos pela medicina e pela indústria farmacêutica. Desresponsabilizando elementos contribuintes para os processos de subjetivação dos sujeitos, são realizados diagnósticos que rotulam singularidades tornando-as uma patologia, logo, os sujeitos recebem o tornam-se pacientes, passam a consumir tratamentos terapêuticos e medicamentosos, a fim de, sanar seus "problemas". Porém, este processo ocorre sem que o sujeito tenha consciência desta artimanha, o que resulta em mais sofrimento psíquico, pois passam a ser vistos como

[1] Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - UNIFIO, Psicologia, ana.dias@unifio.edu.br
[2] Doutora em Educação e pós-doutoranda em Psicologia, Docente em IES - Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos – UNIFIO, Psicologia, cristiane.marquezine@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

doentes pela sociedade. Para Foucault (1970), a medicalização está dividida em dois momentos, o primeiro deles visa as intervenções da medicina que ocorreram na Europa no fim dos séculos XVII e XIX, pelo fato de algumas cidades estarem sendo fiscalizadas sob influência da higienização social, buscando a higiene social e a salubridade. No segundo momento, inicia-se o processo de medicalização de fato. Esta versão se iniciou no término do século XIX, e continua existindo na contemporaneidade. Porém naquele período, ocorre um estudo significativo sobre o biopoder, tal fenômeno, mais tarde pode ser analisado em seus controles, tanto de biotecnologias quanto de ameaça à saúde.

Uma particularidade importante do biopoder é o mérito que a norma tem sobre a lei, sendo necessário delimitar e determinar aquilo que é normal, contrapondo-se ao antagônico “anormal”. No âmbito biopolítico, “o poder de morte aparece como complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que procura administrá-la, aumentá-la, exercer sobre ela controles precisos e regulações gerais” (FOUCAULT, 1978, p. 165), ou seja esse poder de morte citado, tem o dever de ser submisso ao controle premeditado da vida, porém com este poder ainda existindo, segundo o Estado, este ato visa garantir a melhora da saúde e vida dos indivíduos.

Progressivamente, surgem novos diagnósticos que antes não existiam, com o objetivo de classificar tais fenômenos que dispersam de um padrão comportamental estimado. Sendo assim, Foucault, dá nome à “medicina do não-patológico” o que diz respeito a várias doenças que estão de alguma forma alusivas a comportamentos. (FOUCAULT, 1999),

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica.” (FOUCAULT, 1989, p. 82).

Logo, Foucault, empenhou seus estudos de seu curso Collége de France, entre os anos 1974 e 1975, para analisar a psiquiatra que surgira ao redor desses indivíduos de condutas divergentes, essa ciência tinha como parâmetro a resistência entre normal e não normal.

Segundo Conrad (1975,2007, apud, CAPONI, 2009), a medicalização surge como maneira de transformar problemas que não possuem relação com a medicina em problemas médicos, ou seja, patologizar comportamentos desviantes para assim medicalizá-los, tendo a medicina um certo controle social sobre esses indivíduos. De acordo com o mesmo autor, a medicalização funciona como um sistema de relações entre os médicos, a indústria farmacêutica e seus usuários, com o objetivo de mostrar para estas pessoas que os produtos farmacológicos destas empresas são mais eficazes.

Para Forte (2007), o uso dissipado de psicofármacos começou por volta da década de 1950. Com o surgimento da Fluoxetina (Prozac®) no ano de 1988, o interesse sobre os psicofármacos aumentou consideravelmente, por ser visto com bons efeitos sob supostos transtornos mentais.

Diversas vertentes teóricas e conceituais da psicologia, buscam considerar a subjetividade dos sujeitos em suas complexidades dentro de momentos históricos e culturais, porém, enfrentam limites que são determinados de forma institucional, sobre o entendimento do que é saúde psíquica e mental. (CFP, 2023)

ISSN: 2446-8819

É importante pontuar que o desvio do padrão comportamental de alunos, possuem sim determinantes psíquicos, mas que, além disso o fracasso escolar se materializa dentro da instituição escola, porém, não deixando de lado o fato de que o aluno, a família e a escola não são vivências singulares de forma isolada, fazendo parte de uma sociedade que não deve ser renegada (AQUINO, 1998).

Sabe-se que a medicalização surge na escola com o objetivo de “adequar” o desempenho escolar de crianças que se distanciam do padrão que a instituição pressupõe que seja correto em termos de comportamento, buscando diagnosticar doenças psíquicas que sejam a causa dessa incompatibilidade. Assim, as dificuldades acarretas pela escolarização são transformadas em patologias e, logo, medicalizadas. (MOYSES, COLLARES, 2011).

A patologização educacional diz respeito a um simplismo orgânico, ou seja, visa referir-se a esse "fracasso" como se fosse de cunho individual dos sujeitos, vetando a responsabilidade do sistema institucional escolar. De acordo com estudos da psicologia escolar, referenciando o exemplo médico de atender os sintomas escolares, estes buscam esclarecer a crise educacional pelo viés da patologização, generalizando estes conceitos ao redor da instituição educacional. Diante disso, surge então a higiene escolar, inicialmente, o discurso médico estava centrado na higiene e na prevenção de doenças contagiosas, com ênfase na medicina preventiva e nas políticas sanitárias (MOYSES, COLLARES, 2011).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a construção do nosso estudo será realizada uma revisão bibliográfica em artigos científicos alocados nos principais indexadores nacionais nos últimos 3 anos. Para tanto, utilizaremos os termos: intervenções psicológicas na medicalização de crianças matriculadas nas primeiras séries do ensino fundamental I.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizar a revisão e a análise do material publicado no período de tempo estipulado pretendemos compreender como a temática vem sendo estudada e apreendida em termos de intervenções psicológicas no fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da bibliografia científica atual sobre a temática da medicalização de crianças, contribuíra para a elucidação de como a psicologia tem atuado na prática de combate a medicalização indiscriminada de crianças que não performam o ideal de criança que a escola requer.

REFERÊNCIAS

American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AQUINO, J. G.; A indisciplina e a escola atual. **Revista da Faculdade de Educação** n. 24. Jul 1998. Acesso em 28 de maio de 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rfe/a/HcncVTNW39bFcg64tSPXfNq/?lang=pt&format=html

BARBOSA, M. de B., LEITE, C. D. P. Infância e patologização: contornos sobre a questão da não aprendizagem. **Psicol. esc. educ**. 2020. Vol. 10. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/bR64Cw5rszyrGckvvHSxFvn/?lang=pt Acesso em 23 de abr. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Caderno de orientação: atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de assistência social**. Site do Conselho Federal de Psicologia, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Caderno_AF.pdf. Acesso em: 18 abr. 2023.

CAPONI, S. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, 2009. Acesso em: 9 de abr. de 2023. Disponível em:https://www.scielosp.org/pdf/physis/v19n2/v19n2a16.pdf

GALINDO, D.; LEMOS, F. C. S.; RODRIGUES, R. V. Do Poder Psiquiátrico: uma Analítica das Práticas de Farmacologização da Vida. **Mnemosine** Vol. 10, n° 1, p. 98-113 (2014) Acesso em 18 de abr. de 2023. Disponível em:https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41643/28912

MOYSÉS, M.A.; COLLARES, C.A.L. **Dislexia e TDAH**: uma análise a partir da ciência médica. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos., São Paulo: Casa do Psicólogo p.71-110., 2011

RIBEIRO, P. R.M: **História da educação escolar no Brasil**: Notas para uma reflexão., USP, Rib. Preto, fev/jul, 1993. Acesso em 29 de maio de 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/?format=pdf&lang=pt

ZORZANELLI, R.T; CRUZ, M. G. A. O conceito de medicalização em Michel Foucault na década de 1970. **Interface** (Botucatu) 2018. Acesso em 8 de abr. de 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/nmQnN5Q5RpqPWrDj5vHjwCf/?format=pdf&lang=pt

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A VIOLÊNCIA DISFARÇADA DE LIBERDADE: O MUNDO DO TRABALHO E O SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CONTEMPORANEIDADE

Luiz Eduardo Daldegan Camargo[1]
Matheus Zanotto Pereira
Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda[2]

Palavras-chave: Violência; Liberdade; Neoliberalismo; Sofrimento Psíquico.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em violência, imediatamente nos vêm à mente as imagens e informações dos jornais e revistas, repletas de assaltos, assassinatos, sequestros e violências domésticas. Essa é a violência subjetiva, identificada por Slavoj Žižek como a parte mais visível de um triunvirato que inclui também dois tipos objetivos de violência. O primeiro é a violência simbólica, presente na linguagem e nas relações de dominação social enraizadas em nossos discursos cotidianos. O segundo é a violência sistêmica, decorrente das consequências catastróficas do funcionamento regular dos sistemas econômico e político. Neste trabalho, exploraremos a definição de Žižek sobre a violência, enfatizando as formas de violência objetiva, principalmente a violência sistêmica, e expondo as contradições de nossa sociedade contemporânea.

Destacamos o modelo socioeconômico neoliberal como uma marca distintiva da contemporaneidade. O termo "neoliberalismo" é formado pela junção do prefixo "neo-" (que significa novo ou atual) com o radical "liberal". O radical "liberal" deriva do substantivo "liberdade". Nesse sentido, a liberdade contida no termo "neoliberalismo" é, como aponta Isaiah Berlin, uma liberdade negativa, que é caracterizada pela ausência de coerção, pela não interferência (BERLIN, 1981). Percebemos que essa ideia de liberdade é central no modo como o neoliberalismo opera, ou seja, como um modelo marcado pelo laissez-faire, como um modelo que defende o mínimo de intervenção estatal possível.

A partir da compreensão dos conceitos de violência, liberdade e neoliberalismo, buscamos relacionar esses conceitos com a atual organização do mundo do trabalho e quais são os impactos das políticas neoliberais na subjetividade dos trabalhadores.

[1] Graduandos do 10º termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UNIFIO). E-mail: daldeganluiz@gmail.com e zanottomatheus01@gmail.com
[2] Possui graduação em PSICOLOGIA e LETRAS pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutorando em Psicologia pelo Programa e de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: neiviniciusmiranda@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A violência subjetiva, segundo Žižek (2014), é aquela que nos vem à mente quando pensamos em violência, como assaltos e assassinatos, cometidos por um agente identificável. Porém, ele destaca que há também dois outros tipos: a violência simbólica, presente na linguagem e nas relações de dominação social; e a violência sistêmica, resultante das consequências catastróficas do funcionamento habitual dos sistemas econômico e político. Esses três tipos formam um triunvirato, sendo a violência subjetiva a mais visível entre eles.

Utiliza-se a definição de violência segundo Žižek, priorizando as formas objetivas. Examina-se as contradições sociais contemporâneas, marcadas pelo modelo neoliberal, caracterizado pelo laissez-faire e mercado autorregulável. O neoliberalismo não apenas é um modelo socioeconômico, mas também uma engenharia social que produz uma nova subjetividade empresarial em detrimento da identidade do trabalhador. Essa mudança traz consigo formas hegemônicas de sofrimento psíquico. Os teóricos neoliberais defendem uma liberdade reduzida à propriedade, isentando o contexto socioeconômico e político, colocando a responsabilidade do sucesso e felicidade inteiramente no indivíduo. Essa dinâmica discursiva isolante extingue o espírito coletivo, estimulando a competição entre os sujeitos. O conceito de liberdade utilizado pelo neoliberalismo é usado para incentivar a competição. Essa defesa é um ataque violento à classe trabalhadora, ocultando as contradições sociais contemporâneas e culpando o indivíduo pelo insucesso e infelicidade.

O trabalho contemporâneo, segundo Ricardo Antunes (2009) é marcado pela intensificação da produção multifuncional desespecializada, redução da mão de obra e apropriação do trabalho intelectual pelo capital. A busca incessante pela eliminação de direitos trabalhistas prevalece na "empresa moderna" com diferentes modos de flexibilização, iniciado pelo Toyotismo e sua "empresa enxuta". A retórica do empresário de si impacta o trabalhador, obrigado a buscar constantemente produtividade e felicidade absoluta. Essa busca inalcançável causa sofrimentos psíquicos e esgotamento. O trabalho também pode gerar mal-estar quando não permite descarregar a energia psíquica e não se articula com seu conteúdo (DEJOURS, 2015).

Dessa forma, a liberdade neoliberal só se concretiza na competição mercadológica, resultando em uma subjetividade precarizada e em uma competição mortífera que afeta toda a vida social (DARDOT e LAVAL, 2016). O neoliberalismo também influencia a gramática do sofrimento psíquico, substituindo as neuroses pela depressão como forma hegemônica de sofrimento. Nessa sociedade, a felicidade é imperativa, e a tristeza é vista como patologia (KEHL, 2009). Assim, a violência disfarçada de liberdade precariza tanto o trabalho quanto as subjetividades. As relações entre os experimentos neoliberais e a reconstrução das estruturas clínicas são profundas (SAFATLE et al., 2020).

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Na presente pesquisa fizemos uma revisão bibliográfica que abordou temas como liberdade, violência, neoliberalismo, trabalho e sofrimento psíquico. Recorremos a autores da teoria social, da filosofia, da psicanálise e da psicodinâmica do trabalho. Entendemos que esses campos de estudo organizam o alicerce fundamental para uma abordagem crítica da contemporaneidade. Por meio dessas abordagens teóricas objetivamos expor os modos de socialização e suas contradições, as dinâmicas de poder e as expressões de mal-estar do contemporâneo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da revisão bibliográfica realizada percebemos que o neoliberalismo não apenas domina o cenário socioeconômico e político global, mas também atua como um poderoso agente de subjetivação. Ele dissolve a subjetividade tradicional do trabalhador taylorista-fordista, caracterizada por uma intensa especialização e divisão do trabalho, e promove a emergência de uma subjetividade neoliberal, onde o indivíduo é instado a se tornar um "empresário de si mesmo". Nesse contexto, a flexibilidade se torna essencial, com os trabalhadores desempenhando múltiplas funções ao mesmo tempo. Além disso, no neoliberalismo a responsabilidade é transferida do Estado para o próprio indivíduo. As políticas públicas adotadas operam corroendo os direitos trabalhistas e reformulando a organização do trabalho. Esse novo modelo resulta em um aumento significativo de trabalhadores terceirizados, com contratos flexíveis. Nesse sentido, a realização da liberdade neoliberal (negativa) se dá na concorrência mercadológica, resultando em uma competição mortífera que afeta não apenas a esfera produtiva, mas também a subjetividade. O que faz com que o mundo do trabalho hoje seja marcado pela intensificação da produção, pela redução da mão de obra, pela apropriação do trabalho intelectual pelo capital e pela busca incessante pela eliminação dos direitos trabalhistas.

Nesse ponto observamos que a lógica do sistema neoliberal, em seu funcionamento regular, perpetua violências contra os trabalhadores, como jornadas intensas de trabalho e salários baixos. O discurso ideológico enfatizando a responsabilidade individual faz com que os próprios trabalhadores se explorem, muitas vezes sem perceberem as dinâmicas subjacentes que os afetam. O sujeito trabalhador é constantemente incentivado a se manter produtivo, abdicando de lazer e tempo livre, o que gera um esgotamento psíquico. Esse sofrimento psíquico é amplificado pela busca incansável por uma felicidade absoluta e plena, induzida pelo neoliberalismo.

E assim sendo, o neoliberalismo redefine a gramática do sofrimento psíquico, onde a tristeza é “patologizada” em uma sociedade que impõe a felicidade como imperativo. Dessa forma, a violência, disfarçada de liberdade, permeia silenciosamente, precarizando tanto o trabalho quanto as subjetividades.

ISSN: 2446-8819

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a conjugação que o neoliberalismo submete o sujeito contemporâneo, é compreender como as formas de subjetivação têm organizado todas as dimensões da vida na sociedade neoliberal. Modelo socioeconômico, político e produtor de subjetividade, o neoliberalismo pressupõe que todos os sujeitos são iguais, que demandam das mesmas condições e situações para alçarem o que apontam como ideal, assim, entende-se que universalizar um modelo de sujeito e depositar toda realização sobre o acúmulo de capital e o gozo máximo da liberdade são os principais elementos dessa nova fachada do capitalismo, que foi esculpida, pintada e apresentada como salvação da crise do antigo liberalismo perante as novas organizações e dinâmicas que o globo tem sofrido em detrimento da globalização financeira.

Além disso, entender como a vida tem se organizado, é entender qual sofrimento psíquico hegemônico foi eleito para representar a oposição do fim último da realização do desejo neoliberal, a saber, o oposto da felicidade plena pela liberdade absoluta, a depressão, incapacitante, imobilizante e negadora da subjetividade ativa, multifuncional, inovadora, criativa e competitiva. Maneira discursiva de mascarar a violência objetiva que esse tipo de economia nacional-subjetiva tem operado na vida dos indivíduos, o aumento dos diagnósticos e das patologias no DSM coincide com o avanço sistêmico do neoliberalismo pelo globo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal**.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho, contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** 1. ed. - 16. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2015.

KEHL, M. R**. O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

ŽIŽEK, S. **Violência.** São Paulo: Boitempo, 2014.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

CUIDADOS PALIATIVOS: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES COM DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS

Nicoly Gouveia Silveira[1]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[2]

Palavras-chave: Cuidados paliativos; psicologia hospitalar; doenças neurodegenerativas; luto; intervenções psicológicas.

INTRODUÇÃO

Os cuidados paliativos surgiram como forma de atenuar o sofrimento por enfermidades progressivas e degenerativas, tendo em vista a impossibilidade de cura de uma doença. A palavra paliação vem do latim *pallium*, que significa capa, manto. A partir da origem da palavra, a definição é de proteger, cuidar e cobrir (Dantas et al., 2016). Com base nisso, pode-se entender que o cuidado paliativo tem como objetivo a promoção da qualidade de vida de pacientes com doenças terminais e seus familiares, a partir de uma avaliação e do controle dos sintomas que engloba aspectos físicos, sociais, emocionais e espirituais. O cuidado paliativo apoia-se em princípios, e não segue protocolos. É importante que o cuidado comece desde a descoberta do diagnóstico, para a possibilidade de tratamento e amenização dos sintomas e efeitos causados pela doença.

As doenças neurodegenerativas são causadas pela perda progressiva de neurônios nas estruturas do sistema nervoso, ocasionando alterações funcionais gradativas. Essas doenças podem ocorrer devido a vários fatores como anormalidades proteicas, distúrbios genéticos, estresse e contato a substâncias tóxicas. São definidas como debilitantes, incuráveis e de rápido avanço. A faixa etária que mais são atingidos pela doença são adultos e idosos, nas quais serão citadas o Alzheimer, doença de Parkinson e a esclerose múltipla (Paz et al., 2021). No geral, o Alzheimer afeta a memória e funções cognitivas. Na doença de Parkinson, afeta o movimento e controle muscular, causando tremores, rigidez muscular, problemas no equilíbrio e coordenação. Na esclerose múltipla ocorre a perda progressiva do controle muscular, causando dificuldades na capacidade de respirar, falar e comer.

Os pacientes portadores de doenças neurodegenerativas perpassam pelas fases do luto, precisando encontrar formas de elaborá-lo, além de

[1] Graduanda do 10° termo no Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO, curso de Psicologia, 258821@unifio.edu.br.
[2] Docente Me. no Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO, curso de Psicologia,lu_fr@yahoo.com.br.

ISSN: 2446-8819

ressignificar toda a dinâmica da sua vida. Segundo Kovács (1992), o sujeito não morre apenas da doença, mas como ser humano, no qual tem sua subjetividade, desejos e expectativas. Por conseguinte, este estudo pretende mostrar que a atuação do psicólogo nesse âmbito é de grande relevância, principalmente pelo fato de ser uma área muito complexa, e uma fase muito difícil para o sujeito passar, sofrendo pelo processo de despersonalização (perdendo momentos e memórias), além das fases e estágios do luto. Assim, cada sujeito irá reagir de uma forma, a partir de suas vivências, ideais, estrutura emocional e em como lida com perdas. Nesse sentido, o profissional da Psicologia estará inserido com o objetivo de atenuar e humanizar esse sofrimento para o sujeito, para a família e a equipe multidisciplinar, utilizando-se de recursos terapêuticos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Cicely Saunders foi quem criou o conceito do que hoje se conhece como cuidados paliativos. Ela trabalhava como enfermeira voluntária, e como tinha problemas de coluna, acabou indo trabalhar no serviço social. No novo trabalho, conheceu David Tasma. Os dois tinham o desejo de criar um local onde doentes pudessem estar como em sua casa, acompanhados pela família e cuidados por uma equipe composta de vários profissionais, com atenção a dor e aos outros sintomas na fase final de vida. Saunders foi quem criou o termo “Dor Total”, inserindo o conceito de que o sofrimento não é apenas físico, mas um conjunto afetivo que implica os aspectos psíquicos, sociais e espirituais do sujeito. Atualmente, os cuidados paliativos está presente em diversos países, e tem um olhar voltado para o conforto de todos os pacientes incuráveis, e não apenas os com câncer (Figueiredo, 2008).

Os cuidados paliativos têm como princípio buscar controlar a dor e outros sintomas desconfortáveis, reconhecendo que a morte é um processo natural e integrando os aspectos físicos, sociais, psicológicos e espirituais do paciente. Os princípios éticos são aplicáveis desde o início da doença crônica e exigem uma abordagem multiprofissional que respeita a autonomia do paciente e sua família. Nas doenças neurológicas, é imprescindível a introdução dos cuidados paliativos como forma de humanização. Esses cuidados são abrangentes e ativos, com o objetivo de promover alívio da dor e de outros sintomas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o método de revisão bibliográfica. Por intermédio deste viés investigativo, voltamos nosso olhar as pesquisas já publicadas as quais, traziam em sua descrição os cuidados paliativos e a atuação do profissional da Psicologia no acompanhamento de pacientes com doenças neurodegenerativas.

ISSN: 2446-8819

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Kubler-Ross (1996), o sujeito perpassa por cinco estágios no processo do morrer: negação e isolamento; a raiva; barganha; depressão e aceitação. Com isso, o sujeito encontra diversos mecanismos de defesa contra o constante medo da morte e em não conseguir prevê-la ou se prevenir contra ela. Dessa forma, a morte pode ser considerada como a maior crise que o ser humano enfrenta. Nesse sentido, poderá ocorrer o que chamamos de luto antecipatório, que pode ser entendido como:

> É o processo que ocorre antes da morte concreta, devendo haver um trabalho com o paciente e seus familiares concernente a essa etapa. No caso do paciente, envolve as perdas de si, da saúde, da vida e a separação das pessoas queridas. O luto antecipatório para os familiares envolve as perdas relacionadas ao adoecimento, a perspectiva da morte e a sensação de sobrecarga por parte dos cuidadores (Kovács, 2008, p. 394).

A atuação do psicólogo no âmbito hospitalar será propiciar um espaço para o paciente falar da doença, do medo da morte, da vida ou de quaisquer outros assuntos que forem importantes para ele. O objetivo principal deve ser na qualidade de vida, na facilitação da comunicação e expressão dos sentimentos. Sobre o trabalho do psicólogo:

> O psicólogo tem um trabalho relativo ao cuidado da alma, com o ser como um todo, envolvendo escuta e acolhimento, ouvindo histórias, reconhecendo sentimentos, utilizando os sentidos – o olhar e o toque. Enfatizamos que a boa morte é aquela que cada um gostaria para si (Kovács, 2008, p. 394).

Destarte, o papel do psicólogo nos cuidados paliativos é de grande importância. Primeiramente, o trabalho em equipe é fundamental e requer que profissionais de diferentes áreas saibam se comunicar e entender o papel de cada um. A atuação multiprofissional se refere no entendimento de que o sofrimento do paciente é global e requer ações de diferentes naturezas. A noção de "dor total" ampliada para "sintomas totais" reconhece que não é apenas a dor, mas também outros sintomas, tais como ansiedade, depressão, distúrbios do sono, entre outros. Ademais, outro aspecto é a atenção aos familiares do paciente. O psicólogo desempenha um papel essencial na forma como a família lida com a doença do ente querido e como se comunica com a equipe. Deve-se estimular o paciente e a família a pensarem e falarem livremente sobre sua situação, propiciando um espaço de escuta ativa e acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ISSN: 2446-8819

Os cuidados paliativos surgiram como forma de atenuar o sofrimento por enfermidades progressivas e degenerativas, tendo em vista a impossibilidade de cura de uma doença. Têm como princípio buscar controlar a dor e outros sintomas desconfortáveis, reconhecendo que a morte é um processo natural e integrando os aspectos físicos, sociais, psicológicos e espirituais do paciente. As doenças neurodegenerativas são causadas pela perda progressiva de neurônios nas estruturas do sistema nervoso, ocasionando alterações funcionais gradativas. São debilitantes, incuráveis e de rápido avanço. A faixa etária que mais são atingidos pela doença são adultos e idosos, nos quais são mais predominantes o Alzheimer, doença de Parkinson e a esclerose múltipla. Os pacientes perpassam pelas fases do luto, precisando encontrar formas de elaborá-lo, além de ressignificar toda a dinâmica da sua vida. Diante disso, o profissional da Psicologia, juntamente com a equipe multidisciplinar, estará inserido com o objetivo de humanizar e atenuar o sofrimento do paciente e de seus familiares, desenvolvendo intervenções psicológicas e possibilitando um espaço de escuta e acolhimento.

REFERÊNCIAS

ANCP – Academia Nacional de cuidados paliativos. **Manual de cuidados paliativos**, 2ª ed. São Paulo: ANCP, 2012.

CARVALHO, Ana Catarina Pereira Quintas Guedes. **Doenças neurodegenerativas: uma visão gliocêntrica**. Orientador: Dora Maria Tuna de Oliveira Brites. Dissertação (Mestrado) – Curso de Farmácia. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: < https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/52888/1/MICF_Ana_Catarina_Carvalho.pdf >.

DANTAS et al. Cuidados Paliativos: as belezas e as dores do caminho para o bem morrer. **CIAIQ**, v. 2, 2016. Disponível em: < https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/759/746 >.

FIGUEIREDO, M. G. M. C. **Cuidados Paliativos.** In: Temas em Psico-Oncologia. São Paulo: Summus, 2008, p. 382-387.

KOVÁCS, M. J. **Aproximação da Morte.** In: Temas em Psico-Oncologia. São Paulo: Summus, 2008, p. 388-397.

KOVÁCS, M. J. **Paciente Terminal e a questão da Morte.** In: KOVÁCS, M.J. Morte e desenvolvimento humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992, p. 188-203.

KUBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 8 Ed., **Martins Fontes**. São Paulo, 1996.

PAZ, E. G. et al. Doenças neurodegenerativas em adultos e idosos: um estudo epidemiológico descritivo. **Rev. Neurociências**, v. 29, p. 1-11, 2021. Disponível em: < https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/12348/8854 >.

ROCHA, J. A.; PIVATO, L. S. Doenças neurodegenerativas. Maringá: **Uningá review**, n. 04, p. 90-100, 2010. Disponível em: < https://www.mastereditora.com.br/periodico/20130708_184505.pdf >.

SCAVASINE, V. Cuidados paliativos em condições neurológicas agudas. **Rev. Med. UFPR**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2015.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

DROGAS E PROIBIÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Gabriel Nespoli Demeu[1]
Alexandre Exposito[2]

Palavras-chave: Drogas; Proibicionismo; Brasil; Colonialismo; Legislação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca abordar as relações das drogas na sociedade brasileira, considerando o indivíduo, a substância e a sociedade, bem como a trajetória das políticas anti-drogas no Brasil, desde suas primeiras aparições até a legislação atual, explorando a etimologia do termo "droga" e sua evolução cultural ao longo da história, analisando suas formar de uso em diferentes contextos, desde fins medicinais e ritualísticos, até o consumo recreativo e abusivo.

As políticas de drogas no Brasil foram moldadas a partir de fatores históricos, sociais e políticos, como exemplo, a colonização portuguesa, o pensamento de Lombroso, e a dominação social sofrida pelos escravos. Nesse sentido, busca-se elucidar como esses fatores influenciaram nos fenômenos relacionados às drogas, quais foram os significados atribuídos a elas, suas modificações desde a colonização, e como ocorreu a implementação das políticas anti-drogas e suas consequências.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O tema das drogas é um fenômeno complexo que envolve três elementos fundamentais: o indivíduo, a substância e a sociedade, conforme abordado por Gorgulho (2012). Nesta discussão, é crucial analisar a relação do sujeito com as drogas, bem como compreender o contexto em que as substâncias são inseridas na sociedade e suas diversas formas de utilização.

Explorando o significado histórico da palavra "droga", conforme propõe Elias (1994), percebemos que sua evolução ao longo do tempo pode revelar transformações na vida de um povo. Uma hipótese sugerida por Vargas (2001) é que o termo deriva do neerlandês "droghe vate", associado aos contatos entre povos europeus e outras civilizações durante o período de expansão marítima.

A investigação de Escohotado (2019) nos conta que as drogas foram utilizadas ao longo da história para diversos fins, incluindo propósitos medicinais, rituais e até mesmo o consumo recreativo e abusivo, refletindo normas culturais e valores sociais. Da mesma forma, Figueiredo (2018) ressalta o papel significativo das drogas na

[1] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. gnespolipsico@gmail.com
[2] Psicólogo, mestre e doutor em psicologia pela Unesp - Assis. Professor de Psicologia no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. alexandre.esposito@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

experiência sensorial e simbólica, remetendo às suas origens associadas ao cultivo e domesticação de plantas no período neolítico.

Outro ponto relevante é a classificação de Mintz (1986) dos chamados "alimentos-drogas", como exemplo o açúcar e o café, que possuem propriedades estimulantes e alteradoras de consciência semelhantes às drogas. Observamos em povos tradicionais, como os Yekuana e os Baniwa, que não fazem uma distinção clara entre alimento e fármacos, valorizando as plantas como propriedades nutritivas e medicinais, inseridas em sua alimentação e saúde cotidiana, conforme descrito por Balick e Cox (2020).

As drogas eram utilizadas de forma ritualístico e terapêutica pelas comunidades indígenas, antes da colonização como apontado por Carneiro (2005). No entanto, com a chegada dos portugueses, elas adquirem um novo significado como mercadorias de luxo, vinculadas ao comércio de açúcar e café, fonte da economia da época, e também responsável pelo tráfico negreiro. A cachaça, amplamente consumida no Brasil, esteve diretamente ligada à escravidão e ao controle social, sendo utilizada como moeda de troca para a aquisição de escravos e posteriormente como instrumento de disciplina dos mesmos, como nos mostra Schwarcz (1998).

Com o aumento do consumo de drogas principalmente pelas populações de escravos e indígenas, a proibição acontece como forma de repressão desses povos, como mostra Labate (2008). Em 1830, é implementado a "lei do pito do pango" que proibia a venda da maconha, porém com pena maior para a população escrava. E a partir do século XIX, com influência do positivismo europeu e as ideias de Lombroso, sobre a criminalidade nata, em que a raça do sujeito influenciaria a propensão ao crime, impactaram na elaboração das políticas relacionadas às drogas no país, como nos aponta Barros e Peres (2011).

Influenciado por acordos internacionais como as convenções do ópio em 1912 e da ONU em 1961, o Brasil construiu suas políticas antidrogas, como a lei Nº 11.343 de 2006. No entanto, a falta de diferenciação clara entre usuário e traficante nessa legislação levou ao aumento do encarceramento de grupos vulneráveis, focando em punições por pequenas quantidades de drogas, como argumenta Pereira (2021), negligenciando abordagens preventivas e de tratamento para a dependência química, resultando em superencarceramento de pessoas de baixa renda e perpetuando ciclos de pobreza e criminalidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa foi utilizado a abordagem histórica e crítica, com base na análise de documentos históricos, legislações, artigos acadêmicos e outras fontes relevantes. Foram realizadas revisões bibliográficas e análises comparativas para examinar as mudanças nas políticas de drogas e as influências ideológicas por trás delas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa nos revela a complexidade do fenômeno das drogas ao longo do tempo, incluindo sua evolução de significados e propósitos na experiência humana,

ISSN: 2446-8819

sendo parte integrante da jornada da humanidade, desempenhando papéis variados em diferentes contextos culturais e sociais, compreendendo como acontece as mudanças de paradigmas referente aos modos de uso e suas relações com sociedade Brasileira, bem como os diversos fatores que influenciaram nessa mudança, como exemplo a colonização, e a dominação portuguesa, que resultou na escravidão e a dominação social, que por efeito insere no contexto cultural uma nova forma de se relacionar com as drogas, deixando de ser algo ritualístico, para se tornar um produto a ser vendido e consumido. Dessa maneira a proibição das drogas, representou uma forma de repressão a diversas raças, por parte das sociedades que adoram o proibicionismo, como exemplo a proibição da maconha no Brasil, como forma de reprimir a população de ex-escravos, ou a proibição do ópio na conferência de Haia, como repressão aos Chineses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O proibicionismo e as políticas de guerra às drogas têm gerado consequências negativas, em vez de reduzir o uso e o tráfico de substâncias, essas abordagens resultaram em uma série de problemas, como criminalização desproporcional de usuários por pequeno porte de drogas, e por consequência o superencarceramento, especialmente de minorias étnicas e populações vulneráveis, alimentando o ciclo de pobreza e criminalidade. Além disso, o mercado ilegal de drogas é fortalecido, gerando violência, corrupção e instabilidade social. As políticas de repressão também desviam recursos valiosos que poderiam ser investidos em programas de prevenção, tratamento e recuperação. Diante disso, é essencial uma mudança de abordagem, priorizando estratégias baseadas na redução de danos, saúde pública e integração social, a fim de lidar eficazmente com os problemas relacionados às drogas.

REFERÊNCIAS:

BALICK, Michael J.; COX, Paul Alan. **Plants, people, and culture: the science of ethnobotany**. Garland Science, 2020.

BARROS, A.; PERES, M. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas.** Revista Periferia, v. 3, n. 2, p. 9 a 14, 2019.

ELIAS, Norbert. **O Processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 277 p. (5 v.).

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia elemental de las drogas.** Anagrama, 2009.

FIGUEIREDO, Regina; FEFFERMANN, Marisa; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Drogas & sociedade contemporânea:** perspectivas para além do Proibicionismo. Instituto de Saúde, 2018.

GORGOLHO, Mônica: **Álcool e outras drogas.** São Paulo: Conselho Regional de Psicologia SP, 2012.

ISSN: 2446-8819

MENDONÇA, Eduardo Augusto Ramalho. **Drogas e direito penal: estudos sobre a criminalização de condutas relacionadas a substâncias psicoativas.** Editora Lumen Juris, 2015.

MINTZ, Sidney. **Sweetness and Power: the place of sugar in modern history.** Nova York: Viking Penguin, 1986.

PEREIRA, E. F. M.; DE SOUZA, C. V. B.; TAVARES, J. S. C. **Sistema de justiça criminal e população negra: contribuições para uma prática antirracista: contributions to an antiracist practice**. Direito. UnB-Revista de Direito da Universidade de Brasília, v. 5, n. 2, p. 133-152, 2021.

Schwarcz, L. M. (1998). **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**, 1870-1930. Companhia das Letras.

VARGAS, Eduardo Viana. **Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de "drogas".** 2001. 600 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil.** In: Álcool e drogas na história do Brasil. 2005. p. 312-312.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

HABILIDADES SOCIAIS DE CRIANÇAS COM TEA NO CONTEXTO DE INCLUSÃO ESCOLAR: REVISÃO DE LITERATURA

Fernanda Alcieli Marquezete André[1]
Ricardo da Silva Franco[2]

Palavras-chave: Habilidades Sociais; Autismo; Escola; Inclusão; Comportamento.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar a importância do treino de habilidades sociais em crianças com o Transtorno do Espectro Autista em processo de inclusão escolar, buscando compreender as especificidades do transtorno, e os meios para que tal desenvolvimento ocorra, apontando algumas técnicas que tem como base a abordagem comportamental e que podem ser aplicadas em contexto escolar.

A aprendizagem das Habilidades Sociais é necessária para a sobrevivência do indivíduo em meio a sociedade. Ela está fundada nos processos filogenéticos, ontogenéticos e cultural, processos esses que Skinner (2003) com o Behaviorismo Radical vai denominar de seleção por consequência, ou seleção natural. Há portanto, um processo construído desde o início da formação do homem e que será passada por meio da modelação a outros homens durante o processo de desenvolvimento.

Pensando dessa forma, é importante que as crianças, em especial as crianças com o Transtorno do Espectro Autista, tenham esse aprendizado em espaços diversificados para que suas habilidades sociais sejam refinadas conforme o seu desenvolvimento ocorre.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Estudos vêm sendo realizados no campo das Habilidades Sociais, colocando em evidência sua importância para a formação e desenvolvimento das crianças como seres sociais. É um termo que segundo Del Prette e Del Prette (2017), tem sido distinguido de duas formas, sendo a primeira como campo teórico prático de produção e aplicação de conhecimento psicológico, e a segunda, referente a algo mais restrito dentro dessa área de estudo.

Habilidades Sociais são comportamentos do sujeito que o pesquisador pode observar e assim descrever, de modo a respeitar a cultura da qual o indivíduo está inserido, onde tal comportamento vai desempenhar tarefas interpessoais de modo

[1] Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário de Ourinhos – (UNIFIO), E-mail de contato: 264829@unifio.edu.br
[2] Graduado do curso de Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Professor Mestre do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO), curso de Psicologia, E-mail de contato: ricardo.franco@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

satisfatório. As habilidades sociais estão divididas em classes e subclasses, o que vai dar nome a vários comportamentos sociais (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Segundo Del Prette e Del Prette (2013), na infância são relevantes as habilidades sociais de Autocontrole e Expressividade emocional, Civilidade, Empatia, Assertividade, Fazer amizades, Solução de problemas e Habilidades acadêmicas.

Ao se falar em classes e subclasses das Habilidades Sociais, Del Prette e Del Prette (2017), explicam a classe Civilidade, onde nesta se encontra os comportamentos de cumprimentar e despedir, aguardar a vez, fazer perguntas, responder a questionamentos, chamar alguém pelo nome, que no geral são semelhantes dentro de determinadas culturas, mas que podem ter sentidos diferentes dependendo da topografia, ou seja, cumprimentar uma pessoa pode ser através de um aceno de mão ou um abraço, a forma como esse vai ocorrer vai depender da cultura a qual o sujeito faz parte.

Nesse sentido, Santos-Carvalho, Del Prette e Verdu (2014), pontuam que o Transtorno do Espectro Autista, possui estudos que apontam problemas em comunicação, interação social e problemas de comportamento, sendo tais déficits comprometedores no desenvolvimento das habilidades sociais desses indivíduos. Tais dificuldades que a criança com TEA venha a apresentar, essa vai se diferenciar em níveis de ajuda, podendo o sujeito necessitar de mais intervenção ou menos.

Pensando na vida escolar desses indivíduos, Del Prette e Del Prette (2013), apontam a escola como um espaço interativo, que também vai ajudar no processo de construção social. Sua função social é reconhecida em planos de políticas educacionais, pois a ela, cabe formar dentro de uma ética, respeito e normas, cidadãos críticos e produtores de uma realidade social. Três argumentos demonstram que na escola também se deve investir na promoção de habilidades sociais, sendo eles: a função social da escola, as evidências de relação entre habilidades sociais e desempenho acadêmico e as políticas de inclusão. Dessa forma, a escola pode promover com base no treino de habilidades sociais, um papel mais ativo no sujeito, podendo contar com a atuação do psicólogo, professores, pais ou cuidadores. Valle e Garnica (2009), explanam que ela demanda de um importante espaço, onde as relações humanas se desenvolvem, ampliando assim tais habilidades.

Del Prette e Del Prette (2013), também pontuam que as políticas de inclusão vê esse processo como indispensável para o desenvolvimento interpessoal, onde a inclusão também visa uma boa relação entre os pares, promoção de atitudes, compreensão e aceitação das diferenças por parte de todos os que pertencem ao espaço escolar. Os autores pontuam que é preciso investir para que a mudança ocorra não só nos alunos, mas também nos professores.

Barbosa e Cognetti (2017), descrevem que a infância e adolescência é uma fase importante para o desenvolvimento das habilidades sociais, pois nessas fases os indivíduos envolvidos agrupam os aprendizados advindos da família e escola para conviver com seus pares, e assim, melhorar suas competências sociais.

METODOLOGIA

O método empregado foi a revisão de literatura, que segundo Koller, Couto e Hohendorff (2014), busca analisar de forma crítica materiais já publicados. Moreira

ISSN: 2446-8819

(2004), salienta que esse pode se dar através de trabalhos completos, parte de uma publicação, ou se organizar em áreas específicas de um determinado período. Permite segundo o autor, situar o leitor e o próprio pesquisador das mudanças positivas ou negativas que envolvam o assunto, assim como, apresenta o contexto do assunto e sua dimensão, sugerindo soluções para demandas parecidas, apontando metodologias que já foram utilizadas para determinado problema. Moreira (2004), também frisa que a revisão de literatura tem a função de filtrar os conteúdos, onde este pode substituir um número considerável de artigos originais, facilitando a busca de conhecimento por parte do leitor.

A pergunta norteadora dessa pesquisa foi: Qual a importância do treino de habilidades sociais em crianças com o Transtorno do Espectro Autista em processo de inclusão escolar? Para tal levantamento teórico foram utilizadas obras de Del Prette e Del Prette e publicações no Google Acadêmico de sites como, Pepsic, Proceddings, Periódicos, Redalyc, Scielo. Para a revisão da literatura, os critérios adotados foram os artigos dos anos de 2006 a 2022, com base na teoria comportamental, sendo utilizado como palavras descritoras: treino de habilidades sociais, criança, escola anos iniciais, inclusão, autismo, comportamento, todas as consultas em português, onde se obteve 14.900 resultados aproximadamente, tendo como escolha para verificação dos dados 10 artigos e 3 livros físicos, onde se descartou os artigos repetidos, os que não abordavam o TEA e habilidades sociais como eixo principal, as habilidades sociais de crianças de 6 a 10 anos de idade e a inclusão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas pesquisas selecionadas verificou-se que um repertório de habilidades sociais não satisfatório, pode segundo Del Prette e Del Prette (2013), acarretar problemas emocionais como transtornos psicológicos, fazer parte de diversos transtornos, ou trazer problemas em determinadas fases do desenvolvimento da criança. Em concordância com os autores, Bolsoni-Silva et al. (2006b), pontuaram que tais problemas podem ocorrer de forma internalizante ou externalizante onde o primeiro se consolida através da ansiedade, retraimento, depressão e sintomas físicos e o segundo se manifesta como agressividade, impulsividade, agitação e/ou comportamentos desafiadores. Os autores pontuaram que tanto um tipo de problema quanto o outro, irão refletir na interação da criança com o meio e na sua relação interpessoal com o outro.

Ao trazer esse contexto para as crianças com TEA, os autores Santos-Carvalho, Del Prette e Verdu (2014), expuseram algumas dificuldades em habilidades sociais, como por exemplo, iniciar ou responder na interação entre pares. Diante de tal carência, os autores afirmaram que a criança com Autismo vai demandar de treinos de habilidades sociais específicos, que no decorrer de seu desenvolvimento irão permitir um melhor desempenho nas suas demandas sociais. Segundos os autores as intervenções adequadas podem aumentar comportamentos adaptativos e assim torná-los mais independentes. Em concordância Corrêa (2008), também salientou a necessidade de um treino de habilidades sociais, que pleiteia a aquisição de um repertório socialmente habilidoso, promovendo mais qualidade nas relações

promovidas pelo sujeito.

As pesquisas realizadas por Del Prette e Del Prette (2001a), Del Prette e Del Prette (2008), Tallamini et al. (2022) e Camargo e Bosa (2009), afirmaram que a escola com base nas habilidades sociais educativas, pode desenvolver trabalhos com o objetivo de melhorar o repertório em habilidades sociais, tendo como meta o progresso do comportamento ensinado, onde terá como envolvidos toda a comunidade escolar, psicólogo e a família. E, para finalizar, Souza, Araújo e Barbosa (2022), também afirmaram que o treino de habilidades sociais tanto escolar quanto doméstico, tem se mostrado eficaz na aprendizagem de crianças com autismo, melhorando por exemplo, problemas de comportamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas pesquisas realizadas foi possível apresentar dados positivos relacionados ao treino de habilidades sociais em criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), devido a defasagem que esses apresentam em seu desenvolvimento, sendo o treino uma forma de melhorar suas relações interpessoais, com comportamentos adaptativos necessários para o âmbito social ao qual esses fazem parte, promovendo uma qualidade de vida mais satisfatória, podendo esse processo ser ampliando a todos os ambientes ao qual essas crianças estão inseridas, em especial o escolar onde essas, com o processo de inclusão, passam por grandes desafios e necessitam de ajuda para conseguir superar tais demandas, e assim ter um papel mais ativo e dinâmico no convívio social.

Não foram detectados artigos ou livros específicos a pergunta norteadora desta pesquisa, sendo feito recortes dos estudos encontrados que contemplaram em parte o questionamento apontado. Apesar da abordagem de escolha para a construção desse estudo ser a comportamental, grande parte dos artigos analisados não apontaram abordagens terapêuticas específicas. No Brasil vem aumentando as pesquisas em habilidades sociais nos últimos anos, porém alguns dos artigos apontaram que ainda carece de estudos voltados para a área, principalmente quando envolve crianças com o Transtorno do Espectro Autista em contexto de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, W. R. O.; COGNETTI, N. P. **Habilidades sociais e contexto educativo:** treino de habilidades sociais no ensino fundamental I**.** Disponível em: <https://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/psicologiasaberes&praticas/sumario/60/21022018194313.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2023.

BOLSONI-SILVA, A. T. et al. (2006b). **Habilidades sociais no Brasil:** uma análise dos estudos publicados em periódicos. In. M. Bandeira, Z. A. P. Del Prette & A. Del Prette (Orgs.). Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal. (pp.1-45). São Paulo: Casa do Psicólogo.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 65–74, jan. 2009.Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KT7rrhL5bNPqXyLsq3KKSgR/?lang=pt#> Acesso em 10 jul. 2023.

CORRÊA, C. I. M. Habilidades sociais e educação: programa de intervenção para professores de uma escola pública. **Repositório Institucional Unesp.** Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/102264>. Acesso em: 08 jul. 2023.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Competência social e habilidades sociais:** manual teórico-prático. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Psicologia das habilidades sociais na infância:** teoria e prática. 6ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. (2001a). **Psicologia das Relações Interpessoais:** vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis, RJ: Vozes.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas.** Paidéia (Ribeirão Preto), v. 18, n. 41, p. 517–530, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/RJtctW4YstSkfbdsW3McQPJ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 12 jul. 2023.

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, Jean Von (orgs). **Manual de produção científica.** Porto Alegre: Penso, 2014.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico:** conceitos e estratégias para confecção. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

SANTOS-CARVALHO, L. H. Z.; DEL PRETTE, A.; VERDU, Ana Claúdia Moreira Almeida. **Efeitos do treino com PECS no repertório de Habilidades Sociais e Problemas de Comportamento de criança com autismo**. In: Anais do congresso brasileiro de educação especial, 2014. São Carlos. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/efeitos-do-treino-com-pecs-no-repertorio-de-habilidades-sociais-e-problemas-de-c?lang=pt-br> Acesso em: 04 jun. 2023.

SKINNER, B. F. (1904-1990). **Ciência e Comportamento Humano.** 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISSN: 2446-8819

SOUZA, C. A. F.; ARAÚJO, H. J. N.; BARBOSA, M. F. Ensino de habilidades sociais para pessoas com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial.** Disponível em:<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/65428/47621>. Acesso em: 10 jul. 2023.

TALLAMINI, E. Z.; PATIAS, N. D.; FEREIRA, V. R. T.; WAGNER, Márcia Fortes. Treinamento de Habilidades Sociais no Contexto Escolar: Revisão Sistemática. **Estudos e Pesquisas em Psicologia.** 2022, Vol. 01. doi:10.12957/epp.2022.66484 ISSN 1808-4281 (online version). Disponível em:<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/66484/41780>. Acesso em: 12 jul. 2023.

VALLE, T. G. M.; GARNICA, K. R. H. **Avaliação e treinamento de habilidades sociais de crianças em idade pré-escolar.** Scielo Bokks. Editora Unesp. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/krj5p/pdf/valle-9788598605999-04.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O PAPEL DA FAMÍLIA ADOTIVA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Natalia Camargo Guimarães[1]
Damaris Bezerra de Lima[2]

Palavras-chave: Adoção; Família; Deficiência; Psicologia; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A adoção é uma forma significativa de proporcionar uma família amorosa e acolhedora para crianças que não podem ser criadas por seus pais biológicos. Quando a criança adotada tem uma deficiência, a dinâmica familiar pode mudar e requerer atenção especial para promover sua inclusão social e escolar. A adoção necessária é direcionada para jovens com deficiência, transtornos ou idade avançada, enfrentando maiores dificuldades em encontrar um lar adotivo. Neste contexto, a família adotiva desempenha um papel crucial na inclusão dessas crianças, enfrentando desafios específicos e buscando estratégias adequadas para promover sua participação plena na sociedade. A psicologia inclusiva oferece suporte e orientação especializados às famílias adotivas nessa jornada. Por meio de intervenções psicológicas e suporte emocional, profissionais qualificados auxiliam as famílias na adaptação às necessidades específicas da criança com deficiência, incentivando sua inclusão social, escolar e emocional. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel da família adotiva na promoção da inclusão social de crianças com deficiência intelectual. Almeja-se identificar as barreiras que podem surgir nesse processo e buscar práticas eficazes que contribuam para a inclusão plena da criança. Essa temática é relevante para promover a igualdade de oportunidades, respeitar os direitos humanos e valorizar a diversidade, além de oferecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas familiares e seu impacto na adaptação da criança ao ambiente social.

Ao desempenhar um papel fundamental na inclusão, a família adotiva promove o desenvolvimento da autoestima e o bem-estar da criança, fortalecendo a dinâmica familiar como um todo. Essa pesquisa busca contribuir para a promoção de práticas e políticas que apoiem a inclusão social de crianças com deficiência intelectual, permitindo que elas alcancem seu potencial e desfrutem de uma vida plena e significativa.

[1] Discente UniFio, 207389@unifio.edu.br.
[2] Professora Universitária UniFio, damaris@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2009 trouxe uma definição de deficiência que se baseia na presença de limitações físicas, intelectuais ou sensoriais, as quais, quando interagem com várias barreiras, podem dificultar a plena participação na sociedade e nas interações com outras pessoas. Tendo como base a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu protocolo facultativo, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nos diz que:

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p 2).

Conforme Brasil (2020), embasado na Classificação Internacional de Doenças (CID-11), a deficiência intelectual é caracterizada por uma redução das funções intelectuais, acompanhadas de déficits no comportamento adaptativo, que se manifestam por limitações em habilidades sociais e práticas cotidianas. Esses sintomas têm início durante o período de desenvolvimento, ou seja, antes dos 18 anos de idade. As pessoas com essa deficiência, podem apresentar dificuldades significativas de aprendizado e compreensão de normas e instruções. No entanto, é importante observar vários sinais antes de fazer um diagnóstico preciso, pois um único aspecto isolado não é suficiente para indicar a presença da DI.

A adoção é um procedimento jurídico em que um indivíduo ou um casal assume a responsabilidade de cuidar de uma criança ou adolescente que, por diversas razões, não pode ser criado por seus pais biológicos. A relação amorosa e aceitação dos pais adotivos ajudam a minimizar as fantasias de abandono da criança. De acordo com Levinzon (2000), uma boa relação com os pais adotivos, na qual a criança se sente amada, aceita e compreendida, proporciona-lhe a oportunidade de minimizar suas fantasias de abandono.

O processo adotivo é complexo e requer avaliações para garantir o bem-estar da criança. No Brasil, a Lei Nacional da Adoção e o Estatuto da Criança e do Adolescente regem todo esse processo. Existem diferentes tipos de adoção, como unilateral, homoparental, bilateral (ou conjunta) e tardia. De acordo com o art. 227, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos diz que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2019, p.1).

O processo de adoção de crianças com deficiência intelectual segue os mesmos passos gerais da adoção tradicional, mas com algumas considerações extras. Os futuros pais precisam se informar e se preparar adequadamente, levando em conta as necessidades específicas da criança. É importante estabelecer um

ISSN: 2446-8819

período de convivência para construir vínculos afetivos e avaliar a compatibilidade entre pais e filho adotivo. Além disso, é fundamental fornecer cuidados médicos regulares e apoio emocional contínuo após a adoção ser finalizada.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa descritiva para investigar detalhadamente o funcionamento do processo de adoção legal de pessoas com deficiência intelectual no Brasil. Ao analisar e compreender esse processo, espera-se contribuir para o aprimoramento das práticas relacionadas a essa forma de adoção. A pesquisa proporcionará uma compreensão aprofundada dos desafios, oportunidades e questões envolvidas na adoção de pessoas com deficiência, permitindo a identificação de possíveis melhorias e diretrizes para promover uma adoção mais efetiva e inclusiva nesse contexto específico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa em apreço, tem por objetivo analisar o papel crucial desempenhado pela família adotiva no processo de inclusão das crianças com deficiência, identificando as barreiras enfrentadas e buscando práticas eficazes para promover essa inclusão.

Os resultados revelam que a dinâmica familiar passa por transformações significativas quando uma criança é adotada. Para promover a inclusão dessa criança, a família adotiva busca estratégias como apoio emocional, recursos e serviços especializados, além da conscientização da sociedade sobre as necessidades das pessoas com deficiência intelectual. A relação amorosa, aceitação e compreensão por parte dos pais adotivos desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar emocional e na autoestima da criança.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa destacam a relevância do papel da família adotiva na promoção da inclusão social de crianças com deficiência intelectual. As estratégias adotadas, o suporte da psicologia inclusiva e a conscientização da sociedade são fundamentais para superar as barreiras e garantir a participação plena dessas crianças na sociedade. Compreender de maneira mais profunda as dinâmicas familiares e seu impacto na adaptação da criança ao ambiente social contribui para o desenvolvimento de práticas e políticas que apoiem a inclusão social desses jovens, permitindo que eles alcancem seu potencial máximo e desfrutem de uma vida plena e significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo ressalta o papel crucial desempenhado pela família adotiva na promoção da inclusão social das crianças com deficiência intelectual. Os resultados evidenciam que a dinâmica familiar passa por transformações significativas para atender às necessidades especificas do filho adotivo, incluindo adaptação ás barreiras e desafios encontrados. A relação amorosa, aceitação e compreensão dos

ISSN: 2446-8819

pais adotivos desempenham um papel central no desenvolvimento emocional e na autoestima da criança.

Em resumo, é fundamental que políticas públicas e práticas sejam implementadas para promover a igualdade de oportunidades, valorizar a diversidade e garantir os direitos das pessoas com deficiência intelectual. Ao compreender de maneira mais profunda as dinâmicas familiares e seu impacto na adaptação da criança ao ambiente social, é possível desenvolver diretrizes e intervenções eficazes que promovam uma adoção mais inclusiva e acolhedora.

REFERÊNCIAS

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Art. 227. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. Presidência da República. 2015. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 04 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA CONJUNTA Nº 21, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2020. **Aprova o Protocolo para o Diagnóstico Etiológico da Deficiência Intelectual**. Brasília, 2020. Disponível em: >https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt/arquivos/2020/deficiencia-intelectual-protocolo-para-o-diagnostico-etiologico.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

OMS. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas- Coord. Organiz. Mund. da Saúde; trad. Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LEVINZON, G. K. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 2000.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

OS DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO ÀS PESSOAS QUE FAZEM USO PREJUDICIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-TÉCNICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS EM UM CAPS AD

Aline Quennehen Vieira[1]
Camila Silva Beguetto[2]
Gabriel Nespoli Demeu[3]
João Batista Albano[4]
Mariana Coppi Martins[5]
Mayara Aparecida Bonora Freire[6]

Palavras-chave: Álcool; Drogas; Redução de Danos; CAPS AD; Atenção Psicossocial.

INTRODUÇÃO

Os CAPS, substitutos dos manicômios no Brasil, sofreram devido à Reforma Psiquiátrica iniciada em 1978 pelas lutas dos movimentos sociais, incluindo MTSM, Movimento Sanitário e associações de familiares. O objetivo era transformar o cuidado em saúde mental, defendendo a saúde coletiva, reintegrando pacientes social e familiarmente, e eliminando a angústia social e a violência asilar nas clínicas psiquiátricas.

O CAPS-AD, destinado aos usuários de álcool e outras drogas, surge em 2002, oferecendo atendimento terapêutico a partir de um planejamento individual, mantendo o vínculo com redes de saúde parceiras aos serviços comunitários, para a assistência ao usuário pressupondo atenção à saúde e reinserção social e comunitária, visando a realidade econômica, social e cultural dos sujeitos.

[1] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: 266667@unifio.edu.br
[2] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: camila@unifio.edu.br
[3] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: gnespolipsico@gmail.com
[4] Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: joao.albano@unifio.edu.br
[5] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: 259095@unifio.Edu.br
[6] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06).

ISSN: 2446-8819

Esse trabalho tem como objetivo a compreensão das possibilidades de cuidado do CAPS ad, bem como objetiva entender como as formas de cuidado compreendidas se relacionam com a drogadição.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para os povos originários, a relação com as drogas se dava de maneira ritualística e curativa (Balick e Cox, 2020), porém com a invasão dos Portugueses, ela assume um papel comercial, sendo utilizada como moeda de troca para a aquisição de escravos, e posteriormente como forma de domesticação destes (Schwarcz,1998).

Com o aumento do consumo das drogas por escravos e indígenas, surge a proibição que pode ser entendida como uma forma de repressão dessas populações, conforme mostra Labate (2008). A “lei do pito do pango”, de 1830, proibiria a venda da maconha, com pena maior para ex-escravos. (Barros e Peres, 2011)

Devido a influências internacionais e as convenções antidrogas, a do ópio em 1912 e da ONU em 1961, as políticas proibicionistas no Brasil são moldadas, e utilizadas até hoje, a exemplo da lei Nº 11.343, de 2006.

Em 2002 temos a regulamentação do CAPS “que têm a missão de dar um atendimento diuturno às pessoas que sofrem com transtornos mentais severos e persistentes, num dado território, oferecendo cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial” (Ministério da Saúde, 2004). Substitui-se então, o modelo hospitalocêntrico e altera-se o olhar e o cuidado para o indivíduo que faz uso de substâncias quando considera a presença das drogas nas sociedades contemporâneas como um fenômeno complexo, com implicações sociais, psicológicas, econômicas e políticas; e que, portanto, não pode ser objeto apenas das intervenções psiquiátricas e jurídicas. (Machado e Miranda, 2007, p.818)

Os CAPS devem ofertar um atendimento pautado em um planejamento terapêutico numa perspectiva de Projeto Terapêutico Singular, por meio de atendimentos individuais, grupos, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares e espaços de socialização, visando à ampliação dos repertórios simbólicos e à construção de autonomia, a partir de um olhar integral, com foco no sujeito, e não na droga. (Ministério da Saúde, 2004)

MATERIAIS E MÉTODOS

O atual trabalho pautou-se em uma experiência em andamento por estagiárias(os) do CAPS ad de um município do interior do estado de São Paulo. Para seu desenvolvimento optou-se pela pesquisa bibliográfica em plataformas eletrônicas, referências técnicas fornecidas pelo Conselho Federal de Psicologia e manuais e normas regulamentadas pelos órgãos federais. Para mais, foram validadas as experiências de campo proporcionadas pela inserção em um CAPS ad. Dessa forma, a partir do que foi elaborado foram desenvolvidas propostas de intervenção a serem aplicadas.

ISSN: 2446-8819

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CAPS ad em questão possui em sua realidade enfrentamentos cotidianos relacionados à infraestrutura e compreensão da população em relação ao serviço que em muitos momentos é alvo de negligência, visto que se trata de uma instituição de acolhimento a uma população estigmatizada.

Em Henriques e Salim (2021), utilizando a perspectiva lacaniana, compreendemos o uso de substâncias como uma modalidade de gozo, ou seja, um modo de satisfação pulsional por meio da droga. Por essa razão, "(…) a Redução de Danos enfoca a dimensão egóica, a qual seria capaz de gerenciar o próprio gozo a partir de uma consciência doravante informada" (p.11). Nesse processo, busca-se auxiliar o sujeito a domesticar seu gozo, auxiliá-lo na diminuição dos danos e instruí-lo sobre como fazer o uso de uma forma segura. Sendo assim, a partir da análise do cotidiano do CAPS ad e alinhadas com a lógica da Redução de Danos e o Paradigma da Atenção Psicossocial, propusemos, enquanto intervenções, dois grupos.

O primeiro grupo denominado "Arte em movimento" consiste na confecção de jogos, realização de brincadeiras e trabalho com arte. Possui como objetivo a redução de danos e o desenvolvimento do laço social. Por fim, o segundo grupo é denominado "Cidadania e Saúde Mental", este, por sua vez, busca promover a reflexão e conscientização acerca da cidadania, esta, por sua vez, pode ser encarada como uma forma de redução de danos ao passo que age na compreensão do serviço utilizado, no acesso aos demais serviços da rede de saúde e acolhimento, bem como às políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que o CAPS ad tem como objetivo de tratamento a compreensão e acolhimento integral do participante, não sustentando-se apenas na extinção do uso de substâncias. A abordagem do serviço deve buscar estratégias coletivas e individuais, visando o bem-estar social do sujeito e de sua rede de relações. Sendo assim, a redução de danos – em suas variadas formas, foi vista como uma abordagem efetiva e apropriada.

Pode-se observar que as políticas antidrogas causam um encarceramento maior das populações mais vulneráveis, como aponta Pereira (2021), perpetuando ciclos de pobreza e criminalidade, quando deveriam direcionar esforços para prevenção e tratamento do uso prejudicial.

Políticas públicas voltadas para o atendimento de pessoas com problemas relacionadas ao uso prejudicial de drogas são fundamentais, oferecendo serviço humanizado, entendendo os usuários em sua complexidade, focando na redução dos prejuízos pelo abuso, compreendendo o papel da droga na vida desses sujeitos, e assumindo que nem sempre a abstinência será alcançada.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P (Ed.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1998.

AMARANTE, P.; NUNES, M. O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 2067-2074, 2018. Disponível em https://www.scielo.br/j/csc/a/tDnNtj6kYPQyvtXt4JfLvDF/. Acesso em 05 ago 2023.

BALICK, M.; COX, P. **Plants, people, and culture: the science of ethnobotany**. Garland Science, 2020.

BARROS, A.; PERES, M. **Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas.** Revista Periferia, v. 3, n. 2, p. 9 a 14, 2019.

BRASIL. **Portaria nº 30.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html Acessado em: 17 de junho. 2023.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para a atuação de psicólogas (os) no CAPS- Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília, 2022.

COVRE, M. **O que é cidadania**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

HENRIQUES, R; SALIM, A. Psicanálise lacaniana e redução de danos: encontros e desencontros. **Mental**, Barbacena , v. 13, n. 23, p. 4-24, jun. 2021 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272021000100002&lng=pt&nrm=iso acessos em 04 ago. 2023.

LABATE, B. **Drogas e cultura: novas perspectivas**. 2008.

MACHADO, A. R.; MIRANDA, P. S. C. Fragmentos da história da atenção à saúde para usuários de álcool e outras drogas no Brasil: da Justiça à Saúde Pública. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 801-821, 2007. Disponível em https://www.scielo.br/j/hcsm/a/fmMpJSxrL6wNT8B3KkcB3Bj/. Acesso em 05 ago 2023.

PEREIRA, E. F. M.; DE SOUZA, C. V. B.; TAVARES, J. S. C. Sistema de justiça criminal e população negra: contribuições para uma prática antirracista. Direito. **Revista de Direito da Universidade de Brasília**, v. 5, n. 2, p. 133-152, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Mental no SUS**: Os Centros de Atenção Psicossocial. Brasília. Master Publicidade S.A, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. Companhia das Letras, 1998.

ISSN: 2446-8819

VENÂNCIO, R; CARNEIRO, H. **Álcool e drogas na história do Brasil.** In: Álcool e drogas na história do Brasil. 2005. p. 312-312.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PARA ALÉM DO ALTO RENDIMENTO NA PSICOLOGIA DO ESPORTE: UM GRANDE ROMPIMENTO CONCEITUAL

Danilo Macedo Lima[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Cognição Social, Representações Sociais, Psicologia do Esporte, Psicologia Social, Alto Rendimento.

INTRODUÇÃO

De acordo com o (CFP, 2019) constituiu-se uma aproximação necessária no contexto brasileiro entre Esporte e Psicologia. Então, em 1958, tivemos João Carvalhaes, que foi o autor que marcou a história da implementação da Psicologia do Esporte como área específica de atuação da Psicologia. E, ele, atuava com testes psicométricos junto com atletas, tendo o conceito de Cognição Social fornecido pela Psicologia Social, como seu referencial teórico de sua prática. (DANTE, 1992).

Porém, em 1980, a Psicologia do Esporte teve que se desdobrar e se enquadrar no seu contexto. E como isso pode ser feito? Em 1980, a Psicologia do Esporte teve que avançar a estes olhares. Por conta que, Serge Moscovici, Psicólogo Social Francês, desenvolveu a Teoria das Representações Sociais, que tem como livro pioneiro desta teoria, a *La psychanalyse - son image et son public de 1961,* sendo traduzido pela primeira vez no Brasil em *1978, chamado de A Representação Social da Psicanálise.*

Sendo assim, a Teoria das Representações Sociais, colaboram para este olhar das Psicologias Sociais dos Esportes. Então, Cabecinha nos traz:

> Na opinião do autor, o paradigma da sociedade pensante questiona as teorias que consideram que os nossos cérebros são ‘caixas negras’ que processam mecanicamente a informação em função dos condicionamentos exteriores e questiona igualmente as teorias para as quais os grupos e os indivíduos estão

[1] Graduando em Psicologia Bacharel, Centro Universitário de Ourinhos UniFio, danilomaclima@gmail.com

[2] Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Curso reconhecido pela Portaria CEE/GP nº 436, de 08/08/2008, publicada no D. O. E. de 09/08/2008), Mestre em Psicologia e Sociedade pelo programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP - Campus de Assis) e Doutorando no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) no programa de Psicologia Social e do trabalho. Possui experiência como Psicólogo no SUAS atuando na proteção social básica e especial, educação permanente e gestão. Professor e coordenador do curso de Psicologia no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UniFio) e supervisor de estágio no campo da Assistência Social. Está como colaborador do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo CRP/ 06 - Subsede de Assis na discussão sobre a Psicologia na Assistência Social. Suas áreas de interesse são: Psicologia e Políticas Públicas, Assistência Social, Psicologia Social e Psicanálise.. felipe.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

> sempre sob o domínio das ideologias produzidas e impostas pela classe social, pelo Estado, pela Igreja ou pela Escola, e que os seus pensamentos e palavras são meros reflexos dessas ideologias. (CABECINHA, 2004, p.127)

De maneira clara, Cabecinha, neste comentário, usa o exemplo da Sociedade Pensante, que é um paradigma da Teoria Das Representações Sociais. E este paradigma nos conduz a ver que os grupos e sujeitos interpretam e criam formas científicas e comportamentais diversas, tanto de maneira grupal como individual sobre a realidade. Mas, estas ciências que ela diz que acreditavam que os comportamentos e pensamentos dos sujeitos e grupos, são meros reflexos dessas ideologias, eram as utilizadas por João Carvalhaes e outras(os) autoras(es) pela Psicologia Social, como por exemplo, uma dela, a Cognição Social.

Então, os objetivos específicos, são os de, revisitar os conceitos e história da Psicologia Social e do esporte, bem como a Cognição Social, e a Teoria Das Representações Sociais de Serge Moscovici, e elucidar autoras como por exemplo (MEDEIROS; LACERDA; MUNIZ, 2017) que usam a Teoria Das Representações Sociais como referencial teórico em suas incursões metodológicas e práxis atuantes.

Tendo também por fim, como objetivo central, estudar o objeto de pesquisa construído, nomeado como, o Alto Rendimento na Psicologia do esporte. Entretanto, para que isto aconteça, precisamos revisitar estes movimentos históricos e conceituais, que delimitam e constituem assim, em uma reflexão ética, e consolidação efetiva, as características deste Objeto De Pesquisa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Dante (2002), a Psicologia do Esporte é uma área que avança junto com a Psicologia Social. Levando em consideração que, a Psicologia do Esporte tem a Psicologia Social desde os seus primórdios como referenciais teóricos.

Entretanto, o (CFP, 2019), notou que em 1980, os referenciais da Psicologia Social mudaram, e consequentemente, a Psicologia do Esporte, começou a perceber, a necessidade de olhar para os sujeitos e para o Esporte, como um fenômeno atravessado por movimentos, socioculturais, históricos, políticos e subjetivos. E como o Conselho Federal de Psicologia, percebeu isto? Da década de 1953 até 1979, as referencias utilizadas eram as da Cognição Social e após este período, usa-se até hoje, as Representações Sociais, que se articula com a Cognição Social em uma camada teórica. Porém, de qualquer forma, em si, continua-se por avançar deste outro conceito.

Resumidamente, o objetivo central desta pesquisa, é a de discorrer sobre o conceito de Cognição Social e Representação Social para mostrar como a Psicologia do Esporte nos dias de hoje se configura em sua prática e pesquisa pela teoria das Representações Sociais. (MEDEIROS, LACERDA, MUNIZ, 2007)

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho se utiliza da ferramenta de pesquisa, Revisão de Literatura (ANTÔNIO, 2012), que tem como por objetivo metodológico, a construção de uma análise qualitativa. Tendo como prioridade, as revisões literárias de periódicos

ISSN: 2446-8819

acadêmicos e não acadêmicos, como por exemplo, artigos e revistas publicadas por universidades e livros de editoras não universitárias. Com a finalidade de embasar a construção dos levantamentos de dados e especificar as características do seu Objeto de Pesquisa.

De acordo com (PEREIRA, 1998), a construção do Objeto de Pesquisa elucida, a caracterização do fenômeno que a(o) autora escolhe para pesquisar, ou seja, quando organizado e decidido as características do fenômeno, passa-se de fenômeno para Objeto de Pesquisa. Por isto, temos a percepção que este é o efeito ético da Revisão de Literatura na pesquisa e na(o) pesquisadora(o).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado mais claro e evidente elucidado pela Revisão de Literatura no Objeto de Pesquisa do Alto Rendimento na Psicologia do Esporte. Foi a de que, sinalizamos o efeito que a Cognição Social causa no olhar para com os indivíduos e grupos, que é nada mais que um olhar reducionista. E que também, este conceito faz parte de uma ciência positivista (CFP, 2019).

De acordo com o objetivo proposto, que é de olhar para além do Alto Rendimento na Psicologia do Esporte, nota-se que, a Teoria das Representações Sociais tem a finalidade de:

> Na tentativa de responder tais questões e construir uma narrativa sobre essa história, corroboro com a postura adotada em boa parte da Psicologia Social contemporânea, a qual considera que todo conhecimento se constrói a partir de sua produção social, em que os sentidos e seus significados são construídos. (CARVALHO, 2012, p. 26)

Ou seja, a Psicologia Social contemporânea, entende que o Esporte é um fenômeno sociocultural complexo e constituído por pessoas, instituições e histórias representativas. Conduzindo para uma percepção de que a ciência, não deve entender que as pessoas e os grupos são meros reflexos das preposições sociais e cientificas, e sim que, o papel da Psicologia Social contemporânea, é a de entender que os sujeitos e grupos interpretam e ressignificam o seu meio social, grupal e subjetivo. Igual exemplificado pela Sociedade Pensante de Serge Moscovici.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho contribui para o olhar das ciências pro Esporte, de maneira democrática e diversa. Suas limitações encontradas, foram a percepção de que ao contrário de sua contribuição, este tema ainda é visto como a única e exclusiva forma de olhar e atuação pelas(os) profissionais e pela sociedade para com a própria Psicologia do Esporte e suas experiencias entre si na vivência humana. Por isto, a importância deste trabalho é de caminhar a defronte destes olhares limitantes.

Para futuros trabalhos e possibilidades de pesquisa, creio que este trabalho pincela sobre o olhar como as(os) profissionais que escolherem olhar para atletas, possam perceber que antes de serem atletas, elas(es) são humanas(os) e

ISSN: 2446-8819

atravessados por processos biopsicossociais, e que a Teoria das Representações Sociais dá subsídios para esta visão.

REFERÊNCIAS

BENTO, A. **Como fazer uma revisão da literatura**. Portugal: Universidade da Madeira, 2012.

CABECINHAS, R. **Representações sociais, relações intergrupais e cognição social**. 14. ed. Ribeirão Preto: Paidéia, 2004.

CARVALHO, C. **Para além do tempo regulamentar**: uma narrativa sobre a história da psicologia do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CFP. **Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) em Políticas Públicas De Esporte**. 1. ed. Brasília, 2019.

JUNIOR, D. **História e evolução da psicologia do esporte**. 2. ed. São Paulo: Paul. Educ. Fis, 1992.

LACERDA, A.; MEDEIROS, C. **Psicologia e esporte na atualidade reflexões necessárias**. Passavento, 2017.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2007.

RUBIO, K. Ética e Compromisso Social na Psicologia do Esporte. 3. ed. **Psicologia ciência e profissão**. São Paulo, 2007.

SÁ, C. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PRÁTICAS DE ESTÁGIO INSTITUCIONAL: INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA NAS ESCOLAS

Luana Costa Rodrigues[1]
Rafaela Barcelar Teixeira[2]
Wátila Araújo Brito Lopes[3]
Ana Paula Giacomini Magdanelo[4]
Cristiane Pereira Marquezini[5]

Palavras-chave: Escola – Psicologia Escolar – Intervenções grupais – Estágios Institucionais – Psicologia Educacional

INTRODUÇÃO

Atualmente, a Psicologia Escolar vem acompanhando as mudanças sociais no Brasil, e, nesse sentido, se expandindo através de debates e críticas sobre a antiga abordagem clínica terapêutica que apresentava nas escolas, o qual focava exclusivamente no aluno problema e em seu diagnóstico. Hoje podemos encontrar práticas que superaram a avaliação, o diagnóstico, o atendimento e o encaminhamento de alunos com dificuldades escolares, isso é, saímos de uma abordagem centrada no aluno, baseada em testes quantitativos ou clínicos, para uma que integra os espaços sociais e relacionais em que as dificuldades surgem, a orientação de alunos e pais em relação às dificuldades escolares e outros assuntos importantes para o desenvolvimento do estudante em específico, que tem se empenhado para promover o bem-estar emocional e desenvolver recursos psicológicos, de acordo com os objetivos da educação integral. (Martinez, 2010).

As intervenções nas escolas têm se orientado para práticas que cada vez mais se voltam para o autoconhecimento, reflexão e elaboração de projetos profissionais dos alunos, a atuação na elaboração e organização de estratégias de intervenção que exigem a coordenação de diversos profissionais da escola que surgem como uma resposta aos problemas enfrentados pela instituição. A participação na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica da escola junto à composição do trabalho em grupo, muda as percepções inadequadas. Estas ações definem funções coletivas e mediam conflitos, compõe disciplinas e oficinas

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. 260208@unifio.edu.br
[2] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. 209235@unifio.edu.br
[3] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. 268674@unifio.edu.br
[4] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. E-mail: 221343@unifio.edu.br
[5] Doutora em Educação e pós doutoranda em Psicologia UNESP – Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. cristiane.marquezinie@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos, dentre outras atuações. (Martinez, 2010).

Durante a prática dos estágios institucionais, especificamente, os escolares, foram realizadas intervenções em escolas do município de uma cidade do interior do estado de São Paulo. No presente trabalho, será relatado de forma breve, as atividades realizadas em instituição escolar no primeiro semestre. Nela foram atendidas, inicialmente, a população de 13 a 14 anos, do 1º ano do Ensino Médio e como os alunos do 6° e 7° ano do ensino fundamental. Conforme visto por Martinez (2010), a psicologia escolar pode atuar na coordenação de grupos, portanto, foram realizados principalmente grupos terapêuticos, de elucidação e direcionamento das demandas dos alunos e alunas participantes. com encontros semanais, onde cada encontro foi discutido um tema diferente, o qual será mais detalhado na sessão matérias e métodos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A educação que hoje conhecemos esteve desde o seu surgimento associado ao controle e a domesticação, onde inicialmente fazia-se o uso da palmatoria e atualmente é a disciplina que atua como controladora e domesticadora dos corpos (Menegotto; Foutora; 2015).

Ainda de acordo com as autoras, a Psicologia surge no contexto escolar a partir da contribuição com avaliações e diagnostico de alunos-problemas, que era realizado a partir das ferramentas e laudos psicológicos (Fontes e Lima; 2011; Soares e Araújo, 2010; Yakamoto; Santos; Galafassi; Pasaqualini e Souza, 2013).

A Psicologia, portanto, contribuía, de certa forma, para a exclusão, psicologização e patologização daqueles que não se encaixassem no sistema educacional da época, e estava fielmente à disposição daquilo que a escola demandasse e exigisse, sem sequer levantar questionamentos (Silva; Mendes, 2012).

Foi somente a partir da década 70 que se inaugurou um período de críticas à orientação do modelo de fazer Psicologia na escola (Menegotto; Fontoura, 2015).

Dessa forma, novas produções discursivas subsidiaram novas formas de saber e fazer psicologia em contextos educacionais. Inaugurando novas acepções sobre o aluno, nesse cenário, os estudantes e suas famílias deixam o lócus de responsabilização pelo desempenho escolar e entra em cena um entendimento da determinação multifatorial das dificuldades de escolarização, esta envolve aspectos de natureza histórica, social, cultural, política, econômica e pedagógica (Menegotto, Fontoura, 2015 *apud* Soares e Araújo, 2010).

MATERIAIS E MÉTODOS

Iniciamos o estágio no mês de abril e concluímos o 1º semestre em junho do presente ano. Neste primeiro momento, alinhamos o trabalho a ser feito com a coordenação e, posteriormente, fomos nos apresentar aos alunos, colhendo os nomes dos interessados em participar dos grupos temáticos com os assuntos demandados pelos alunos. A partir disso, montamos uma espécie de rodízio, no qual cada grupo continha cerca de 10 alunos e semanalmente atendíamos 5 grupos por vez. No

ISSN: 2446-8819

primeiro encontro com os grupos realizamos uma dinâmica do espelho, que consistia em cada um falar um pouco de si, para que conhecêssemos um pouco mais sobre os alunos, suas realidades e expectativas de trabalho.No próximo encontro realizamos um trabalho sobre a cultura de paz, explicamos o que é e como podemos operacionaliza-las na escola, também, confeccionamos cartazes sobre o tema com os grupos. O próximo assunto trabalhado com os grupos foi a autoestima, onde ouvimos o que cada um tinha a falar e explicamos o que entendíamos sobre autoestima a partir do viés da Psicologia, realizamos também uma dinâmica. No último encontro realizamos um café com os alunos para o fechamento destes, além de obtermos um *feedback* sobre os grupos. Já com os alunos do 6° e 7° foram realizados grupos como rodas de conversas com as queixas trazidas pelos alunos e assim desenvolvemos um trabalho específico, o assunto mais levantado de forma unânime entre as turmas foi o *bullying*. De acordo à essas demandas os trabalhos desenvolvidos foram para o conhecimento sobre o que era o *bullying* como ele se caracteriza, sobre conscientização dele, quais os males que essa prática pode causar no autor, na vítima e em toda a população escolar. Nas intervenções foram confeccionados cartazes onde os alunos puderam se expressar com pintura, colagem, frases, dentre outras formas de manifestação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudantes de ambos os grupos se mostraram participativos e engajados com as temáticas, dessa maneira, acreditamos que as intervenções utilizadas conseguiram alcançar o objetivo esperado de conscientização e, a partir de então, possivelmente mudanças podem ser operadas na forma de agir diante das situações de *bullying* e conceber a autoimagem de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola nesse momento priorizou o trabalho com grupos com os alunos, e, de acordo com Junior e Reale (2002), os grupos na adolescência são recomendados pois os sujeitos nessa faixa etária têm facilidade em se unirem grupalmente, sendo assim, há a possibilidade de descobrimento e aprendizagem da comunicação com o outro, desenvolvimento de habilidades sociais e resolução de conflitos. Os problemas partilhados em grupo levam ao reconhecimento de necessidades, medos e sonhos semelhantes, portanto, ver no outro membro a nossa questão, permite o desenvolvimento, a modificação de conduta e o autoconhecimento. O grupo funcionou como um lugar de apoio e escuta, criação de novos relacionamentos, visto que pudemos observar alunos de salas diferentes conversando, isso também contribuiu para o desejo dos alunos de não ficarem “sozinhos”, além de ser um local onde demandas sociais também foram debatidas, tais como o racismo, o *bullying*, a violência doméstica etc., em que, ao mesmo tempo que os membros eram ouvidos, também escutavam, se identificando e vendo no outro necessidades e problemas semelhantes.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS

FONTES, D. C.; LIMA, V. A. A. (2011). A escola segundo alunos do ensino médio de Porto Velho-RO. **Psicologia Escolar e Educacional**, 15(1), p. 71-79.

JUNIOR., F.B A.; REALE, D. **Práticas psicoterápicas na infância e na adolescência**: Editora Manole, 2002. 9788520444184. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabibliote ca.com.br/#/books/978852044 4184/. Acesso em: 25 mai. 2023.

MARTÍNEZ M, A. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1634/1298>. Acesso em: 4 de maio. 2023.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. DE.: FONTOURA, G. P. DA. Escola e Psicologia: Uma história de Encontros e Desencontros. **Psicologia Escolar e Educacional,** v. 19, n. Psicol. Esc. Educ., 2015 19 (2), maio 2015.

SILVA, A. M., MENDES, E. G. Psicologia e inclusão escolar: novas possibilidades de intervir preventivamente sobre problemas comportamentais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 18(1), 53-70, 2012.

SOARES, P. G., ARAUJO, C. M. M. Práticas emergentes em Psicologia Escolar: a mediação no desenvolvimento de competências dos educadores sociais. **Psicologia Escolar e Educacional**, 14(1), 45-54, 2010.

YAMAMOTO, K., SANTOS, A. A. L., GALAFASSI C., PASQUALINI, M. G., SOUZA, M. P. R. Como atuam psicólogos na educação pública paulista? um estudo sobre suas práticas e concepções. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(4), 794-807, 2013.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PRÁTICAS DE ESTÁGIO INSTITUCIONAL: PSICOLOGIA, ESCOLA E CONTEMPORANEIDADE

Amanda Machado Nobile[1]
Cibele Cristiane Guerra[2]
Juliana Betti de Oliveira[3]
Luciana de Paula Vidal[4]
Síntique Ferreira da Silva[5]
Cristiane Pereira Marquezini[6]

Palavras-chave: psicologia escolar; adolescente; trabalho em grupo; intervenções psicológicas; atuação do psicólogo(a).

INTRODUÇÃO

No contexto educacional de outrora, era ainda mais evidente o propósito de moldar um padrão de indivíduo controlável e domesticado, utilizando métodos disciplinares violentos e punitivos para corrigir comportamentos considerados indesejados. A psicologia entrou na educação com uma ideologia semelhante, avaliando e diagnosticando os alunos e excluindo os considerados "não aptos" para o sistema educacional. Essa abordagem compartilhava uma visão higienista e moralista, segregando os alunos em "normais" e "anormais", permitindo que os “normais” frequentassem a escola, enquanto os “anormais” eram excluídos tornando-se objetos de estudo e práticas clínicas para serem avaliados, laudados, tratados e "curados". (MENEGOTTO; FONTOURA, 2015)

Somente na década de 1970, começaram a surgir críticas de psicólogos e pedagogos em relação à visão excludente e reducionista da psicologia escolar, levando a uma nova percepção sobre a criança no ambiente escolar, condenando o exercício autoritário da antiga psicologia escolar e passando a considerar o sujeito como agente transformador. Além disso, o contexto social, histórico, econômico, cultural e político passa a ser parte relevante para uma ressignificação da atuação profissional no ambiente escolar, reconhecendo novas condutas e perspectivas (MENEGOTTO; FONTOURA, 2015)

O novo projeto de trabalho do psicólogo é interdisciplinar, com planejamento

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email: 189832@unifio.edu.br
[2] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email: cibele.guerra@unifio.edu.br
[3] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email: 250350@unifio.edu.br
[4] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email: 180636@unifio.edu.br
[5] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email: sintique.silva@unifio.edu.br
[6] Doutora em Educação, Pós doutoranda em Psicologia – UNESP Docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. Email: cristiane.marquezine@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

em conjunto, nele todos os atores sociais da escola fazem uso de habilidades e competências (MARTINEZ, 2010).

Em consonância com a construção de produções discursivas para aportar práticas de uma nova Psicologia Escolar, neste trabalho iremos descrever nossas vivncias e práticas do estágio institucional em uma escola estadual localizada no interios do estado de São Paulo, onde promovemos espaços disponíveis de escuta, acolhimento, discussões, mediações, orientação vocacional com foco no autoconhecimento e na reflexão para a escolha de carreira e entrada no mundo do trabalho. Realizamos, também, atendimento e orientação aos alunos com dificuldades escolares, bem como, dos pais sobre questões inerentes à escolarização de seus filhos. Ainda, buscando promover o bem-estar emocional, operacionalizamos recursos de intervenção psicológica importantes para a educação integral. Por último, ocorreu também o acolhimento e escuta de profissionais em sofrimento psíquico (MARTINEZ, 2010).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A psicologia escolar busca a elaboração e a coordenação de projetos educativos específicos, com estratégicas de intervenção próprias para solucionar os problemas que surgem no ambiente educacional. Todas as intervenções possuem como base a proposta pedagógica que define o trabalho educativo alinhadas com a complexidade da subjetividade humana. Desta forma o trabalho do psicólogo se mostra fundamental nos processos de mudança (MARTINEZ, 2010).

Para o desenvolvimento de nossaas prátias na escola utilizamos, dessa forma, do recurso das oficinas voltadas para o desenvolvimento integral dos alunos, com temáticas tais como o autoconhecimento, habilidades interpessoais, criatividade, valores e planejamento futuro. Outra forma de atuação está na promoção de espaços para discussões sobre temas emergentes e que surgem através dos próprios alunos, como saúde mental, sexualidade, *bullying*, autoaceitação, autoestima, história de vida, etc. (MARTINEZ, 2010).

MATERIAIS E MÉTODOS

O período do estágio institucional relatado data de fevereiro a junho, do presente ano. Tendo início com observação na escola, conversamos com a coordenadora pedagógica, que nos instruiu e direcionou sobre as demandas escolares, permitindo que as atividades fossem realizadas tanto em grupo, quanto individual, na instituição.

Visitamos as salas de aula para apresentar e explicar sobre o Projeto “Psicologia na Escola”, onde distribuímos autorizações de participação aos alunos menores de 18 anos e orientamos sobre uma caixa lacrada destinada as demandas que fora deixada na escola. Após as mesmas serem tabuladas, verificamos as demandas dos alunos, o cenário institucional e quais as possíveis intervenções. Segundo Gaspar e Costa (2011) o mapeamento escolar é condição básica para que seja iniciado um trabalho interventivo nas escolas.

Isso foi realizado, simultaneamente, aos prontos atendimentos (PA), oferecidos

ISSN: 2446-8819

em três encontros. Ao encerrarmos os atendimentos individuais demandados, notamos uma baixa adesão de novos alunos nesta modalidade.

Ainda, efetuamos uma atividade de roda de conversa com os alunos do primeiro termo de enfermagem, para atendermos uma solicitação pontual da classe.

Por último, neste ssemestre leitvo, foi sugerido para a coordenadora pedagógica uma oficina sobre saúde mental na escola, e, mediante a realização desta, alinhamos novas ideias de trabalho e estratégias em concordância com a gestão da insituição. Dentre elas, ilustramos, o recurso de utilizar um mural que fica localizado no refeitório, como espaço de criações e construções coletivas dos alunos, com o objetivo de possibilitar sua percepções, expressões e demandas que serão analisadas, avaliadas e, se necessário, trabalhadas nas nossas próximas ações e intervenções institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A instituição localiza-se em um bairro de classe média alta de Ourinhos e atende alunos do ensino médio, integrado e técnico. Possui uma equipe pedagógica que valoriza o projeto da Psicologia na escola e possibilita, colabora e incentiva para que as atividades sejam realizadas, tanto para os atendimentos em grupo quanto para os PA realizados individualmente.

Para que o trabalho do psicólogo na escola seja eficiente, é fundamental que ele trabalhe em conjunto com outros profissionais da equipe pedagógica, como coordenadores e orientadores educacionais.

A primeira atividade realizada na instituição foi o PA, em que foram oferecidos três encontros aos alunos que nos procuraram, o que reforça a ideia da psicologia clínica. Segundo Martinez (2010), a orientação psicológica na escola difere-se da terapia, o que implica ações de aconselhamento para atender às necessidades pontuais de cada aluno.

Tais ações têm se mostrado eficaz, à medida que promove o bem-estar emocional e o desenvolvimento de recursos psicológicos. O olhar atento ao desenvolvimento integral dos alunos, permite ao psicólogo fazer uma orientação individual ou em grupo que contribua para o objetivo. Em vista disso, realizamos uma oficina sobre saúde mental com três turmas no auditório, onde foram disparados assuntos relacionados à saúde mental, e houve grande interesse dos alunos pelo tema.

Durante as atividades em grupo, os alunos do curso de Enfermagem apresentaram questões de relacionamento interpessoal, preconceito e racismo, e em função dos problemas de convivência fizemos uma atividade de mediação. Nos primeiros encontros a maioria dos alunos participou e interagiram com o grupo, já no último eles estavam menos participativos e alegaram que as demandas iniciais já haviam sido solucionadas.

Em uma das reuniões a Coordenadora apontou para alguns problemas que poderiam ser trabalhados em grupo, como temas ligados ao *bullying* na escola, violência, relações interpessoais e a importância do respeito às normas e regras da Instituição. A partir disso foram desenvolvidos novos trabalhos em grupos com as

demais salas de aula, saímos da visão constituída do fazer clínico na instituição, e fomos em direção ao olhar multifatorial dos fenômenos que ocorrem na escola.

O psicólogo deve estar atento a tais fenômenos, a fim de que tenha a habilidade de se integrar com profissionalismo e humildade a uma equipe já existente na escola em que atua. Além disso, é importante que esse profissional procure se aperfeiçoar para estar preparado para as demandas da escola e oferecer ideias criativas que cooperem efetivamente para a melhoria da instituição. Atuando de forma que possa ajudar a construir e consolidar uma nova representação do papel desse profissional na sociedade atual (MARTINEZ, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as formas de trabalho praticadas no decorrer do semestre, seja no individual ou de grupo, teve como objetivo oferecer um apoio necessário de prevenção, intervenção e desenvolvimento das habilidades socioemocionais. O objetivo foi o de averiguar as demandas apresentadas pela coordenação da escola, além de observar as queixas e necessidades dos alunos, que foram percebidas pela equipe de estágio, sendo que o principal eixo escolhido para ampliar o trabalho foi no formato de grupo**.**

A adesão da modalidade em grupo contou também com o apoio da equipe gestora e pedagógica, que deu liberdade às estagiárias para trabalharem as várias temáticas pertinentes à Psicologia. Assim, nossa experiência de estágio na escola está ocorrendo de forma significativa e eficaz, visto que fomos acolhidos por todos os profissionais, que se mostraram dispostos e soidários a colaborar com nossas práticas interventivas. Este cenário participativo colaborativo é o ideal para práticas eficazes em psicologia escolar.

REFERÊNCIAS

GASPAR, F. D. R.; COSTA, T. A. Afetividade e atuação do psicólogo escolar. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 31, n. 4, p. 732-745, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n4/07.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2023.

MARTÍNEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**. Brasília, v. 23, n. 83, p.39-56, mar. 2010. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1634/1298>.Acesso em: 08 de junho 2023.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M. DE .; FONTOURA, G. P. DA . Escola e Psicologia: Uma História de Encontros e Desencontros. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 19, n. 2, p. 377–386, maio 2015.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PRÁTICAS DOS ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA HOSPITALAR: VIVÊNCIAS E INTERVENÇÕES

Bárbara Bordinhon Mercante[1]
Guilherme do Prado[2]
Milena dos Santos e Costa[3]
Rita Ferreira da Silva[4]

Palavras-chave: Psicologia hospitalar; Intervenção psicológica hospitalar; Psicólogo no hospital; Breve intervenção psicológica; Estagiários de psicologia.

INTRODUÇÃO

Segundo Moretto, 1999 A Psicologia Hospitalar é existente há mais de cinco décadas no Brasil. A autora realiza diversas contribuições de questionamentos e reflexões sobre a prática da inserção dos profissionais no contexto de saúde.

O presente trabalho se dedica a discorrer sobre as práticas vivenciadas pelos estagiários de psicologia no contexto de internação hospitalar. O objetivo deste trabalho é apresentar aos profissionais de psicologia atuantes nas mais diversas áreas sobre as possibilidades de atendimento que acontecem dentro de um contexto médico-hospitalar. A importância de tal apresentação de tema se dá pela importância de profissionais da psicologia nos mais diferentes contextos e apresentar aos colegas outras possibilidades de atendimento para além da clínica convencional. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este trabalho está fundamentado nos escritos feitos por Alfredo Simonetti (2016) em seu livro intitulado “Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença”.

[1] Estudante do 9º termo de psicologia, estagiária do hospital Santa Casa da Misericórdia de Ourinhos, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, barbaramercante@hotmail.com.
[2] Estudante do 9º termo de psicologia, estagiário do hospital Santa Casa da Misericórdia de Ourinhos, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, guilherme.prado@unifio.edu.br
[3] Estudante do 9° termo de psicologia, estagiária do hospital Santa Casa da Misericórdia de Ourinhos, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, milena.costa@unifio.edu.br
[4] Mestra em Psicologia pela Universidade Ibirapuera - UNIB (2022). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2013). Especialista em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade Corporativa Cespi - FACESPI (2014). Equoterapeuta formada pela Associação Nacional de Equoterapia ANDE-Brasil (2014). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Paulista São José (2018). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (2011). Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, rita.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

O primeiro ponto a ser retomado pelos ensinamentos de Freud (1980, vol. XII, apud SIMONETTI) é a importância do uso das palavras para a psicologia. Neste sentido, o psicólogo hospitalar tem como principal função auxiliar o paciente a usar as palavras para exprimir seus sentimentos. Para tanto, o psicólogo pode se valer de algumas técnicas para que o paciente possa se sentir confortável ao utilizar a fala para externalizar seus sentimentos. A fala não irá excluir o sentimento, mas possibilita que no lugar da angústia sejam colocadas palavras, dando espaço para elaboração e ressignificação do momento vulnerável em que se encontra (SIMONETTI, 2016, p. 115-116).

Para que a magia das palavras possa acontecer, conforme colocado por Freud em 1980 (apud SIMONETTI, 2016, p. 115), o psicólogo pode se valer de três práticas: entrevista inicial, livre associação e o silêncio (SIMONETTI, 2016, p. 116).

A associação livre consiste em deixar claro ao paciente que ele pode dizer sobre qualquer assunto pois não existe roteiro ou limite para tanto, em contraponto, o psicólogo deve estar preparado para uma livre escuta também, ou seja, devemos estar preparados para escutar ao paciente, e não “à doença”, ou sobre à doença. (SIMONETTI, 2016, p. 116-117).

A entrevista realizada pelo psicólogo ao leito do paciente e inicia um diálogo para saber sobre o que aconteceu até que ele chegasse ao momento da internação, mas também o indaga sobre questões para além deste momento delicado, qualquer assunto que estabeleça um vínculo entre o paciente e o profissional que o atende. (SIMONETTI, 2016, p. 117).

O silêncio trata-se de uma importante técnica para que as palavras surjam durante o atendimento, por isso o silêncio deve ser preenchido por falas do paciente. Eventualmente podem existir falas do psicólogo, mas devem ser direcionadas para que o paciente retome o seu discurso, neste sentido, não deve existir uma preocupação em não falar, por parte do psicólogo, mas em permitir a fala do paciente, lhe ofertando uma verdadeira escuta (SIMONETTI, 2016, p. 118).

Uma das principais práticas e intervenções no contexto hospitalar e nos ambientes de saúde em geral, é o acolhimento. O acolhimento se designa como uma prática de escuta, compaixão, compreensão e validação ao sofrimento de um outro.

O acolhimento está atrelado a uma escuta qualificada e ética, ambos baseados no CFP (Conselho Federal de Psicologia), que em sua legislação aponta condutas de não julgamento ao sofrimento e história de vida de outra pessoa, independentemente de sua classe social, gênero, etnia, raça e entre outros.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa se deu por pesquisa bibliográfica qualitativa. Os materiais utilizados são de sites como Scielo, PubMed, Google Acadêmico, livros e experiências institucionais supervisionadas. O tema abordado sobre a maternidade será envolvido por meio de relatos de alunos do nono termo do Centro universitário das Faculdades de Ourinhos (UNIFIO) concomitantemente a supervisões no espaço hospitalar da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos e supervisões no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP).

ISSN: 2446-8819

Iniciamos no dia 28 de março de 2023 às práticas institucionais no espaço hospitalar da Santa Casa de Misericórdia de Ourinhos. Sendo supervisionados na instituição por três profissionais da psicologia que trabalham no hospital como a Amanda Tupiná Persiani de CRP 06/112648 a qual é a principal supervisora da psicologia e assistência social. A Áurea Rodrigues Santos Coimbra de CRP 06/142452 e Paula Zucco Schneider Dias de CRP 06/111401.

Ao longo do tempo foi realizado em torno de quatro a cinco semanas acompanhando as supervisoras para entendermos a relação e a pratica profissional realizada, até a possibilidade de atender alguns pacientes sozinhos com base em acompanhamentos já realizados e com a experiência clínica, assim foi possível que as intervenções realizadas com os pacientes pudessem ser proveitosas. Diante de dúvidas as supervisoras estavam sempre à disposição para auxiliar a condução do caso.

Por fim, eram realizados dois atendimentos por semana na instituição Santa Casa, em conjunto com uma supervisão semanalmente no Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) a qual relatamos os casos realizados, observando dificuldades e possibilidades para uma prática correta. A supervisora Rita Ferreira da Silva, psicóloga CRP 06/108847 e professora do Centro Universitário das Faculdades de Ourinhos (UNIFIO), apresentava possíveis interpretações das situações relatadas pelos alunos, fazendo com que percebam as necessidades dos pacientes internados para que possam amenizar seu sofrimento diante a hospitalização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da proposta deste trabalho, podemos apresentar como resultado a vivência dos estagiários no setor de psicologia do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ourinhos, estado de São Paulo. A prática do estágio houve em conjunto apoio com os estudos teóricos abordados em supervisão, discussões de casos e na elaboração de relatórios institucionais, cabe ao dever de cada profissional da psicologia estar embasado eticamente com sua teoria na vivência prática e profissional, como nos aponta Moretto:

> Dito de outro modo: cabe ao psicanalista que trabalha na Instituição de Saúde, ao fundamentar sua prática, a tarefa de presentificar a Psicanálise no mundo, isto é, fazer a extensão da Psicanálise, tal como propôs Lacan (1967/2003) na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola” (MORETTO, 2014, 288).

A primeira fase do estágio realizado no primeiro semestre do ano de 2023 foi dedicada à exclusiva observação do trabalho das preceptoras da referida instituição. O segundo momento do estágio foi a possibilidade de realização de atendimentos aos pacientes e acompanhantes daqueles submetidos ao processo de internação.

Foi possível identificar ao longo dos atendimentos que algumas pessoas estavam mais dispostas ao diálogo e outras menos, contudo, ao entenderem que não estávamos apenas para falarmos sobre a doença eles se mostravam menos resistentes.

ISSN: 2446-8819

Retomar em palavras a sua rotina, os seus convívios sociais e também a possibilidade de falarem sobre outras questões de cunho pessoal que afetam o momento da hospitalização foi muito importante para aceitarem o atendimento da equipe de psicologia e até mesmo na possibilidade de iniciaram atendimento psicológico contínuo após o período de internação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final podemos concluir a importância de um bom preparo teórico para os atendimentos realizados no contexto hospitalar. Identificar as diferenças entre o atendimento clínico e o atendimento institucional é essencial para um bom atendimento prático de pacientes submetidos à vulnerabilidade da internação. Consideramos que uma significativa parte do que aprendemos e pudemos visualizar no contexto hospitalar se diz respeito às práticas de acolhimento, escuta e compaixão do sofrimento de outra pessoa e/ou grupos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. V. dos S.; CREPALDI, M. A. A Psicologia no hospital geral: aspectos históricos, conceituais e práticos. **Estudos de Psicologia.** Campinas, p. 580, out-dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. (2008). **Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. Brasília, DF: o autor. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf

MORETTO, M. L. T. (1999). A problemática da inserção do psicólogo na instituição hospitalar. **Revista de Psicologia Hospitalar do Hospital das Clínicas da FMUSP**, 9(2), 19-23.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. 8ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. 200 p.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PSICOLOGIA HOSPITALAR: PRÁTICAS NA PSICO-ONCOLOGIA

Julia Maria Viola[1]
Nicoly Gouveia Silveira[2]
Rita Ferreira da Silva[3]

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar; psico-oncologia; câncer; quimioterapia; intervenções psicológicas.

INTRODUÇÃO

A psicologia no contexto hospitalar trata-se de um campo de atuação o qual tem o objetivo de minimizar o sofrimento causado pela doença que leva a hospitalização, onde o sujeito passa por um processo de despersonalização. A despersonalização do indivíduo hospitalizado pode ser compreendida como um processo de perda de identidade que ocorre no momento da descoberta da doença, visto que no hospital ele será tratado apenas como um número de leito ou como portador de determinada patologia (Angerami, 2010). Devido esse adoecimento, aspectos psicológicos são desencadeados, portanto, a psicologia hospitalar trabalha com essas questões, não só com o paciente, mas também com seus familiares e até mesmo com a equipe multidisciplinar (Simonetti, 2011).

Assim como é importante fornecer atendimento psicológico a pacientes hospitalizados, a pacientes oncológicos acontece o apoio psicossocial e psicoterapêutico diante do diagnostico recebido, visto que pacientes com câncer demonstram tendências à depressão e um grande sofrimento emocional.

O câncer enquanto patologia que acomete para além do corpo físico, por ser uma doença crônica, pode produzir diversos problemas, como dor, medos, desconforto, baixa autoestima, incerteza quanto ao futuro, pensamento suicidas, dificuldades no relacionamento familiar e interpessoal, ansiedade, entre outros (Scannavino et al., 2013).

Destarte, este estudo pretende descrever brevemente a atuação do psicólogo diante pacientes oncológicos, visto que é uma área de grande complexidade para o paciente, para sua família e para a equipe multidisciplinar, onde o profissional da psicologia estará inserido com o objetivo de atenuar e humanizar o sofrimento do sujeito em processo de reestabelecimento da saúde integral utilizando-se de recursos terapêuticos.

[1] Graduanda do 10° termo no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO, curso de Psicologia, juliamariaviola123@gmail.com.
[2] Graduanda do 10° termo no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO, curso de Psicologia, 258821@unifio.edu.br.
[3] Psicóloga (UNIFIO), pedagoga (FPSJ), mestra em psicologia (UNIB), professora do curso de Psicologia no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO, rita.ferreira@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Psico-Oncologia refere-se a um campo específico da área da psicologia no contexto hospitalar, a qual tem como intuito cuidar e estudar de pacientes com câncer, seus familiares e equipes de apoio. Um dos seus objetivos está voltado em desmistificar crenças e estigmas apontadas pelo sujeito acometido pelo câncer, através de mecanismos de enfrentamento melhor adaptados ao seu tratamento, utilizando grupos de autoajuda e suporte psicossocial (Campos et al., 2021).

Os grupos de autoajuda desempenham um papel importante no cuidado de pacientes oncológicos, visto que proporcionam a socialização entre os participantes, reduzindo o sentimento de solidão gerada pelo diagnóstico de câncer. Ademais, os grupos auxiliam no processo de adaptação a cada nova fase passada pelo paciente em seu tratamento (Martins; Sanches, 2014).

O câncer é uma doença que tem sua origem coincidente com a história da humanidade, e está relacionada aos hábitos, cultura, fatores ambientais e biológicos. É caracterizado como uma doença multifatorial que surge a partir da mutação no código genético de apenas uma célula, que se multiplica dando origem a outras células anômalas que se agrupam formando a massa tumoral. A prevalência e incidência do câncer é alta em todo o mundo, sendo a segunda causa de morte no Brasil. É importante saber o grau de agressividade de um tumor e suas características particulares (Campos et al., 2021).

A Psico-Oncologia é entendida como uma interface entre a psicologia e a oncologia e é usada na assistência ao paciente oncológico, à sua família e aos profissionais de saúde envolvidos com a prevenção, com o tratamento, com a reabilitação e na fase terminal da doença, na pesquisa e no estudo de variáveis psicológicas e sociais e na organização de serviços oncológicos (Campos et al., 2021). Sobre a atuação do psicólogo, podemos entender que:

> O objetivo da atuação do psicólogo(a) no âmbito hospitalar se caracteriza não só pelo sofrimento do paciente, mas também a dor da família, e demandas da equipe. Desse modo, a finalidade do psicólogo hospitalar será proporcionar um espaço de escuta para o sujeito adoecido expressar o que pensa, o que está sentido, falar sobre si, da doença, questões sobre a vida e a morte, seus anseios, desejos, entre outros, dando voz à subjetividade e individualidade desse paciente hospitalizado (Simonetti, 2011, p. 17).

Assim, no âmbito hospitalar, a psicologia tem um olhar voltado não só para doenças psíquicas, mas para toda e qualquer doença e as reações psíquicas a partir da patologia de cunho orgânico e seus aspectos psicológicos. Esse aspecto psicológico pode ser entendido como uma forma do sujeito trazer à tona sua subjetividade e/ou individualidade (desejos, sentimentos, fantasias, pensamentos, conflitos, comportamentos, ideais, entre outros), acerca da doença que lhe acomete.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o método de revisão bibliográfica narrativa de interesse. De acordo com Cordeiro, et al. (2007, p.429), esta modalidade de investigação acadêmica “apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão específica bem definida”. Por intermédio deste viés investigativo, voltamos nosso olhar as pesquisas já publicadas as quais, traziam em sua descrição a Psico-Oncologia e a atuação do profissional de psicologia no contexto hospitalar

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), câncer é o nome dado a um grupo de doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células, classificado como tumor maligno. O tumor maligno tem a capacidade de espalhar-se para outras regiões do corpo, multiplicando-se rapidamente. Os diferentes tipos de câncer correspondem aos vários tipos de células do corpo, e sua cura está relacionada com a detecção precoce de suas células atípicas. Um dos tratamentos mais utilizados é a quimioterapia. A quimioterapia tem como foco eliminar as células cancerígenas que se espalham desordenadamente pelo corpo, sua duração varia de acordo com cada caso e suas aplicações não devem ser suspensas sem a indicação de um profissional. É um tratamento composto de diversos medicamentos que se distribuem pelas correntes sanguíneas do paciente atacando a doença, eliminando-a (Ministério da saúde, 2022).

Os pacientes podem experienciar alguns efeitos colaterais, como fraqueza, diarreia, mucosite, queda de cabelo e de pelos, enjoos e vômitos. Apesar de ser um tratamento agressivo, algumas pessoas podem se queixar de vários destes sintomas, enquanto outras não sentirão nada, entretanto, os cuidados para ambas devem ser os mesmos, visto que, a ausência do efeito colateral não significa que o corpo do sujeito está saudável (Ministério da saúde, 2022).

No tratamento do câncer, o contato com o profissional da psicologia se torna essencial. As práticas grupais têm sido frequentemente utilizadas na assistência psicológica de sujeitos acometidos pelo câncer, visto que um grupo composto por pessoas que enfrentam problemas ou conflitos semelhantes e coordenado por um profissional qualificado, pode se tornar um espaço de conversa e de reflexão benéfico (Martins; Sanches, 2014).

Ademais, é imprescindível o atendimento psicológico para pacientes que estão em tratamento de câncer, iniciando imediatamente após o diagnóstico e definição da conduta terapêutica oncológica. O psicólogo possibilitará o paciente transitar pelo processo em melhores condições psicológicas, auxiliando-o no enfrentamento deste intenso estímulo ameaçador à sua integridade física e emocional.

ISSN: 2446-8819

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Hospitalar é um campo de atuação no qual tem o objetivo de minimizar o sofrimento causado pela hospitalização, no qual seu foco são os aspectos psicológicos em torno do adoecimento. A Psico-Oncologia surgiu a partir da premência do acompanhamento psicológico ao paciente com câncer, à família e à equipe que o auxilia (Scannavino et al., 2013). O câncer é o nome dado a um grupo de doenças que têm em comum o crescimento desordenado de células. O tratamento mais utilizado é a quimioterapia, que é composta de diversos medicamentos que se distribuem pelas correntes sanguíneas do paciente atacando a doença, eliminando-a ou impedindo que se propague. Nesse sentido, o psicólogo estará inserido nesse contexto desde a descoberta da doença, utilizando-se da escuta, acolhimento e de outros recursos para a amenização do sofrimento causado pela doença.

REFERÊNCIAS

ANGERAMI, V. A. et al. **Psicologia Hospitalar**: Teoria e Prática. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Quimioterapia.** Instituto Nacional de Câncer – INCA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/inca/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/quimioterapia.

CAMPOS, E. M. P.; RODRIGUES, A. L.; CASTANHO, P. Intervenções Psicológicas na Psico-Oncologia. **Mudanças**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 41-47, jun. 2021. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script= sci_arttext & pid=S0104-32692021000100005 & lng= pt\ nrm=iso>

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, n. 6, p. 428–431, nov. 2007.

FERREIRA, Ana Paula de Queiroz; LOPES, Leany Q. Ferreira.; MELO, Mônica C. Batista. O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 85–98, 2011. Disponível em: https://revista.sbph.org.br/revista/article/view/430.

MARTINS, Michele Márice; SANCHES, Rodrigo Peres. Fatores Terapêuticos em grupo de apoio a mulheres com câncer de mama. **Psicologia saúde e doença**, 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/362/36231460006.pdf.

MENDES, J. A.; LUSTOSA, M. A.; ANDRADE, M. C. M. Paciente terminal, família e equipe de saúde. **Revista SBPH**, v. 12, n. 1, jun. 2009.

ISSN: 2446-8819

SCANNAVINO, et al. Psico-oncologia: atuação do psicólogo no hospital de câncer de Barretos. **Psicologia USP**, São Paulo, p. 35-53, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v24n1/v24n1a03.pdf>.

SIMONETTI, A. **Manual de psicologia hospitalar:** o mapa da doença. 6. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PSICOLOGIA INCLUSIVA: O TRABAHO NAS APAEs

Edilaine Fabiana Carvalho Pereira
Giovana Regina de Souza
Karina Faustino Bernini
Larissa Oliveira Castilho
Natalia Camargo Guimarães
Reilane Souza S. Auerswald[1]
Rita Ferreira da Silva[2]

Palavras-chave: Psicologia Inclusiva; APAE; Pessoa com deficiência; Inclusão; Movimento Apaeano.

INTRODUÇÃO

A APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais) é uma organização que busca promover a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, oferecendo atendimentos especializados tanto para elas quanto para suas famílias.

O Movimento Apaeano refere-se a uma ampla rede que inclui pais, amigos, voluntários, profissionais e instituições parceiras, todos dedicados à causa das pessoas com deficiência. Seu principal objetivo é promover e defender os direitos de cidadania dessas pessoas, bem como garantir sua inclusão social. A APAE e o Movimento Apaeano são reconhecidos como o maior movimento filantrópico em sua área de atuação (APAE OURINHOS, 2019).

A psicologia inclusiva é um campo em ascensão que visa promover abordagens e práticas inclusivas na psicologia, garantindo que todos tenham acesso a serviços adequados e eficazes. Nesse contexto, a APAE desempenha um papel significativo ao fornecer suporte e serviços para pessoas com deficiência.

A psicologia inclusiva e a APAE compartilham o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades. A psicologia inclusiva busca desafiar estigmas e estereótipos associados a pessoas com deficiência, promovendo uma compreensão mais ampla e respeitosa das suas capacidades e potencialidades. Juntas, essas abordagens visam a inclusão plena e a valorização das capacidades de todas as pessoas, independentemente de suas limitações.

[1] Estagiárias do núcleo de Psicologia Inclusiva na APAE de Ourinhos – SP, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, 207389@unifio.edu.br.
[2] Professora Universitária UniFio, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, rita.ferreira@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

A APAE é reconhecida como uma referência importante na área da psicologia inclusiva, oferecendo suporte psicológico e clínico para pessoas com deficiência intelectual e suas famílias. Por meio de abordagens terapêuticas centradas na pessoa e na família, a APAE visa fortalecer o desenvolvimento emocional e psicossocial das pessoas atendidas, além de apoiar as famílias no enfrentamento dos desafios associados à deficiência. O trabalho conjunto busca promover a inclusão, a autodeterminação e a qualidade de vida desses indivíduos, fornecendo o suporte necessário para que possam alcançar seu pleno potencial.

O principal objetivo da psicologia inclusiva é desenvolver estratégias e práticas que garantam a igualdade de oportunidades e a inclusão de todas as pessoas. Isso envolve conscientização sobre diversidade, capacitação de profissionais, criação de ambientes terapêuticos inclusivos e promover mudanças sociais para construir uma sociedade que valorize e respeite a diversidade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O trabalho das APAEs envolve promover e coordenar ações relacionadas à defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Essas ações incluem serviços de educação especial, atendimento médico, terapias, atividades de inclusão social e outras formas de suporte necessários para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas com deficiência. A visão dessa instituição é: “ser um movimento de pais, amigos e pessoas com deficiência, de excelência e referência no país na defesa de direitos e prestação de serviços’’ (APAE VILA VELHA, 2015, p 4).

A instituição busca ser uma referência nacional na promoção dos direitos das pessoas com deficiência e na prestação de serviços de alta qualidade. Sua visão demonstra o compromisso em ser um modelo de excelência no trabalho realizado em prol das pessoas com deficiência, buscando sempre aprimorar suas ações e oferecer apoio confiável para as famílias dos atendidos.

A APAE oferece acompanhamento individual ou em pequenos grupos promovendo o desenvolvimento das potencialidades e inclusão social da pessoa com deficiência. Profissionais capacitados em diversas áreas, como fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, serviço social, psicologia e médicos pediatras, estão envolvidos no atendimento. Além disso, a APAE conta com uma área de educação especial, na qual os alunos são acompanhados por profissionais capacitados. Nesse contexto, são realizadas atividades que visam garantir o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais dos alunos, adaptadas às suas necessidades específicas. Essas atividades são planejadas para promover a inclusão e a autonomia dos alunos, respeitando seu ritmo e potencialidades individuais (APAE OURINHOS, 2019).

Os encaminhamentos chegam para avaliação na instituição pelas escolas de ensino regular, serviços de assistência social (CRAS e CREAS) e instituições particulares. Uma avaliação multidisciplinar é conduzida pelos

ISSN: 2446-8819

profissionais para determinar se o indivíduo é elegível para receber atendimento na instituição. Os profissionais de psicologia utilizam os testes disponíveis na instituição para obter um diagnóstico mais preciso.

A proposta de inclusão surgiu para proporcionar uma educação de qualidade e igualitária para todos, onde é reconhecido a importância de um ensino especializado para os alunos, com o respeito e a aceitação da diversidade humana, buscando uma sociedade mais justa e inclusiva para todos os cidadãos (CRIPPA e VASCONCELLOS, 2012).

De acordo com Mendes (2003) a ideia de inclusão surgiu no sistema educacional norte-americano, quando percebeu que a integração escolar não funcionava e que as escolas públicas falhavam em educar a população em situação de risco. Com uma tentativa de melhorar a qualidade da educação, adotou-se medidas que se tornaram a base da proposta de inclusão escolar.

A luta pela inclusão social e pelo respeito à diversidade tem se fortalecido e crescido, onde buscam uma escola que possa atender todos os alunos, sem rótulos e sem classificações discriminatórias, não apenas na Educação Especial (MENDES, 2003).

MATERIAIS E MÉTODOS

A APAE se empenha em garantir um ambiente de qualidade, respeitando tanto a natureza quanto todos os envolvidos. O objetivo é permitir que cada indivíduo leve uma vida digna e respeitosa. A organização busca criar um ambiente inclusivo, onde o cuidado e a assistência sejam fornecidos de acordo com as necessidades individuais de cada pessoa com deficiência. É a partir dessa consciência, que o indivíduo interage com o mundo, influencia seus pares, intervém no ambiente, e caminha na direção do processo de conhecimento e do exercício (FERNANDES et al, 2003; FAGGIONATO, 2005).

A APAE é uma instituição que rompe com os paradigmas educacionais do passado, reconhecendo que as pessoas com deficiência têm capacidades e habilidades, desenvolvendo outras para compensar as inexistentes. Ela promove atividades adaptadas para permitir o máximo envolvimento das pessoas com deficiência, visando ao seu desenvolvimento pessoal e social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A APAE tem como proposta promover a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. Os resultados obtidos através das práticas com orientações de leituras são aplicados no manejo com os alunos, sendo observados em grupos acompanhados por psicólogos.

Dentro da APAE, o trabalho é realizado com outros profissionais, e a contribuição ocorre por meio das discussões que visam a autonomia do sujeito. Para aqueles que não têm movimentos físicos, os profissionais estimulam o sensorial, promovendo sensações dentro da deficiência. Algumas atividades são realizadas outras salas, com objetivos coloridos para identificar as cores, formas diferentes, sabores (nestes casos, deve- se averiguar se este aluno

pode realizar esta atividade, especialmente se possuem restrições alimentares). Também são promovidas sensações nas mãos e nos pés, sendo a elaboração baseada na criatividade dos profissionais.

A inserção no mercado de trabalho é incentivada para promover a autonomia dos alunos e valorizar os benefícios que essa experiência proporciona. Aqueles que são selecionados para vagas são avaliados por sua disposição e como lidam com diferentes situações. Alguns pais podem não permitir a inclusão devido a certas condições, mas os que permitem são encaminhados para um curso preparatório no SENAC antes da inserção no trabalho. Durante esse processo, os alunos continuam a frequentar a APAE para receber atendimento do setor de Psicologia Educacional, garantindo o acompanhamento necessário para essa inclusão no ambiente de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As APAES são organizações presentes em todo o Brasil, com o objetivo de proporcionar atendimento especializado e promover a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autismo. Elas facilitam a integração na sociedade, garantindo acesso a serviços de saúde, educação, cultura, lazer e esporte. O trabalho das APAES é fundamental para criar oportunidades e melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Além disso, oferecem suporte e orientação às famílias dos assistidos, fortalecendo o vínculo familiar. As APAES contam com equipe multidisciplinar e são financiadas por doações, voluntariado e apoio governamental. Seu trabalho é essencial para garantir os direitos e inclusão das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ourinhos. **APAE Ourinhos**. 2019. Disponível em: <http://www.apaeourinhos.org.br/apae/historico.php>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

APAE Vila Velha. **Relatório Anual**. 2015. Disponível em: <https://www.apaees.org.br/files/meta/b9f4a423-b282-43c3-889a-07d394a6cb3d/057130e6-1848-474e-b3fc-117c3cccf1f8/276.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2023.

CRIPPA, Rosimeiri Merotti; VASCONCELOS, Valéria Oliveira. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REFLEXÃO GERAL. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v.11, n.15, p.155-176. 2012.

FAGGIONATO, Sandra. Percepção Ambiental. **Programa Educar**. USP, São Paulo, 2005.

ISSN: 2446-8819

FERNANDES, R. S. et al. **O uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental** In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Belém, 2004.

MENDES, E. G. **Educação inclusiva**: uma questão de direitos humanos. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2003.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PSICOLOGIA JURÍDICA E SUBÁREAS: CONSIDERAÇÕES

Ana Clara Consoni Mossini[1]
Andreynna Rocha Rezende
Bruna Barbosa da Silva
Giovana Campos Theodoro
Julia Altvater Vilas Boas
Kauani Tanfere
Rayana Maria Hermes Coutinho
Sheila Fermino
Simone de Souza
Vitória Maria Rossi Giati
Damaris Bezerra de Lima[2]

Palavras-chave: Psicologia. Direito. Psicologia Jurídica.

INTRODUÇÃO

Pinheiro (2019), define a Psicologia Jurídica como uma área do conhecimento construída pelas várias intersecções possíveis entre a Psicologia e o Direito. No geral, o termo Psicologia Jurídica e Psicologia Forense são utilizados como sinônimos. Contudo, Pinheiro (2019), destaca que a Psicologia Jurídica é mais abrangente, visto que se refere ao ramo da Psicologia que extrapola “as portas do Fórum”, pois, diz respeito a conteúdos que tendem a cooperar com a elaboração de normas jurídicas, bem como viabilizar a efetivação desses regulamentos ao colaborar com a organização do sistema de aplicação das normas jurídicas. Mira y López (2018) afirma que as ações da Psicologia no âmbito Jurídico, objetivam a observação, análise e identificação de respostas para prosseguimento do processo judicial, elencando evidências de análises subjetivas dos sujeitos envolvidos nas mais diversas situações. Sacramento (2019), ainda destaca que a Psicologia Jurídica, tem uma atuação prática, que possibilita uma humanização dos processos burocráticos e objetivos pertinentes ao Direito. Dessa forma, apesar da Psicologia e Direito possuírem perspectivas diferentes diante do comportamento humano e social, conjuntamente,

[1] Alunas do 10º termo do Curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP. E-mails: 267702@unifio.edu.br, andreynna.rezende@unifio.edu.br, 29949@unifio.edu.br, kauani.tanfere@unifio.edu.br, 193753@unifio.edu.br, sheila.fermino@unifio.edu.br, simone@unifio.edu.br, vitoria.giati@unifio.edu.br, 259489@unifio.edu.br

[2] Possui graduação em PSICOLOGIA pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004); Especialização em Psicopedagogia (2006); Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família (2010), Neuropsicologia (2011); e Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde (2014). Mestrado em Psicologia UNESP - Assis (2013). Atualmente é Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e docente da UNIFIO - Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. Supervisora do Núcleo de Estágio Institucional em Psicologia Jurídica.

ISSN: 2446-8819

esses campos conseguem relacionar aspectos da racionalidade pertinente ao jurídico ao estudo da subjetividade da psique humana (MIRA y LÓPEZ, 2018).

Sacramento (2012), afirma que a Psicologia Jurídica é uma nomenclatura genérica, de todas as aplicações associadas às práticas jurídicas, dessa forma, pode-se compreender que a Psicologia Criminal, Forense e Judiciária são ramificações da mesma área. Rovinski e Cruz (2009) ainda explicam que a Psicologia do Testemunho, Policial e Penitenciária compõem as diversas vertentes da Psicologia Jurídica. Por meio do supracitado, percebe-se que a Psicologia Jurídica é um campo de atuação abrangente, que no geral não é compreendido em sua totalidade. Dessa forma, pretende-se elucidar o que é a Psicologia Jurídica, quais práticas constituem sua atuação no contexto jurídico e quais são as ramificações dessa área do conhecimento.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Das intersecções entre a Psicologia e o Direito, a Psicologia Forense tem sido muito utilizada, já que é um termo frequentemente utilizado devido à conexão com o ambiente jurídico, representado pelo “Fórum”, onde questões legais são julgadas. Essa área da Psicologia possui várias formas de atuação, abrangendo desde atos ilícitos e casos criminais até o estudo das vítimas, com o objetivo de analisar as consequências psicológicas que elas sofrem após o crime. (RASKIN, 1994).

No campo da Psicologia Criminal, segundo Milano (2019), o foco está no estudo do comportamento humano e nos processos mentais e psicológicos que levam um indivíduo a cometer atos criminosos. A Psicologia Criminal é um subcampo da Psicologia Forense e engloba áreas como a Psicologia do Delito, da Pessoa que comete o crime e das Testemunhas (AFONSO, 2014).

Em relação à Psicologia Penitenciária, esse ramo da psicologia está diretamente ligado aos locais de detenção, como presídios, onde os indivíduos cumprem penas restritivas de liberdade ou penas alternativas com intervenção (MILANO, 2019).

Sua função principal é voltada para a observação, classificação e tratamento da vítima/infrator, juntamente com sua família, buscando identificar os fatores que contribuem para sua formação. Também a intervenção em áreas educacionais, além de funções de gestão e fiscalização de estabelecimentos. O objetivo é promover a reeducação, reinserção social e intervir na psique e na cognição, a fim de evitar a reincidência.

A Psicologia Policial é uma vertente recente da Psicologia Jurídica, com a presença do cargo de Psicólogo Policial no âmbito da Polícia Civil (ROVINSKI E CRUZ, 2009). Inicialmente, as atividades desempenhadas pelo psicólogo nessa área estavam centradas em funções avaliativas e instrumentais, conforme apontado por Soria-Verde (2010). No entanto, ao longo do tempo e com o surgimento de novas demandas, houve uma ampliação das áreas de atuação, incluindo a saúde ocupacional dos servidores, a gestão de pessoas e a implementação de projetos de educação continuada. Também incluiu-se o trabalho em delegacias especializadas no atendimento a crianças, adolescentes, mulheres e idosos. Essa expansão de atuação

ISSN: 2446-8819

reflete a necessidade de abordagens psicológicas no contexto policial. (NOBREGA et al, 2018).

Destacamos ainda, a Psicologia do testemunho, uma área que se dedica à compreensão e análise dos processos psicológicos relacionados ao testemunho em contextos judiciais (ROVINSKI E CRUZ, 2009). Seu objetivo principal é investigar como fatores psicológicos podem influenciar a precisão e a confiabilidade dos relatos de testemunhas em situações legais, como os relacionados à memória humana. (AMBROSIO, 2010).

MATERIAIS E MÉTODOS

Na presente pesquisa utilizamos leis, artigos, textos de autores variados. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, tendo uma natureza descritiva e interpretativa, buscando entender o que é a psicologia jurídica. Visando obter uma compreensão mais profunda do tema, analisando textos e documentos.

A pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa que tem como objetivo descrever características ou fenômenos em determinado contexto, sem buscar explicar relações de causa e efeito ou realizar generalizações estatísticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, realizamos um levantamento de dados e busca de referenciais teóricos, destacam-se as possibilidades de correlações entre as práticas da psicologia e área jurídica. Frente a isso, utilizamos diversas plataformas de artigos científicos, como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico para a coleta e seleção de obras a serem utilizadas. A partir das apresentações e estudos dos materiais coletados, destacam-se as diferentes áreas de atuação do psicólogo no âmbito jurídico, os campos de execução advindos dessas intersecções da Psicologia e do Direito, as contribuições sociais provenientes das práticas da Psicologia Forense, entre outras especificidades envoltas desta área. Para elucidar nossa explanação, foram utilizados treze artigos que abordam pressupostos da psicologia jurídica e uma breve revisão bibliográfica das atuações que englobam a psicologia no âmbito jurídico.

De modo geral, os estudos selecionados visam, sobretudo, elucidar o papel da Psicologia enquanto ciência e profissão, tal como, o do Direito. Ademais, é visto que a intersecção entre a Psicologia e o Direito contribuem significativamente para ambas as áreas, visando o acompanhamento psicológico dos indivíduos, a promoção dos Direitos Humanos, o acesso à justiça e a resolução de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto na presente pesquisa acadêmica, podemos analisar que, a Psicologia Jurídica foi ganhando seu espaço a partir do século XIX, onde foram surgindo novas práticas de atuações dentro desta, e com isso, foi sendo reconhecida a sua importância na Psicologia.

A pesquisa realizada nos trouxe diversas contribuições, entre elas, os diversos contextos que um Psicólogo na área Jurídica pode ter, e a importância dessas

atuações na sociedade. Também, em como a Psicologia Jurídica foi crescendo com o passar dos anos e se consolidando cada vez mais enquanto uma prática essencial no meio da Psicologia e do Direito.

No que se refere a possibilidades de pesquisas futuras sobre o tema proposto, é válido ainda, realizar pesquisas mais aprofundadas sobre as diversas ramificações da Psicologia Jurídica e suas atuações, a fim de se compreender melhor as múltiplas possibilidades que a Psicologia Jurídica traz, e que, ela não se limita a uma só uma prática.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. A; SENRA, L. X. Panorama histórico da regulamentação da especialização em Psicologia Jurídica no Brasil. **Psicologia.pt: O Portal dos Psicólogos.** 2014. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0858.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

AMBROSIO, G. Psicologia do testemunho. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 395-407, jul./dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Dialnet-PsicologiaDoTestemunho-6172749.pdf>. Acesso em: 05 jun, 2023.

MILANO, Wily Enrique Arcia. Entre a psicologia criminal, psicologia forense e psicologia prisional**. Revista Eletrônica de Ciências Digitais**, v. 3, n 1.1 p. 23-39, 2019. Disponível em: <http://cienciadigital.org/revistacienciadigital2/index.php/CienciaDigital/article/view/357/775>. Acesso em: 20 maio de 2023.

MIRA Y LÓPEZ, E. **Manual de Psicologia Jurídica**. São Paulo: CL Edijur, 2018.

PINHEIRO, C. **Psicologia Jurídica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NOBREGA, Lucas Mentor de Albuquerque et al. Caracterizando a psicologia policial enquanto uma psicologia social jurídica. **Arq. bras. psicol.** Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 148-165, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2023.

PINHEIRO, C. **Manual de Psicologia Jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

RASKIN, D. **Métodos psicológicos en la investigación y pruebas criminales**. Bilbao: DDB, 1994.

ROVINSKI, S. L. R; CRUZ, R. M. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processo de intervenção**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2009.

SACRAMENTO, L. T. **Pressupostos básicos da Psicologia Jurídica: delimitando o campo**. Sandro André: Esetec Editores Associados, 2012.

_____, L. T. **Psicologia jurídica: Conceito e histórico**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA JURÍDICA (Org.). Cadernos de psicologia jurídica: Psicologia jurídica na prática jurídica. São Luís: UNICEUMA. 2019. (Cadernos de Psicologia Jurídica, v. 1).

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

REFORMA PSIQUIÁTRICA, ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E SEUS DESAFIOS ATUAIS: CONTRIBUIÇÕES E REFLEXÕES ACERCA DE UMA EXPERIÊNCIA EM UM CAPS

Beatriz de Almeida Mello Perini
Rhuan Sales
Vinicius Resende Mandolini Barone[1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: CAPS; Luta Antimanicomial; Arte e Subjetividade; Arte; Subjetividade.

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica tem como objetivo superar o modelo manicomial e promover uma convivência solidária e inclusiva para os pacientes de saúde mental. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenham um papel fundamental na implementação da política de Saúde Mental do Brasil, que busca substituir os hospitais psiquiátricos por uma rede de serviços mais adequada às necessidades das pessoas com sofrimento psíquico (CREPOP, 2013). No entanto, o legado asilar também se manifesta em práticas estigmatizantes.

A partir disso, o presente trabalho visa discutir sobre as ofertas de cuidado em saúde mental, considerando uma vez que as atividades realizadas nesses espaços desempenham um papel fundamental nas propostas de transformação institucional, sendo estratégias importantes no processo de desinstitucionalização e na construção de novas abordagens e olhares (Beth Lima; 1997).Considerando uma análise institucional baseada na experiência de estágio, discutiremos sobre a possibilidade de usar a arte como ferramenta, mais especificamente a pintura, escrita e música.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Iniciando pela compreensão do que é loucura, há a necessidade da quebra do primeiro paradigma que é o da razão, pois há uma visão que a contempla, garantindo um espaço glorificado e de prestígio. Desse modo, seu contraponto, conhecido como a desrazão, se torna menosprezado.

[1] Discentes do 10º Termo no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO. Curso de Psicologia, 257788@unifio.edu.br, 260619@unifio.edu.br, rhuan@unifio.edu.br.
[2] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06). mayara.bonora@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

> Nesse viés, [...] a dimensão enigmática da loucura insiste em colocar à razão questões que não encontram respostas na transformação do louco em objeto como “doente mental” ou, de modo mais diluído, como portador de “transtornos mentais” (TEIXEIRA, Antônio; CALDAS, Heloisa; 2017)

Nota-se que tal situação acaba por acontecer até mesmo em locais que, em teoria, almejam lutar contra isso, como nos CAPS espaços quais.

> têm se estabelecido como dispositivos que buscam substituir as internações psiquiátricas, oferecendo não apenas atendimento durante crises, mas também um espaço de convivência e a criação de redes de relacionamento que se estendem para além das instituições, alcançando o território da vida cotidiana dos usuários (CREPOP, 2013).

O CAPS deve proporcionar um atendimento psicológico, produção de subjetividades, inserção social dos usuários superando o modelo manicomial, porém o legado asilar e carcerário do antigo modelo não é fácil de ser superado. A partir disso é possível pensarmos numa reestruturação do que está sendo ofertado, enquanto práticas de promoção da saúde mental, mais especificamente a sujeitos atendidos pelo CAPS. Pois as atividades exercidas dentro desses espaços são “importantes aliados das propostas de transformação institucional, ferramentas estratégicas no caminho da desinstitucionalização e da construção de novas instituições em saúde mental.” (LIMA, 1997.).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos da pesquisa bibliográfica em em bases de dados digitais (Scielo, Pepsic), bem como decretos, legislações e manuais relacionados à Rede de Atenção Psicossocial. Ademais, nos valemos das experiências de campo proporcionadas pela inserção em um CAPS II para a prática do estágio curricular do curso de Psicologia, que se encontra sem andamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para efetivar a Reforma, é necessário investir na qualificação dos serviços, integração das instituições e práticas humanizadas e respeitosas. Foi possível perceber, ao longo do primeiro semestre de estágio, que instituição analisada apresenta desafios como ambiente precário, falta de recursos e fragmentação dos serviços.

Além disso, apesar de a loucura ser tratada com menor estigma dentro desses ambientes, é importante considerar que ela vai além do âmbito do CAPS, uma vez que os usuários não vivem exclusivamente dentro da instituição. Mesmo sendo um serviço de acesso livre, nota-se que os próprios funcionários adotam atitudes discriminatórias em relação a certas demandas que surgem no local.

Dessa maneira, é evidente a necessidade de reflexão sobre as ofertas de cuidado no serviço, uma vez que as atividades oferecidas muitas vezes seguem um

ISSN: 2446-8819

padrão rígido e acabam por negligenciar os indivíduos atendidos, tratando-os apenas como sujeitos passivos.

A proposta de novas oficinas aparece, assim, como possibilidade de construção de autonomia e de um senso de pertencimento, além de inclusão social, valorizando formas individuais de expressão. A utilização da arte é proposta como uma ferramenta essencial nesse contexto, permitindo que os indivíduos expressem as suas experiências e sofrimentos psíquicos de forma sensível. Ao oferecer um espaço para explorar questões profundas, a arte pode contribuir para romper o ciclo de repetição estagnado e abrir caminho para uma abordagem mais terapêutica e menos patologizante.

A oficina de pintura e escrita poderá construir pontes entre o que os participantes sentem, pensam, desejam, criando assim, novos modos de simbolização para suas angústias e desejos, novos espaços e sentidos para sentimentos ali expressados (DIDIER 1997). Por fim, a música será utilizada como instrumento através de uma oficina de karaokê a partir da qual se abre um espaço de expressão, podendo produzir o alívio de sintomas, bem como a manifestação de diferentes afetos, pois um ambiente de apoio e compreensão mútua gerado nesse contexto promove a socialização, reduz o isolamento social e o tédio que muitos passam em alguns horários no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa discussão, é de grande relevância reestruturar a oferta de práticas para a promoção da saúde mental, especialmente dirigidas a indivíduos que enfrentam transtornos mentais graves, como os atendidos nos CAPS II. Embora esses ambientes tenham contribuído para diminuir o estigma em relação à loucura, ainda há desafios a serem superados, como atitudes discriminatórias adotadas por funcionários em relação a certas demandas.

Portanto, investir na melhoria das condições das instituições de saúde mental, na integração das redes de atendimento, na capacitação dos profissionais e na promoção de uma cultura de respeito são medidas cruciais para avançarmos rumo a uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, que respeite a diversidade e valorize a saúde mental de todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo (Ed.). **Loucos pela vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1998

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial**. Brasília: CFP, 2013.

DIDIER-WEILL, A. **O artista e o psicanalista questionados um pelo Outro**. In: Nota Azul: Freud, Lacan e a Arte. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1997.

DIDIER-WEILL, A. **Invocações**: Dionísio, Moisés, São Paulo e Freud. Rio de

Janeiro: Companhia de Freud,1999.

LIMA, E. M. F. A. **Objetos-cicatriz e recepção estética**. In: Cadernos de Subjetividade,PUC-SP, São Paulo, ano 8, no13, outubro, 2011.

LIMA, C. M.; POLI, M. C. Música e um pouco de silêncio: da voz ao sujeito. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 15, n. spe, p. 371–387, dez. 2012.

MOTTA, Arnaldo Alves da. **A Ponte de Madeira**. [S. l.]: Casa do Psicólogo® Livraria e Editora Ltda., 1997.

TEIXEIRA, Antônio; CALDAS, Heloisa. **Psicopatologia Lacaniana**. 1a. ed. [S. l.]: Autêntica, 2017. 359 p. v. 1.

VASCONCELOS, M. F. F.; PAULON, S. M. (2014). Instituição militância em análise: a (sobre)implicação de trabalhadores na reforma psiquiátrica brasileira. **Psicologia & Sociedade,** 26(n. spe.), 222-234

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

SERVIÇOS RESIDENCIAIS TERAPÊUTICOS

Maria Amélia Nunes
Nicoli Regina Duzi Barone[1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: Residência Terapêutica; Atenção Psicossocial; Reforma Psiquiátrica.

INTRODUÇÃO

O seguinte resumo foi produzido a partir de um conjunto de experiências teórico-técnicas possibilitadas pelo Estágio Institucional "A Psicologia no Campo da Atenção Psicossocial" sendo o tema deste o funcionamento dos serviços de Residências Terapêuticas, local onde as autoras estão inseridas enquanto estagiárias de Psicologia.

Nosso objetivo enquanto estagiárias foi a observação da rotina dos funcionários e moradores, para a construção de intervenções que tragam melhorias e constatem o cumprimento dos direitos dos moradores e das normas do serviço, de forma a continuar o que buscamos em todas as visitas.

A metodologia utilizada foi a observação, conforme dito anteriormente, a revisão bibliográfica e as intervenções através de rodas de conversa, pautadas na escuta, inclusão e acolhimento.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O serviço residencial terapêutico é uma estratégia antimanicomial que tem o intuito de diminuir os leitos em hospitais psiquiátricos, acolhendo e dando moradia a pessoas que tiveram internações em hospitais psiquiátricos e/ou hospitais de custódia por dois anos ou mais ininterruptos (BRASIL, 2011). Existem dois tipos que classificam as residências, segundo o Art. 2° da portaria Nº- 3.090 do Ministério da Saúde:

> § 1º São definidos como SRTs tipo I moradias destinadas a pessoas com transtorno mental em processo de desinstitucionalização. Esta modalidade de moradia deve acolher até 8 (oito) moradores.
> § 2º São definidos como SRTs tipo II as modalidades de moradia destinadas

[1] Estudantes do último termo, Unifio, Psicologia, maria.nunes@unifio.edu.br e nicoli.barone@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06). mayara.bonora@unifio.edu.br

> àquelas pessoas com transtorno mental e acentuado nível de dependência, especialmente em função do seu comprometimento físico, que necessitam de cuidados permanentes específicos. Este tipo de SRT deve acolher até 10 (dez) moradores e contar com equipe mínima descrita no Anexo I a esta Portaria (Ibid.).

As residências devem ser uma maneira de reabilitação social dos moradores, ficando próxima dos centros urbanos e trabalhando junto aos outros serviços da rede pública de atenção psicossocial. Nas casas, são trabalhadas questões ligadas à moradia e funções domésticas, respeitando a individualidade e singularidade de cada um (BRASIL, 2004, p. 12).

Os Serviços Residenciais Terapêuticos onde as práticas de estágio foram realizadas contam com uma equipe de cuidadoras(es), auxiliares de serviços gerais, técnicas de enfermagem e um enfermeiro coordenador, seguindo as exigências do serviço.

MATERIAIS E MÉTODOS

Como método de pesquisa utilizamos a observação e a vivência das experiências através da inserção no Serviço Residencial Terapêutico, feita em aproximadamente seis horas semanais, divididas em três horas diárias em cada uma das residências, do período do dia 14/02/2023 à 23/06/2023, totalizando noventa e oito horas de estágio.

De acordo com Fagundes:

> A observação comportamental é importante para psicólogos, modificadores do comportamento e pesquisadores, servindo-lhes como um instrumento de trabalho para obtenção de dados que, entre outras coisas, aumentem sua compreensão a respeito do comportamento sob investigação (1999, p. 23).

Utilizamos também da revisão bibliográfica de conteúdos a respeito da Atenção Psicossocial, Reforma Psiquiátrica, funcionamento de serviços de saúde mental, em específico das Residências Terapêuticas, e conteúdos críticos às cronificações que ocorrem dentro desses serviços.

Constantemente foram realizadas rodas de conversas para proporcionar aos moradores um espaço de escuta e pertencimento, sem temas pré-definidos, o que nos ajudou a levantar pontos a serem trabalhados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após observarmos e vivenciarmos as dinâmicas das residências, pudemos perceber que há demandas, principalmente referentes a equipe de trabalho, que permanecem seguindo uma lógica asilar, o que não possibilita enxergar os moradores de maneira individualizada, com suas preferências e necessidades próprias.

> Faz-se necessário que a relação ali oferecida esteja comprometida com necessárias rupturas de ordem ética, política e epistemológica, compreendendo-se e fazendo-se compreender que o sujeito psíquico é

ISSN: 2446-8819

> possuidor de identidade e desejos, com plena possibilidade de ser maestro no palco da vida, devendo ser visto como pai, mãe, filho, intelectual, lavrador, nordestino ou paulista, branco ou negro, e não como um incapaz, um peso, um doente, que não pode responder por suas atitudes (Junior., Silveira, 2008, p. 789).

É preciso romper com o pensamento, intrínseco à nossa sociedade, de que há uma separação entre indivíduos com algum tipo de deficiência intelectual e transtorno mental, do restante das pessoas, consideradas “normais” por alguns, o que foi observado em parte dos funcionários da equipe. Esse tipo de pensamento é acentuado dentro das residências, mesmo que em pequenas atitudes na convivência, como se ali pudéssemos visualizar um recorte da comunidade, que discrimina e separa os loucos. Sendo assim, devemos buscar a reestruturação e reeducação desse olhar para com os moradores, reforçando o que é proposto pelo próprio serviço.

> Cada moradia deve ser considerada única, sendo organizada segundo as necessidades, gostos e hábitos de seus moradores, sempre levando-se em consideração que as residências têm seu tratamento centrado no modelo humanista, visando oferecer vivências enriquecedoras que promovam maior capacidade para os indivíduos enfrentarem os desafios da vida (Junior, Silveira, 2008, p. 789).

A partir da construção de uma relação respeitosa com moradores e funcionários, pudemos utilizar da escuta qualificada na atenção às demandas e na inclusão delas às nossas intervenções, além da própria inclusão dos moradores mais reclusos, considerados “difíceis” por alguns funcionários, em atividades rotineiras.

Pudemos perceber também que há muita sobrecarga na equipe, majoritariamente feminina. Levando em conta as múltiplas jornadas da mulher, e o medo de que algo lhe possa ocorrer, devido a preconceitos e alguns episódios agressivos de moradores, cria-se então a necessidade de proporcionar um ambiente de escuta adequada somente para elas, onde possam partilhar seus sentimentos e assim, possibilitar a melhora na execução de suas funções.

Durante os nossos dias de estágio foram feitas várias atividades com os moradores, atendendo a muitas demandas particulares de cada um, como: diversos tipos de pintura (desenhos à mão livre, para colorir, com tinta guache, etc.), rodas de conversas com músicas pedidas por eles (gospel, rock, mpb, sertanejo, disco, rap, etc.), caminhadas e visitas às praças próximas e academias ao ar livre, brincadeiras na quadra localizada em frente à residência masculina (boliche, vôlei e futebol), e também trabalhamos com o autocuidado e autoestima, através de pintura de unhas e cabelo.

Sendo assim, proporcionamos a reinserção social e desinstitucionalização que deve ser articulada dentro do serviço, através do resgate do olhar para si próprio enquanto indivíduo desejante, que tem suas preferências respeitadas, da ocupação de espaços sociais e a autonomia, que foi estimulada regularmente dentro da residência e por meio da exploração de seu entorno.

ISSN: 2446-8819

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando ao longo do estágio as demandas a serem atendidas, planejamos algumas intervenções que já começaram a ser aplicadas durante o primeiro semestre e continuarão no segundo semestre de 2023.

A residência terapêutica deve ser um lar para essas pessoas que viveram anos inseridas nos hospitais psiquiátricos, e que já passaram por muito sofrimento e opressão durante a vida. Assim, como dito anteriormente, é preciso possibilitar sua reinserção social e o resgate de si, o olhar e a devida importância para suas necessidades e desejos, algo que muitos nunca tiveram a oportunidade de vivenciar. Para isso, é preciso reforçar o diálogo com os outros serviços da rede, o fortalecimento e reeducação da equipe e o respeito enquanto norteador da prática de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº- 3.090, de 23 de dezembro de 2011**. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências terapêuticas: o que são, para que servem**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Fagundes, A. J. F. M. **Definição, descrição e registro do comportamento**. São Paulo: Edicon. 1999.

Santos Junior, H. P. DE O.; Silveira, M. DE F. DE A. Práticas de cuidados produzidas no serviço de residências terapêuticas: percorrendo os trilhos de retorno à sociedade. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. 4, p. 788–795, dez. 2009.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

SER NEGRO NO BRASIL: UMA CRÍTICA À PSICOLOGIA E AO EPISTEMICÍDIO

Bruna Letícia Camargo Estevo [1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: Raça; Racismo; Epistemicídio; Psicologia; Perspectivas Decoloniais.

INTRODUÇÃO

No Brasil, durante quase quatro séculos, utilizou-se da mão-de-obra escrava do povo negro, sendo o último país da América Latina a abolir a escravidão, com a reconhecida Lei Áurea, assinada em 13 de maio de 1888 (CRP, 2017). Ao estudar a historiografia do Brasil, a maior parte dos estudiosos apresentam a Princesa Isabel como a salvadora das pessoas escravizadas, porém a partir de produções literárias decoloniais pode-se perceber que existiu um interesse econômico por trás dessa decisão e uma grande luta e resistência do movimento negro (GOMES,2017).

Com o fim da escravidão no Brasil, não houve nenhuma política de inclusão das pessoas "recém-libertas" no novo regime de trabalho brasileiro, de modo que essas não tiveram acesso à: moradia, trabalho digno, acesso à educação, saúde e entre outras aspectos básicos e essências para uma vida de qualidade. Essa situação fomentou a exploração, violência, segregação racial e social.

Além da falta de políticas de inclusão, as epistemes que antecedem esse período, contribuíram para que o negro no Brasil ocupasse uma posição desigual na sociedade. Dessa maneira, essa pesquisa, como recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem como objetivo analisar os efeitos do racismo no cenário brasileiro a partir do epistemicídio e do apagamento dos conhecimentos não coloniais, sob uma perspectiva crítica da Psicologia Sócio-histórica.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A ideia de raça deriva da Botânica e da Zoologia para justificar as relações de dominação e hierarquização entre classes sociais. Para Munanga (2004, p.2), “os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido”. Cientificamente, a raça não existe, mas é uma

[1] Estudante do 10º termo de psicologia, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, 252621@unifio.edu.br.
[2] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06).

ISSN: 2446-8819

construção sócio-histórica com caráter classificatório, de dominação e exclusão. (MUNANGA, 2004)

Geralmente, a classificação acontece partir de características físicas, como a cor da pele e o cabelo, entre outras características que podem ser hereditárias, assim define-se grupos a partir de semelhanças fenotípicas e com base em uma perspectiva biológica, dividindo-os, com a finalidade de subalternizar um grupo e invalidar suas características, experiências e subjetividades, e particularidades.

Por isso, para Munanga (2004, p.9), o racismo pode ser definido como “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural.” Segundo Almeida (2021), racismo é um fenômeno social e estruturante, com base no preconceito e discriminação racial, produzindo desigualdade, opressão, marginalização e sofrimento. O racismo atravessa diferentes esferas, institucionais, estruturais, políticas, econômicas e educacionais.

O Brasil é um país estruturalmente racista, devido ao processo histórico de escravidão que ainda afeta negativamente a vida das pessoas negras. (GOMES, 2012). Segundo Sueli Carneiro (2005), em nosso país também opera o racismo epistêmico ou epistemicídio, como a constante tentativa de apagar determinadas epistemologias e vidas, principalmente aquelas que tem origem africana, num processo “de produção da inferioridade intelectual ou da negação da possibilidade de realizar as capacidades intelectuais” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

MATERIAIS E MÉTODOS

Essa pesquisa trata-se de um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento, e caracteriza-se pelo caráter exploratório e qualitativo, cujo objetivo é analisar os efeitos do racismo no cenário brasileiro a partir do epistemicídio e do apagamento dos conhecimentos não coloniais, sob uma perspectiva crítica da Psicologia Sócio-histórica.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram realizados levantamentos bibliográficos em base de dados digitais (Scielo, Pepsic, BVS-Psi), com as palavras-chave raça; racismo, Psicologia; espitemicídio, bem como por meio da obtenção de livros físicos. A análise dos dados se deu pela Psicologia sócio-histórica, enfatizando a interação do ambiente social, cultural e processos de subjetivação. Ademais, buscamos produções intelectuais decoloniais, com objetivo de ressaltar a importância da construção de uma psicologia antirracista, contribuir para o processo acadêmico de psicólogas(os) e gerar contribuições para o movimento negro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do pensamento de Nascimento (2016), podemos compreender a importância que a ciência teve na estigmatização do negro. Segundo Gomes (2017), as epistemes são determinadas a partir das interações sociais, e as epistemologias têm influência dessas interações. Entende-se que epistemologia é “toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido” (GOMES,2017. p.28).

ISSN: 2446-8819

A maioria das epistemologias que foram produzidas pré e pós abolição, podem ser considerados racistas, uma vez que, geralmente, consideram aspectos da branquitude como orientadores, contando uma história universal e “desracializada”.

Para contextualizar o contexto pós abolição, o século XIX é um marco importante para a pesquisa, porque foi quando ocorreu a abolição da escravização no Brasil e emergiu o primeiro laboratório de pesquisa experimental na Alemanha, fundado por Wundt, que se caracterizou com ênfase na razão humana, positivista, racionalista, mecanicista e determinista, essas características são decorrentes do período histórico, social e econômico do contexto que a psicologia emergiu, atendendo as classes dominantes (BOCK, 2017).

No Brasil, a psicologia surge no início do século XX, no período colonial e se desenvolve no âmbito da medicina e da educação, reproduzindo práticas da Europa e dos Estados Unidos, contribuiu para a reprodução de epistemes apoiadas na branquitude como universal e para a naturalização da discriminação (BOCK,2017). Por essa razão, para analisar a discriminação étnico-racial no Brasil e os efeitos nos processos de subjetivação da pessoa negra pelo viés da Psicologia, é necessário romper com a ideia de um ser humano universal.

No que diz respeito a estudos sobre raça e subjetividade negra no Brasil, é imprescindível uma perspectiva histórica, social, política e econômica compreendendo de que maneira tais fatores influenciam a relação do sujeito com o Outro e o meio social. Conceber o sujeito em suas múltiplas esferas permite conhecer os efeitos negativos do racismo para a pessoa negra.

Segundo Nogueira (1998), ser negro no Brasil é um processo psicológico que se dá, também, através do olhar do outro, a partir dos significados que são associados a ele. Quando naturalizamos ou negamos os efeitos do racismo nos dias atuais, embasados em epistemes eurocentradas, afirmando, por exemplo, que “o inconsciente não tem cor”, atualizamos a violência cotidiana sobre as pessoas negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de pesquisas bibliográficas foi possível evidenciar que o período pós-abolição foi crucial para o imaginário social do negro no Brasil, que é um país estruturalmente racista, que utiliza a raça como um elemento classificatório. O racismo científico também reproduz este imaginário, por isso a psicologia sócio-histórica se faz necessária para a confirmação de que a escravidão produz sofrimento psíquico e mal-estar social para a pessoa negra, que tem inúmeros desafios que contribuem para o seu processo de subjetivação.

O Brasil sendo o último país a abolir a escravidão e tem como elemento estruturante o racismo, é essencial validar epistemes que contemplem a negritude. Em conclusão, o estudo destaca brevemente a historicidade do brasil e a importância de uma luta antirracista, para que pessoas negras tenham consciência das suas potencialidades, que não são estimuladas pela sociedade ocidental. A contribuição desse estudo é para colaborar para que psicólogos negros e não negros trabalhem com perspectivas antirracistas, emancipatórias e decoloniais, a fim de combater o racismo epistemológico.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutura**. Feminismos Plurais. São Paulo, 2021.

BOCK, A.M.B. **a psicologia socio-historica**: uma perspectiva crítica em psicologia. *In:* Bock, A.M.B. *et al*. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p.15-36.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundante do ser**. FEUSP, 2005.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão**. Acãoeducativa.org.br, 2012.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro no brasileiro**: processo de um racismo mascarado.3. ed. São Paulo: Perspectivas,2016

NOGUEIRA, I. B. **Significações do corpo negro**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. EDUFF, 2004. Disponível em:< *r (geledes.org.br)>. Acesso em: 05/08/2023

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

SÍNDROME DE BURNOUT: SÍNDROME DO ESGOTAMENTO PROFISSIONAL

Ana Paula Giacomini Magdanelo[1]
Alexandre Espósito[2]

Palavras-chave: Burnout; trabalho; estresse; fadiga

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Burnout é um transtorno psicológico que se manifesta como exaustão emocional e física, redução da realização pessoal e despersonalização em relação ao trabalho. É um problema comum em profissionais que enfrentam altos níveis de estresse no ambiente de trabalho, especialmente em áreas de atuação que demandam alto envolvimento emocional.

Herbert J.Freudenberger, médico e psicanalista, foi o primeiro a descrever a sobre a Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional como um sentimento de fracasso e exaustão completando seus estudos em 1975 e 1977, onde ele acrescentou a fadiga, depressão, irritação, aborrecimento, excesso de trabalho, rigidez e falta de flexibilidade. Em 1980 ele publicou o livro sobre o esgotamento profissional, que tornou referência para os estudos sobre burnout, mas foi Cristina Maslach quem criou Maslach Burnout Inventory (MBI) criado em 1981 para definir e medir a condição desta síndrome, através de questionário onde o trabalhador vivencia suas funções de acordo com a exaustão e realização profissional (CARLOTTO; CÂMARA, 2004).

O objetivo geral desta pesquisa é apresentar os fatores que levam o profissional a sofrer de Síndrome de Burnout, quais as medidas para prevenir esta doença e como objetivo específico vamos procurar identificar quais os fatores que levam o profissional a desenvolver esta doença, quais as estratégias que devem ser usadas para prevenir e tratar esta síndrome e quais as formas para enfrentar e também diminuir a possibilidade de o profissional desenvolver esta doença, mostrando como cuidar da saúde mental.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O termo burnout é derivado do verbo em inglês "*to burn out*", que significa "queimar por completo ou ser consumido", (CORBAL, 2014; BENSBERG; LAMANA, 2017). Representa uma síndrome psicológica decorrente da tensão emocional crônica que acomete profissionais que estão envolvidos com trabalhos que exigem atenção direta e contínua, podendo envolver qualquer profissional, mas os mais frágeis a essa síndrome são os profissionais de serviços, tratamento ou educação. (CASTRO;

[1] Minicurrículo, UNIFIO, Psicologia, 221343@unifio.edu.br.
[2] Minicurrículo, UNIFIO, Psicologia,alexandre.esposito@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

ZANELLI, 2007).

Esta síndrome apresenta atitudes e comportamentos negativos com relação ao trabalho, acarretando prejuízo práticos e emocionais para o trabalhador e a empresa e o quadro de estresse apresenta um esgotamento interferindo na vida do profissional. (SILVA *et al*, 2020; TOMAZ et *al,* 2020).

O volume ou horas de trabalho, a insegurança, a falta de apoio no exercício das funções, o assédio, a falta de clareza nas tarefas a serem realizadas e a falta de independência no exercício do trabalho compõem as causas mais comuns apresentadas por esta síndrome (CASTRO; ZANELLI, 2007; SILVA et al, 2020; PEREIRA, 2002).

A OMS é estabeleceu três pontos importantes para a caracterização desta síndrome como a falta de energia que é quando o indivíduo sente que está esgotado e sem recursos físicos e mentais para lidar com as situações que suas funções exigem, além da falta de reação onde o indivíduo fica insensível ao que acontece ao seu redor e a redução de sua eficácia como quedas na sua produtividade e aumento nos números de erros e diminuição de atenção e concentração. (SILVA et al, 2020).

As causas mais prováveis do desenvolvimento desta síndrome envolve fatores individuais e também do ambiente em que o indivíduo exerce seu trabalho sobre grande pressão, com excessiva carga de tarefas e falta de reconhecimento nas tarefas realizadas e também em ambiente onde a responsabilidade é grande e o indivíduo não tem autonomia para tomar decisões (SILVA et al, 2020).

Fatores relacionados ao estilo de vida e à personalidade também são citados como causa provável do desenvolvimento desta síndrome, como o excesso de trabalho e a falta de tempo para exercer atividades sociais relaxantes e esportivas, além da ausência de suporte dos familiares e amigos e acúmulo de responsabilidade no ambiente de trabalho também contribuem (SILVA et al, 2020).

A falta de independência na gestão do trabalho, falta de clareza das funções a seres realizadas, ser vítima de assédio, falta de apoio nas funções, insegurança no trabalho e volume de horas e de trabalho, associadas à sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados, longas jornadas, falta de autonomia, conflitos interpessoais e desequilíbrio entre a vida pessoal e profissional e fatores individuais, como personalidade, histórico de estresse e *coping* inadequado, também podem contribuir para o desenvolvimento do transtorno e representam as principais causas desta síndrome (SILVA et al, 2020).

Normalmente o Burnout é diagnostica em profissionais que estão relacionados direta e de forma constante com outras pessoas, mais especificamente com profissionais que se ocupam em cuidar dos demais como profissionais da educação, da saúde, policiais, assistentes sociais, agentes penitenciários, bancários, advogados, bombeiros, jornalistas, atendente de telemarketing, profissionais de RH e executivos, sendo confundido com estresse (PÊGO et al, 2015; XAVIER, 2020).

Com relação ao tratamento, nossa pesquisa procura abordar a Psicologia Comportamental que vem sendo muito eficaz, pois foca na compreensão e modificação dos comportamentos problemáticos que contribuem para o desenvolvimento e a manutenção da condição.

Análise funcional, estabelecimento de metas, técnicas de relaxamento e gerenciamento do estresse, análise de rotinas e organização do tempo, reforçamento

ISSN: 2446-8819

positivo, técnicas de solução de problemas, terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), promoção da autonomia, são estratégias que podem ser utilizadas ao lidar com pacientes com Síndrome de Burnout, sendo importante salientar que cada paciente é único, e o tratamento deve ser adaptado às necessidades de cada um. A psicologia comportamental oferece uma abordagem personalizada, baseada em evidências, que pode ser altamente benéfica no manejo da Síndrome de Burnout e na promoção do bem-estar do paciente (CORDIOLI et al, 2008).

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, que parte de um eixo temático com informações que ajudam a entender melhor sobre a Síndrome de Burnout, através de uma revisão bibliográfica com a ajuda do Google Acadêmico e artigos publicados no ambiente Scielo garantindo a fidelidade das informações coletadas. A pesquisa foi feita através de palavras-chaves, como o próprio termo burnout, fadiga, trabalho, estresse.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Síndrome de Burnout pode afetar pessoas em várias profissões, principalmente aquelas que lidam com altos níveis de estresse e exigências emocionais no ambiente de trabalho.

Burnout não é excesso de trabalho, mas sim uma resposta ao ambiente de trabalho com recursos inferiores às demandas e também a qualquer tipo de assédio que o profissional possa sofrer. A falta de controle e autonomia no trabalho, falta de reconhecimento e recompensa, ambiente de trabalho competitivo e de alta nível de pressão, falta de apoio e desequilíbrio entre trabalho e vida pessoal e o excesso de acessos as informações podem saturar nosso cérebro, causando um colapso.

Buscar equilíbrio na realização das tarefas. Estar em coerência com você, com sua idade e com seus desejos e obtendo uma produtividade sustentável para alcançar longevidade. Colocar o coração no trabalho, mas mesmo assim procurar descansar. Aprender a lidar com os excessos preservando sua saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Síndrome de Burnout é um problema sério e complexo que afeta muitos profissionais em diferentes áreas. A revisão bibliográfica é uma abordagem essencial para compreender a condição, identificar suas causas e consequências, bem como explorar as melhores estratégias de prevenção e intervenção. É importante estar atento à literatura atualizada para acompanhar o desenvolvimento contínuo do conhecimento sobre a Síndrome de Burnout.

Procure desenvolver um ambiente de trabalho saudável, com suporte social e reconhecimento adequado, promova equilíbrio entre trabalho e vida social, tenha no eu local de trabalho programas de bem estar e apoio psicológico para funcionários e identifique e lide precocemente com os sinais de Burnout.

Respeite o seu cansaço. Saber dizer não para o excesso de trabalho é buscar

saúde mental. A vida é uma só. Diz-se vida profissional e vida pessoal, mas temos que saber que vida é uma só! O que temos são objetivos profissionais e objetivos pessoas e o que temos que fazer é saber equilibrar esses dois no nosso dia a dia.

REFERÊNCIAS

BENSBERG, L.G.; LAMANA, S. **Estresse Profissional, a Síndrome de Burnout**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/23365/1/estresseprofissionalsindromeburnout.pdf>. Acesso em: 25 mar 2023

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalvez. **Análise fatorial do Maslach Burnout Inventory (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares**. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/sqhs5pPk4QBspW3DKXrmxnP/>. Acesso em: 25 mar 2023.

CASTRO, Fernando Gastal de; ZANELLI, José Carlos. **Síndrome de Burnout e projeto de ser**. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151637 172007000200003 &script=sci_abstract>. Acesso em: 26 mar 2023.

CORDIOLI, Aristides Volpato; KNAPP, Paulo. **A terapia cognitivo-comportamental no tratamento dos transtornos mentais**. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/xZ6MGPFQJfqf4CysRQYByyh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul 2023.

ETAPECHUSK, Jessica; SILVA, Zaira Barbara da. **A Síndrome de Burnout e os profissionais da educação**: algumas reflexões. 2020. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/200500280.pdf>. Acesso em: 26 mar 2023.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **O Stress está dentro de você**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2000.

PÊGO, Francinara Pereira Lopes; PÊGO, Delcir Rodrigues. **Síndrome de Burnout**. 2016. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v14n2a15.pdf>. Acesso em: 11 mai 2023.

PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. **Burnout, por quê?** Uma Introdução. 2002. Disponível em: <https://www.livrebooks.com.br/livros/burnout-ana-maria-t-benevides-pereira-emnnjkladqic/baixar-ebook>. Acesso em: 25 mar 2023.

SILVA, L.N.S.; MEDEIROS, G.P.A.; SILVA, M.F.; SILVA, C.M.S.; MARREIRO, J.V.S. **Guia prático sobre a Síndrome de Burnout**. 2020. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2020/09/Ebook_Guia-

pra%CC%81tico-sobre-a-Si%CC%81ndrome-de-Burnout-2.pdf>. Acesso em: 25 mar 2023.

TOMAZ, Henrique Cisne; TAJRA, Fábio Solon; LIMA, Andrea Conceição Gomes; SANTOS, Marize Melo dos. **Síndrome de Burnout e fatores associados em profissionais da Estratégia Saúde da Família**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/dphvYH39MprDY7 LmfCP886J/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar 2023.

VIEIRA, Isabela; RUSSO, Jane Araújo. **Burnout e estresse**: entre medicalização e psicologização. 2019. Disponível em: < https://scielosp.org/article/physis/2019.v29n2/e290206/pt/>. Acesso em: 26 mai 2023.

XAVIER, Gilvana Maria Vieira. **Síndrome de Burnout**. 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/723017/2/SINDROME%20DE%20BURNOUT%20SCRAPBOOKING.pdf>. Acesso em: 11 mai 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

TREINAMENTO DE HABILIDADES DE COMUNICAÇÃO ASSERTIVA EM ADOLESCENTES

Jéssica de Andrade Tendresch[1]
Ana Elisa Vilas Boas[2]

Palavras-chave: Adolescentes; Comunicação assertiva; Desenvolvimento; Habilidades sociais; Treinamento;

INTRODUÇÃO

Ao longo desta jornada acadêmica e considerando o contexto social em que vivemos, repleta de questões relacionadas ao campo clínico, surgiu-se o interesse em explorar o presente tema. A abordagem da pesquisa está na fase crucial do desenvolvimento humano conhecido como adolescência. Percebeu-se, nessa fase, que é fundamental proporcionar um melhor treinamento nas relações sociais, estabelecendo objetivos claros e utilizando técnicas aplicadas. Essa compreensão se tornou o ponto central do trabalho acadêmico, pois acredita-se que investir nesse aspecto pode ter um impacto significativo no bem-estar dos jovens e na construção de uma sociedade mais saudável.

A adolescência é uma fase de intensas mudanças e desafios, marcadas por transformações físicas, emocionais e sociais que impactam o desenvolvimento humano. Na fase da adolescência, é comum que os jovens busquem apoio e orientação de outras pessoas para enfrentar os desafios do autoconhecimento e superar obstáculos. Eles transitam entre momentos de dependência e independência, marcando essa importante etapa de suas vidas (Aberastury & Knobel, 1981). Nesse contexto, a habilidade de se comunicar de forma assertiva assume uma importância fundamental para o estabelecimento de relacionamentos saudáveis e construtivos, bem como para o enfrentamento eficaz de conflitos e desafios interpessoais.

O objetivo central deste trabalho é investigar a eficácia do treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes, na perspectiva analítico-comportamental. A pesquisa tem três objetivos específicos:

- Identificar os principais métodos utilizados no treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes;
- Analisar os efeitos desse treinamento na redução de comportamentos agressivos;

[1] Graduanda do curso de Psicologia pelo Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO; E-mail: 210043@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: anaelisa.vilasboas@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

- Examinar a generalização das habilidades aprendidas para situações do cotidiano dos adolescentes.

Para alcançar os objetivos propostos, será realizada uma revisão bibliográfica da literatura. A pesquisa reunirá informações provenientes de livros, artigos científicos, teses e dissertações, com foco na análise do comportamento e suas aplicações específicas para o treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes. Essa abordagem permitirá explorar teorias, conceitos, métodos e técnicas relevantes para a temática.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Uma revisão bibliográfica enfoca a importância da comunicação assertiva como habilidade social fundamental para o desenvolvimento pessoal e social, principalmente na adolescência. A comunicação assertiva envolve expressar pensamentos, emoções e necessidades de forma clara e respeitosa, além de ser capaz de ouvir e considerar as perspectivas dos outros. Esse tipo de comunicação promove relacionamentos saudáveis, resolução de conflitos e bem-estar emocional, fatores cruciais para a adaptação social do adolescente.

“A palavra adolescência vem do latim *adolescere*, que significa crescer” (SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS & SILVARES, 2010, p.228). Os adolescentes geralmente enfrentam desafios para expressar suas necessidades e opiniões e podem adotar estilos de comunicação passivos, agressivos ou passivo-agressivos ao decorrer do seu crescimento. Para resolver isso, o treinamento de comunicação assertiva visa fornecer aos adolescentes as ferramentas para se expressar de maneira eficaz, aumentando sua confiança e interações interpessoais com sucesso (Bolsoni-Silva & Carrara, 2010).

Há várias pesquisas de teorias e modelos que têm sido usados no treinamento de comunicação assertiva para adolescentes baseado no treino de Competências Sociais (TCS), como o Modelo do Condicionamento Operante de Skinner, Modelo de Percepção Social de Argyle, Modelo da Assertividade de Wolpe, Modelo da Aprendizagem Social de Bandura.

O treinamento de comunicação assertiva tem sido associado a habilidades aprimoradas de resolução de conflitos e habilidades de negociação aprimoradas, ambas essenciais para o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais saudáveis ao longo da vida adulta. Essas habilidades promovem interações positivas, resolução construtiva de conflitos e conexões significativas, formando a base para relacionamentos gratificantes e duradouro (Del Prette & Del Prette, 2005).

Em conclusão, o treinamento de comunicação assertiva desempenha um papel crucial no aprimoramento das habilidades sociais, bem-estar emocional e capacidade de navegar efetivamente nas interações interpessoais dos adolescentes. A comunicação assertiva é um conjunto de habilidades interpessoais que envolve a expressão clara e direta de pensamentos, sentimentos e desejos, respeitando os direitos dos outros. Na análise do comportamento, a comunicação assertiva é vista como uma forma de interação social adaptativa, contribuindo para relacionamentos saudáveis e resolução de conflitos de forma construtiva. Conforme dispõe:

ISSN: 2446-8819

> Assim, para um comportamento resultar assertivo é necessário colocar em prática várias habilidades que se enquadram no âmbito da comunicação verbal, não verbal e para verbal uma vez que a linguagem corporal fala mais alto. (LOUREIRO, 2011, p. 10)

Essas habilidades sociais são essenciais para que elas possam interagir efetivamente com os outros, estabelecer relacionamentos saudáveis e enfrentar os desafios sociais de forma positiva. (Cia & Barham, 2009). Ao aprender a se comunicar de forma assertiva, os adolescentes estão mais bem preparados para se expressar, construir relacionamentos positivos e lidar com conflitos de maneira construtiva, estabelecendo uma base para um funcionamento social adulto mais saudável.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica com o objetivo de contextualizar e analisar informações sobre o tema "Treinamento de Habilidades de Comunicação Assertiva em Adolescentes". Os procedimentos metodológicos incluíram a identificação do tema e objetivos, seleção das fontes de pesquisa, critérios de inclusão e exclusão, análise e síntese dos dados e considerações éticas.

A revisão abrangeu fontes como bases de dados acadêmicos, revistas científicas, livros, dissertações e teses relacionadas ao tema. Foram aplicados critérios de qualidade e fidelidade para selecionar os estudos a serem incluídos, enfatizando os resultados e o impacto do treinamento nas habilidades de comunicação assertiva dos adolescentes.

Como não houve coleta direta de dados de seres humanos, não foram necessários procedimentos específicos. A pesquisa fornece uma base teórica para compreender a importância do treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes e suas orientações para a prática e futuras pesquisas. Os resultados serão apresentados na seção de revisão bibliográfica do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma revisão resumida sobre o treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes revelou vários benefícios desse tipo de treinamento. Espera-se que o desenvolvimento dessas habilidades promova melhorias significativas nas relações interpessoais dos jovens, permitindo que eles expressem seus pensamentos, desejos e sentimentos de forma adequada, sem seguir a comportamentos agressivos ou passivos.

Os possíveis impactos nas relações interpessoais são positivos, com os adolescentes tornando-se mais aptos a construir relacionamentos saudáveis e empáticos com colegas, professores, familiares e outros membros da comunidade escolar. A habilidade de comunicar-se de forma clara e respeitosa fortalece os laços sociais e contribui para uma redução dos conflitos emocionais.

Observou-se ser considerado o treinamento dessas habilidades no contexto escolar, pois a escola é um ambiente de intensa interação social e desenvolvimento emocional para os adolescentes. O treinamento de comunicação assertiva pode

contribuir para um ambiente escolar mais positivo, com menor incidência de bullying, melhor gerenciamento de conflitos entre os alunos e um clima de aprendizado mais seguro e acolhedor.

Em conclusão, destaca a importância do treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes, evidenciando seus benefícios para o desenvolvimento social e emocional dos jovens. A implementação desse treinamento no contexto escolar é recomendada para promover relações interpessoais saudáveis e um ambiente de aprendizado mais positivo. Pesquisas nesse futuro podem expandir ainda mais a área de conhecimento, confiante para aprimorar as práticas de treinamento e a compreensão dos efeitos dessas habilidades no bem-estar dos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o trabalho abordou a importância da comunicação assertiva na adolescência, considerando a perspectiva analítico-comportamental. O estudo buscou identificar métodos eficazes de treinamento de habilidades de comunicação assertiva em adolescentes, analisar seus efeitos na redução de comportamento agressivo e controlar a generalização das habilidades aprendidas para o cotidiano dos jovens. O objetivo final é fornecer orientações para profissionais que trabalham com adolescentes, confiantes para o desenvolvimento saudável da comunicação interpessoal nessa fase crucial da vida.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque ‘psicanalítico**.1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1981.

BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidade e dimensões conceitual-metodológicas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.16, n. 2, p. 330-350, 2010.

CIA, F., & BARHAM, E. J. Repertório de habilidades sociais, problemas de comportamento, autoconceito e desempenho acadêmico de crianças no início da escolarização. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.1, p. 45 – 55, 2009.

DELL PRETE, Z. A.; DELL PRETE, A**. Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e Prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LOUREIRO, C. Treino de competências sociais - uma estratégia em saúde mental: conceptualização e modelos teóricos. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, p. 7-14, 2011.

SCHOEN-FERREIRA, T. H., AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. 2, 227-234, 2010.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE A CAÇA ÀS BRUXAS

Larissa Oliveira Castilho[1]
Mariana Coppi Martins
Alexandre Espósito[2]

Palavras-chave: Psicologia; Violência de gênero; Caça às bruxas.

INTRODUÇÃO

Para o estudo da sociedade, e análise dos fenômenos contemporâneos, existe a necessidade de se revisitar o passado – não tão distante assim, considerando fatores que envolvem questões sociais, culturais, políticas e econômicas e seus reflexos e heranças na atualidade. O presente artigo aborda a importância de revisitar o passado para compreender os fenômenos contemporâneos da sociedade, especialmente a violência de gênero. O estudo se concentra na relação entre a *Caça às Bruxas* e as diversas manifestações de violência de gênero na atualidade, destacando o papel da Psicologia nesse contexto.

Sendo assim, a importância desse trabalho se dá devido a necessidade e urgência de estudos atrelando o conceito de gênero as difusas possibilidades de violência, e, busca-se trabalhar como a herança do episódio da Caça às Bruxas se entrelaça à violência de gênero na atualidade dado que esse fato é uma violação dos direitos humanos fundamentais, que causa sofrimento, prejuízos físicos e psicológicos intensos às mulheres. Compreender as origens históricas da violência contra mulher e explorar sua conexão com fenômeno da Caça às Bruxas permite entender como práticas discriminatórias e estruturas patriarcais se perpetuaram, influenciando a violência de gênero na contemporaneidade, essa análise é crucial para o desenvolvimento de intervenções e estratégias de enfrentamento mais eficazes, no campo da Psicologia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A violência de gênero é um fenômeno multifacetado e estrutural que demanda a compreensão de pilares fundamentais, como o patriarcado, que promove desigualdade hierárquica com base no sexo e sustenta valores que subjugam o feminino em relação ao masculino. O conceito de gênero, emergente a partir dos anos 1950, questiona os papéis tradicionais e a noção de que as diferenças entre homens e mulheres são exclusivamente biológicas. A vulnerabilidade feminina, consequente

[1] Alunas do 10º termo do Curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP. Larissa.castilho@unifio.edu.br e 259095@unifio.edu.br
[2] Psicólogo, mestre e doutor em psicologia pela Unesp - Assis. Professor de Psicologia no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP. alexandre.esposito@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

desse contexto, abrange não apenas compreensões biológicas, mas também normas sociais que estabelecem padrões comportamentais (BARSTED, 2007).

A teórica feminista Simone de Beauvoir (1949) destaca a construção social do gênero em sua obra "O Segundo Sexo", ressaltando que "ninguém nasce mulher", desafiando a ideia de que a feminilidade é um destino biológico inescapável. O conceito de gênero ganhou reconhecimento na pós-modernidade, representando uma construção social e cultural que vai além das características biológicas de ser homem ou mulher (JESUS, 2012).

O feminino enfrenta diversas formas de violência e negligência nos aspectos psicológicos, sociais e culturais. Estudos recentes têm explorado a problemática da violência contra a mulher, com destaque para as pesquisas pioneiras de Marilena Chauí (1985), que identificou a violência como uma ação que converte diferenças em desigualdades hierárquicas, objetivando subjugar e oprimir mulheres. Para Heleieth Saffioti (1987), a dominação masculina está diretamente associada ao sistema capitalista, isso significa que o patriarcado não se limita apenas a exercer controle e poder sobre as mulheres em termos políticos e culturais, mas também envolve a exploração econômica.

Com relação ao exposto, a análise de Silvia Federici (2004) em "O Calibã e a Bruxa" aborda a caça às bruxas sob a perspectiva da acumulação primitiva do sistema capitalista e seus impactos no corpo feminino e na posição das mulheres na passagem da sociedade feudal para o sistema capitalista. Essas abordagens interdisciplinares permitem compreender a violência de gênero como resultado da interação complexa de fatores culturais, sociais, políticos e econômicos.

A autora em tela analisa a relevância histórica da caça às bruxas durante a transição da sociedade feudal para o sistema capitalista. Ela destaca a perseguição direcionada às mulheres, especialmente aquelas que desafiavam as normas patriarcais. O patriarcado, em conjunto com o emergente sistema capitalista, buscou controlar o corpo e a sexualidade feminina para atender às necessidades da acumulação primitiva do capital. A autora também denuncia a violência e opressão enfrentadas pelas mulheres nesse contexto, ressaltando a importância de compreender essa história para analisar as bases do capitalismo moderno e a resistência feminina contemporânea contra a dominação patriarcal.

A partir dessas premissas, torna-se possível compreender as dimensões sociais, históricas e culturais relacionadas à estrutura da violência de gênero. A Psicologia como ciência e profissão necessita se posicionar no enfrentamento às formas de violência que impactam sobre as mulheres, conforme o exercício dos Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Psicóloga(o) referente a Resolução CFP nº 010/2005, e normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero na a Resolução nº CFP 08/2020. Tais reflexões presentes neste trabalho são importantes para a construção e fortalecimento dessas ações, ferramentas e políticas públicas para o combate à violência de gênero nos campos jurídico, assistencial, pedagógico e psicossocial.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Para se obter as informações foi feita uma revisão bibliográfica sistemática. Ela foi conduzida por meio de pesquisas em bases de dados acadêmicos, bibliotecas digitais e plataformas de pesquisa, utilizando palavras-chave: "Psicologia", "violência de gênero" e "caça às bruxas". Os conteúdos selecionados foram analisados e sintetizados de forma sistemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da revisão bibliográfica, foi possível perceber que o domínio patriarcal produz um sistema de violências contra as mulheres em sociedade. No entanto, o conceito de gênero pode ser destrinchado quando realizamos que mulheres são socialmente construídas. Mulheres são definidas como "o outro" em relação aos homens, ou seja, o feminino na sociedade não é determinado por um destino biológico, psíquico ou econômico, é a cultura que constrói essa identidade, a construção da identidade feminina requer a mediação de outras pessoas para ser estabelecida como uma entidade distinta.

O conceito de gênero está intrinsecamente relacionado à dinâmica de poder, uma vez que reconhece o gênero como uma construção social e histórica, a compreensão desses elementos é fundamental para a análise da violência de gênero, uma vez que a própria relação de poder inerente ao conceito de gênero já configura uma reprodução de violência contra o feminino, manifestando-se como uma forma de controle e dominação. Assim, a investigação dessa relação de poder e seu vínculo com o conceito de gênero é crucial para a compreensão mais profunda dos mecanismos que perpetuam a violência de gênero.

Para sua compreensão – bem como a compreensão dos diversos fenômenos existentes, é necessário a revisitação ao passado, sendo assim, buscamos na denominada *Caça às Bruxas* um marcador que norteou a pesquisa do passado que revela diversas formas de violência direcionadas ao feminino e sua analogia com a realidade contemporânea. A *Caça às Bruxas* foi uma expressão da opressão e controle sobre o feminino a partir de estereótipos de gênero, neste sentido, as mulheres eram estigmatizadas, marginalizadas e silenciadas por sua suposta associação com a bruxaria. Essa mentalidade patriarcal e misógina se estendeu durante a construção do sistema capitalista, persistindo na atualidade, oprimindo e produzindo formas de controle ao feminino por meio das diversas faces da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou com a pesquisa que a violência de gênero é um fenômeno complexo relacionado à estrutura social e normas culturais patriarcais que perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres. A perspectiva de gênero, influenciada por teóricas feministas, destaca a construção social do gênero e sua relação com a violência, abordando a dominação masculina. O fenômeno da *Caça às Bruxas* como parte da transição da sociedade feudal para o sistema capitalista, destaca a

ISSN: 2446-8819

perseguição direcionada às mulheres e a opressão enfrentada por elas nesse contexto.

A psicologia desempenha um papel fundamental no enfrentamento da violência de gênero, contribuindo para a compreensão das causas e consequências dessa violência, a partir da análise de fatores individuais, relacionais e socioculturais. Em suma, a compreensão do conceito de gênero e da violência de gênero, aliada ao papel da psicologia no enfrentamento dessa violência, são fundamentais para promover a igualdade de gênero e combater a violência baseada no gênero. É importante mencionar que o trabalho requer pesquisas mais aprofundadas para minuciar questões específicas, bem como detalhar assuntos já mencionados.

REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila L. **Violência de gênero e políticas públicas.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 119-1378

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CHAUI, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo, Zahar Editores, 1985.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.

Guia de Orientação – **Atendimento à mulher em situação de violência – CRP-PR.** Disponível em: <https://crppr.org.br/guia-de-orientacao-atendimento-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2ª ed. Brasília: Autor, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VISÃO ECOLÓGICA DO FENÔMENO *BULLYING*: TENDO COMO PONTO DE PARTIDA O CONTEXTO ESCOLAR

Cibele Cristiane Guerra[1]
Síntique Ferreira da Silva[2]
Ricardo da Silva Franco[3]

Palavras-chave: *bullying*; contexto escolar, social e familiar (visão ecológica); *cyberbullying*; consequências, prevenção; intervenções psicológicas.

INTRODUÇÃO

A palavra *bullying* é de origem inglesa e significa valentão, entretanto tal fenômeno é anterior a esta nomenclatura, afinal este já existira, mas era visto como brincadeiras inofensivas entre os estudantes. Os estudos referentes ao *bullying* deram início na década de 1970 (Suécia e Dinamarca), e, somente na década de 1980 que se buscou aprimorar os conhecimentos do fenômeno, por meio dos estudos feitos na Noruega por Dan Olweus que criou a conceituação, após três meninos noruegueses se suicidarem devido aos maus-tratos que sofriam no contexto escolar (Fante, 2018).

No Brasil o tema passou a ser abordado no início de 2000, com poucas produções científicas. Casos extremos de *bullying* têm sido relacionados a homicídios e suicídios. O Massacre do Realengo, em 2011, é um exemplo de vingança de uma vítima de *bullying*, causa da na morte de 12 crianças e do autor.

O presente estudo bibliográfico tem como objetivo analisar as relações no contexto escolar e seus impactos sociais e familiares, tendo como norteador uma visão ecológica do fenômeno *bullying*. Para isso, foram utilizados alguns autores de base como: Cléo Fante, Amaris Lopes Neto e Aloma Ribeiro Felizardo, delimitando, portanto, o uso de materiais sobre a temática.

Estudos constataram que 39% dos estudantes brasileiros estão envolvidos em prática de *bullying*, mas poucas intervenções foram realizadas (Lopes Neto, Saavedra e Fante *apud* Felizardo, 2017). A pesquisa busca auxiliar na conceituação do *bullying*, a fim de evitar sua naturalização no contexto escolar.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Lopes Neto (2011), o *bullying* é um fenômeno sistêmico, advindo de

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email de contato: cibele.guerra@unifio.edu.br
[2] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. Email de contato: sintique.silva@unifio.edu.br
[3] Professor de Educação Infantil e docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. Email de contato: ricardo.franco@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

atitudes individuais e coletivas, dentre um contexto social, e assim expressam seus valores, intolerância, influências familiares, sociais e escolares**.** Ele se manifesta de forma direta (apelidos, agressões físicas e verbais) e indireta (isolamento social, difamação e exclusão) e pode variar de acordo com o gênero, com meninos mais propensos a agressões físicas e meninas a agressões verbais sutis. As vítimas do *bullying* podem sofrer mudanças de comportamento a curto e longo prazo, incluindo baixa autoestima, isolamento e até ideação suicida. Os espectadores também temem serem alvos futuros.

As vítimas geralmente sofrem em silêncio, temendo expor-se e enfrentar consequências piores, o que pode levar a sentimentos de raiva, ideação suicida e fobias sociais. Os agressores, por sua vez, sentem-se impunes e poderosos, o que os incentiva a intimidar. (Fante, 2008)

Fante (*apud* Pereira, 2009) observou em suas pesquisas que a violência doméstica é um fator importante na reprodução da violência escolar. Isso revela um ciclo de violência que envolve família, escola e sociedade, com manifestações no contexto escolar.

Segundo a ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção À Infância e Adolescência), o *bullying* é mais prevalente entre alunos de 11 e 13 anos e que 51,8% dos autores disseram não terem orientações ou advertências quanto aos atos praticados (Lopes Neto, 2005).

Para lidar com esse problema recorrente, foi criada a Lei 13.185/15, conhecida como Lei Anti*bullying*, que visa à conscientização, prevenção e combate à intimidação sistemática em todo o território nacional. O MEC, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais estão envolvidos na capacitação de profissionais, orientação dos pais e identificação de vítimas e agressores (Brasil, 2015).

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho constitui em uma pesquisa bibliográfica, norteada pelas fontes de busca de dados Scielo e PePSIC (Periódicos Eletrônicos da Psicologia), usando as palavras chaves: "*bullying*, visão ecológica, contexto escolar, social e familiar", por meio de artigos científicos, livros, webinários, revistas científicas, noticiários, dentre outros. As ideiais foram estruturadas em três momentos: 1) Como se consolidam as relações no contexto escolar 2) Suas consonâncias sociais e familiares e 3) Quais intervenções psicológicas podem ser adotadas na prevenção e no enfrentamento do *bullying* no contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *bullying* implica em atos agressivos, antissociais e repetitivos, onde o agressor tem maior poder que seu alvo e estas ações embora ocorram geralmente no contexto escolar é o reflexo da sociedade, da família e do aspecto econômico. Esse comportamento abusivo abrange diversas formas de violência, incluindo física, verbal, psicológica, sexual e social. Além disso, com o surgimento das redes sociais e mídias eletrônicas, o *bullying* digital, também conhecido como "*cyberbullying*", tornou-se

ISSN: 2446-8819

presente, sendo praticado por usuários que difamam e expõem publicamente suas vítimas, muitas vezes de forma anônima.

Estudos mundiais apontam que o *bullying* envolve cerca de 6% a 40% dos estudantes, desde os primeiros anos escolares, sendo mais prevalentes entre 11 a 15 anos, e os locais de maiores incidências são no pátio escolar (recreio) e na sala de aula, um dado que aponta uma falta de preparo, e até mesmo omissão do corpo docente para problemática (Fante e Prudente, 2015).

As pesquisas no âmbito Brasileiro têm caminhando vagarosamente, tanto devido às produções acadêmicas serem restritas, quanto a resistências de muitas escolas em reconhecer e enfrentar o fenômeno. Todavia por outro lado vemos que tal fenômeno é complexo e assim exige que a comunidade escolar, as instituições e os membros da sociedade se unam para desenvolver programas anti*bullying* efetivos.

O *bullying* não é apenas uma questão escolar, mas de toda sociedade, e que causa danos ao psiquismo, interferindo negativamente no desenvolvimento cognitivo, emocional e socioeducacional das vítimas (Fante *apud* Carneiro, 2018).

Segundo Volari (*apud* Carneiro, 2018) para lidar com essa questão, é necessário um trabalho conjunto, incluindo a conscientização sobre o respeito às diferenças, a promoção de um ambiente escolar seguro e saudável, e o incentivo a uma convivência pacífica e respeitosa. A educação tem papel fundamental na formação da personalidade e no desenvolvimento social e emocional das crianças e adolescentes, por isso, é importante priorizar uma educação de qualidade que valorize a diversidade e promova uma consciência crítica e emancipada na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *bullying* e a violência que este traz consigo revela um fenômeno social que se compõe e se transforma historicamente, que se desemboca, sobretudo, na escola por ser este um espaço contínuo de encontro das diversidades, afinal a nossa sociedade não absorve o que é diferente, quer seja no tom de pele, no tipo de cabelo, na estrutura corporal, no gênero, na classe social, etc, pois tendemos a sermos preconceituosos e intolerantes. Esse nocivo fenômeno que extrapola as escolas e se torna social, necessita ser conhecido em sua essência, para que haja transformações e ter intervenções pontuais, para que haja conscientizações e contenções.

E a família que é a principal base formadora tem expressado uma falta de estrutura e um índice muito alto de violência, e tal violência é refletida no contexto escolar, e assim vai se gerando um círculo de violência, e as vítimas ativas na realidade são agressores e os que sofrem agressões, e os expectadores são vítimas passivas do medo de ser a próxima vítima.

Portanto, ter uma educação emocional, desenvolvendo o autoconhecimento, e o reconhecimento dos sentimentos, é muito importante e a presença de um psicólogo no contexto escolar fará toda a diferença, afinal ele saberá como conduzir os enfrentamentos e as prevenções necessárias, terá uma escuta de qualidade e saberá considerar as especificidades de cada instituição, por meio de um mapeamento, elencando as características culturais, sociais, psicológicas, mediante a realidade da escola.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.185/15 - **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática(*Bullying*)**.<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 27 de abril de 2020.

CARNEIRO, N. C. **Enfrentamento do *bullying* no ambiente escolar/** Núbia Célia Carneiro. – 1. Ed. – Jundiaí [SP]: Paco, 2018.

FANTE, C. **Fenômeno *Bullying***: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas- SP: Verus, 2018.

FANTE, C.; PEDRA, J. A. ***Bullying escolar: perguntas e respostas***. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FANTE, C.; PRUDENTE, M. N. ***Bullying* em debate**. São Paulo: Paulinas, 2015.

FELIZARDO, A. R. ***Bullying* escolar**: prevenção, intervenção e resolução com princípios da justiça restaurativa. Curitiba: InterSaberes, 2017.

NETO, L. A. A. ***Bullying*- comportamento agressivo entre estudantes**. J. Pedriatria vol.81 nº 5. Porto Alegre, nov. 2005, p. S164-S172. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em : 03 de junho de 2023.

_____.***Bullying*: saber identificar e como prevenir**. – São Paulo: Brasiliense, 2011.

PEREIRA, S. M. S. ***Bullying* e suas implicações no ambiente escolar**. São Paulo: Paulos, 2009.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

LUTOS E RUPTURAS SOFRIDOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE TRANSIÇÃO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A ADOÇÃO – UMA REVISÃO DA LITERATURA

Sheila Fermino[1]
Damaris Bezerra de Lima[2]

Palavras-chave: Institucionalização; Crianças, Adolescentes; Adoção.

INTRODUÇÃO

Conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as instituições de acolhimento são caracterizadas como uma medida protetiva utilizada pelo Estado para assegurar a integralidade dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil. Essas entidades possuem como objetivo retirar o sujeito de um contexto de vida adverso e proporcionar a essa população, pleno desenvolvimento. A institucionalização possui caráter provisório e é utilizada como uma medida transitória, isto é, até que haja condições adequadas para o retorno da criança ou adolescente ao círculo familiar natural. O poder judiciário articula juntamente com outras equipes multidisciplinares, as responsabilidades, nesses casos, de fortalecer a capacidade protetiva da família, a fim de que esta esteja preparada para propiciar um ambiente no qual a criança ou adolescente possam viver de forma saudável, para que o retorno ocorra. Contudo, em muitos casos, apesar da realização desse trabalho pela rede, a família não possui estruturas para receber novamente sua prole, logo, essas crianças e adolescentes são encaminhados à adoção.

A adoção é uma forma de garantir que crianças e adolescentes cresçam no seio de uma família, e, desenvolvam afetos, compreendam qual o seu lugar no mundo e construam uma identidade. No entanto, apesar dessa medida protetiva visar uma convivência saudável e pacífica, pode ser que a transição da institucionalização para a adoção seja dolorosa para as crianças e adolescentes, visto que estarão cientes da impossibilidade de seu retorno para a família nuclear, e terão que desvincular-se de outros infantes e profissionais que estavam presentes em seu cotidiano. Diante desse cenário, onde a adoção é uma medida de proteção que possui como finalidade atender as necessidades e interesses da criança ou adolescente acima de tudo, mas que também pode provocar sofrimentos em razão das rupturas que ocasiona, a pesquisa possui como objetivo realizar uma revisão na literatura a fim de verificar por quais lutos as pessoas institucionalizadas passam, quando vivenciam o processo de adoção. Por meio desse estudo será possível realizar futuramente uma pesquisa de campo que analise até que ponto as instituições de acolhimento estão equipadas para fornecer

[1] Mestre, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - Unifio, Psicologia, damaris@unifio.edu.br.
[2] Graduanda, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - Unifio, Psicologia, sheilla.fermino@gmail.com.

ISSN: 2446-8819

uma preparação psicológica para a criança ou adolescente que será adotado, visando auxiliar o infante a elaborar os seus lutos e ser capaz de construir novos vínculos afetivos com a família adotante.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) é um instrumento que dispõe normativas sobre os direitos da criança e do adolescente no Brasil. Essa lei determina que sujeitos de 0 a 18 anos incompletos não podem estar submetidos à contextos de vida que ameacem ou desrespeitem os seus direitos enquanto cidadãos. No art. 4º do ECA (BRASIL, 1990), afirma-se que a família, a comunidade, a sociedade geral e o poder público são responsáveis por assegurar que crianças e adolescentes gozem do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. De acordo com Oliveira e Resende (2016), há casos em que esses direitos previstos pela lei são violados, submetendo a criança ou adolescente à violência, negligência, crueldade, discriminação, exploração e opressão, seja por omissão da esfera social ou do Estado, por falha ou incapacidade das figuras cuidadoras, ou devido à sua própria conduta. Em cenários como este, o ECA (BRASIL, 1990) determina conforme expresso no art. 101 da lei que o sujeito deve ser encaminhado aos programas de acolhimento institucional a fim de ser assistido adequadamente.

Oliveira e Resende (2016) afirmam que o acolhimento institucional se caracteriza como uma medida de proteção aplicada de forma excepcional e de transição para reintegração familiar, ou na impossibilidade, para o encaminhamento da criança ou adolescente para a família substituta. Mesmo o acolhimento institucional tendo por finalidade, como apontado por Martins (2014), retirar o sujeito de uma situação de risco e promover o seu desenvolvimento biopsicossocial, Iochpe (2015), defende em sua pesquisa que a retirada de uma criança ou adolescente de sua família, não soluciona todos os problemas vivenciados por ela. Oliveira e Resende (2016), afirmam que quando ocorre o processo de destituição do poder familiar, as crianças e adolescentes que passam a ser assistidas pelo Estado, enfrentam muita dor, pois, não estão preparadas social e psicologicamente para deixar de residir com seus genitores ou com as pessoas que eram responsáveis por sua tutela. Dessa forma, chega-se à conclusão de que por mais que uma instituição de acolhimento seja composta por profissionais eficientes e dotada de excelentes condições estruturais e materiais, a criança ou adolescente alocado nela sofre psiquicamente em razão das rupturas vivenciadas nesse processo de transição.A partir do momento em que uma criança ou adolescente é encaminhado para uma instituição de acolhimento, esta pode sofrer rupturas em outros períodos de sua vida enquanto sujeito institucionalizado. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando inexiste a possibilidade de reintegração familiar ou encaminhamento a família extensa, e o sujeito é encaminhado para a adoção. Do ponto de vista legal, a adoção deve acontecer de acordo com o disposto na Subseção IV, do art. 39 do ECA, que diz:

ISSN: 2446-8819

> A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do art. 25 desta Lei (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

O processo de adoção envolve acima de tudo comprometimento, dedicação, responsabilidade e amparo afetivo. Quando realizado com responsabilidade resulta em benefícios para ambas as partes que tentam de alguma forma suprir suas necessidades, dos adotantes, de exercerem a paternagem/ maternagem e do adotado, de viver em um contexto seguro, estável e afetuoso, a fim de que possa ter um desenvolvimento saudável (BARROS; RIBEIRO; SOUZA, 2021). Apesar desses aspectos positivos, passar pelo processo de desvinculação com a instituição de acolhimento para a posterior adoção também pode ser doloroso e complicado, pois, conforme afirmam Barros; Ribeiro e Souza (2021), muitas crianças e adolescentes passam longos períodos nessas entidades, logo se familiarizam com as regras do local, estabelecem vínculos com os profissionais da Casa e constroem amizades com os outros infantes institucionalizados. Assim, romper com esse contexto que também fora doloroso no início, e se vincular mais uma vez com pessoas advindas de um cenário completamente diferente, pode fazer com que o sujeito novamente tenha que elaborar o luto por aquilo que será perdido a partir do momento em que ocorrer a adoção.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa do tipo Estudo da Arte que possui como objetivo realizar uma Revisão Bibliográfica da produção acadêmica e ou científica a respeito de determinada temática, dentro de uma área específica do conhecimento (SILVA; CARVALHO, 2014). Nessa revisão, foram incluídos: (i) artigos publicados entre 2013 e 2022, a fim de recuperar apenas a produção mais recente acerca do tema investigado; (ii) publicados em periódicos indexados e disponíveis na íntegra; (iii) artigos em português; (iv) com temáticas pertinentes aos objetivos da revisão (processos de lutos e rupturas passados por crianças e adolescentes na transição da institucionalização para adoção). Também, foram incluídos trabalhos como teses, monografias, dissertações, livros e capítulos de livros não tão recentes, mas de notoriedade na área, fundamentais para entendimento da temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Rocha, Arpini e Savenago (2015), explicam que o processo de adoção se constitui de forma extremamente complexa, pois, nesse emaranhado de relações, encontram-se pessoas que desejam ser pais e possuem limitações que os impedem, figuras cuidadoras que geram o filho mas o rejeitam e genitores que amam sua prole e não conseguem garantir sua proteção integral. (ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015). Conforme apontado por Carvalho et al., (2017) no Brasil, a preparação das figuras cuidadoras para a adoção, é muito bem estruturada, mas pouco se fala sobre a orientação de crianças e adolescentes para esse processo. Contente, Cavalcante e

ISSN: 2446-8819

Silva (2013) explanaram que a preparação de crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento é vital para que a adoção tenha sucesso e para minimizar a probabilidade de medos acerca da necessidade de se adaptar a uma nova realidade. Gomes e Levy (2019) e Soares (2021) ressaltam a relevância de permitir que nessa fase de preparação, a criança ou adolescente represente a futura família adotiva por meio da inclusão de objetos, lugares e pessoas e reconte sua história de vida a fim de poder a ressignificar. Esse processo preparatório é importante, pois, como explicam Tinoco e Franco (2011) apud Silva e Abrão (2021), em uma instituição de acolhimento, as criança ou os adolescentes estão propensos a vivenciar muitos rompimentos, visto que, não estão afastados apenas de sua família, mas também de seus pertences, hábitos e convívio social. Além disso, a transição da instituição de acolhimento para a família adotiva alude a mudanças e despedidas, tanto da família biológica, quanto das pessoas com as quais o infante convivia no acolhimento, podendo ser encarada como uma nova situação de abandono (SILVA; ABRÃO, 2021). Dessa forma, é possível constatar que esse processo de transição é ambivalente, visto que, a criança ou adolescente possui sempre ligações positivas e negativas dos convívios (MENDES, 2006 APUD DIAS, 2017).

A integração desse sujeito em um novo âmbito familiar, implica na adaptação dessa criança ou adolescente a uma realidade que não fazia parte de seu contexto. Em uma pesquisa realizada por Rocha (2018), três crianças que participaram revelaram que estavam com medo de que o processo não fosse concretizado ou que ocorresse uma devolução. Dessa forma, é impossível negar que a adaptação a uma nova família é marcada por um “choque natural” visto que se pressupõe que as expectativas de ambos (adotado e adotando) se ajustem. Como o adotado necessita se adaptar a uma série de princípios, rotinas, regras e hábitos, muitas vezes ela tem de vivenciar o luto da idealização de uma família novelesca, a fim de que o real se sobreponha ao ideal (HUEB, 2016). Dessa forma, os pais adotivos devem respeitar a história de vida da criança ou adolescente adotado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo os dados obtidos por meio da revisão da literatura, foi possível concluir que o processo de separação da família de origem e a inserção de uma criança ou adolescente em uma instituição de acolhimento, constitui a primeira ruptura na vida desse sujeito, pois, apesar da institucionalização ser uma medida protetiva que visa garantir a integralidade dos direitos dessas pessoas, o movimento de retirada de um ambiente e colocação em outro não é esperado pela criança e adolescente. Posteriormente a esse processo, a pessoa institucionalizada pode ainda passar por outro luto, agora decorrente de seu encaminhamento para adoção, pois, a pessoa saberá que perderá o convívio com sua família de origem e que os vínculos construídos na instituição de acolhimento deixarão de existir. Para que esse sujeito possa passar por essa transição da institucionalização para a adoção sem grandes danos, é imprescindível que essas pessoas ressignifiquem sua relação com a família biológica e com as pessoas que permanecerão na instituição de acolhimento, para que ambas mantenham-se preservadas em sua psique, a fim de que essa pessoa esteja verdadeiramente aberta para as novas possibilidades de sua vida.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS

BARROS, J. F; RIBEIRO, P. W; SOUZA, L. F. Os aspectos psicológicos da criança e do adolescente na adoção tardia. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 41, n. 3, p. 1-13, 2021.

BRASIL. **Lei federal n° 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf

BRASIL. **Lei federal nº 12.010, de 3 de agosto de 2009.** Dispõe sobre adoção e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2

CARVALHO, F. A., GOMES, I. C., PIZZITOLA, J. M.; SANTOS, M., & YSHARA, Y. Grupos reflexivos com pretendentes a adoção: alcances e limites. In M.Y. Okamoto, T. S. Emídio (Orgs.). **Perspectivas psicanalíticas atuais para o trabalho com grupos e famílias na Universidade** (pp. 48–67). 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

CONTENTE, S. R; CAVALCANTI, L. I. C; SILVA, S. S. C. Adoção e preparação infantil na percepção dos profissionais do juizado da infância e juventude de Belém/PA. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 317-333, 2013.

DIAS, F. C. S. C. **A adoção de crianças maiores e a construção do vínculo familiar**. 2017. 142 f. Dissertação. Mestrado apresentado ao programa de pós-graduação do curso de Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

GOMES, I. C; LEVY, L. A preparação de crianças e adolescentes para a adoção: o lugar do estudante de psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia,** v. 10, n. 3, p. 157-176, dez., 2019.

HUEB, M. F. D. Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. **Revista da SPAGESP**, v. 17, n. 1, p. 28-38, 2016.

IOCHPE, E. L. **A psicologia e o acolhimento institucional: histórias, práticas e lugares**. 2015. 35 f. Monografia. Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado ao Curso de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LINO, M. V. **Crias de um (não) lugar: histórias de crianças e adolescentes devolvidos por famílias substitutas**. 2018. 218 f. Tese. Programa de Pós-

Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARTINS, R. D. M. **Vivências de crianças e adolescentes destituídos do poder familiar em situação de acolhimento institucional**. 2014. 120 f. Dissertação. Mestrado apresentado ao curso de Psicologia. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2014.

OLIVEIRA, L. M. M; RESENDE, A. C. Estudo de sintoma depressivos em crianças sob situação de acolhimento institucional. **Psicologia em Pesquisa**, v. 10, n. 1, p. 55-63, jan-jun, 2016.

PEITER, C. (2016). **Adoção: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva**. São Paulo: Zagodoni.

ROCHA, I. S. **Da Institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situações de acolhimento**. 2018. 114f. Mestrado. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018.

ROCHA, P. J. D; ARPINI, M; SAVEGNAGO, S. D. O. Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 1, p. 111-124, 2015.

SILVA, A. C. R; ABRÃO, J. L. F. Do acolhimento institucional à família adotiva: a vivência da criança nesta transição. **Estilos da Clínica,** v. 26, n. 1, p. 83-98, 2021.

SILVA, F. J. Costa; CARVALHO, M. E. P. **O estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução**. 18º REDOR. Tema: Perspectiva feminista de gênero: desafios no campo das militâncias e das práticas. Universidade Federa Rural d Pernambuco, 2014.

SOARES, T. C. B. Preparação de crianças e adolescentes para adoção: estudo de caso. **Vínculo**, v. 18, n. 3, p. 414-434, set-dez, 2021.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A ATUAÇÃO DO PSICOLOGO NO CRAS: SOB UM OLHAR DE UMA PSICOLOGIA NÃO DISCIPLINAR E NORMATIVA

Rhuan Felipe Sales[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: SUAS; Assistência social; Psicologia Social; Foucault; genealogia.

INTRODUÇÃO

Atuação das(os) psicólogas(os) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais precisamente no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), será objeto de análise neste trabalho que propõe discussões e reflexões que foram sendo construídas, sobretudo, na prática do estágio supervisionado em Psicologia Social, bem como na revisão da literatura pertinente ao campo da Assistência Social no Brasil. Considerando os fatores históricos, ideológicos, sociais e culturais, bem como a as intervenções estatais no campo da proteção social, é pertinente analisar o trabalho das equipes multidisciplinares composta por trabalhadoras(es) do SUAS e, especialmente, as Psicólogas(os) inseridos na proteção social básica, a fim de problematizar o alcance das ofertas da política de Assistência Social no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. (PINTO, 2019).

O CRAS é uma unidade pública da proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo o desenvolvimento de ações voltadas a famílias e indivíduos que demandam proteção social e podem, neste sentido, acessar os serviços socioassistenciais no seu território de abrangência (BRASIL, 2005). A proteção social básica tem o objetivo de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, pois a abrange famílias que necessitam que condições básicas de

[1]Graduando em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos- UNIFIO. Email: rhuan@unifio.edu.br
[2]Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Curso reconhecido pela Portaria CEE/GP n 436, de 08/08/2008, publicada no D. O. E. de 09/08/2008) e Mestre em Psicologia e Sociedade pelo programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP Campus de Assis. Possui experiência como Psicólogo no SUAS atuando na proteção social básica e especial, supervisão técnica, educação permanente e gestão. É professor e coordenador do curso de Psicologia no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - UniFio e supervisor de estágio no campo da Assistência Social. Esteve como membro da Comissão Gestora do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - Subsede de Assis e da Subsede de Campinas - SP. Está como coordenador do Núcleo Sobre a Psicologia na Assistência Social do CRP/ 06 - Subsede de Assis. Suas áreas de interesse são: Psicologia e Políticas Públicas, Assistência Social, Psicologia Social e Psicanálise.

ISSN: 2446-8819

existência sejam garantidas, porém estão em condições de vulnerabilidade social como dificuldades econômicas e vínculos familiares e comunitários rompidos

Diante disso, estamos interessados em discutir o modo como as intervenções no contexto social brasileiro estão sendo construídas. Ou seja, somo levados a crer que a possibilidade de analisar o contexto de uma política pública como a Assistência social nos levam a construção de questionamentos acerca das condições que produzem a desigualdade social no nosso país. Para tanto, buscamos analisar os discursos de saber- poder que eventualmente aparecem na prática de Psicólogas(os) nos serviços da assistência social, promovendo, neste sentido, debates que possam contribuir para o desafio de construir uma atuação profissional que compreenda os desafios em relação a inclusão e exclusão dos indivíduos e das famílias que demandam proteção social por parte do Estado.

Para analisar as práticas discursivas o trabalho utiliza o método genealógico de Foucault para debater sobre o tema proposto. A Genealogia é um método de investigação de Foucault, a genealogia investiga os indícios nos fatos que não são considerados, são desvalorizados e muitas vezes encobertos ou apagados da história linear e tradicional. Foucault usa a genealogia para saber como os saberes se formam em determinado momento histórico, qual é a origem desses saberes e dos discursos de saber. Do ponto de vista da genealogia, as práticas de poder compõem as práticas discursivas, sendo assim são geradoras de saberes (FOUCAULT, 1987).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica apresentada neste trabalho é ampla, ela consiste em analisar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil, uma política pública que visa ampliar o acesso aos direitos sociais através de programas e benefícios (Caderno SUAS, 2013). No entanto, há debates sobre a efetividade do trabalho oferecido e o papel dos trabalhadores envolvidos (PINTO, 2019). A assistência social tem raízes históricas ligadas à caridade e filantropia, evoluindo para uma ferramenta de controle social e dominação das classes subalternas (DANZELÔT, 1980). Autores como Foucault discutem o poder disciplinar e o biopoder presentes nas instituições sociais, influenciando a atuação dos psicólogos no SUAS (FOUCAULT, 1975; 1976). Essa trama de relações de poder pauta ações e intervenções no SUAS, incluindo as práticas dos psicólogos (BENELLI, COSTA-ROSA, 2012).

MATERIAIS E MÉTODOS

Desenvolvo uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, utilizando como principal norteador a Genealogia de Foucault. Essa abordagem será de grande contribuição para analisar as práticas discursivas que instituem os serviços da assistência social, assim como problematizar as formas de atuação do psicólogo inseridos no CRAS.

Além disso, busco pesquisar outros autores relevantes para o tema, ampliando o embasamento teórico da pesquisa. Para isso, utilizo fontes como o portal SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e livros físicos.

ISSN: 2446-8819

Essa abordagem metodológica permitirá uma análise aprofundada e crítica sobre a atuação do SUAS e do psicólogo no CRAS, considerando a construção histórica das práticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa aborda e discute a atuação do psicólogo no CRAS e o trabalho ofertado pelo SUAS, considerando fatores históricos, sociais, ideológicos e culturais questionando a quem esse trabalho é direcionado, apontando que os serviços do SUAS atendem majoritariamente pessoas excluídas socialmente, especialmente as famílias de baixa renda, mães solteiras e indivíduos pretos e pobres que são vítimas da desigualdade social.

O Método genealógico de Michel Foucault é usado para analisar a dinâmica de poder e controle presentes na assistência social e de como os discursos de saber e poder foram construídos e estabelecidos podem influenciar nas práticas e nos serviços ofertados pelo psicólogo no CRAS. Sendo assim o artigo resgata a história do assistencialismo no Brasil, mostrando como ele evoluiu ao longo do tempo e como a filantropia e o controle da pobreza têm sido aspectos fundamentais nessa política social.

A criminalização da pobreza também é discutida, destacando como certos grupos são estigmatizados e excluídos com base em critérios sociais e raciais. Para uma análise mais ampla, é utilizado o conceito de biopoder, mostrando como o poder se exerce sobre a vida dos indivíduos, focando em questões como a gestão da saúde e o controle das populações, e enfatizando assim as contradições dos serviços ofertados.

Entendemos, portanto, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pode estar contribuindo, em certas situações, para a continuação de diversas formas de violência que fazem parte da nossa estrutura social, reforçando, entre outros aspectos, a persistência do preconceito estrutural relacionado a gênero, raça, origem étnica e classe social. Portanto É fundamental desenvolver intervenções que promovam encontros, dialoguem com o contexto social, promovendo a discussão e atuação do psicólogas (o) no CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa a atuação das(os) psicólogas(os) no SUAS, com foco no CRAS, considerando fatores históricos e discursos de saber-poder. A pesquisa aborda a Assistência Social no Brasil, apontando desigualdades sociais e a criminalização da pobreza. Utilizando o método genealógico de Foucault, busca-se compreender as práticas discursivas que influenciam a política de assistência social. O objetivo é promover debates para uma atuação profissional mais inclusiva e consciente dos desafios na proteção social dos indivíduos e famílias vulneráveis.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS

BRASIL. **CapacitaSUAS Caderno 1** - Assistência Social: Política de Direitos à SeguridadeSocial. Brasília: MDS, 2013

BRASIL. **Orientações Técnicas Centro de Referencias de Assistência Social** – CRAS.Brasília: MDS, 2009

CARDOSO JR, Hélio Rebello. **Foucault em voo rasante** Sociologia & Educação: Leituras einterpretações 1. Campinas Avercamp: Impresso, 2006

Cruz, Lilian R., & Guareschi, Neuza M. F. (2013). **A construção da assistência social como política pública**: interrogações à psicologia. In Lilian R. Cruz & Neuza Guareschi (Orgs.), Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas (4a ed.) (pp. 13-40). Petrópolis, RJ: Vozes.

DANZELOT, Jaques. **A Policia das Famílias**. 9. Ed. Paris : Editions

FOUCAULT, M. ***Vigiar e Punir***, Petrópolis Vozes, 2003.

FOUCAULT, Michel**. Microfísica do poder**. Organizaçao e tradução de Roberto Machado.Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Neoliberarismo Como Gestão de Sofrimento Psíquico. 1°. ed. Belo Horizonte: Autêntica,2021. cap. 1, p. 14 a 44.

O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdadesocial. 2° . ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. cap. 6, p. 97 a 118. ISBN 85.326.2261-5.

PINTO.Felipe. **Narrativas sobre a práxis na assistência social: Uma análise sobre a proteção social e processo de gestão de trabalho**.Dr Silvio Yasui. 2019. 93 f. Dissertação(Mestrado) – Psicologia Área de conhecimento: Psicologia e Sociedade, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis 2019

SARAIVA, Luis. **A familiarização da assistência social**: promoção de direitos e gestão da vida no encontro entre vulnerabilidades, (des)proteção e periculosidade. Belinda Piltcher Haber Mandelbaum. 2016. 210 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia daUniversidade de São Paulo.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A AUTOESTIMA FEMININA EM VIRTUDE DOS PADRÕES IMPOSTOS PELA SOCIEDADE E PELA MÍDIA

Julia Altvater Vilas Boas[1]
Rita Ferreira Da Silva[2]

Palavras-chave: Autoestima; Sociedade; Padrões de beleza; Saúde; Beleza; Psicologia.

INTRODUÇÃO

Com o aumento das mídias, tecnologias, e meios de comunicação em geral na atualidade, aumentou-se ainda mais o padrão de beleza imposto. Padrão este que segue o modelo de mulher branca, magra, loira, de cabelos lisos e olhos claros, que se permeia na sociedade e na mídia, ditando para as mulheres que as mesmas só possuem a beleza se forem assim. Logo, as mulheres que fogem deste dito padrão, não são comumente representadas na mídia, e tampouco aclamadas como belas. Segundo Machado (2022, p.21):

> O crescimento da publicidade, a grande circulação das revistas femininas e o surgimento das mídias e rádios e, mais tarde, da TV fazem com que cada dia mais as mulheres sejam bombardeadas com propagandas cheias de imagem com o corpo perfeito.

Posta a citação acima, possível analisar que, com o crescimento das tecnologias atuais, as mulheres ficam cada vez mais vulneráveis ao padrão de beleza posto. Com isso, a presente pesquisa visa estabelecer como o padrão de beleza imposto tanto pela mídia- televisão, internet, novelas, séries, filmes e redes sociais-, quanto pela sociedade, influenciam na autoestima das mulheres e as possíveis consequências produzidas pela busca deste padrão.

Os objetivos desta investigação acadêmica se pautam em verificar o quanto o padrão imposto interfere na autoestima da mulher, também em como as tecnologias contribuem para este padrão se reverberar cada vez mais. Ademais, verificar que padrão de beleza é esse imposto e as suas características. Portanto, a importância da pesquisa se justifica pelo padrão de beleza estar cada vez mais assíduo por conta das mídias atuais, e consequentemente, a baixa autoestima da mulher e os problemas psicológicos que ela pode ter referente a isso, bem como a importância de entender que padrão é este, e onde ele se faz presente.

[1] Graduanda do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos. E-mail: 259949@unifio.edu.br
[2] Mestrado em Psicologia pela Universidade Ibirapuera, Brasil (2022) Docente do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, Brasil. E-mail: Rita.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Atualmente, para uma mulher ser considerada bela, essa tem que ser extremamente magra e prover de outras características específicas. E não é de hoje que existem padrões de beleza julgando as mulheres, todavia, nos dias de hoje isso tem se perdurado mais e mais, fato que se justifica pelo crescimento das tecnologias em massa, e cirurgias plásticas. Conforme destaca Amaral e Ribeiro (2020, p.6) “a mídia apresenta um discurso de culto à beleza divulgando padrões estéticos femininos a serem seguidos”. Posto isso, torna-se possível relatar que o avanço das tecnologias, as redes sociais, bem como as redes televisivas impõem este padrão de beleza por meio de mulheres fenotipicamente brancas e magras.

Além das tecnologias, com o passar do tempo, surgiram os avanços das cirurgias estéticas. Segundo Wolf (2022, p.28) “novas tecnologias de cirurgias estéticas invasivas e fatais, foram desenvolvidas ao longo do tempo, com o objetivo de exercer sobre as mulheres formas de controle médico”. Dessa forma, analisamos que, as cirurgias de risco só aumentaram e cresceram, principalmente, com a chegada dos anos 2000.

O padrão de beleza comentado segue o de mulheres brancas, magras, corpos esbeltos, cabelos lisos, rosto afinado, e olhos claros. Posto isso, de acordo com Cardoso (2018, p.2):

> Também temos um modelo clássico de padrão de beleza que se sintetiza desde a infância das meninas que é a boneca Barbie ou as princesas da Disney, como por exemplo, Cinderela que é loira, magra dos olhos claros; Branca de neve, que tem sua pele extremamente branca e representa magreza; Rapunzel, de cabelos loiros e longos, que também é magra.

Posta a citação acima, analisamos que, o padrão citado é o único considerado belo e passível de admiração e isso é posto desde a infância da menina, com as personagens citadas acima, por exemplo. Conforme Pimenta (2009, p.29) “as princesas da Disney são vistas como referências de beleza pelas crianças, e essas são: altas, magras, de pele e olhos claros, cabelos sedosos, nariz afinado e mãos delicadas, e ensinam o que é a beleza para suas telespectadoras”.

Assim sendo, como a autora descreve, as princesas da Disney vem como referência de beleza para o público feminino, colocando desde a infância que a beleza segue aquela posta, de mulheres brancas e magras, com isso, a menina começa a ter a ideia de que, para ser bonita precisa ter as características citadas, pois, essas princesas da Disney são consideradas belas. Sendo assim, as mulheres que não estão neste padrão branco e magro, se sentem insuficientes, feias e com a autoestima baixa. Este padrão, além de permear assiduamente na mídia, e principalmente, na atualidade, é determinado na sociedade, e traz a muitas mulheres sentimentos de inferioridade, baixa autoestima e frustração.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

A presente investigação acadêmica se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois, tenta compreender as significações de um determinado contexto, ao invés de apenas mensurar informações (MIANOYO, 2001). Com isso, na presente pesquisa, será discutido sobre os estudos realizados em livros e artigos. Portanto, essa pesquisa será pautada em obras literárias que dissertam sobre a autoestima, sobre o crescimento de indústrias de beleza, cirurgias plásticas, e no tanto que o padrão de beleza se faz presente atualmente. Também serão utilizadas obras que comentem sobre o exibicionismo da figura humana e crescimento disso nos últimos tempos. A pesquisa será construída a partir das palavras chaves: Autoestima; Sociedade; Padrões de beleza; Saúde; Beleza; Psicologia. Portanto, para realizar o projeto de pesquisa utilizaremos três livros: Introdução ao narcisismo de Sigmund Freud (1914-1916), Sociedade do Espetáculo de Joel Birman (1999-2016), e O mito da Beleza de Naomi Wolf (2022), também serão utilizados artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das pesquisas feitas, e das revisões bibliográficas realizadas, analisamos que, a imposição do padrão de beleza sempre existiu na sociedade, porém, na atualidade isso aumentou, pois, nos dias de hoje é comum o uso de redes sociais, bem como de outras tecnologias, onde os padrões de beleza são colocados diariamente. Ademais, também se analisou através de pesquisas em artigos científicos que, o padrão de beleza é imposto desde a infância da menina, por princesas da Disney e pela boneca Barbie, que seguem também o padrão da mulher branca e magra. Assim, desde pequena a menina vai internalizando que este é o único padrão passível de ser considerado belo. Portanto, nos resultados encontrados em pesquisas e análises feitas a partir destas, observamos que, este padrão de beleza esteve sempre presente na sociedade e que atualmente se faz mais presente por conta das tecnologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os expostos nessa indagação acadêmica podemos relatar que, com essa investigação percebemos que o padrão de beleza segue o ideal de mulheres brancas e magras. Também que, tal padrão de beleza é imposto pelas princesas da Disney e a boneca Barbie desde a infância da menina. Ainda foi possível averiguar durante a investigação bibliográfica desta pesquisa que as redes sociais e televisivas estão contribuindo para a imposição de um padrão de beleza único, dando foco a mulheres magras. No que confere a possibilidades de pesquisas futuras sobre o tema proposto, é valido ainda, realizar investigações que se refiram a cirurgias plásticas realizadas com o intuito de alcançar este o padrão imposto – o da magreza e branquitude -, e seus possíveis danos físicos, psicológicos e emocionais as mulheres cisgênero, em doenças ocasionadas por conta da busca incessante pelo padrão de beleza, como por exemplo, transtornos alimentares e em como a Psicologia pode contribuir com a baixa autoestima e frustração nas mulheres acarretadas pelo padrão

de beleza, pois, tal padrão causa em muitas mulheres diversos problemas psicológicos e físicos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marina Grillo Pereira; RIBEIRO, Marislei. Imprensa feminina e representação da mulher: uma análise de conteúdo das capas da revista Vogue Brasil. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação- Virtural, 43, 2020, Pelotas- RS. **Anais [...]** Editora Globo: Pelotas, 2020. p. 1-15. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2507-1.pdf. Acesso em: 09/05/2023.

CARDOSO, Jennifer. **Implicações do Padrão Barbie: sentidos que meninas adolescentes atribuem aos padrões de estética e idealização do corpo**. 2018. 28 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina- SC, 2018. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/10218/1/TCC%20JENNIFER%20CARDOSO.pdf. Acesso em: 13/02/2023.

MACHADO, Ana Carolina. **Magreza compulsória: a construção do padrão de beleza e a aversão ao corpo gordo**. 2022. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria- RS, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27517. Acesso em: 12/02/2023.

MIANOYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade** (18ª ed.). Petrópolis. Vozes, 2001.

PIMENTA, Kareen Arnhold. **Estereótipo de princesas: a representação feminina nos desenhos animados clássicos da Disney**. TCC (Graduação) – Curso de Comunicação-Habilitação em Jornalismo - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- RJ, 2009. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2133/1/KPimenta.pdf. Acesso em: 03/03/2023.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres/ Naomi Wolf; tradução Waldéa Barcellos. - 19. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DO TRABALHO PARA OS OPERÁRIOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL

Ana Paula de Souza[1]
Rita Ferreira da Silva[2]

Palavras-chave: Trabalho; Psicologia; Construção civil; Bem-estar; Significado.

INTRODUÇÃO

A construção civil é um setor fundamental para o desenvolvimento do Brasil, gerando milhões de empregos diretos e indiretos. No entanto, as condições de trabalho apresentam desafios significativos, afetando a qualidade de vida dos trabalhadores (Cardeles, 2014). A psicologia do trabalho pode contribuir para melhorar a situação dos operários da construção civil, buscando promover o sentido do trabalho e o desenvolvimento socioemocional, visando aumentar a satisfação no ambiente laboral. Os trabalhadores também enfrentam questões mais amplas como a desigualdade social e a precarização do trabalho, afetando a saúde mental (Borges; Peixoto, 2011). A atuação da psicologia pode oferecer soluções eficazes para esses desafios, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida.

A presente pesquisa se justifica, pela importância de buscar medidas efetivas para os desafios enfrentados pelos trabalhadores da construção civil, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para uma sociedade mais justa e equitativa. A metodologia escolhida foi a pesquisa bibliográfica descritiva, que busca analisar e descrever o estado atual do conhecimento sobre o tema.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O trabalho é uma atividade humana fundamental que tem impacto direto na vida das pessoas e na organização da sociedade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece o direito ao trabalho, a condições equitativas e satisfatórias, à proteção contra o desemprego e à organização sindical. O sociólogo Antunes (1999), destaca que o trabalho evoluiu ao longo do tempo, com o advento do capitalismo e a industrialização, levando a mudanças nas relações entre capital e trabalho. O trabalho passou a ser

[1]Aluna do 10º termo do Curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP. E-mail: 259428@unifio.edu.br.
[2] Prof. Ms. do Curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/SP. E-mail: rita.ferreira@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

organizado para maximizar a produção e o lucro, muitas vezes resultando em exploração e precarização.

Em circunstâncias adversas ou quando o trabalhador se sente desconectado do propósito intrínseco da tarefa, o trabalho pode gerar angústia e afastamento, levando à alienação (Albornoz, 2004). O trabalho dos operários exemplifica os impactos da precarização e da informalidade no mundo do trabalho contemporâneo, conforme discutido por Antunes (1999). Em concordância, os autores Jorge (2019) e Cardeles (2014), relatam que os trabalhadores enfrentam longas jornadas, falta de reconhecimento e condições dignas de trabalho. A divisão do trabalho no setor também é comparável ao conceito marxista, levando à desumanização do trabalhador.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos destaca que a construção civil no Brasil apresenta alta informalidade nos vínculos de trabalho. A maioria dos trabalhadores são homens, com faixas etárias entre 30 e 49 anos. Os autores Borges e Peixoto (2011) mostram que os trabalhadores da construção civil, enfrentam discriminação social devido a fatores como cor da pele, baixo nível socioeconômico e educação, além de começarem a trabalhar cedo devido à desigualdade social. A terceirização intensiva no setor contribui para a essa precarização do trabalho e para a vulnerabilidade dos trabalhadores. Contudo, a partir dos apontamentos de Heloani e Capitão (2003) e Lacman e Ghirardi (2011) observou-se que muitos trabalhadores enfrentam rotatividade, desemprego e frustração, mas continuam buscando inserção social pelo trabalho, uma vez que este assume um papel central na constituição da identidade individual das pessoas.

Dado que o trabalho influencia a subjetividade, podemos observar como o ambiente pode tanto elevar quanto prejudicar o indivíduo. Para prevenir a degradação da subjetividade, é essencial um ambiente saudável que permita expressar capacidades criativas e alcançar o potencial pleno. Encontrar significado no trabalho é um desafio contemporâneo, mas pode ser alcançado ao vincular atividades a valores profundos e propósitos maiores. A valorização da diversidade e o estímulo à autenticidade são essenciais para uma identidade coletiva saudável no ambiente profissional (Nascimento; Muniz, 2017).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho se baseou em uma pesquisa descritiva, que, segundo Nunes *et al.* (2016) “visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo”. Utilizamos fontes como leis, artigos, revistas científicas e livros com o objetivo de conduzir uma investigação de natureza descritiva e interpretativa, com ênfase na compreensão do ambiente de trabalho na área da construção civil.

Buscamos, ao longo deste estudo, analisar minuciosamente as dificuldades e os desafios enfrentados pelos profissionais desse ramo específico. Durante essa etapa, estabelecemos relações entre as variáveis investigadas, enriquecendo as análises e interpretações. A pesquisa descritiva, adotada neste trabalho, permitiu realizar um estudo imparcial e objetivo dos

ISSN: 2446-8819

fatos relacionados ao tema, assegurando a qualidade e confiabilidade dos resultados obtidos, sem interferência do pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O texto aborda a importância do trabalho na vida das pessoas e os desafios enfrentados, com foco na construção civil. A precarização das condições de trabalho nesse setor é evidente, com alta informalidade, terceirização intensiva, falta de reconhecimento e condições dignas de trabalho, a construção civil é um exemplo onde a desigualdade é ainda mais evidente. Os trabalhadores informais são particularmente vulneráveis, enfrentando discriminação e dificuldades para acessar benefícios sociais e oportunidades profissionais. Isso resulta em sofrimento e problemas de saúde mental e física para os trabalhadores (Cardeles, 2014).

Observamos a influência do ambiente de trabalho na transformação da subjetividade, identificando a importância de um ambiente suficientemente bom para preservar a saúde mental e a qualidade de vida. O trabalho é visto como uma experiência transformadora, capaz de enaltecer ou diminuir a subjetividade do trabalhador. Para evitar a degradação da subjetividade, é essencial que o ambiente laboral seja propício e saudável (Nascimento; Muniz, 2017).

O apoio emocional, um ambiente adequado e o estímulo à criatividade são elementos essenciais para o desenvolvimento autônomo e a realização pessoal no trabalho. Através de um ambiente que valoriza a integridade emocional e promove o desenvolvimento de habilidades criativas, os trabalhadores são encorajados a se expressar e encontrar significado em suas atividades laborais. (Nascimento; Muniz, 2017).

No entanto, destacamos a possibilidade de encontrar significado no trabalho ao vincular as atividades a valores mais profundos e propósitos maiores, além do aspecto financeiro. A valorização da diversidade e promoção de um ambiente de trabalho saudável e inclusivo são fatores que podem aumentar a satisfação e a percepção de significado nas atividades diárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhadores informais enfrentam discriminação e dificuldades para acessar direitos trabalhistas e previdenciários, com isso, evidencia-se que a terceirização intensiva contribui para a vulnerabilidade e a rotatividade de empregos, afetando negativamente a saúde física e mental. A desigualdade social, marcada pelos baixos níveis de escolaridade e instabilidade econômica dificultam o acesso a benefícios sociais e oportunidades de crescimento profissional (Borges; Peixoto, 2011).

Além disso, os operários estão expostos a um ambiente estressante e desgastante, o que pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. Para enfrentar essa realidade, são necessárias soluções que garantam condições adequadas e respeito aos direitos dos profissionais do setor. A valorização da mão de obra qualificada, o investimento em educação

ISSN: 2446-8819

e capacitação, bem como a implementação de políticas públicas que combatam a desigualdade social.

A construção civil é apenas um exemplo, mas a precarização do trabalho é uma questão que afeta diversos setores e países. É preciso um esforço conjunto e contínuo para promover um ambiente de trabalho mais digno, que respeite os direitos dos trabalhadores e proporcione oportunidades de desenvolvimento econômico e social. Somente dessa forma, o trabalho poderá cumprir seu papel intrínseco de proporcionar uma vida satisfatória e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Nascimento; Muniz, 2017).

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. **O Que É Trabalho**. Editora Brasiliense, 6° ed, São Paulo, 2004.

ANTUNES, R. Os **Sentidos Do Trabalho: Ensaio Sobre A Afirmação E A Negação Do Trabalho.** Boitempo. Coleção Mundo Do Trabalho, 3ª ed, 1999.

BORGES, L.; PEIXOTO, T. **Ser Operário da Construção Civil é Viver a Discriminação Social.** Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 11, n. 1, Florianópolis, 2011.

CARDELES, V. **A Organização do Trabalho na Indústria da Construção Como Fator de Otimização da Qualidade e Produtividade.** UFRJ Escola Politécnica, Rio de Janeiro, 2014.

HELOANI, J. R; CAPITÃO, C. G. **Saúde Mental e Psicologia Do Trabalho**. São Paulo em Perspectiva, p. 102-108, São Paulo, 2003.

JORGE, M. A. S. S. **Trabalho Na Construção Civil No Brasil: Feminização, Segmentação e Consubstancialidade.** Goiânia, 2019.

LANCMAN, S; GHIRARDI, M. I. G. **Pensando Novas Práticas Em Terapia Ocupacional, Saúde E Trabalho.** Revista De Terapia Ocupacional USP, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, B. M. F.; MUNIZ, H. P**. Mobilização subjetiva: do sofrimento criativo ao viver criativo no trabalho.** Revista Estudos Contemporâneos da Subjetividade. v. 9, n. 1, 2017.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; DE ALENCAR, M. A. C. **Pesquisa científica: conceitos básicos.** Revista de psicologia, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016.

ISSN: 2446-8819

SENADO FEDERAL. **Direitos Humanos: Atos Internacionais E Normas Correlatas.** Secretaria De Editoração e Publicações. Coordenação De Edições Técnicas. 4°ed, p. 22, 2013.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A PSICOLOGIA A SERVIÇO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UM NOVO SABER-FAZER PSICOLÓGICO COMO CONSEQUÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Maria Carolina Vian da Rosa[1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: Psicologia; Políticas Públicas; Constituição Federal; atuação; compromisso social.

INTRODUÇÃO

Percorrendo o contexto histórico de regulamentação da Psicologia perante a realidade brasileira, faz-se necessária a compreensão dos atravessamentos do século XX, permeado, em sua maior parte, pela obscuridade de modelos ditatoriais. Nesse sentido, a Psicologia se desenvolve no Brasil em um cenário de suspensão de direitos fundamentais, incluídas as liberdades de organização e de expressão (Yamamoto e Oliveira, 2010).

Foi na construção deste processo que se tornou possível, a partir de um olhar crítico, a confirmação de que a Psicologia se instala no Brasil em um contexto de normalização de subjetividades. Pereira e Neto (2003) destacam que, neste contexto, começam a ser elaborados anteprojetos para a regulamentação da Psicologia. Com isso, a promulgação da Lei nº 4.119, do dia 27 de agosto de 1962, sobressai o resultado de importantes lutas e organizações provenientes do contexto histórico.

Todavia, o regime autocrático burguês, também chamado de ditadura civil-militar, instaurado no Brasil no ano de 1964, passa a ser peça chave para os seguintes passos da Psicologia no contexto brasileiro. Este cenário teve influência direta sobre a Psicologia, que se liga a uma atuação corporativista na década de 1970, na qual a ênfase era o campo profissional, e não no campo político, denotando uma ausência crítica para com a violência, a repressão e a perda de direitos humanos (Silva, 2017).

É apenas em parte dos anos 1970 e 1980, que a ideologia dominante passa a ser questionada pelos profissionais da Psicologia, isto, pois, com o enfraquecimento da ditadura militar e com sinais do esgotamento do modelo econômico, Spink (2010) argumenta o início da organização de movimentos sociais configuraram um “clima” por maior democratização das várias esferas da sociedade.

A partir deste movimento histórico, que culminou na redemocratização do país, Oliveira e Costa (2018) discutem tal fator como um divisor de águas no tocante a garantia de direitos no Brasil, afirmando que a Carta Constituinte apresenta as bases

[1] Graduanda do 10° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos, 257719@unifio.edu.br.
[2] Docente na UniFio. Psicóloga graduada pela Unesp, mestra e doutoranda pela mesma universidade, mayara.bonora@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

de uma nova Seguridade Social composta pela Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Portanto, este entremeio transforma-se em um importante contexto responsável pela criação de “uma estrutura que absorveu sistematicamente psicólogos em seus quadros” (Oliveira e Costa, p. 34, 2018). Oliveira e Amorim (2012), ainda reiteram que o contexto cria discussões capitaneadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que, sob o discurso do compromisso social, convoca a profissão a repensar suas práticas.

A inserção do profissional de psicologia e da Psicologia propriamente dita, em um cenário recém-inaugurado de políticas públicas advindas da Constituição Federal de 1988, promove, até hoje, intensas discussões. Isto, pois, embora a atuação do psicólogo deva ter como enfoque a potencialização dos sujeitos (Gesser, 2013), é necessário que se permita um ponderamento sobre a denominação de “ajuste neoliberal e desajuste social” (Yamamoto e Oliveira, 2010), ou seja, um avanço neoliberal em vista de um panorama permeado pelas sequelas de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária.

Destarte, o objetivo presente pauta-se em expor as pegadas históricas da Psicologia no Brasil como parte de um movimento crítico e dialético, buscando, justamente, compreender a quem o saber psicológico respondia inicialmente, para então demonstrar um novo compromisso e identidade da Psicologia resultante da inserção desta em políticas públicas criadas no contexto de redemocratização do país, destacando uma nova atuação. Todavia, a análise das demandas do trabalho do profissional da Psicologia em espaços públicos permanece como objetivo essencial para que se possa dar luz a importantes embates políticos que atravessam a sociedade atual.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A problemática torna-se um objeto de análise compatível aos estudos de Bock (1999), que traz à tona os princípios de uma profissão elencada em um compromisso social, ético e político. Ainda nesse sentido, Hur (2012) constitui-se, também, com grande aparato de referências em relação às transformações sociais vividas do período ditatorial (1964), até a redemocratização do país (1988), ligando tal conteúdo às importantes consequências na atuação profissional.

Sob um olhar crítico, coloca-se em destaque os estudos de Yamamoto e Oliveira (2010), que discutem a respeito de uma agenda neoliberal iniciada nos anos 1990, mesmo em meio a um novo sistema de proteção social. O estudo destes autores ainda permeia o âmbito de políticas públicas, o que os coloca em consonância com os trabalhos de Oliveira e Amorim (2012), Lajús (2010) e Senra e Guzzo (2012). Como importante guia e referência para qualificação profissional, o CREPOP verifica-se como essencial devido a temática discutida.

Por fim, a ênfase sobre as demais dificuldades permeadas na realidade de diferentes políticas públicas das quais os profissionais da Psicologia estão inseridos, permanecem sobre as reflexões de estudiosos como Safatle; Júnior; Dunker (2020), Mello (2023) e Soares (2000).

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Diante dos objetivos do resumo, fora realizado um levantamento bibliográfico, que, assim como afirma Lozada e Nunes (2019), consiste na busca de informações, em fontes bibliográficas, que se relacionem ao problema de pesquisa e o fundamentem. A pesquisa também conta com um caráter qualitativo, pois, "preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais" (Gerhart e Silveira, 2009, p. 34).

Dessa forma, para alcançar tais objetivos, o resumo utiliza bases de dados que possibilitem o auxílio das pesquisas, tais como Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e revistas, valendo-se de trabalhos acadêmicos, artigos e livros da área. O estudo é fundamentado, também, em autores e psicólogos que atuam na área de políticas públicas, visando um corpus com base sócio-histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do estudo realizado, fora possível compreender que a Carta Magna tornou-se grande conquista da sociedade brasileira, já que nela estão previstos, no artigo 6º, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados (Bühring, 2015). Entretanto, este processo que trouxe como consequência a consagração dos direitos sociais como direitos fundamentais (Sarlet, 1988), apresenta contradições inerentes à pressão neoliberal de redução do aparelho estatal e dos benefícios sociais (Spink e Matta, 2007).

Tal factual pode ser observado com na atuação da Psicologia em diferentes Políticas Públicas, isso, pois, mesmo com a politização da profissão, em meados dos anos 1970, o desmonte destas mesmas políticas ainda é resultado do neoliberalismo que produz um incessante montar e desmontar, uma vez que respondem a demandas e dizem respeito a processos que não se estabilizam (Marques et al, 2019).

Diante disso, o movimento por uma profissão mais ética necessita manter-se obstinado perante um cenário de esvaziamento de conceitos norteadores das diferentes políticas (Marques et al, 2019). Soares (2000) comenta que o desmonte surge no início da década de 90, sob o argumento de que a Constituição Cidadã de 1988 seria o principal empecilho ao processo de "modernização" e "abertura" do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que é necessária uma reflexão referente ao factual de que políticas públicas ainda são criadas por sujeitos em condições institucionalizadas, ou seja, por aqueles que se encontram em uma rede discursiva dominada pela ordem do biopoder, o que obriga uma maior reflexão para não se cair em um projeto da modernidade que gere a vida calculadamente. Diante desta afirmação, e dos cenários que se vinculam à história da Psicologia no Brasil, sendo eles: uma profissão, inicialmente, voltada para o silenciamento de subjetividades, e uma agenda neoliberal

ISSN: 2446-8819

condizente com uma estruturação estatal e social; a profissão aqui referida necessita de uma evolução inerente a um compromisso pela vida em pleno direito de existência Em vista disso, a Psicologia deve se ramificar, adaptando referenciais teóricos, e direcionando entidades de representação em busca da problematização dos campos e da construção de parâmetros que guiem o trabalho dos psicólogos de forma transformadora e não mais adaptativa (Yamamoto e Oliveira, 2010).

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 4, p. 315-329, 1999.

BÜHRING, Marcia Andrea. Direito Social: proibição de retrocesso e dever de progressão. **Direito & Justiça**, v. 41, n. 1, p. 56-73, 2015.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 66-77, 2013.

HUR, Domenico Uhng. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, v. 23, p. 69-90, 2012.

LAJÚS, Maria Luiza de S. **Sistema Único de Assistência Social: um difícil caminho rumo à conquista da cidadania. 2010**. 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), Faculdade de Serviço Social. Porto Alegre.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia Científica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. 9788595029576. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/. Acesso em: 11 mai. 2022

MARQUES, C. F. et al. O que Significa o Desmonte? Desmonte do que e para quem?. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe2, p. e225552, 2019.

MELLO, Janine. Condicionantes institucionais do desmonte e da resiliência de políticas públicas no Brasil. 2023.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. Psicologia e política social: o trato da pobreza como sujeito psicológico. **Psicol. argum**, p. 559-566, 2012.

ISSN: 2446-8819

PEREIRA, Fernanda Martins; NETO, André Pereira. O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. **Psicologia em estudo**, v. 8, p. 19-27, 2003.

PRIOLI, Mariana; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura V, (Orgs). Psicologia na Assistência Social: Um campo de saberes e práticas. **Instituto de Psicologia**, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. Os Direitos Sociais como Direitos Fundamentais: contributo para um balanço aos vinte anos da Constituição Federal de 1988. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, v. 20, p. 163-206, 1988.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 293-299, 2012.

SILVA, Fabíola Figueirêdo da. Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 82-90, 2017.

SOARES, L. T. As atuais políticas de saúde: os riscos do desmonte neoliberal. **Revista Brasileira de Enfermangem**, v. 53, n. spe, p 17-24, dez. 2000.

SPINK, Mary Jane P. Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. **Quaderns de psicología**, v. 12, n. 1, p. 0041-056, 2010.

SPINK, Mary Jane; MATTA, Gustavo Corrêa. A prática profissional Psi na saúde pública: configurações históricas e desafios contemporâneos. **A psicologia em diálogo com o SUS: prática profissional e produção acadêmica**, p. 25-51, 2007.

Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior & Christian Dunker (orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.Belo Horizonte, Autêntica, 2020, 286 págs.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 9-24, 2010.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A PSICOLOGIA FRENTE ÀS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Talita Leite Izidio[1]
Júlia dos Santos Pereira[2]
Damaris Bezerra de Lima[3]

Palavras-chave: Violência Doméstica Contra a Mulher; Psicologia; Saúde Pública; Direitos Humanos; Feminicídio.

INTRODUÇÃO

A presente proposta de trabalho traz como temática a atuação do psicólogo no trabalho com mulheres que sofrem com a prática de violência doméstica. A violência doméstica contra a mulher (VDCM) desde o início da civilização até os dias de hoje, demonstra que é um problema social e com uma estrutura enraizada no machismo e para se combater, são necessárias uma série de ações interdisciplinares.

De acordo com o Art. 5º Lei nº 11.340/06, conhecida como a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é definida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Essa lei é um dos maiores progressos do sistema legislativo do Brasil, considerada uma das leis mais evoluídas em relação à proteção da mulher.

A violência doméstica sofrida pelas mulheres desde o início da civilização até os dias de hoje, manifesta um problema social com estruturada no machismo. Em uma situação de violência, toda a dinâmica familiar se altera e em alguns casos os filhos e demais membros da família precisam de acompanhamento psicoterápico e a articulação da rede para que o sofrimento seja tratado e ressignificado.

O psicólogo, independente da área em que esteja atuando, é um dos profissionais que contribui para a promoção dos Direitos Humanos, quando se trata da atuação deste profissional na realidade das mulheres em situação de violência conjugal, a relação com as políticas públicas é quase que obrigatória, constituindo um

[1] Graduanda em Psicologia Bacharel, Centro Universitário de Ourinhos UniFio, talitaizidio06@gmail.com
[2] Graduanda em Psicologia Bacharel, Centro Universitário de Ourinhos UniFio, xjuliasantosx10@gmail.com .
[3] Possui graduação em PSICOLOGIA pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2004); Especialização em Psicopedagogia (2006); Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família (2010); Neuropsicologia (2011); e Especialização em Ativação de Processos de Mudança na Formação Superior de Profissionais de Saúde (2014). Mestrado em Psicologia UNESP – Assis/SP (2013). Atualmente é Psicóloga Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, docente da UNIFIO - Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos/Supervisora do Núcleo de Estágio Institucional em Psicologia Jurídica no CEPP (Centro de Estudos e Práticas em Psicologia). damaris@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

diálogo entre o Estado e a sociedade, para atender os direitos fundamentais dos envolvidos (HIRIGOYEN, 2006, p.185).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Uma das heranças da desigualdade de gênero é a violência doméstica contra mulheres, uma questão que se encontra presente em nossa sociedade há séculos. As vítimas afetadas pela VDCM possuem culturas, faixa etárias, classes socioeconômicas e culturais diferentes, ou seja, não há um padrão específico. Essa forma de violência é proveniente de uma transmissão intergeracional, constituindo-se como um problema social, enraizado e perpetuado de forma cultural na sociedade (AMARIJO; FIGUEIRA; RAMOS; MINASI, 2020).

Nos estudos realizados por Amarijo et al. (2020), foram identificados marcadores sociais que contribuem para a ocorrência da VDCM, nesse tipo de violência está implícito por exemplo a relação de poder e dominação do homem sobre a mulher, gerada pela hierarquização dos papéis de gênero decorrente de uma construção sociocultural baseada no patriarcado.

Na rede pública, o trabalho ao atendimento das VDCM é realizado por uma equipe multiprofissional, incluindo psicólogos. A atuação do profissional de psicologia desempenha um papel imprescindível na atenção primária, acolhendo as vítimas e auxilia a mulher a visualizar para além do seu sofrimento, colaborando com a sua proteção e seu empoderamento. Ainda no que se refere a atuação, Antoni e Koller (2001) e Silva et al. (2015) pontuam que a prática interdisciplinar e multiprofissional é essencial para efetivação das políticas públicas, especialmente no contexto de atuação da Psicologia nos serviços de acolhimento institucional.

MATERIAIS E MÉTODOS

De acordo com Sousa et al. (2019), a pesquisa bibliográfica deve ser realizada buscando selecionar fontes que condizem com dados de realidade sobre o assunto escolhido. Esta pesquisa aborda questões dentro da Psicologia que foram levantadas por meio da coleta de informações encontradas em artigos publicados localizados em sites de pesquisas acadêmicas e revistas eletrônicas como: Scielo, Jornal O Globo, Revista Ciência e Psicologia, e etc, permitindo ao investigador mais informações a respeito do tema escolhido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A prática da violência doméstica tem um impacto significativo na qualidade de vida das mulheres envolvidas nesse contexto. A maioria das vítimas desenvolvem doenças como depressão, sintomas de ansiedade e insônia após as ocorrências. Mesmo com a Lei Maria da Penha em vigor, muitas mulheres não se sentem amparadas o suficiente para denunciar seu agressor. Um dos motivos dessa insegurança está relacionada ao temor de sua própria segurança, considerando que a VDCM está em muitos casos relacionada com o feminicídio, sendo considerados

problemas de saúde pública (LUCENA; VIANNA; NASCIMENTO; CAMPOS; OLIVEIRA 2017).

A violência doméstica causa diversos prejuízos à saúde da mulher, afetando seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social, moral ou afetivo. Os sintomas psicológicos mais relatados pelas vítimas são insônias, pesadelos, irritabilidade e falta de apetite. Além disso, problemas mentais graves podem se manifestar em decorrência da violência sofrida, podem surgir também comportamentos autodestrutivos como formas de aliviar o sofrimento (FONSCECA; LUCAS, 2006).

Este problema sociocultural é um assunto de urgência que deve ser tratado com profissionalismo e justiça, apesar de grandes e recentes avanços, muitas mulheres infelizmente acabam mortas vítimas da VDCM, levando alguns casos a crimes de feminicídio.

> Francielle foi torturada pelo marido durante um mês na frente do filho de 1 ano antes de morrer. Camila já tinha registrado queixa por violência doméstica na delegacia contra seu assassino. Darlene foi morta na frente dos filhos pelo marido, que já tinha sido preso três vezes por agredi-la. Valdirene foi assassinada com 19 facadas pelo pai do seu filho de 7 anos, que não aceitava o fim do relacionamento. (VELASCO, PORTAL G1, 2023).

O relato da reportagem é infelizmente o retrato de muitas mulheres e famílias, por mais que haja a medida protetiva, denúncias e uma rede de profissionais envolvidos nos casos, ainda são episódios frequentes da sociedade, ainda há falhas no que diz respeito à proteção dessas vítimas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a violência doméstica é um grave problema de saúde pública com impactos significativos na vida das vítimas, considerando as diferentes formas de violência que podem ser praticadas em um contexto de poder e submissão. A falta de segurança muitas vezes impede que mulheres denunciem seus agressores, por isso, o trabalho frente às vítimas de VDCM precisa ser executado por uma equipe multidisciplinar e capacitada para lidar com a sensibilidade dos casos.

A atuação do psicólogo em diversos campos de atuação promove o acolhimento e empoderamento das vítimas, possibilitando romper com o ciclo de violência. Promover conscientização a respeito da defesa dos direitos humanos, o cumprimento da Lei Maria da Penha e a capacitação de profissionais para encaminhamento das mulheres a serviços especializados, são passos importantes para garantir um ambiente de recuperação seguro das vítimas. Assim, podemos seguir firmes em um compromisso ético e profissional para uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

AMARIJO, C. L. et al. Relações de poder nas situações de violência doméstica contra a mulher: tendência dos estudos. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 11, n.2, e1052, ago. 2020. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732020000200403&lng=en&nrm=iso>.

ANTONI, C., KOLLER, S. H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 21(1), 14-29, 2001. Disponível em: <O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência (bvsalud.org)>.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Lei Maria da Penha n° 11.340, de 7 de agosto de 2006.

COSTA L. F.; BRANDÃO, S. L. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicologia & Sociedade**, 17, 33-41, 2005. Disponível em: <SciELO - Brasil - Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora>.

HIRIGOYEN, M. F. **A Violência no Casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LUCENA, K. D. T.; VIANNA, R. P. T.; NASCIMENTO, J. A.; CAMPOS, H. F. C.; OLIVEIRA, E. C. T. Associação entre a violência doméstica e a qualidade de vida das mulheres. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. 2017; 25: e2901. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/rlae/a/VLggxWwJYfy3vgjr5vP7mmn/?lang=pt#>.

SILVA, C. D. L.; DENARDI, R. C.; BECKER, A. P. S.; DELVAN, J. S. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesqui. prát. psicossociais,** São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 55-65, jun. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005&lng=pt&nrm=iso>.

VELASCO, C.; GRANDIN, F.; PINHONI, M.; FARIAS V. Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas. **Portal G1,** cidade, 08 mar. 2023. Disponível em:<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>.

VIGÁRIO, C. B.; PAULINO-PEREIRA, F. C. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 153-172, 19 dez. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1483>.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: CENTRO POP

Poliana Natacha Peixoto[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; Atuação; Políticas.

INTRODUÇÃO

O intuito deste presente trabalho trata-se sobre o entendimento da atuação do Psicólogo dentro da Assistência Social, focando em específico no Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, que constitui-se em unidade de referência da PSE de Média Complexidade, de natureza pública e estatal.

Entendendo a Psicologia em um diálogo com a saúde coletiva, a atuação do psicólogo visa entender a questão da vulnerabilidade demarcada por esta população. Neste contexto, é importante ressaltar que foi em 2009 que o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou a Resolução nº 109/2009, tratando-se da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo uma resolução importante para a consolidação do Sistema Único de assistência Social (SUAS), portando, a proteção social especial de média complexidade, tipificou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

De acordo com a Resolução nº 109/2009, o Centro de ReferênciaEspecializado para População em Situação de Rua, é o local designado para a oferta desse serviço. Reconhecendo a necessidade de um atendimento específico e especializado para as pessoas em situação de rua, considerando sua vulnerabilidade e complexidade de demandas, marcando o surgimento de um novo paradigma em relação ao atendimento às pessoas em situação de rua, rompendo com o assistencialismo e a tutela e adquirindo status de direito (BRASIL, 2011).

> Esse Serviço é voltado às pessoas que fazem das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência, por meio de ações integralizadas, com foco na inserção social, no acesso a direitos e à proteção social; deve oferecer acompanhamento individual e/ou familiar e promover a articulação intersetorial com as demais políticas públicas, como saúde, habitação, segurança alimentar, trabalho e renda, favorecendo o convívio, a participação

[1] Graduanda do 9° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos.

[2] Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Mestre em Psicologia e Sociedade pelo programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP – Campus Assis) e Doutorando no Instituto de Psicologia da Universidadede São Paulo (USP) no Programa de Psicologia Social e do Trabalho. Atual coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos e supervisor do núcleo de estágio Psicologia e Assistência Social.

ISSN: 2446-8819

> social, novos projetos de vida, fortalecimento coletivo e social, bem como da autoestima e autonomia (BRASIL, 2011).

Portanto, com base na breve explicação sobre quem é o público alvo e o funcionamento do serviço citado, o objetivo deste resumo é retratar qual o papel do psicólogo social, levando em consideração as questões que aflige tal público, e como a atuação ética pode contribuir com o funcionamento das garantias de direitos que estão previstas nas políticas públicas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A defesa do compromisso ético e político dos profissionais vinculados à Assistência Social é a diretriz central do SUAS (Brasil, 2006), o que inclui a psicologia neste âmbito, pois postula sua ação em determinantes sociais e econômicos que produzem sofrimento ético/político (Cordeiro, et al, 2018).

Esta concepção de sofrimento não deve ser entendido como ontológico, mas sim um sofrimento causando a partir das interações do indivíduo com o mundo exterior (Sawaia, 2009), sendo pautada na análise da dialética inclusão/exclusão social, como a autora cita:

> A vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica [...]. Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade" (Sawaia, 2001, p. 56).

Seguindo esta cronologia, a atuação do psicólogo no campo social, deve se embasar na compreensão da vulnerabilidade psicossocial. Consequentemente, atuando de forma reflexiva, superando a tradição de ver e compreender os problemas dos indivíduos de maneira subjetiva, partindo do pressuposto de que, apesar do sofrimento ser singular para cada indivíduo, sua gênese é social, o que exige uma clareza na forma de compreender a desigualdade social e a maneira de atuar sobre ela (CFP, 2011/ Lima; Schneider, 2018).

Sendo assim, com base nos casos atendidos no Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua, os indivíduos estão expostos a diversas violações de direitos, e o profissional deve possuir um olhar ampliado sobre estas questões, pois caso contrário corre o risco de invés de garantir seus direitos, ocorrer novas violações, uma vez que a proteção social tem o dever de garantir o acesso aos serviços necessários (Lima; Schneider, 2018).

Segundo Bock (1999), é de extrema importância a compreensão total das situações de vulnerabilidade que afetam não só os indivíduos expostos, mas também sua família, pois o psicólogo que trabalha com as políticas públicas deve se posicionar, afim da direção da transformação social, para a alteração das condições de vida das pessoas atendidas (Bock, 1999/ Lima; Schneider, 2018).

O artigo "Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social" (2016), das autoras Dattmann, Aragão e Margotto, segue a mesma linha de raciocínio, articulando a discussão sobre uma clínica ampliada ser uma intervenção política, que expõe a prática nas possibilidades de transformações do

sujeito e da sociedade (Dattmann; Aragão; Margotto, 2016).

MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado neste resumo consistiu inicialmente em uma descrição objetiva dos usuários do serviço, com destaque para a questão da desigualdade social. Além disso, buscou-se descrever o objetivo do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua, a fim de estabelecer uma conexão entre as práticas psicológicas e a assistência social.

Para esse propósito, adotou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa, buscando compreender a totalidade do fenômeno investigado, mas concentrando-se em conceitos específicos. Conforme descrito por Bogdan (1982, p. 128-130), a pesquisa qualitativa apresenta as seguintes características: 1) utiliza o ambiente natural como fonte direta de dados, sendo o pesquisador o instrumento principal; 2) tem natureza descritiva; 3) os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo, não apenas com os resultados e produtos; 4) tendem a analisar os dados de forma indutiva; 5) o significado é uma preocupação fundamental na abordagem qualitativa (Lara; Molina, 2015).

A fim de obter resultados confiáveis, foram utilizados materiais como artigos científicos e livros que abordam a atuação do psicólogo na assistência social e o funcionamento do Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situaçãode Rua. Esses materiais foram obtidos por meio de consultas em plataformas acadêmicas, como o Google Acadêmico e o Scielo, reconhecidos pela sua confiabilidade e rigor científico. Portanto, a pesquisa bibliográfica tem como objetivo colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse, buscando o levantamento de livros e revistas relevantes ao assunto que será abordado (Lara; Molina, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Partindo do pressuposto das questões abordadas, destaca-se o papel da Psicologia no âmbito das políticas públicas, particularmente na esfera social. Conforme evidenciado pelos dados apresentados, cabe ao psicólogo garantir a efetivação das diretrizes previstas nas legislações voltadas à proteção social. No contexto específico deste resumo, concentra-se a atenção no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

A atuação do psicólogo nesse contexto envolve uma série de responsabilidades que visam contribuir para a promoção do bem-estar e a inclusão social das pessoas em situação de rua. Como profissional inserido em uma política pública, é incumbência do psicólogo aplicar seus conhecimentos teóricos e práticos para compreender as necessidades específicas dessa população, bem como as demandas psicossociais decorrentes de suas condições de vulnerabilidade (Traverso-Yépez, 2001).

No Centro POP, o psicólogo desempenha um papel essencial ao oferecer acolhimento, atendimento individual e em grupo, intervenções psicossociais e encaminhamentos necessários para garantir o acesso aos serviçossocioassistenciais.

ISSN: 2446-8819

Além disso, busca-se estabelecer vínculos de confiança e promover a autonomia e a resiliência dos usuários, por meio de abordagens que valorizam suas experiências e perspectivas (Damásio; Andrade, 2020).

Nesse contexto, a Psicologia se encontra em constante diálogo com outras áreas profissionais, como assistentes sociais, educadores, profissionais da saúde, entre outros, visando a construção de uma rede de cuidado integral e a articulação de ações intersetoriais para abordar as múltiplas dimensões das demandas apresentadas pela população em situação de rua (Damásio; Andrade, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a atuação do psicólogo no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) representa um importante papel na transformação social e na promoção da inclusão e dignidade dos indivíduos em situação de rua. Por meio de abordagens teórico-práticas embasadas nas políticas públicas de assistência social, o psicólogo busca mitigar as situações de vulnerabilidade, promover a cidadania e estimular a autonomia dessas pessoas. O trabalho do psicólogo, articulado com outras áreas profissionais, visa construir uma rede integrada de cuidado e suporte social, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária, que reconheça e valorize a dignidade de todos os cidadãos (Bastos; Gomide, 1989).

Além disso, é importante mencionar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais que atuam no Centro POP. A complexidade das situações vivenciadas pelos usuários, muitas vezes marcadas por traumas, exclusão social e desafios relacionados à saúde mental, demanda dos psicólogos uma preparação especializada e sensibilidade para lidar com tais questões. A falta de recursos adequados, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de estabelecer parcerias efetivas com outros serviços e instituições também representam desafios enfrentados no cotidiano de trabalho (Traverso-Yépez, 2001).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, A. **A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social.** Estudos de Psicologia Natal, 1999.

BASTOS, A; GOMIDE, P. **O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional,** Psicologia: ciência e profissão, 1989.

CORDEIRO, M; et al. **Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas.** Instituto de Psicologia, 2018.

DETTMANN, A; ARAGÃO, E; MARGOTTO, L. **Uma perspectiva da Clínica Ampliada: as práticas da Psicologia na Assistência Social.** Fractal: Revista de Psicologia, 2016.

DAMÁSIO, T; ANDRADE, G. **O Trabalho Do Psicólogo No Sistema Único De**

Assistência Social: Os Desafios Da Assistência À População Em Situação De Rua. Colóquio de Psicologia, Educação e Trabalho: construindo a inclusão em diferentes contextos, 2020.

LARA, A; MOLINA, A. **Pesquisa qualitativa: Apontamentos, Conceitos e Tipologias**,2015.

LIMA, F; SCHNEIDER, D. **Características da Atuação do Psicólogo na Proteção Social Especial em Santa Catarina**, Psicologia: Ciência e Profissão, 2018.

MORAIS, J; Fonseca, H; Gonçalves, N. **Atuação do psicólogo no sistema único da assistência social**, 2017.

PINHO, R; PEREIRA, A; LUSSI, I. **População em situação de rua, mundo do trabalhoe os centros de referência especializados para população em situação de rua (centro pop): perspectivas acerca das ações para inclusão produtiva**, 2019.

Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, vol. 3, 2011.

Política Nacional de Assistência Social- PNAS: Norma operacional básica-NOB. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

SAWAIA, B. **Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

SAWAIA, B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão**. Petrópolis: Vozes, 2001.
Traverso-Yépez, M. **A interface psicologia social e saúde: perspectivas e desafios.** Psicologia em estudo, 2011.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

CENÁRIOS HISTÓRICOS PRESENTES: TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO BRASIL

Luciano de Oliveira Marques[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Escravidão; Mulheres Negras; Políticas Públicas; Trabalhadoras Domésticas.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Social do Trabalho surge como campo de atuação propriamente da Psicologia, com a perspectiva de estudar e intervir no contexto do trabalho, este campo se preocupa com os processos de transformação que ocorrem por meio de pesquisas e atuação científicas que viabilizam críticas, compreensões e intervenções das condições de trabalho no âmbito da saúde, bem-estar e segurança do trabalhador, seja no contexto organizacional em que podemos encontrar trabalhadores formais, como também no contexto da informalidade ao qual consiste em reconhecer os trabalhadores que não dispõem do registro e direitos trabalhistas (Sato; Coutinho; Bernardo, 2018).

No decorrer da história do Brasil temos diversos tipos de modelos de trabalho advindos do eurocentrismo, como o Taylorismo e o Fordismo, contudo vimos também o modelo mais triste de toda a história do homem ao qual chegou no Brasil por meio de seus colonizadores expandidos margens para a exploração do homem com o modelo escravista (Ferreira; Kalakun; Scheifler, 2018).

Entre 1500 a 1888 mulheres africanas foram submetidas ao regime escravista no Brasil, tendo que exercer jornadas excessivas no trabalho braçal, doméstico e submetidas aos maus tratos e violência sexual, essas condições de servidão, impostas no regime escravista criou um estigma do papel da mulher negra não só no âmbito social, bem como no contexto do trabalho (Ferreira; Kalakun; Scheifler, 2018).

Ainda de acordo com Ferreira, Kalakun e Scheifler (2018) em Trabalho e Sociedade, após o decreto da abolição da escravidão, houve uma procura da população branca de residências urbanas por mulheres negras que pudessem executar o trabalho doméstico em suas residências, ainda que uma possibilidade de trabalho longe dos maus tratos físicos dos coronéis as trabalhadoras negras continuaram a mercê dos maus tratos da população urbana branca, que logo já tinham como cultura naturalizada, a ideia de superioridade sobre a população negra, dessa maneira muitos aspectos do modelo escravista não deixou de existir, ficaram em exercicio de forma oculta.

[1] Estudante do 10º termo de Psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, Psicologia, luciano.marques@unifio.edu.br
[2] Mestre em Psicologia, Psicologia Social, felipe.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

Diante do cenário histórico em que a mulher negra foi inserida no trabalho, a nossa pesquisa propõe-se a investigar, as trabalhadoras domésticas e as relações históricas do período escravista existente no contexto dessas trabalhadoras atualmente, com o intuito de compreender como essa estrutura tem contribuído para uma exclusão da mulher negra no âmbito do trabalho e da cidadania.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sato, Coutinho e Bernardo (2018) no livro “Psicologia Social do Trabalho” pontuam que, a PST têm como fundamento a intenção de questionar, ponderar e apontar as condições e cenários de trabalho que delimitam a condição de vida do trabalhador, assim consideram que esses fatores são importantes para compreender o trabalhador no seu cotidiano dentro e fora do trabalho.

Tonet (2008) em “Introdução a filosofia de Marx” resgata o conceito de trabalho definido pelo filósofo, ao qual partia da concepção de que o trabalho se configurava enquanto uma atividade humana pelo qual os indivíduos transformam a natureza para seu benefício e satisfação de suas necessidades materiais.

Ferreira, Kalakun e Scheifler compreendem que, a partir da lógico de Foucault o trabalho é a formação particular e singular do indivíduo frente ao um contexto social e cultural, essa formação se configura na interação do indivíduo com o objeto, mundo e seu espaço de interação, possibilitando uma experiência, uma reflexão e um reconhecer-se. Neste sentido, ainda na dialética proposta pelos autores no livro Trabalho e Sociedade (2018) é constituída uma leitura do trabalho sobre ótica da Psicologia que contribui na compreensão do trabalho enquanto exercício de participação no mundo, seja essa participação individual como também coletiva, considerando o processo de formação subjetiva.

D”Adesky (2018) traz uma noção da igualdade atrelada à gestão de afirmações de políticas públicas que contribuem para um reconhecimento humano comum entre os grupos sociais em que a mesma não se constitui por indivíduos inferiores ou superiores, mas sim por uma comunidade iguais. Neste sentido seria possível uma compreensão da igualdade como ponto de justiça com oportunidades acessíveis de formas iguais, contudo quando levado em consideração para a narrativa que consolidou e estruturou a escravidão logo podemos visualizar que essa garantia de igualdade se perdeu.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi se constituindo a partir da participação e discussões na disciplina de Estágio Supervisionado do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos, e a partir de consultas bibliográficas em livros e plataformas científicas, visando investigar conceitos e fundamentos concernentes às relações históricas raciais das Trabalhadoras Domésticas, propondo o acesso desta pesquisa a todas as pessoas interessadas na temática, principalmente as Trabalhadoras ao qual fazem parte desta investigação.

No processo de pesquisa seguiremos em quatro etapas, sendo a primeira: o trabalho enquanto atividade humana transgeracional: considerações históricas que

ISSN: 2446-8819

estruturam um modelo racista; segundo: o trabalho como instituição de vida e cidadania, compreensões a partir do modelo escravista no brasil; terceiro: o trabalhadoras domésticas, ontem, hoje e amanhã; quarto: a psicologia social do trabalho: reflexões antirracistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Brasil, os modelos de trabalho vieram enviesados através das culturas eurocêntricas, de primeiro momento podemos enfatizar a intensificação de uma sociedade colonizadora. O cenário brasileiro recebeu a invasão portuguesa em 1.500, os critérios para a exploração do trabalho e dos povos indígenas que habitavam o Brasil se deram por meio da cor da pele e a relação de dominação presente no colonizador, que não reconhecia o trabalho livre, assalariado, permitindo a colônia se constituir enquanto polo da escravidão (Ferreira; Kalakun; Scheifler, 2018).

De fato, a abolição assim como descrito por D"Adesky não foi decretada, pois dela surgiu um acontecimento que inferioriza a população negra em comparação a população branca, tal abolição estruturou a desigualdade afirmou a estrutura de ocupações que a população negra poderia exercer assim, deixados a mercê dos trabalhos menos valorizados. Aqui resgatamos a colocação da mulher negra na função de doméstica, enquanto o homem negro, de forma indireta passou a compor o exercício do trabalho longe do contexto do campo, a mulher ainda ficou sujeita sobre os moldes do poder e punição de brancos colonizadores, ficando ainda sob os riscos do assédio e da violência sexual, tanto em seu novo contexto como ainda na casa os senhores de engenho, pois o serviço executado por essas nas grandes casas tornou-se naturalizado a ponto de ser associado majoritariamente as mulheres negras. A categoria de Trabalho doméstica se reafirma sobre este cenário de servidão e escravidão e se populariza as mulheres negras sob essa estrutura racista ao qual se fez a distinção de raças, grupos sociais menos favorecidos.

O fato é que o trabalho doméstico sempre existiu na atividade humana, contudo, a relação de trabalho tornou-se historicamente como uma ferramenta de exploração. Para Leonardo Lima (2022) em sua Tese de Doutorado, o mesmo parte da concepção que que "a base cultural das condições de exploração e desvalorização dos serviços domésticos está na herança colonial da escravidão no Brasil", assim consideramos que essa percepção fica mais crítica quando relacionado só com a condição e trabalho, bem como a figura que representava essa atividade no período colonial e escravista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De primeiro momento a nossa pesquisa buscou uma retrospectiva histórica em relação ao modelo escravista, posteriormente trouxemos apontamentos relacionados às condições de trabalho em que as mulheres negras foram submetidas no período escravista e como as condições do período em questão se manteve firme no pós-abolição, configurando a imagem da mulher negra em posição de servidão e submissão. No brasil quem deu a voz a categoria das Trabalhadoras Domésticas, foram as mulheres negras, contudo, ainda existe uma visão colonizadora sobre essas

ISSN: 2446-8819

trabalhadoras. A percepção de que a mulher negra está situada sobre a condição de uma relação colonizadora, não é mera percepção, é de fato uma realidade, mas o fato também, é que a sua figura enquanto trabalhadora está estigmatizada nessa situação a ponto de restringi-la na participação de outros exercícios. Cabe ressaltar que a mesma possui o direito de escolher onde quer estar, neste sentido é que nos cabe um olhar antirracista e descolonizado para enxergá-la na posição que desejar, dessa maneira, nos próximos momentos dessa pesquisa direcionaremos os nossos estudos em buscas de possibilidade de uma intervenção antirracista neste contexto das Trabalhadoras Domésticas.

REFERÊNCIAS

D'ADESKY, Jacques Edgard. **Percursos para o reconhecimento, igualdade e respeito**. Cassará, 2018.

FERREIRA, Adriana; KALAKUN, Jacqueline; SCHEIFLER, Anderson B. **Trabalho e sociabilidade**: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595025578.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

GORDON, Lewis R. Prefácio; FANON, Franz; SILVEIRA, Renato da. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. 2008.

LIMA, Leonardo Araujo. **Dramas do trabalho e da sobrevivência de domésticas-diaristas: servir, reagir e devir**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SATO, Leny; COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol. **Psicologia social do trabalho**. Editora Vozes Limitada, 2018

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. Introdução à filosofia de Marx. **São Paulo: Expressão Popular**, 2008.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

IMPLICAÇÕES DA SAÚDE MENTAL DA CRIANÇA EM RELAÇÃO AO ISOLAMENTO SOCIAL CAUSADO PELO COVID 19

Beatriz de Almeida Mello Perini
Karina Faustino Bernini [1]
Fabio Sagula[2]

Palavras-chave: Covid; Saúde Mental; Isolamento Social; Criança; Pandemia.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe consigo desafios sem precedentes para a sociedade global, impactando profundamente diversas esferas da vida humana. Um dos aspectos mais preocupantes e que merece atenção especial é o efeito do isolamento social nas crianças e suas implicações na saúde mental. O presente estudo tem como objetivo explorar as implicações da saúde mental da criança em relação ao isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. A infância é uma fase crucial do desenvolvimento humano, durante a qual ocorrem avanços significativos na formação física, emocional e cognitiva. A saúde mental nessa fase é fundamental para o bem-estar a longo prazo, e o isolamento social prolongado, causado pelas medidas de contenção do vírus, pode ter consequências duradouras e profundas nas crianças.

A pandemia do coronavírus atingiu toda a sociedade, afetando muitos aspectos da vida coletiva e individual, como ramificações na esfera da saúde mental. Segundo os estudos sobre situações da quarentena, sinaliza-se a alta prevalência de efeitos psicológicos negativos, como raiva, medo, insônia e humor rebaixado. (CEPEDES 2020a; BROOKS et al., 2020).

Compreender as implicações da saúde mental da criança durante o isolamento social é crucial para informar políticas públicas, intervenções e apoio adequado às famílias e às crianças que enfrentaram essas circunstâncias adversas. Além disso, o estudo pode fornecer insights valiosos sobre estratégias eficazes para conter os impactos negativos do isolamento social e fortalecer a resiliência das crianças diante de situações desafiadoras.

[1] Discentes do 10º termo do Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO. Curso de Psicologia, 260619@unifio.edu.br, karina@unifio.edu.br.

[2] Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Assis/SP (2003); Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP na área de Infância e Realidade brasileira; Experiência na área de Psicologia, com ênfase em Ludoterapia, Psicoterapia individual de orientação psicanalítica, Psicodiagnóstico e Orientação vocacional; Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2016); Pós-doutorado em Filosofia da Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2018); Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica (2009) pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM; Docente no Centro Universitário de Ourinhos - UNIFIO, professorfabio@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

Diante disso, esse estudo tem como objetivo explorar as implicações da saúde mental da criança em relação ao isolamento social causado pela pandemia de COVID-19, bem como conscientizar a sociedade sobre a importância de proteger a saúde mental das crianças durante crises sanitárias e períodos de isolamento social.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza a doença causada pelo novo coronavírus como uma pandemia. A SARS-CoV-2, Covid 19, é uma doença infecciosa que tem como principais sintomas o cansaço, a febre e tosse seca, podendo apresentar sintomas como perda de paladar, congestão nasal, conjuntivite, dor de cabeça, calafrios, etc. Diante disso, quanto mais o vírus circular através das movimentações das pessoas, mais chances do vírus sofrer mutações (OPAS, 2021). Como forma de contenção do vírus foram aplicadas medidas não farmacológicas, como o isolamento social, fechamento de escolas e empresas, fazendo-se necessário que toda a população pudesse aderir ao confinamento (OPAS, 2020).

Estudos apontam que a pandemia da COVID-19 afetou significativamente a saúde mental de crianças e adolescentes, tornando-os mais vulneráveis a desenvolver quadros depressivos e ansiosos, resultado da solidão e isolamento experimentados durante a quarentena (SEGRE G, et al., 2021). Isso se deve às mudanças significativas que ocorreram na forma como elas se desenvolvem, aprendem, crescem, se comportam e interagem, além da forma como lidam com suas emoções e sentimentos, entre outros aspectos.

Diante do contexto pandêmico, algumas formações sintomáticas foram desencadeadas nas pessoas, refletindo o impacto emocional e psicológico. Algumas delas como a síndrome do pânico, a angústia por temer a morte, sintomas hipocondríacos, mudança no registro de humores e até mesmo rituais obsessivo-compulsivo, já que muitos sujeitos passaram a seguir normas sanitárias de limpeza de forma radical. (BIRMAN, 2020, p. 110). Há também o aumento da procura de álcool, drogas ilícitas e até mesmo lícitas, como os ansiolíticos e antidepressivos, estabelecendo um crescimento significativo do vício durante a pandemia.

Birman (2020) também ressalta que durante a pandemia muitas pessoas não conseguiram fazer nada em seus dias, ficando com a energia gasta e desperdiçada na forma repetitiva e persistentes rituais higiênicos compulsivos. Essa conduta pode resultar um esvaziamento de si, apresentando depressões severas, associadas a esses comportamentos obsessivos-compulsivos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos o método de revisão bibliográfica. Dessa forma, voltamos nosso olhar as pesquisas já publicadas das quais trazem em seus estudos a pandemia de Covid-19, a infância no contexto pandêmico e as contribuições da psicologia para melhora da qualidade de vida das crianças.

ISSN: 2446-8819

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica mostra os efeitos da pandemia da COVID-19 com foco especial nas crianças. Os resultados e discussões apresentados são as consequências para a saúde mental, pois a pandemia trouxe mudanças bruscas no modo como as pessoas se organizam socialmente, levando a manifestações de sentimentos negativos, como confusão, raiva e estresse pós-traumático. O medo de contrair a COVID-19 e a preocupação com a segurança dos familiares têm sido fontes de sofrimento psicológico.

Em resumo, é ressaltado a importância de compreender os efeitos da pandemia na vida das crianças e adolescentes, especialmente em relação ao seu desenvolvimento físico, emocional e social, e destaca a necessidade de cuidados adequados para reduzir os efeitos negativos a longo prazo.

Por fim, é necessário a atenção contínua à saúde mental e ao desenvolvimento infantil, especialmente em momentos de crise como a vivência durante a pandemia da COVID-19. Políticas públicas que visem mitigar os negativos na infância e adolescência, bem como o fortalecimento de ações voltadas para o apoio psicossocial e educacional das crianças, tornam-se fundamentais para promover um desenvolvimento saudável e sustentável da população mais jovem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças foram afetadas pelo isolamento social durante a pandemia de COVID-19. Essa situação trouxe uma série de desafios com consequências em diversos aspectos de suas vidas. Afetou a saúde mental, levando a um aumento na ansiedade, estresse e depressão. A falta de interações sociais presenciais com amigos, colegas e familiares pode ter resultado em sentimentos de solidão e desconexão. O fechamento das escolas ou a transição para o ensino remoto tiveram implicações no aprendizado e no desenvolvimento acadêmico das crianças. A falta de acesso a uma educação presencial pode ter afetado negativamente o progresso acadêmico, especialmente para aqueles com dificuldades de aprendizagem. O isolamento pode ter exacerbado desigualdades já existentes. Crianças em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem ter enfrentado dificuldades para acessar recursos educacionais, tecnologia, alimentação adequada e suporte psicológico.

Com a redução de atividades ao ar livre e a adoção de estilos de vida mais sedentários, algumas crianças podem ter experimentado um declínio na saúde física e no bem-estar geral. A pandemia trouxe consigo uma enxurrada de informações, nem sempre precisas, e crianças podem ter sido expostas a notícias e discussões sobre a doença que podem ter causado ansiedade e confusão. As famílias também enfrentaram desafios durante o isolamento, e as crianças podem ter sido afetadas pelo estresse de seus pais ou responsáveis, que enfrentaram preocupações financeiras, medo do contágio e adaptação a novas rotinas. É importante que pais, educadores e profissionais de saúde estejam atentos às necessidades emocionais das crianças e forneçam apoio adequado durante e após esse período desafiador.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do Coronavírus.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. Recurso eletrônico (formato: epub). ISBN 978-65-5802-011-0.

BROOKS, S. K., WEBSTER, R. K., SMITH, L. E., WOODLAND, L., WESSELY, S., GREENBERG, N., & RUBIN, G. J. (2020). **The psychological impact of quarantine and how to reduce i**t: rapid review of the evidence. The Lancet, v. 395, n. 10227, p. 912-920, 2020.

Centro de estudos e pesquisas em emergências e desastres em saúde; Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde mental e Atenção Psicossocial na Pandemia**. COVID-19: Recomendações gerais. Brasília, 2020 a.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Orientações para a aplicação de medidas de saúde pública não farmacológicas a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade no contexto da COVID-19**. Washington, DC: OPAS; 2020.

SEGRE, G., CAMPI, R., SCARPELLINIi, F. *et al.* **Entrevistando crianças:** O impacto da quarentena do COVID-19 no sofrimento psicológico percebido pelas crianças e mudanças na rotina. *BMC Pediatr* 21, 231 (2021). https://doi.org/10.1186/s12887-021-02704-1.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: VIOLÊNCIA SEXUAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Vitória Maria Rossi Giati[1]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[2]

Palavras-chave: Mulheres; População em situação de rua; Invisibilidade; Vulnerabilidade; Violência.

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa em questão tem o intuito de possibilitar uma análise sobre as principais dificuldades vivenciadas por mulheres em situação de rua, quais os desafios de não apenas estar cotidianamente nas ruas, mas também ser uma mulher em um contexto de extrema insegurança e violência, analisar os números que oferecem um panorama sobre essa realidade, os principais motivos que levam as mulheres a estar em situação de rua e estratégias para se protegerem da violência que as acomete frequentemente. O objetivo principalmente deste estudo foi compreender o que perpetua a condição de estar em situação de rua, quais os índices e razões para tal realidade não apenas ainda existir, mas também aumentar de forma significativa. A justificativa da seguinte pesquisa se embasa no crescimento significativo dessa problemática durante a pandemia do COVID-19, acometendo questões de saúde mental e saúde pública, sendo um tema de extrema importância para o olhar psicológico, devendo ser de interesse social e político. Por fim, a metodologia utilizada foi baseada em uma abordagem sócio-histórica, realizando um retorno histórico na condição de pessoas em situação de rua decorrente de pesquisas bibliográficas em sites que auxiliassem na estruturação do estudo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A construção histórica do lugar da mulher na sociedade influencia diretamente nas dificuldades que as mulheres em situação de rua passam, levando em conta dados do Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada (IPEA), entre 2019 e 2022 teve um aumento de 38%, sendo substancialmente a quantidade nacional de 281.472 pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade, sendo essa condição favorável para que estas sofram preconceitos e violências, uma das abordadas no trabalho sendo a sexual traz consigo traumas profundos na psique do sujeito, sendo necessário adquirir estratégias como sempre estar em grupos ou se relacionar com parceiros por

[1] Graduanda em Psicologia, UNIFIO, Psicologia, vitoria.giati@gmail.com.
[2] Graduação em Psicologia Clínica e Organizacional pelo Centro Universitário de Ourinhos/UNIFIO, graduação em Pedagogia pela Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo e mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, UNIFIO, Psicologia, lu_fr@yahoo.com.br

ISSN: 2446-8819

vezes violentos, mas que auxiliam na proteção destas nas ruas. Analisando dados bibliográficos, foi observado que uma das razões que levam as mulheres a saírem de suas casas é a violência múltipla sofrida por familiares dentro de suas casas, causando um ciclo de inferiorização e humilhação onde é necessário achar formas de sobreviver dia após dia.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi estruturado a partir de uma vasta pesquisa bibliográfica para possibilitar uma coleta de dados mais abrangente de início, foram utilizados sites de busca como Google Acadêmico, Scielo, revistas de psicologia virtuais, usando palavras chaves para selecionar as publicações que continham informações para a produção da ideia da pesquisa. Foi utilizado também sites de estatísticas do governo federal para dar uma visão quantitativa da problemática, com enfoque na situação de rua que acometem as mulheres. A abordagem sócio-histórica foi a base principal para direcionar tanto a escrita quanto a pesquisa, sendo o trabalho formulado a partir de dados científicos de uma realidade que necessita ser analisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo principal da pesquisa foi tentar compreender de forma mais profunda as condições que se vivem mulheres em situação de rua, o que foi constatado que, além de os indivíduos já carregarem um estigma de preconceito e estarem marginalizados de forma geral, no caso das mulheres, acrescenta-se o preconceito que historicamente caminha com a figura feminina, favorecendo a violência estrutural não só entre gêneros, mas também evidencia o preconceito entre as classes sociais, pois a pobreza e vulnerabilidade é também uma realidade. Ademais, o campo social é espaço fértil para a atuação da psicologia, que se faz presente na forma de buscar entender essas implicações e trabalhar para possibilitar novos rumos e olhares para um problema que é mais do que nunca de saúde pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível obter dados importantes sobre uma condição que perpassa quase que cotidianamente à vista da sociedade, estampada em praças, ruas, viadutos, e que se caracteriza como comum, o sofrimento e a vulnerabilidade relacionados a essa problemática escancara uma realidade complexa e urgente principalmente no campo de políticas públicas, de uma necessidade na continuação do diálogo entre assistência social e psicologia, uma grande limitação social em compreender e abordar por vezes um tema tão necessário que é a violência sexual relacionada a reflexões sobre papéis sociais e de classe, mas que ao mesmo tempo, permanece em movimento nos estudos e questionamentos que precisam ser feitos, pensando na magnitude que essa situação tomou após um longo período de pandemia na saúde e na sociedade de maneira geral. Por isso, apesar da dificuldade em dialogar sobre as implicações que afetam essa parcela da população, ainda sim há de existir esperança e muita discussão para impulsionar uma mudança na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília-DF. dez/2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CARDOSO, R.; CHAUÍ, M.; PAOLI, M.C. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Zahar Editores S.A, Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <https://vdocuments.mx/perspectivas-antropologicas-da-mulher-4.html?page=3>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ESMERALDO, A. F. L; XIMENES, V. M. Mulheres em situação de rua: implicações psicossociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KLwKD3dMyJq6g95Xz5wBvgH/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MALGARIN, B.G.; BENETTI, S.P.C. O abuso sexual no contexto psicanalítico: das fantasias edípicas do incesto ao traumatismo. **Aletheia [online]**, Canoas, n.33, p. 123-137, set./dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300011>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MONTFERRE, H. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, fev. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

ROSA, A.S.; BRÊTAS, A.C.P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação [online]**, Botucatu, v.19, n.53, p. 275-285, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/icse/2015.v19n53/275-285/pt>. Acesso em: 05 jun. 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O AGRAVAMENTO DA ANSIEDADE DURANTE A PANDEMIA DA SARS-COV-2 (COVID-19)

Emily Malvassoura Sanches[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave: Pandemia; Sars-cov-2; Ansiedade; Freud; Psicanálise

INTRODUÇÃO

Os anos 2020 e 2021 foram marcados por um cenário caótico que se alastrou pelo mundo todo: a chegada da doença Sars-cov-2, conhecida popularmente como Covid-19. Com a rapidez que essa se alastrou, em 11 de março de 2020, poucos meses após a chegada da doença no Brasil, a Organização Mundial de Saúde, UNA-SUS, declarou com uma pandemia mundial (ASCOM SE/UNA-SUS, 2020).

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz (julho de 2021), pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença, epidemia é considerada uma pandemia quando o surto afeta uma região e se espalha por diferentes continentes, sendo sustentada a transmissão.

A diversidade e complexidade dos sintomas: tosse, dor de garganta, cabeça e muscular, febre, sintomas e problemas respiratórios (fadiga, desconforto ao inspirar e expirar) torna-se preocupante, pois os sintomas não acometiam de forma igual os indivíduos e muitas vezes estes eram assintomáticos, ou seja, não manifestavam sintoma nenhum (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANAS DA SAÚDE, 2020).

Devido as complicações e agravamentos dos infectados, redes e profissionais de saúde começam a enfrentar o problema de superlotação. A disseminação da doença aumenta cada vez mais, ninguém está imune ao vírus, então, uma medida extrema, porém necessária é tomada pelo Governo Brasileiro em 20 de abril de 2020: o confinamento, mais conhecido pelo termo inglês *lockdown*, uma abordagem bem sucedida em Wuhan, China, que consiste em um isolamento em massa, ou seja, o cidadão deve ficar confinado em sua residência e não sair sem ser necessário e sem ordens (UNA-SUS, 2020).

Com as intensas mudanças em curto período de tempo, o cidadão brasileiro encontra-se desorientado com “novo estilo de vida”, sendo obrigado a abrir mão de sua rotina e adequar-se as normas de proteção que foram impostas, tais mudanças além da sensação de perda (subjetiva, acadêmica, profissional) acarretam uma série de psicopatologias, caracterizadas pelo sofrimento. Dentre elas podemos citar ansiedade, que teve um aumento de 25% no cenário pandêmico brasileiro (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, OMS).

[1] Graduanda do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos, email: emillysanches210@gmail.com
[2] Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos, email: eduardo.kobori@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

Seguindo a linha psicanalítica de Freud, a temática da ansiedade é articulada em primeiro momento, ao tratar das neuroses atuais, a partir da observação clínica, pode-se observar que a tensão sexual, acumulada, escapava sob a forma "transformada" de ansiedade e ao ser reprimida, acumula-se em uma espécie de angústia que não completada transformava-se em ansiedade (FREUD, 2014).

Com o aprimoramento de seus estudos, o pai da psicanálise distingue dois tipos de ansiedade: a realística, uma reação à percepção de um perigo externo, um reflexo racional e inteligível e a neurótica, ambas relacionadas com eventos traumáticos (FREUD, 2014).

O principal objetivo é investigar como o período pandêmico está ligado ao agravamento dos quadros de ansiedade no Brasil, quais fatores externos e internos acarretaram o acontecimento e aumento da psicopatologia, os prejuízos psíquicos causados pela pandemia da Sars-cov-2 e o sofrimento que advém da ansiedade.

Á partir de uma ampla investigação no evento da pandemia da Covid-19 duração, sintomas, mudanças na vida social e pessoal de todos, disseminação da doença, internações, mortes, e a relação que esta apresenta no agravamento dos quadros de ansiedade, ou seja, quais fatores levaram à este evento, o porquê, quais as variações e manifestações do transtorno, com intuito de possibilitar um maior entendimento da relação do transtorno de ansiedade (TA) com a pandemia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tendo início em 2020, o cenário de pandemia no Brasil obrigou uma série de mudanças no dia a dia dos cidadãos, foi necessário adequar-se à novas regras e padrões, como serviços em *home office,* ensino online e adaptações à forma de sentir e demonstrar o luto: sem nenhum tipo de contato físico para despedidas. O toque já não é mais uma realidade, o consolo desta forma é inviável, assim, sentimentos como culpa, angústia, insegurança são potencializados (SANAR, 2020).

Nesse sentido, torna-se necessário o aprofundamento teórico para que possamos compreender e lidar com este problema de saúde pública que se estende para a saúde mental. Para isso, utilizaremos como referencial teórico a Psicanálise.

Tomando por referência a obra *Inibição, sintoma e angústia* de Sigmund Freud, o pai da psicanálise, em seus primeiros estudos sobre ansiedade, esta é uma tensão sexual acumulada em forma de angústia que ao não ser completada é transformada e liberada sob forma de ansiedade, sendo exemplificada como realística e neurótica, ambas advindas de experiências traumáticas (FREUD, 2014).

No ser humano, o nascimento seria a primeira vivência individual da angústia, dando os traços característicos à tal expressão, mas esta afirmação não permite deixar de lado o fato de uma necessidade biológica de afeto em uma situação de perigo. Os primeiros eventos de angústia ocorrem antes da diferenciação do Supereu, sendo assim, o nascimento não seria a causa de toda fonte da angústia humana (FREUD, 2014).

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a execução do projeto de pesquisa, será adotada uma pesquisa não experimental qualitativa, com o enfoque nas variáveis independentes e não manipuláveis (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, p.168). Consiste em uma pesquisa teórica, cujo levantamento bibliográfico fornece dados recentes e relevantes sobre os trabalhos já realizados sobre o tema.

Esta pesquisa é caracterizada como histórico-exploratório (MARCONI e LAKATOS, 2009, p.12) e tem como foco a relação entre pandemia e ansiedade. Para tanto, além da consulta aos materiais impressos, será realizada uma busca online em portais de divulgação de trabalhos científicos (Scielo, Google Acadêmico). Com foco na linha teórica da psicanálise de Sigmund Freud e obras como: “Inibição, sintoma e angústia”.

As pesquisas e estudos exploratórios são realizados com o objetivo de examinar um tema ou problema pouco estudado, deseja investigar um assunto no qual ainda permanecem dúvidas, analisar e familiarizar com fenômenos desconhecidos ou novos (SAMPIERI, et.al, 2013).

RSEULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de um levantamento bibliográfico e de uma pesquisa não experimental qualitativa que ainda será realizada, com estudos aprofundados, nota-se um nítido aumento de ansiedade durante o período de pandemia da Sars-cov-2 (Covid-19). O objetivo para a conclusão do trabalho é o de identificar as causas desse aumento com a pandemia, como o medo do desconhecido, mudanças de hábitos e rotinas, mortes, internações, fatores internos e externos, perdas, luto, cooperaram para esse agravamento.

Eventos pandêmicos são marcados por intensas mudanças. No caso da pandemia da Covid-19, a principal foi no convívio social e no toque, este necessitou ser deixado de lado por tempo indeterminado, com o objetivo de reduzir a disseminação do vírus e evitar o contágio. Mas afinal, quem somos quando já nos perdemos do outro e de nós mesmos?! Como descobrir e redescobrir o mundo, sem poder tocá-lo?! (POLETTO, 2021).

A chegada da pandemia acaba por extinguir reconhecimentos através do corpo, o indivíduo torna-se desconhecido de si mesmo, como se tivesse perdido o objeto (representado pela perda de alguém, o luto) e a referência de si mesmo, há a ausência do outro, mas também há a própria ausência. Desamparo e angústia tornam-se os piores inimigos da mente humana neste momento (POLETTO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa apresenta relevância para o campo da saúde mental, seguindo pelo caminho da Psicologia e tendo como principal referencial teórico a Psicanálise, tendo em vista de que a pandemia foi um evento recente e que seus danos ainda não tão claros, o objetivo desta pesquisa é o de investigar e identificar

como tal evento contribuiu de forma tão significativa para o agravamento nos quadros de ansiedade no Brasil, durante o período pandêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).** Confinamento (lockdown) na pandemia por COVID-19: três experiências, três interpretações, 2022. Acesso em: 17.jul.2023. Disponível em: https://www.unasus.gov.br/especial/covid19/markdown/554

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **O que é uma pandemia**. São Paulo.2021. Acesso em:17.jul.2023. Disponível em: https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia

FREUD, S. Inibição, sintoma e angústia. In: _____. **Obras completas, volume 17**: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929) / Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza. – 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara de P.; HOHENDORFF, Jean V. **Manual de Produção Científica**. Porto Alegre: Grupo A, 2014. *E-book.*

Linha do tempo do Coronavírus no Brasil. SANAR, 2020. Acesso em: 09.mar.2023, 12.jul.2023, 03.ago.2023. Disponível em: https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil

Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. **Organização Pan-Americana de Saúde, 2022.** Acesso em: 19.jul.2023. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em

POLETTO, Adriana. Quando um morre e o outro sobra em vida: reflexões sobre a morte em tempos de pandemia de covid-19. ***Estud. Psicanal*.** [online] n.55. Belo Horizonte. 2021. Acesso em 03.ago.2023 e 04.ago.2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372021000100011

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Grupo A, 2013. *E-book*. Acesso em: 04 ago. 2023.

UNA-SUS. Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus, 2020. **Ascom SE/UNA-SUS.** Acesso em: 09.mar.2023 e 18.jul.2023. Disponível em: https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Luana Caetano Hilário[1]
Ricardo da Silva Franco[2]

Palavras chaves: Rua; Psicossocial; CRAS; CREAS; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discute as garantias e os direitos das crianças e adolescentes em situação de rua. O Consultório de Rua pode auxiliar na efetivação desses direitos por meio da assistência social, integração com outros programas e atenção integral a população em situação de vulnerabilidade e risco. Assim, a colaboração entre os diferentes órgãos públicos pode combater o abuso de poder e oferecer suporte adequado a essa população. Para enfrentar essas questões, é necessário haver o financiamento e é preciso qualificar os profissionais, e seguir com os objetivos dos serviços em conjunto.

O acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) deve oferecer serviços que atendam as necessidades do território, para ocorrer a regulamentação e fiscalização na qualidade da segurança e garantia dos serviços. O atendimento oferecido pelo Programa Consultório de Rua auxilia na inserção da população em risco de forma humanizada, e abre caminho para outras redes de apoio, que podem ser criadas por profissionais de diversas áreas, como psicólogos, médicos, assistente social e fisioterapeutas.

Segundo a Política Nacional da Atenção Básica do SUS (2011), pela portaria n.º122, de 5 de janeiro de 2011, e visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

Assim sendo, o programa Consultório de Rua, ao oferecer atendimento humanizado, auxilia na inclusão de indivíduos em risco, como crianças e adolescentes em situação de rua, abrindo caminho para outras redes de apoio. No entanto, a pesquisa questiona como esse programa pode garantir de maneira efetiva os direitos desses jovens em situação de vulnerabilidade, considerando os desafios de sua vida em um ambiente público, além de enfatizar a importância do apoio da assistência social para a inclusão em outros programas.

[1] Discente do curso de Psicologia, do Centro Universitário de Ourinhos.
[2] Docente do curso de Psicologia, do Centro Universitário de Ourinhos.

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta pesquisa aborda estudos que investigam a relação entre mães e recém-nascidos na comunicação e na introdução familiar. Para Winnicott (2020), destaca-se a importância da mãe primária na identificação e estímulo do vínculo para o desenvolvimento da criança. De acordo com a teoria Winnicottiana, o período de dependência absoluta é crucial para o crescimento emocional e social do bebê.

As trocas de sentimentos afetivos são fundamentais para a transição do estado não integrado para a integração. Durante esse processo, o nenê começa a expressar suas necessidades, sinalizando o que é essencial para sua sobrevivência, aproximando-se da dependência relativa em busca da independência.

Os afetos são muito importantes para a comunicação, relações, estabilidade emocional e desenvolvimento adequado. Winnicott argumenta que (2020), quando o bebê se torna independente e usa a imaginação para criar sua própria identidade. Além disso, a ausência da cuidadora pode ser suprida pelas fantasias com o objeto transicional, contribuindo para a sensação de segurança e a criação de um mundo de desejos e sentimentos. Dessa forma, requer ainda a necessidade de orientações dos pais para as novas experiências e os novos modelos de relacionamento na fase de independência.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, para auxiliar na organização das informações e na compreensão do tema. A psicanálise Winnicottiana para o público-alvo, que compreende a faixa etária de 0 a 18 anos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reconhece os direitos e deveres da referência da legislação a partir das diretrizes, que está estabelecido pela lei n.º 8.069/1990.

Portanto, para que as ações de prevenção contra a violência, cujo objetivo é abordar os direitos fundamentais através a partir da assistência social, sejam realizadas através das tipicações dos serviços.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À medida que ocorre o desenvolvimento, a criança percebe sua relação com outras pessoas e forma de relacionamentos por meio da comunicação não verbal. O ambiente adequado e o suporte são fundamentais para que a criança se desenvolva de forma segura e integrada na sociedade. Dessa forma, tanto o CRAS quanto o CREAS disponibilizam serviços e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo atendimento especializado para a proteção e o desenvolvimento de crianças e adolescentes em risco pessoal ou social. A supervisão e controle constantes são fundamentais para garantir a qualidade dos serviços fornecidos.

Segundo o decreto da lei nº 8.742, de dezembro de 1993, a lei Orgânica de Assistência Social, Art. 1º, o direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Os mecanismos de enfrentamento devem

possuir uma série de medidas e recursos para garantir o mínimo necessário, atendendo às necessidades básicas da população, fundamental para sua sobrevivência. A produção da saúde deve ser adaptada à forma como o território em que essa população está localizada funciona, para poder promover nesse espaço um lugar onde se alcancem as metas e as diretrizes das leis.

Dessa forma, os direitos das pessoas em situação de rua são um desafio, exigindo abordagem integrada e a colaboração da sociedade com as instituições. Isso implica em diversos setores para garantir o acesso aos direitos, que devem ser assegurados, e tomar decisões que possam ter um impacto significativo na vida de várias pessoas. Por outro lado, o problema é estrutural e requer a análise da eficácia das diretrizes que se aplicam à realidade do dia a dia dessas pessoas, para poderem atender à demanda e ser acessíveis às condições do território.

Segundo Hilário (2023), a presença de uma rede de apoio, como a proporcionada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), é essencial para que a mãe receba suporte emocional e prático, o que contribui para o fortalecimento dos laços afetivos entre mãe e bebê.

O acompanhamento dos pais é essencial para facilitar a estruturação da rotina e alcançar a fase adulta. O ambiente propício, construído em conjunto com a equipe, proporciona sentimentos de segurança e integração social. Os vínculos construídos, como o objeto transicional, são fundamentais para expressar conexão com o mundo externo, para enfrentar os desafios e incluir os jovens em programas comunitários, são iniciativas importantes para o acesso a serviços e a construção de identidade.

Segundo Hilário (2023), os profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) tem a possibilidade de utilizar as ideias de Winnicott para trabalhar com as famílias e proporcionar um ambiente acolhedor e seguro para o crescimento infantil. A compreensão das necessidades emocionais dos bebês e o estímulo ao vínculo mãe-filho são aspectos fundamentais no trabalho com as pessoas em condição de carência socioeconômica.

Desse modo, a Tipificação de Serviços Socioassistenciais através dos serviços do PAIF, SCFV – Serviço de PSB no domicílio, permite que os técnicos que atuam no município a instituição está localizada, possibilita a garantia da qualidade dos serviços e trabalhar em conjunto com as outras equipes, como o CREAS.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social desempenha um papel especializado no atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos e que está instituída pela portaria MDS nº 843, 2010 (CREAS, 2011). Por esse lado, a teoria de Winnicott pode ser aplicada na promoção de um trabalho social especifico que valorize a escuta, o acolhimento e a criação de espaços de reflexão e diálogo. O objetivo é proporcionar às famílias e pessoas um ambiente de cuidado e segurança, que permita a reconstrução de suas trajetórias de vida e o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais para superar as dificuldades enfrentadas.

Dessa forma, ao relacionar a teoria de Winnicott com o trabalho realizado no CRAS e CREAS, fica claro a relevância de promover um atendimento sensível e humanizado. O suporte oferecido nas unidades socioassistenciais e na estratégia do Consultório de Rua, através da identificação do território, pode contribuir significativamente para o que as dinâmicas são desenvolvidas pela equipe

ISSN: 2446-8819

especializada em conjunto com as instituições. A implementação no território tem como base o gerenciamento dos resultados, o fortalecimento dos laços familiares, a superação de desafios e a construção de um ambiente mais saudável e acolhedor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o atendimento no CRAS e CREAS demonstra que esses serviços têm um papel fundamental na promoção da proteção social, prevenção e intervenção em situações de vulnerabilidade e violação de direitos, fornecendo suporte essencial para famílias e indivíduos em risco. O trabalho desenvolvido em conjunto com o atendimento do Consultório de Rua enfatiza o papel do cuidado, da empatia da assistência social, que fica evidente a partir da teoria de Winnicott sobre o desenvolvimento saudável da criança e da construção de relações afetivas e seguras.

REFERÊNCIAS

DONALD, Winnicott Woods. **Da Pediatria à Psicanálise**: Obras Escolhidas. Imago: Londres, 2000. DONALD, Winnicott Woods. Bebês e suas Mães. Ubu Editora: São Paulo, 2020.

HILÁRIO, Luana Caetano. **O Atendimento Psicossocial a Crianças e Adolescentes em situação de rua**: UniFio: Ourinhos, 2023.

GOV. **Consultório na Rua**. Ministério da Saúde: Brasília. Disponível em:<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/consultorio-na-rua>. Acesso em: 28 de jul, 2023.

GOV. **Estatuto da criança e do adolescente**: LEI No 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Presidência da República Casa Civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.Acesso em: 26 de jul, 2023.

GOV. **Lei Orgânica Da Assistência Social**. Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1998. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm>.Acesso em: 27 de jul, 2023.

MDS. GOV. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social** – CRAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Brasília, 2009. Disponívelem:<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 28 de jul, 2023.

MDS. GOV. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Brasília: 2011. Disponível

em:< https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em: 29 de jul, 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

A PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NO PERÍODO PÓS CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Maria Carolina Vian da Rosa[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Psicologia; Assistência Social; Constituição Federal; atuação; práticas.

INTRODUÇÃO

Inaugurando o entendimento acerca da temática, o contexto aqui pretendido, denota da chamada Constituição Cidadã, de 1988. Como destacam Cavalcante e Ribeiro (2012), o Texto Constitucional introduziu uma nova perspectiva em relação ao foco, os objetivos e as formas de implementação e execução da política de Assistência social no país. Dessa forma, ao nos debruçarmos em discussões sobre o campo das políticas públicas e, especialmente, em relação a Assistência Social que é reconhecida, ao lado da Saúde e da Previdência como parte da Seguridade Social, temos um novo momento. Esta ação de interesse público que antes era reconhecida como ação de caridade passa a ser vista como direito do cidadão e dever do Estado, implicando na "mudança de concepção da Assistência Social se organizar, retirando-a do campo da benemerência, do dever moral e do assistencialismo para o dos direitos sociais" (Lajús, 2022, p. 168).

Epifanio (2016) descreve, ainda que neste cenário, a Assistência Social passa a ser abordada diretamente na Constituição Federal de 1988 no Título VIII Da Ordem Social, Capitulo II Da Seguridade Social, Seção IV Da Assistência Social, artigos 203 e 204, tratando, respectivamente de uma política de caráter universal e descentralizada que conta com um poder político-administrativo. Assim, diante de um período demarcado por evoluções substanciais no contexto da proteção social devido à efervescência dos movimentos populares, o panorama tornou-se favorável a criação da lei n° 8.742, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social, ou LOAS.

Com o intuito de assegurar ações diretas quanto a garantia dos pressupostos apresentados pela Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Socia (LOAS), foi criada, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Diante disso, a reflexão proposta quanto à atuação da Psicologia no âmbito da AS (assistência social), inicia-se, formalmente neste momento, pois há registros desta atuação anteriormente a institucionalização da Política como responsabilidade do

[1] Graduanda do 10° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos.
[2] Graduado em Psicologia e Mestre pela UNESP – Campus Assis. Doutorando pela USP. Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos e supervisor do núcleo de estágio Psicologia e Assistência Social.

ISSN: 2446-8819

Estado Brasileiro (PRIOLI, 2018). Com a criação da PNAS, ocorre que um novo modelo voltado a pensar a questão social no Brasil ganha destaque. A nova concepção que pensa a proteção social como ação política por parte do Estado representa a construção coletiva do novo desenho da política que tem como finalidade implantar o Sistema Único de Assistência Social – o SUAS, já previsto nos delineamentos da LOAS (Lajús, 2022).

Conforme trata Couto (2009), o Sistema Único de Assistência Social introduz uma nova concepção de sistema orgânico responsável pela criação de espaços físicos e concepções de atenção que propõe formas de atuar que possam refletir acerca do que é a realidade Brasileira e, neste sentido, construir proposta de atendimento na AS. Isto é, como o Estado passa a ser o principal responsável em articular da rede de serviços socioassistenciais, com a criação de espaços físicos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros Especializados de Assistência Social (CREAS), que tornaram-se imprescindíveis na atenção ofertada pela política.

Neste sentido, os objetivos deste trabalho, como parte das reflexões que foram sendo construídas na experiencia do estágio supervisionado em Psicologia social, são pautados pela investigação e compreensão em relação aos desafios, as possibilidades e os limites da atuação do profissional da Psicologia no âmbito da Assistência Social. No mais, as reflexões apresentadas representam as discussões e os atravessamentos que a prática neste campo produz. Ou seja, buscamos construir uma análise crítica dessa atuação, a fim de problematizar o fazer da Psicologia pautado no compromisso social da Ciência e Profissão, sem perder de vista as dificuldades enfrentadas atualmente quanto ao processo de institucionalização profissional da Psicologia nos espaços do SUAS. Dessa forma, por meio de uma pesquisa qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica e no diálogo com a experiencia em campo, o estudo justifica-se pela necessidade de uma problematização quanto ao lugar do psicólogo nessa conjuntura, que ainda se encontra em construção e nos mostra como o fazer no contexto da Psicologia Social brasileira é inacabado e está em constante movimento (Senra e Guzzo, 2012),de forma que podemos analisar a fragmentação das práticas e os desafios éticos e políticos da atuação.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A inserção do profissional de psicologia e da Psicologia propriamente dita, em um cenário recém-inaugurado de políticas públicas advindas da Constituição Federal de 1988, promove, até os dias atuais, intensas discussões que possibilitam um olhar crítico construído, principalmente, a partir de diferentes perspectivas e investigando a realidade sob um um mesmo prisma: a psicologia social. Isto, pois, embora parte do que é encontrado na teoria, diz de que a atuação do psicólogo deve estar junto às políticas públicas e ao contexto que produz a realidade do nosso país, com enfoque na garantia dos direitos humanos, e se preocupando, sobremaneira, em promover a potencialização dos sujeitos, como afirma Gesser (2013), é necessário, ainda assim, que possamos ponderar, também, sobre o que tem sido denominado como “ajuste neoliberal e desajuste social” conforme apresentado por Yamamoto e Oliveira (2010),

ISSN: 2446-8819

que iniciam uma discussão a respeito de uma agenda neoliberal iniciada nos anos 90 no Brasil, mesmo em meio a um novo sistema de proteção social. Com isso, os autores, assim como Bock (1999) e Furtado (2000) passam a embasar seus respectivos estudos a problematizar práticas e concepções que irão guiar o entendimento que a Psicologia e as(os) psicólogas(os) foram construindo em relação a compreensão sobre o que é o compromisso social, ético e político da profissão. Neste cenário, estudiosos como Yamamoto (1987), ousaram trilhar perspectivas acerca da crise escancarada vivida por uma Psicologia que até então transitava muito pouco pelas discussões críticas sobre à realidade brasileira, de forma que o autor aponta a necessidade de adequações e problematizações que precisariam e precisam ser feitas, rumo a um caminho social e ético do exercício profissional. Foi a partir destas e outras reflexões que atualmente, a área conta com inúmeros estudos que estão possibilitando, cada dia mais, a constante construção quanto a inserção da Psicologia nas políticas públicas, especialmente, no âmbito da Assistência Social, destacando os trabalhos de Oliveira e Amorim (2012), Lajús (2010), Senra e Guzzo (2012), Cordeiro; Svartman; Souza (2018), Epifânio (2016), Pinto (2019) e do próprio Conselho Federal de Psicologia quando analisamos o conjunto de publicações voltadas para o exercício profissional da categoria a partir da iniciativa do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (2021).

MATERIAIS E MÉTODOS

Diante dos objetivos que este trabalho se dispôs em analisar, que pautam-se pelo levantamento de informações na bibliografia pertinente ao tema e a experiencia de estágio, buscamos refletir sobre a atuação de psicólogos na Assistência Social, especialmente, no período pós Constituição Federal de 1988, que foi um marco histórico e que teve uma papel importante quanto a construção do papel da Seguridade Social no Brasil e seus efeitos para a construção da cidadania e dos direitos sociais no Brasil,. Portanto, realizamos um levantamento bibliográfico, que, assim como afirma Lozada e Nunes (2019, p. 158), consiste na busca de informações, em fontes bibliográficas, que se relacionem ao problema de pesquisa e o fundamentem. A pesquisa também conta com um caráter qualitativo, ou seja, “preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhart e Silveira, 2009, p. 34). Com isso, utiliza-se a noção de *ex-post-facto*, que, de acordo com Lozada e Nunes (2019), verifica as consequências de um fato sobre um objeto depois que tal fato aconteceu, visando, justamente, compreender os efeitos da nova Constituinte na atuação do psicólogo na Assistência Social enquanto Sistema Único e sob responsabilidade do Estado.

Dessa forma, para alcançar tais objetivos recorremos a base de dados que sejam confiáveis e que possam ser um ponto de apoio para que a argumentação proposta neste recorte de pesquisa, tais como: Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, valendo-se de trabalhos acadêmicos, artigos e também livros. O estudo é fundamentado, também, em autores e psicólogos que atuam na área de políticas públicas e que estejam próximos ao campo da Psicologia Social. Além disso, é importante destacar que o uso de diários de campo como uma ferramenta que nos

ISSN: 2446-8819

ajuda a pensar a descrição do campo e da experiencia do fazer pesquisa estiveram presentes em nosso experiencia de analisar a atuação de Psicólogas(os) no SUAS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da reflexão aqui proposta pôde-se perceber, momentaneamente, que a Psicologia na Assistência Social lida diretamente com questões que não podem ser deixadas de lado quando o assunto é refletir sobre a atuação no SUAS. Sendo eles: a carência na formação por parte dos psicólogos quanto à sua inserção no SUAS, a falta de reflexões ética e políticas, teóricas e metodológicas quanto a introdução desses profissionais na Assistência Social, como compreendem Ribeiro e Guzzo (2014). É sob este olhar crítico, que a inserção da Psicologia na equipe mínima de serviços sociais mantém-se como uma discussão viva e em constante movimento. Entretanto, mesmo em meio as análises aqui discutidas, envolvendo uma Psicologia Social próxima a teoria sócio-histórica, pautada sobre os diversos prismas sociais que constituem a compreensão subjetiva da realidade, outra diferente perspectiva assombra as práticas da profissão no âmbito da AS, demonstrando um padrão de atuação psicológico ainda muito ligado às práticas normalizantes, pedagogizantes e que desconsideram o que há de sujeito neste campo Social.

A atuação do profissional do psicólogo no âmbito da AS, portanto, segue parâmetros semelhantes às práticas regulamentadas no Sistema Único de Saúde, pois, apesar de contarem com um aparato legislativo diferente, a práxis mostra-se, ainda, estreitamente ligada a necessidade de enfrentar concepções de trabalho que estão distantes do compromisso social da Ciência e Profissão. Logo, uma atuação desta natureza requer profissionais conectados com o território, com a interdisciplinaridade e com os desafios complexos que se apresentam, cabendo uma reflexão crítica, aos psicólogos, sobre os limites desta atuação, mas também sobre as potencialidades e possibilidades capazes de fraturar esse cotidiano excessivamente tecnicista e tarefista, que se impõe aos trabalhadores do SUAS (Senra, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que, mesmo após 35 anos da criação da Carta Magna, que representou um grande passo em direção às mudanças na concepção quanto ao entendimento de Seguridade Social, o campo da Assistência Social ainda permanece imerso em uma névoa que vem dificultando, em certas ocasiões, que novas possibilidades de atuação sejam vislumbradas e praticadas nos serviços. Nesse sentido, mesmo a Assistência Social e, sobremaneira, o SUAS estarem assegurados no campo das legislações que embasam a práxis das políticas públicas brasileiras, o psicólogo, junto com o assistente social, demonstram certa dificuldade em desvincular seu trabalho da condição assistencialista que em alguns momentos insiste em se repetir na lógica de trabalho dos serviços. Assim, mesmo que os esforços advindos de importantes movimentos éticos, políticos e históricos, permaneçam presentes, o percurso a ser trilhado pela Psicologia na Assistência Social ainda denota um espectro de maior valorização, investimento e, por fim, profissionalização, unindo tais aspectos

ISSN: 2446-8819

em vista de uma constante luta contra uma Psicologia a-histórica e um processo de institucionalização comumente observados nestas instituições.

REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 4, p. 315-329, 1999.

CAVALCANTE, Pedro; RIBEIRO, Beatriz Bernardes. O Sistema Único de Assistência Social: resultados da implementação da política nos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1459-1477, 2012.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2021

CORDEIRO, Mariana P.; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura V. Psicologia na Assistência Social: Um campo de saberes e práticas. **Instituto de Psicologia**, 2018.

EPIFÂNIO, Alex Ferreira et al. **A assistência social no Brasil à luz da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social** (LOAS). 2016.

FURTADO, Odair. Psicologia e compromisso social: base epistemológica de uma psicologia crítica. **Revista Psicologia Social e Institucional**, v. 2, n. 2, p. 217-229, 2000.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GESSER, Marivete. Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 33, p. 66-77, 2013.

LAJÚS, Maria Luiza de Souza et al. Sistema Único de Assitência Social: um difícil caminho rumo à conquista da cidadania. 2010.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia Científica**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2019. 9788595029576. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/. Acesso em: 11 jun. 2023

OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; AMORIM, Keyla Mafalda de Oliveira. Psicologia e política social: o trato da pobreza como sujeito psicológico. **Psicol. argum**, p. 559-566, 2012.

RIBEIRO, Maisa Elena; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 1, p. 83-96, 2014.

SENRA, Carmem Magda Ghetti; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, p. 293-299, 2012.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. **A crise e as alternativas da psicologia**. Edición, 1987.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 9-24, 2010.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O CÁRCERE E AS MULHERES TRANSEXUAIS: O PAPEL DA PSICOLOGIA

Andreynna Rocha Rezende[1]
Nei Vinicius Hércules Rodrigues Miranda[2]

Palavras-chave: Cárcere. Mulheres Transexuais. Psicologia.

INTRODUÇÃO

Ao sistema prisional é atribuído por força da Constituição Federal de 1988 (CF88) a obrigatoriedade de proteção de todos os direitos e garantias não afetados pela pena aplicada a cada sujeitos, sob o ideal de manutenção do que se denomina por dignidade da pessoa humana. Infelizmente, muitas das mulheres encarceradas se encontram em locais inadequados, passando por situações degradantes e difíceis, não havendo privacidade, instalações improvisadas nos presídios para abrigar às mulheres transexuais e ainda por cima, em alas de homens, sendo exposta a serem estupradas e consequentemente, tendo sua saúde mental afetada.

Há inúmeras leis, em diversos dispositivos legais, como a Lei de Execução Penal nº 7210/84, em seu artigo 41, que diz sobre os direitos assegurados aos presos, que caso fossem de fato aplicadas diminuiria os problemas, porém não é isso que acontece na realidade atual. Existem muitos pensamentos errôneos dentro de sistema prisional brasileiro, como de que as condições que são aplicadas para o sexo masculino possam ser aplicadas para às mulheres transexuais (CARVALHO et al., 2021).

O problema da violência contra pessoas transgênero é uma realidade dentro e fora das prisões, como Varella (2017) destaca em sua obra, sendo assim, um problema social. Nesse atual cenário que vivenciamos das mulheres transexuais dentro do sistema carcerário, é de extrema importância o papel do psicólogo(a), pois sua atuação é voltada para a saúde mental das mulheres, priorizando o bem estar de cada uma. A incidência das experiências intra cárcere produz para estas mulheres, além de riscos iminentes contra suas vidas, dor e sofrimento psíquico, o que requer um acolhimento direcionado a trabalhar estes aspectos subjetivos, bem como movimentar questões multidisciplinares que possam melhorar as condições psíquicas das mulheres transexuais sob pena de privação de liberdade no Brasil.

[1] Andreynna Rocha Rezende, Graduanda do 10ª termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UNIFIO). E-mail: andreynna.rezende@unifio.edu.br
[2] Possui graduação em PSICOLOGIA e LETRAS pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Doutorando em Psicologia pelo Programa e de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: neiviniciusmiranda@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O sistema carcerário brasileiro, mostra uma situação degradante, havendo uma população carcerária que reflete a situação de hiperencarceramento, sendo o Brasil como o terceiro do mundo com mais presos, qual a prisão como meio de punição para o condenado, principalmente em casos de regime fechado (ROSA, 2018). Dentro do sistema penal entendemos que o Estado tem o direito de combater a criminalidade, aplicando as medidas cabíveis para cada caso. É dessa forma que o filósofo Foucault (1999), diz que para os criminosos serem punidos por seus atos, os órgãos competentes devem punir eles de uma melhor forma para que assim, o objetivo da prisão possa ser cumprido. Ainda sobre as falas de Foucault, o estado tem garantias constitucionais do preso para serem respeitadas, punindo da melhor forma. Essas garantias são previstas em códigos tanto no nível nacional quanto internacional, como por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos e a própria constituição Brasileira e a Lei de Execução Penal (LEP), mostrando os direitos garantidos ao condenado.

Portanto, por várias previsões legais citadas acima, era de se esperar o melhor do Estado para que assim, o condenado cumprisse com uma boa garantia dentro de presídio, bem como na Lei de Execução Penal n° 7.210/1984, que garante ao preso e ao internado a devida assistência e outras garantias legais, mas não é isso que acontece, principalmente com os transexuais.

Os transgêneros no âmbito carcerário são os que mais sofrem rejeição social, confrontando as mais diversas situações de vulnerabilidade e exclusão social e isso acaba acarretando no processo de invisibilização, ratificando o pensamento patriarcalista arraigado na sociedade. A realidade dentro dos presídios brasileiros é brutal, machista, opressora de gênero, reproduzindo desigualdades e a desconstrução da personalidade, mostrando que foi criado apenas para reintegrar homens e no que tange ao aprisionamento dos sentenciados LGBTQIA+ nada a serem discutido fazendo com que sejam ainda mais invisibilizados (FERREIRA, 2021).

As mulheres, em específico mulheres transexuais, enfrentam diversos problemas dentro da instituição prisional, sendo a principal questão a segurança, estrutura dos ambientes e o entendimento da justiça diante da identidade de gênero. Essas mulheres ficam totalmente desprotegidas e vulneráveis no presidio, pois não existe a limitação dá diversidade e elas acabam ficando no presidio de sexo masculino, sendo exposta a violação de seus direitos e diversos constrangimentos e desrespeitos, como por exemplo, a proibição de seguir o tratamento de hormônios, exposição dos seus seios durante banho de sol e até mesmo, abusos cometidos dentro da cela pelos apenados homens (ESPINOZA; CARVALHO; BRITTO, 2022). Ainda sim, que exista a Lei de Resolução Conjunta nº 01/2014, que estabelece parâmetros de acolhimento para LGBTQIA+ em diversos contextos, é lamentável constatar que por muitas vezes não é executada de forma correta.

Dessa forma, percebe-se o quão desumano é o tratamento com as mulheres transexuais no âmbito carcerário. Dráuzio Varella (2019), comenta em entrevista como a violência contra os transgêneros é uma realidade dentro e fora da instituição prisional, sendo assim, um problema social.

ISSN: 2446-8819

Nesse atual cenário que vivenciamos das mulheres transexuais dentro de âmbito carcerário, é de extrema importância o papel do psicólogo(a), pois sua atuação é voltada para a saúde mental das mulheres, priorizando o bem estar de cada uma.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho será para mostrar a realidade das mulheres transexuais no sistema prisional brasileiro, abordando os principais problemas enfrentados por elas e como a Psicologia deve abordar o seu papel dentro dessa demanda e quais os maiores desafios enfrentados por elas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram levantadas algumas questões de legislações citado acima, com um objetivo de realizar um trabalho bibliográfico e documental para que conseguíssemos entender quais sãos os desafios enfrentados por elas, mulheres transexuais que ainda hoje, é um grupo muito vulnerável e além disso, saber qual o papel do psicólogo e desafios encontrados por eles no contexto prisional. Frente a isso, foram utilizadas diversas plataformas de artigos científicos, como Scielo, Google Acadêmico, Pepsic para coleta de informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do trabalho, que fica até agora, é que realmente é as mulheres transexuais tem um grande desafio no âmbito carcerário e ao decorrer das pesquisas futuras para a realização do trabalho, mostraremos que mesmo que exista leis, o Estado não cumpri, dessa forma, mostrando a verdadeira situação delas no âmbito carcerário, os maiores problemas vivenciados por elas e também falar sobre a importância de olhar da psicologia dentro do presídio pois é essencial para a saúde mental das mulheres transexuais, sendo às que nasceram com o sexo biológico masculino, mas se identifica como uma mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Versa sobre as leis constitucionais do país. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Versa sobre a Lei de Execução Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. **Resolução Conjunta, nº 1, de 15 de abril de 2014**. Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil. Disponível

em:<
file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%20n%C2%BA%201,%20de%2015%20de%20abril%20de%202014%20(1).pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

CARVALHO, Jéssica N. S. J. C.; SANTOS JR., Roberto E.; OLIVEIRA, Anderson E. C. **Situações de violação dos direitos humanos de mulheres trans e de travestis encarceradas no Brasil**. Ciências Jurídicas, v. 1, n. 1, p. 43 58, dez., 2021. Disponível em: https://periodicos.uniftc.edu.br/index.php/gdmdireito/article/view/111/19. Acesso em: 05 jun. 2023.

ESPINOZA, Fran; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de; BRITTO, Fernanda Lacerda Chagas. DILEMAS CORPORAIS**: A SITUAÇÃO CARCERÁRIA DE MULHERES TRANSEXUAIS NO ESTADO DE SERGIPE** - BRASIL. **Quaestio iuris**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 01, p. 397-419. Disponível em: <https://capes-primo.ezl.periodicos.capes.gov.br/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_gale_infotracmisc_A704419528&context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any,contains,Mulheres%20transg%C3%AAneros%20encarceradas%20e%20as%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos%20sofridas%20no%20sistema%20prisional%20brasileiro.&offset=0>. Acesso em: 05 jun. 2023.

FERREIRA, Pedro. O encarceramento de mulheres transexuais e de travestis: a efetividade dos direitos previstos na lei de execução penal frente à violência institucional. In: UBERLÂNDIA, Universidade Federal de. **Caderno Espaço Feminino**. 2. ed. Uberlândia: Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, 2021. p. 257-276. Disponível em: <https://capes-primo.ezl.periodicos.capes.gov.br/primo-explore/fulldisplay?docid=TN_cdi_crossref_primary_10_14393_CEF_v33n1_2020_12&context=PC&vid=CAPES_V3&lang=pt_BR&search_scope=default_scope&adaptor=primo_central_multiple_fe&tab=default_tab&query=any,contains,mulheres%20transexuais%20no%20carcere>.

FOUCAULT, Michel. 1999. **Vigiar e Puni**r: nascimento da prisão. 20.ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes.

ROSA, M. H. L. **SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**: direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana. Anápolis, 2018. p. 47.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VARELLA, Drauzio. **Travestis**. Folha de São Paulo. 2019. Disponível em:<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2019/02/travestis.shtml>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O IMPACTO DO FEMINISMO NA INDÚSTRIA DA BELEZA: ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DAS MARCAS E CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS MULHERES

Aline Castro Nagy[1]
Érica Priscila Crispim Mendes[2]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[3]

Palavras-chave: Conquista Feminista; Inclusão da Mulher; Movimentos Feminista; Igualdade de Gênero; Equidade; Gestão de Pessoas.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a trajetória das mulheres no mercado de trabalho, abordando temas como discriminação, preconceito, empoderamento, conquistas e feminismo. Ao longo da história, as mulheres enfrentaram barreiras no mercado de trabalho, mas têm lutado para superar obstáculos e conquistar posições de destaque em diversas áreas. O movimento feminista foi fundamental para amplificar suas vozes e defender a igualdade de gênero, enquanto a conquista de direitos trabalhistas proporcionou igualdade de oportunidades. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir a equidade de gênero em todos os níveis hierárquicos e setores da sociedade. É essencial continuar promovendo a inclusão, o empoderamento e a equidade no ambiente de trabalho, valorizando o potencial das mulheres e garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As culturas ocidentais ao longo dos séculos têm sido profundamente marcadas pela construção das diferenças sexuais, em que a figura feminina foi associada ao pecado e à corrupção do homem, conforme visto na tradição judaico-cristã. Essa mentalidade reflete um sistema patriarcal que concentra o poder nas mãos dos homens e subordina as mulheres, restringindo seu acesso ao espaço público e perpetuando a dependência em relação aos homens. A partir do século XVIII, com a chegada da modernidade, a divisão de papéis entre os gêneros se tornou ainda mais rígida, relegando as mulheres ao espaço privado, destinadas a cuidar do lar e dos

[1] Estudante do 10º termo de psicologia, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, 216564@unifio.edu.br
[2] Estudante do 10º termo de psicologia, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, 259684@unifio.edu.br
[3] Graduação em Psicologia Clínica e Organizacional pelo Centro Universitário de Ourinhos/UNIFIO, graduação em Pedagogia pela Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo e mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, UNIFIO, Psicologia, lu-fr@yahoo.com.br

ISSN: 2446-8819

filhos. Essa exclusão limitou suas oportunidades sociais e políticas, reforçando sua dependência da figura masculina.

O movimento feminista contemporâneo teve origem nos EUA nos anos 1960 e se expandiu para outros países industrializados até 1977. Sua principal luta é pela libertação das mulheres e busca pela igualdade e respeito, com raízes históricas que remontam desde as bruxas perseguidas na Idade Média até as sufragistas que buscavam o direito ao voto. No Brasil, o feminismo foi influenciado pelos ideais anarquistas e socialistas trazidos por imigrantes europeus, e as mulheres se envolveram em lutas por melhores salários e condições de trabalho.

No século XX, o movimento feminista brasileiro se diversificou em correntes mais conservadoras e mais incisivas, enfrentando oscilações de acordo com as mudanças políticas no país entre as décadas de 1930 e 1960. Durante a Ditadura Militar nos anos 1970, o movimento feminista se uniu a outros movimentos sociais de resistência, como o dos negros e dos homossexuais.

No século XXI, as principais demandas do feminismo concentram-se no combate à cultura do estupro, ao assédio e à violência contra as mulheres, além da busca por políticas públicas que garantam igualdade de condições no mercado de trabalho.

As mulheres enfrentaram lutas para conquistar direitos iguais aos dos homens no mercado de trabalho. Por muito tempo, eram esperadas apenas para cuidar do lar, enquanto os homens eram vistos como figuras superiores na sociedade. Durante o século XX, especialmente durante as guerras mundiais, a participação das mulheres no mercado de trabalho aumentou. No Brasil, a partir de 1930, houve mudanças significativas no mercado de trabalho, mas ainda persistia discriminação, como diferenças salariais e de cargos, justificadas pela ideia de menor força física das mulheres.

O feminismo busca a igualdade de gênero e valorização das mulheres na sociedade, mas historicamente a indústria da beleza explorou estereótipos e padrões inatingíveis de beleza feminina. No entanto, algumas empresas têm adotado estratégias de marketing mais inclusivas e empoderada, celebrando a diversidade e valorizando a autoestima feminina. É essencial analisar de forma crítica se essas empresas realmente apoiam o feminismo ou se estão apenas aproveitando o movimento para aumentar as vendas. Empresas com ações consistentes e verdadeiro apoio ao movimento feminista merecem o suporte das consumidoras. Algumas marcas, como Avon, Dove, Fenty Beauty e Glossier, são exemplos de empresas que valorizam a autenticidade e se comprometem genuinamente com a igualdade de gênero em suas campanhas publicitárias. Essa tendência é valorizada pelos consumidores que buscam marcas alinhadas com seus valores.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo adotou uma metodologia de pesquisa bibliográfica abrangente, revisando artigos científicos no Scielo e outros relacionados ao tema escolhido. A pesquisa bibliográfica foi crucial como ponto de partida para a investigação, identificando as principais contribuições acadêmicas e projetos existentes na área selecionada.

ISSN: 2446-8819

Foram utilizadas palavras-chave estratégicas para conduzir a pesquisa bibliográfica, garantindo a abrangência das fontes utilizadas e a inclusão de estudos relevantes. Em seguida, os dados foram coletados a partir do site da empresa AVON, analisando as capas das revistas de 1900 a 2022.

Uma análise crítica do conteúdo foi realizada, identificando conceitos-chave, lacunas no conhecimento e abordagens metodológicas adotadas em pesquisas anteriores. Essa análise permitiu uma base teórica sólida, fornecendo suporte para o desenvolvimento das questões de pesquisa e dos objetivos do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Avon, empresa de cosméticos fundada em 1886, é reconhecida por seu marketing inclusivo e representação de diversos grupos em suas campanhas. Desde o seu início, a empresa permitiu que as mulheres vendessem seus produtos, proporcionando independência financeira em épocas em que poucas oportunidades de trabalho estavam disponíveis para elas.

Diante disso, foi realizada uma análise das capas das campanhas desde 1900 até 2022. Observou-se que, embora a empresa tenha sido abordada para incluir mulheres em suas campanhas, ao longo do tempo, as capas de revistas sempre destacavam mulheres consideradas como padrões na sociedade da época. A mudança significativa ocorreu a partir de 2016, com o lançamento da campanha "Dona dessa beleza". A Avon percebeu a necessidade de abraçar a diversidade e representar mulheres de diferentes origens e experiências em suas campanhas publicitárias. Sua estratégia agora visa empoderar e fortalecer a autoestima de todas as suas consumidoras, abordando questões de raça, etnia, orientação sexual, idade e outras formas de diversidade.

Hoje, as capas das campanhas da Avon refletem uma visão vibrante da diversidade, apresentando mulheres de diferentes etnias, tamanhos, idades e origens geográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, a história tem sido marcada por uma mentalidade patriarcal que oprime as mulheres, mas o movimento feminista surge como uma resposta poderosa para buscar a igualdade de gênero, libertação e valorização das mulheres. No contexto brasileiro, o feminismo tem enfrentado desafios ao longo do tempo, lutando por direitos iguais no mercado de trabalho e combatendo a cultura de violência contra as mulheres. Essa luta é contínua e essencial para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, a indústria da beleza, historicamente associada à exploração de estereótipos inatingíveis, está começando a adotar uma postura mais inclusiva e empoderada em suas campanhas, abraçando a causa feminista e celebrando a diversidade e autoestima das mulheres. Contudo, é fundamental que as consumidoras avaliem de forma crítica o compromisso real das empresas com a igualdade de gênero antes de apoiá-las. O movimento feminista é uma jornada pela emancipação das mulheres e pela construção de uma sociedade onde homens e mulheres sejam

ISSN: 2446-8819

tratados com equidade e respeito. Essa luta deve ser continuamente apoiada e fortalecida por todas as pessoas conscientes da importância da igualdade de gênero para o progresso e a justiça social.

REFERÊNCIAS

COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. B. **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA, 2008.

TENÓRIO, J; LEMOS, A. **A Mulher no imaginário jesuíta**: um olhar de gênero sobre a produção da companhia de jesus no brasil, séculos XIV e XVII. Recife: UFPE, 2004.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O LAÇO SOCIAL CAPITALISTA E SEUS EFEITOS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE

Camila Silva Beguetto[1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: Pop Rua; laço social; Políticas Públicas; Psicanálise; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua (PSR) é definida como um grupo populacional desigual, que possui a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos e a falta de moradia como característica em comum (Brasil, 2009). O último Censo, realizado em 2009, aponta 31.922 pessoas em situação de rua. Entretanto, em um levantamento realizado pelo Observatório da UFMG (2021) por meio do Cadúnico, no mês de março/2021 haveria cerca de 160.097 pessoas em situação de rua. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2022), por sua vez, estima, atualmente, no Brasil, existam cerca de 281.472 pessoas em situação de rua. Tais dados evidenciam o grande aumento das pessoas em situação de rua nos últimos anos e, além disso, da desigualdade social no cenário brasileiro.

Dessa maneira, essa pesquisa tem como objetivo analisar os efeitos do capitalismo para a PSR. Para tanto, realizamos levantamentos bibliográficos em base de dados digitais, e utilizamos a Psicanálise como operador teórico-conceitual.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No Brasil, após a chamada "Abolição da Escravatura", as pessoas negras em condição de “ex-escravas” não tinham empregos, habitação ou condições mínimas de sobrevivência. A partir daí, reuniam-se em áreas mais afastadas da cidade, conhecidas, atualmente como favelas, ou acabavam por ocupar as ruas (Cerqueira, 2011). Ademais, o êxodo rural, impulsionado pelo crescimento industrial do

[1] Graduanda em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos. Email: camila@unifio.edu.br. Area de estudos: População em situação de rua, Políticas públicas e Psicanálise.
[2] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06).

ISSN: 2446-8819

governo Vargas no século XIX, aumentou significativamente a urbanização no Brasil, ocasionando, dentre outros efeitos, o aumento da população em situação de rua.

Do início do século XIX até os dias atuais, acompanhamos, então, que o desenvolvimento industrial e tecnológico, assim como o enriquecimento de uma pequena parte da população - beneficiadas pelo Capitalismo enquanto modelo econômico de acúmulo de riquezas -, está intimamente ligado com a produção de desigualdade social e o consequente aumento das pessoas em situação de rua.

> As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. (MNPR, 2010, p. 8 *apud* Tiengo, 2018. p.139)

Para Marx, a riqueza do capitalismo vem da mercadoria que implementou as necessidades humanas, mas não é resultado direto do trabalho. Dessa forma, as riquezas se originam da exploração da mão de obra dos operários, que recebem recompensas inferiores ao valor de seu trabalho. A diferença entre o valor pago ao trabalhador e o valor que deveria receber é chamada de mais-valia. Marx (1867, *apud* Lustroza, 2009) argumenta que a mais-valia não surge do mercado, mas sim do controle das horas de trabalho do operário, exercido em sua exploração.

Nesse sentido, ao falar do discurso do capitalista, Lacan irá trazer o termo “mais-de-gozar” a partir da “mais-valia” em Marx (Badin; Martinho, 2017), descrevendo que o trabalho do operário destinado ao proprietário representa uma renúncia ao gozo, ou seja, a perda da possibilidade de beneficiar-se dos produtos de sua força de trabalho. (Lustoza, 2009) Trata-se de uma espoliação de gozo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de um recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento, e caracteriza-se por ser uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a qual busca realizar uma análise sobre a influência do capitalismo na população em situação de rua.

Para o desenvolvimento desse trabalho foram utilizados artigos, livros, pesquisas quantitativas e decretos referentes a PSR e capitalismo, com o intuito de fundamentar os conteúdos coletados, assim, contribuindo para uma análise e compreensão do tema. A psicanálise do campo de Freud a Lacan foi nosso operador teórico-conceitual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Tiengo (2018), o capitalismo tem como objetivo aumentar a produtividade com o menor número possível de trabalhadores. Dessa forma,

entende-se que a população em situação de rua advém da acumulação desigual de riquezas.

Lacan compreende, então, que no discurso do capitalista não existe relação entre o campo do agente e do outro, dessa forma não há laço social. Nesse discurso o sujeito pode comandar, mas, o objeto a também pode comandar o sujeito. “O que se verifica é um endereçamento dos objetos de consumo, produzidos pela ciência e tecnologia (*a*) ao sujeito ($), foracluindo assim o laço social”. (Banin e Martinho, 2017, p. 149)

Nessa lógica, constrói-se uma processa de completude e felicidade a qualquer custo, com objetos temporários, nomeados como gadgets, para obtenção de gozo. Entretanto, a situação de rua vem apresentar um furo nessa relação, já que aponta para a falta, para o impossível da plenitude. (Nunes e Silva, 2019)

No laço social capitalista, a PSR é marginalizada, isolada e alvo de exclusão. Conforme diferentes pesquisas apresentam, as dificuldades ocorrem nos acessos a diversos espaços, inclusive, aqueles que deveriam ser de garantia de direitos (Nunes e Silva, 2019). Ademais, tal população é considerada como objeto, e não sujeito desejante, podendo ser manipulada ora como mão-de-obra barata, ora como um risco ao cidadão de bem, ora como alvo de caridade. Sobre esse último cenário, o laço social capitalista constrói uma imagem de que quem doa sabe o que falta a quem está na rua, sendo a caridade uma forma de suprir essas faltas. Quem recebe tal ação, como objeto, precisa apenas agradecer. E está posta a espoliação do gozo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a pesquisa esteja em andamento, é possível levantar algumas conclusões. A partir da discrepância entre os dados do Censo (2009), UFMG (2021) e IPEA (2022), entende-se a grande necessidade de realização novas pesquisas de caráter censitário para uma maior compreensão das condições atuais da população em situação de rua no Brasil.

Ademais, mesmo que existam políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos da população em situação de rua, elas são escassas e muito das vezes não os auxiliam. Dessa forma, a luta para a transformação da condição de invisibilidade também implica em uma luta de transformação social.

REFERÊNCIAS

BADIA, B. Psicanálise a Céu Aberto: Dispositivo Clínico na Rua. **Petconexoes**. Florianópolis, 2019. Disponível em: https://petconexoes.paginas.ufsc.br/files/2019/09/Artigo-PET-Beatris-Badia-2.pdf Acessado em: 20 março. 2023.

BADIN, R; MARTINHO, M.H. O discurso capitalista e seus gadgets. **Trivium**, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 140-154, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000200003 Acessado em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Casa civil. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm Acessado em: 13 abril.2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília. Dez. 2009. Disponível em:https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf Acessado em: 17 abril. 2023.

CERQUEIRA, A. **Evolução do Processo Social População em Situação de Rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais**. 2011, 96 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2573/1/2011_AmaranthaSaTelesdeCerqueira.pdf Acessado em: 22 abril. 2023.

DIAS, A. **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil**. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2021. 140 p. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1g4osDpoxJqfqz0C3TtxZtGyxmyqdqde7/view?fbclid=IwAR02APUGyVgbdZyV7neghixhsEFhdcxK8ZqyIwQFAZkmprxzYAVCV5HTH-U Acessado em: 04 março. 2023.

NUNES, H; SILVA, T. Psicanálise e Residência na Rua: Situando Lugares (Im)Possíveis. **Psicanálise & Barroco**. Rio de Janeiro, V.17, n.3, p. 132-157. Dez. 2019. Disponível em: http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/9624/8215 Acessado em: 04 agosto. 2023.

LUSTOZA, R. Z. O discurso capitalista de Marx a Lacan: Algumas consequências para o laço social. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. Rio de Janeiro, v.12, n. 1, p. 41-52. Jan. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/Bs8QQF7CpWRtNJ36zYrpbKh/#ModalHowcite Acessado em: 01 jun. 2023.

NATALINO, M. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022).** IPEA. Brasília, Ed. 1. 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf Acessado em: 03 abril.2023.

SANTOS, F. P. Loucura em Ponta Grosssa/PR: uma história de desigualdades expressas nas ruas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.** São João del-Rei, v.15, n.2, p. 1-16, abril-jun. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000200003&lng=pt&nrm=iso . Acessado em: 30 de junho. 2023

TIENGO, V.M. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. **Textos & Contextos.** Porto Alegre, v.17, n. 1 p. 138-150, jan/jul. 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29403 Acessado em: 19 maio. 2023.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

Myllena Maria Dos Santos Leite[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Assistência social; CRAS; SUAS; Psicologia; Pandemia.

INTRODUÇÃO

A presença dos profissionais da psicologia nas políticas públicas da Assistência Social passou a ser obrigatória desde o ano de 2005 com a implantação do Sistema Único da Assistência social (Cordeiro, 2016). O SUAS apresenta, neste sentido, o modo como a Política Nacional da Assistência Social deve ser operacionalizada nos diferentes territórios do país. Portanto, essa nova concepção de atenção as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade ampliando o acesso a direitos sócias e propondo formas de intervenção no cotidiano dos serviços dedicadas a construção da cidadania e do protagonismo das pessoas usuárias do serviço. Assim, a Política Nacional de Assistência Social propõe que o SUAS seja um novo modelo de intervenção descentralizado e sob responsabilidade do Estado e que organização as intervenções nos territórios por nível de complexidade, ou seja, a proteção social básica e a proteção social especial de alta e média complexidade. A política define então:

> Os serviços de proteção social, básica e especial, voltados para a atenção às famílias deverão ser prestados, preferencialmente, em unidades próprias dos Municípios, através dos Centros de Referência da Assistência Social básico e especializado. Os serviços, programas, projetos de atenção às famílias e indivíduos poderão ser executados em parceria com as entidades não-governamentais de assistência social, integrando a rede socioassistencial. (MDS, 2004, p.43)

Na proposta do SUAS (Brasil, 2004) os psicólogos e as(os) trabalhadoras(es) que compõem as equipes são responsáveis pela articulação dos serviços

[1] Estudante de psicologia, Centro Universitário de Ourinhos, Psicologia, 259811@unifio.edu.br.
[2]Graduado em Psicologia, Curso reconhecido pela Portaria CEE/GP nº 436, de 08/08/2008, Mestre em Psicologia e Sociedade pelo programa de Pós Graduação e Doutorando no Instituto de Psicologia no programa de Psicologia Social e do trabalho. Possui experiência como Psicólogo no SUAS atuando na proteção social básica e especial, educação permanente e gestão. Professor e coordenador do curso de Psicologia no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos e supervisor de estágio no campo da Assistência Social. colaborador do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo CRP/ 06, Subsede de Assis na discussão sobre a Psicologia na Assistência Social. Suas áreas de interesse são: Psicologia e Políticas Públicas, Assistência Social, Psicologia Social e Psicanálise. Universidade Estadual Paulista; Faculdade de Ciências e Letras de Assis; Faculdade de Ciências e Letras; da Universidade de São Paulo, Psicologia, felipe.ferreira@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

socioassistenciais priorizando, no fazer cotidiano, o direito dos usuários do serviço com compromisso e responsabilidade social. O CREPOP (2007) apresenta que o trabalho dos psicólogos sociais constrói-se a partir das práticas que almejam o enfrentamento das situações de risco e vulnerabilidade. Isto é, trata-se compreender não apenas as fragilidades, mas também as potencialidades dos sujeitos que demandam proteção social por parte do Estado Logo, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) oferece as famílias a possibilidade de acesso a benefícios e programas sociais, a fim de garantir proposta protetivas que possam produzir, entre outras questões, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (MDS,2009).

A psicologia, ou melhor dizendo, as(os) psicólogas(os) na proteção social básica trabalham com o objetivo de garantir a proteção, bem como a prevenção a situações de risco social. Tratando-se da garantia, e promoção dos direitos sociais priorizando, sobretudo, o fortalecimento e empoderamento familiar em territórios de maior vulnerabilidade. O profissional da Psicologia na construção dos processos de trabalho no campo social pode priorizar os direitos dos usuário, em detrimento de concepções assistencialista e benemerentes que podemos acompanhar, por vezes, no trabalho desenvolvido por este profissionais no SUAS.

O início da pandemia da COVID-19 em 2020, assim como FARO et al (2020) apresenta o país já havia totalizado mais de trinta mil casos sendo que destes mais de 1500 mortes foram confirmadas. Acompanhado do isolamento social veio a crise social deixando inúmeros brasileiros desempregados, o aumento desta condição no pais fez com que a demanda dos serviços sociais aumentassem significativamente. Os profissionais presentes na assistência social desenvolveram novas estratégias de atendimento que possibilitassem que os direitos dos usuários continuassem sendo garantidos, deste modo o CRP-PR (2020) propôs aos profissionais da psicologia fossem responsáveis pela adequação do desenvolvimento da sua atuação no período pandêmico, utilizando métodos e técnicas na contribuição dos seus serviços.

O momento de crise exigiu dos psicólogos sociais a autonomia e responsabilidade profissional de modo a compreender o contexto pandêmico e identificar grupos com características de vulnerabilidade afim de reduzir os danos acarretados pela crise social causada pela pandemia.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Diante de um cenário assustador de crise exigiu-se dos psicólogos sociais a autonomia e responsabilidade profissional de modo a compreender o contexto pandêmico e identificar grupos com características de vulnerabilidade afim de reduzir os danos acarretados pela crise social causada pela pandemia. Para que a promoção de vida e a garantia dos direitos sociais ocorra de fato, é importante que os profissionais conheçam a instituição em que estão inseridos e a demanda que o território apresenta, mas assim como FARO et al 2020 apresenta a quarentena foi fundamental para minimizar a propagação do vírus. Contudo, esse momento de isolamento trouxe grandes desafios para as equipes que precisaram, do dia para a noite, reinventar o modo de intervir na Assistência Social.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização da pesquisa foi utilizado como método a revisão bibliográfica utilizando como fonte de pesquisa as plataformas do Scielo, Google acadêmico e Pepsic, bem como a experiência do estágio supervisionado no campo da Psicologia Social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pandemia do Covid-19 foi responsável por um grande impacto na sociedade, afetando a população em diferentes fatores entre eles o social, o que trouxe uma maior complexidade na atuação dos profissionais inseridos nos trabalhos sociais devido ao aumento da demanda e as dificuldades apresentadas pelos atendimentos remotos que foi, naquele momento, a estratégia adotada diante do cenário pandêmico. O aumento da demanda em um momento em que toda as atividades presenciais foram suspensas, trouxe inúmeros desafios para as forma de intervir no coletivo que antes faziam parte do cotidiano das equipes e, especialmente, das(os) psicólogas(os). O modo de fazer no coletivo buscava garantir a convivência social e o fortalecimento de vínculos como uma das estratégias para pensar formas de reduzir os danos causados pelo cenário de desigualdade social e falta de acesso a direitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a crise sanitária ocasionada pelo COVID-19 que resultou em um auto índice de desemprego os profissionais presentes na assistência social estiveram na linha de frente dos atendimentos, assim como o CREPOP (2007) apresenta o psicólogo no ambiente social deve construir praticas que possibilitem o enfrentamento de situação de vulnerabilidade, diante da pandemia novas estratégias de atendimento precisaram ser desenvolvidas para que toda a demanda fosse ser atendida e tivesse seus direitos garantidos. Através dessa pesquisa pode-se analisar a reestruturação das ações que buscam o desenvolvimento das ações técnicas de atendimentos a pessoas usuárias do serviço, a fim de garantir modos de intervir pautados pela ética profissional e compromisso social com a necessidade de garantir a proteção social familiar a famílias e indivíduos no pós pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993** - Lei orgânica da assistência social. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de orientações. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2016.

Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. **Orientações**

Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social - **CRAS**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf Acesso em 04 jun 2023.

BRASIL, **Política Nacional da assistência social/PNAS.** Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em 14 de Jul de 2023.

BRASIL, Ministério da saúde. **Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19**, Centro de operação de emergências em saúde Pública, Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/publicacoes-tecnicas/guias-e-planos/livreto-plano-de-contingencia-espin-coe-26-novembro-2020. Acesso em 31 de Jul de 2023.

BRASIL, Conselho regional de psicologia do Paraná. **Nota técnica do CRP-PR nº 001/2020**, Paraná, 2020. Disponível em: https://crppr.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota-T%C3%A9cnica-CRP-PR-001-2020-COVID19.pdf Acesso em: 31 de Jul de 2023.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernard; SOUZA, Laura Vilela e (org.). **Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Psicologia/USP, 2018.

Caderno de Orientações do CRP-SP para atuação de psicólogas(os) na **Assistência Social**. Categoria: Diversos. Publicado em: 5 de maio de 2020.

FARO, André; BAHIANO, Milena de Andrade; NAKANO, Tatiana de Cassia; REIS, Catiele; SILVA, Brenda Fernanda Pereira da; VITTI, Laís Santos. COVID-19 e a saúde mental: a emergência do cuidado. **Estud. psicol**. Campinas-SP 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 31 de Jul de 2023.

FREIRE, Mayara Aparecida Bonara; PINTO, Felipe Ferreira; VIEIRA, Bruna Renata Scarduelli. Os processos de Trabalho e os efeitos da pandemia no cotidiano do CRAS: Da objetificação do sujeito à subversão da demanda. **Revista Fórum UNIFIO**, Ourinhos-S 2020.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O TRABALHO EM GRUPO NO CRAS: RELATOS E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA DE PSICÓLOGAS(OS) A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA

Otavio Pessoa Morales[1]
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Psicologia, Assistência Social, Política Nacional De Assistência, Grupos Operativos, Psicanálise.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre a atuação de Psicólogas(os) no SUAS e compreender suas ações dentro do CRAS.O Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) é um serviço público e estatal que se encontra em regiões de vulnerabilidade social e atua através da Proteção Social Básica e está alinhado ao que está previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).Por Proteção Social Básica na PNAS a legislação diz:

> São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004, p.36).

O conhecimento da política auxilia na compreensão do campo de possibilidades que o Psicólogo (a) tem na atuação dentro do campo da Assistência Social. As reflexões apresentadas neste relato de pesquisa foram sendo construídas, a partir da experiência de estágio do último ano do curso de Psicologia, e que traz consigo observações e intervenções de um CRAS de um município do interior do Estado de São Paulo. Como previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004):

[1] Estudante do 10º termo de psicologia, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, 268080@unifio.edu.br
[2] Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Curso reconhecido pela Portaria CEE/GP n 436, de 08/08/2008, publicada no D. O. E. de 09/08/2008) e Mestre em Psicologia e Sociedade pelo programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP Campus de Assis e doutorando pela Universidade de São Paulo (USP). É professor e coordenador do curso de Psicologia no Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos - UniFio e supervisor de estágio no campo da Assistência Social. felipe.ferreira@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

> Tal conquista, em tão breve tempo, leva a uma rápida constatação: a disponibilidade e o anseio dos atores sociais em efetivá-la como política pública de Estado, definida em Lei. Muitos, às vezes e ainda, confundem a assistência social com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas e com o compromisso do Estado com a sociedade. O MDS/SNAS e o CNAS estão muito empenhados em estabelecer políticas permanentes e agora com a perspectiva prioritária de implantar o SUAS, para integrar o Governo Federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios em uma ação conjunta. Com isso, busca-se impedir políticas de protecionismo, garantindo aquelas estabelecidas por meio de normas jurídicas universais (BRASIL, 2004, p. 12).

Portanto, o CRAS desde sua criação não se restringe ao acesso a benefícios, benefícios eventuais, mas, em atuar também através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e sua ação territorial. O PAIF é definida Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e intervenção social (BRASIL, 2014, p. 12).

O PAIF é o documento de orientação norteador das ações possíveis que serão executadas pela equipe dirigente dentro do serviço. No documento Orientações Técnicas sobre o PAIF, v2 são designadas as ações:

> São ações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF:
> • Acolhida;
> • Oficinas com Famílias;
> • Ações Comunitárias;
> • Ações Particularizadas;
> • Encaminhamentos. (BRASIL, 2014, p. 14).

Neste trabalho, apresentamos como a experiência do Estágio Supervisionado e o contato com a bibliografia pertinente ao tema puderam suscitar análises em relação as ações desenvolvidas no Programa de atendimento a Famílias e Indivíduos (PAIF) no CRAS.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O trabalho enquanto estagiário dentro do CRAS inicialmente se designou no campo do reconhecimento territorial, a fim de compreender as demandas dentro do bairro, assim como, a compreensão de qual ação poderia ser feita para auxiliar o serviço e investigar o alcance das ações de proteção social que estão previstas no Sistema Único da Assistência Social e, principalmente, no CRAS.

Já nos primeiros dias de estágio observamos uma alta demanda de solicitação de cestas básicas, pois os sujeitos que ali chegavam estavam em situação de vulnerabilidade social e sem condições para garantir a própria necessidade de alimentação. Ou seja, estavam em situação de insegurança familiar. Este cenário que se apresentava como um contexto de urgência e de emergência por soluções imediatas sobrecarregava a equipe técnica e trazia como dificuldade, alinhar as ações do PAIF com o Serviço de Convivência. Dentro do Documento de Orientações

ISSN: 2446-8819

Técnicas do PAIF, v.2 é definido como responsabilidade da equipe técnica o trabalho com as famílias.

> A execução das ações do PAIF é de responsabilidade dos profissionais de nível superior que compõem 16 a equipe técnica do CRAS, seja ela a equipe de referência ou volante, pois conforme definição de trabalho social com famílias, ele deve ser realizado: "a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo", de modo a qualificá-lo para a efetivação do alcance dos objetivos propostos pelo Serviço, sob a supervisão do coordenador do CRAS. (BRASIL, 2014, p. 15-16).

Portanto, com a alta demanda, a equipe técnica não conseguiu acompanhar as ações do Serviço de Convivência, ficando responsável principalmente pelos benefícios eventuais como Cesta Básica e o cadastro do Benefício de Prestação Continuada (BPC). A ação que mais evidenciou-se enquanto a possibilidade de romper com o caráter imediatista das ações foi o acompanhamento em grupo nas Oficinas com Famílias, principalmente como previsto no documento de Orientações Técnicas acima citado "A opção de se trabalhar com um conjunto de famílias decorre da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro." (BRASIL, 2014, p. 24).

A proposta de acompanhamento nos grupos foi, neste sentido, uma grande emergência dentro do serviço para um olhar mais atencioso. Dentro do Volume 2, a política demonstra o enfoque benéfico que a condução de grupos em oficina pode trazer:

> As oficinas com famílias propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento. Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, além de favorecer processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social (BRASIL, 2014, p. 24).

Já haviam grupos em andamento, Idosos, Mulheres e de Famílias, porém, iniciou-se um projeto de Inclusão Produtiva, um grupo voltado para dialogar e ampliar o acesso dos usuários dentro do mercado de trabalho e assim foi entregue como possibilidade para conduzir este projeto. Neste momento vislumbrei a possibilidade de entrecruzar a teoria de Grupos Operativos (G.O) de Pichon-Riviére adjunta a prática prevista na política, onde busca esta compreensão dos problemas vivenciados, a reflexão dos direitos sociais e o papel de uma ação conjunta através do vínculo, o grande norteador dos Grupos Operativo. Por Grupo Operativo, segundo o artigo: *Grupos operativos na Atenção Primária à Saúde como prática de discussão e educação: uma revisão de Kênia Kiefer Parreiras de Menezes e Patrick Roberto Avelino*, aponta a definição de grupo como:

ISSN: 2446-8819

> Conjunto restrito de pessoas, ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõem, de forma explícita ou implícita, a uma tarefa que constitui a sua finalidade (MENEZES; AVELINO, p. 125, 2016).

A escolha deste autor demonstrou-se importante pela relevância de se atuar com uma tarefa através de um trabalho conjunto, este nível compreendido como operativo. No livro: *O Processo Grupal de* Pichon-Rivière neste momento e a nomeação de Grupo Operativo é caracterizado como:

> O nome grupo operativo provém daí; na realidade, é uma denominação que atribuí a esses tipos de grupos, porque nasceram num ambiente de uma tarefa concreta (PICHON-RIVIÈRE, p. 273, 2020).

Portanto pode-se compreender operativo uma característica de atuação ativa na realidade, compreender o grupo como um elemento que não perpassa apenas por indivíduos singulares, mas, um conteúdo explícito que opera através da realidade e outro implícito, latente, de uma ordem inconsciente que se vinculará com a tarefa proposta do grupo. A técnica então é definida pelo autor como:

> Pode-se dizer que consiste em dois aspectos fundamentais: o aspecto *manifesto, explícito* e o aspecto *implícito, ou latente.* Nesse sentido, aproximamo-nos da técnica analítica, que é na realidade *tornar consciente o inconsciente,* ou seja, transformar em explícito o implícito. De um ponto de vista técnico, parte-se em geral do explícito para descobrir o implícito com o fim de torná-lo explícito e, assim, num contínuo movimento espiralado (PICHON-RIVIÈRE, p. 273, 2020).

O grupo foi formado por duas mulheres e um homem e puderam ocorrer 4 encontros, onde através da mediação, cada singularidade pode ter papel relevante para se discutir papéis de gênero, a dificuldade do acesso ao mercado de trabalho e as aptidões que cada um possuía e demonstrava interesse para ingressar no campo trabalhista. Apesar do pequeno número de encontros, pude observar através da fala dos usuários o estabelecimento do vínculo quando começaram a se basear em pontos de aptidão que cada um possuía, incluindo buscar a elaboração de situações conflituosas dentro do grupo como a dificuldade de falar e de compreender do que era capaz. A diferença de gênero pode trazer em pauta questões como cuidado, cumplicidade e matrimônio, demonstrando que apesar da temática principal ser o mercado de trabalho, o campo de demarcação dos usuários demonstrar as problemáticas singulares e coletivas. Com isto, demonstrou-se a importância do alinhamento teórico que norteou minha condução enquanto mediador, para possibilitar a reflexão que ocorreu de forma grupal e ocasionou a vinculação dos usuários ao grupo.

ISSN: 2446-8819

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente a metodologia proposta desta pesquisa é o relato de experiência, com o objetivo de revisitar a literatura acerca dos trabalhos já produzidos por Psicólogas (os) em grupo no SUAS, de forma que o campo da proteção social básica e proposta protetiva do SUAS pudesse ser analisada.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Esta pesquisa aponta que através do alinhamento teórico da psicologia social, no diálogo com a teoria dos grupos, pudemos experiencia a possibilidade de propor um espaço de atenção que estive dedicado a compreender as demandas no território e garantir, neste sentido, o acesso a direitos socioassistenciais. Dito isso, tivemos a preocupação de não psicologizar as ações no grupo e, tampouco, divulgar este momento como um espaço terapêutico. No entanto, destacamos que a contribuição acerca do manejo das técnicas do trabalho em grupo foram fundamentais para que pudéssemos colocar a palavra para circular no serviço e almejar a construção de novas formas de intervir que estejam preocupadas em pensar as questões sociais do território. Portanto, o que estamos nomeando aqui de operativo nos grupos é, sem dúvida, a possibilidade dos sujeitos reconhecerem neste espaço de acolhimento o lugar para refletir sobre sua condição de existência, sem que sejam vitimizados e seus comportamentos moralizados e julgados. Acompanhamos, em certas ocasiões, discursos moralistas e culpabilizantes para com o sujeito que demanda proteção social no CRAS, especialmente, os beneficiários dos benefícios eventuais como a cesta básica ou viva leite. Portanto, tivemos a chance de analisar o campo da literatura e dos documentos oficiais, de modo que as práticas cotidianas eram o momento em que aproximávamos as discussões em sala de aula e o desafio de construir uma intervenção teórica e técnica próxima da realidade social, bem como comprometida eticamente com a construção de uma realidade social, mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa ainda em andamento considerando sua prática supervisionada em Psicologia social que problematiza o lugar de Psicólogas(os) na prática do CRAS, o recorte da pesquisa aqui apresentada esteve a todo tempo articulada com a revisão bibliográfica, de modo a construir novos questionamentos sobre os caminhos da prática com os grupos dentro do Sistema Único de Assistência Social e, especialmente, o trabalho de Psicólogas(os) nos grupos do CRAS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF v.2**. Brasília, 2012.

MENEZES, K. K. P. D.; AVELINO, P. R. **Grupos operativos na Atenção Primária à Saúde como prática de discussão e educação: uma revisão**. Rio de Janeiro: 2016. 6 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-462X2016000100124&lng=en&nrm=iso >.

PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do Vínculo**. MARTINS FONTES. 1988.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O Processo Grupal**. MARTINS FONTES. 2020.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

OS IMPACTOS DO POSICIONAMENTO POLÍTICO DAS MULHERES E AS INIQUIDADES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE EM UM MUNICÍPIO NO INTERIOR DE SÃO PAULO-SP

Milena dos Santos e Costa[1]
Mayara Aparecida Bonora Freire[2]

Palavras-chave: Mulheres. Mulheres na Política. Brasil. Desigualdade de Gênero. Representatividade Política.

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar quais são os impactos do posicionamento político das mulheres no Brasil. A mulher, desde a infância, vivencia uma construção histórica de comportamentos ideais que deve agir frente a sociedade, devendo ela possuir hábitos que são típicos de um padrão exacerbado de adequação, e o principal: aprende a se posicionar de maneira neutra em assuntos sociais como a política (BEAUVOIR, 2016) (ZANELLO, 2018). O posicionamento neutro ou o não posicionamento em relação às mulheres na política, resulta em diversas problemáticas e faltas de representatividades nesse campo. Discutiremos nesta pesquisa a importância desse tema, de como o conteúdo sobre mulheres na política e a falta de representatividade feminina nesse espaço ainda é baixo (SANTOS, 2017).

A pesquisa está sendo realizada com base em uma pesquisa bibliográfica e posteriormente com uma pesquisa de campo. A realização da pesquisa de campo será por meio de entrevista semiestruturada com mulheres de diferentes idades, classes sociais, raças e posicionamentos políticos, utilizando-se de perguntas que abordam temas sobre: política, machismo, comportamento social e desigualdade de gênero. Dessa forma, pretende-se coletar os dados e analisar a principal questão: quais são os impactos do posicionamento político das mulheres no Brasil?

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este trabalho fundamenta-se nos principais estudos de gênero, patriarcado, machismo, psicanálise, violência contra as mulheres e violência política de gênero, entre as mais diversas autoras (es), como: Simone de Beauvoir (2016), Judith Butler

[1] Estudante do 10º termo de psicologia, Centro Universitário da Faculdades Integradas de Ourinhos, Psicologia, milena.costa@unifio.edu.br
[2] Psicóloga clínica, docente, supervisora técnica e institucional. Doutoranda em Psicologia e Sociedade pela UNESP/Assis. Atualmente, é coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia (CEPP) do Centro Universitário de Ourinhos (UNIFIO). Tem experiência na atuação em Políticas Públicas de Saúde Mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Conselheira do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP 06), mayara.bonora@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

(2021), Valeska Zanello (2018), Neuma Aguiar (2015 e 2000), Manuela d'Ávila (2022), Pedro Ambra (2017) e entre outras (os).

O conceito de patriarcado no Brasil se adequa em um sistema de poder de herança escravista, este um sistema de relação de poder e domínio, em uma figura dominante e outra em que é dominada e submissa a afazeres e atividades (HOLANDA, 2014). Nesse contexto, as mulheres são subordinadas aos homens, sendo submissas de suas vontades, ordens, desejos e leis, sendo essas impedidas de possibilidades de melhores condições de vida e de igualdade social (AGUIAR, 2000, p. 322).

A consequência e impacto de um sistema patriarcal vai além de um homem estar acima sobre a decisão da vida de uma mulher e sim, imputando-lhe um lugar de passividade e submissão, controlando cada vez mais seus desejos, sua forma de se vestir e comportar-se, não permitindo uma vida de acesso ao trabalho e educação de maneira igualitária e ter poder sobre suas vontades e sexualidade (AGUIAR, 2015).

A filósofa Simone de Beauvoir (2016) também reflete sobre os efeitos do patriarcado para as mulheres, atribuindo-lhes uma posição de "segundo ser". É possível testemunhar tais efeitos, sobretudo, na desigualdade de cargos e posicionamentos, conceitos, posturas e ações entre homens e mulheres.

Em nossa pesquisa, a discussão sobre a iniquidade entre os sexos debruça-se sobre a participação desigual das mulheres na política, sendo esse campo um espaço majoritariamente masculino, de acesso facilitado aos homens e com estruturas machistas de resistência em relação à representatividade feminina.

MATERIAIS E MÉTODOS

A primeira fase dessa pesquisa está sendo realizada por um levantamento bibliográfico, seguindo consecutivamente os seguintes passos: inicialmente passamos pela escolha do tema principal o qual aqui já temos definido, levantamos as bibliografias preliminares e assim realizando a formulação do problema, após essa etapa realizamos a elaboração do plano provisório de assunto em apoio com a busca de fontes embasadas cientificamente sobre o tema (como em artigos em periódicos nas plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico), utilizando as seguintes palavras-chave: mulher; participação política; gênero, após a busca de palavras-chave estamos finalizando com a leitura do material, fichamento e redação do texto (GIL, 2002).

A segunda parte da pesquisa tomará o percurso de realizar uma entrevista semiestruturada com mulheres de diferentes idades, classes sociais, raças, religiões e posicionamentos políticos. Essa seleção para entrevistas ocorrerá seguindo a amostragem do tipo estratificada, selecionando ao total 12 mulheres a partir de 18 anos em um município localizado no interior do estado de São Paulo-SP, em ambientes favoráveis e ricos para observações e discussões do tema, sendo estes uma Unidade Básica de Saúde (UBS), uma Unidade de Saúde da Família (USF), um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a câmara municipal, e por fim, o Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-SP (UNIFIO).

Desejamos realizar uma discussão com a psicanálise na análise dos dados coletados, iremos utiliza-la como uma forma de pensar como um sujeito aqui especificamente como uma mulher lida e constrói sua subjetividade, de como suas

ISSN: 2446-8819

respostas frente às perguntas da entrevistas podem ser visualizadas no meio social em que está inserida, em sua convivência na sociedade como ser individual e coletivo, como são seus efeitos nas modificações e mudanças em sua vida, nas identidades e construções de sua história. Por ser uma teoria baseada nas representatividades do inconsciente, da linguagem e da subjetividade acreditamos que seja muito rica para se realizar a análise e interpretação dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parte da pesquisa sendo a parte bibliográfica está sendo finalizada com todos os suportes referenciais, dados e informações acerca do tema escolhido. Não encontramos dificuldades em encontrar referências por ser um tema de atual importância. Já a segunda parte do presente estudo está em processo inicial, estamos agendando as entrevistas com as mulheres de cada instituição para que, assim, consigamos concluir o cronograma das entrevistas, análise dos dados encontrados nas entrevistas e considerações finais em correlação com a parte teórica em que possuímos na pesquisa.

Os resultados encontrados até o presente momento, localizam-se nas discussões aprofundadas sobre gênero, reflexões de o que é ser mulher na sociedade, a história das mulheres em diversos campos e em nossa pesquisa focando no campo político e social, contribuições e diálogos sobre a teoria da psicanálise acerca dos questionamentos existenciais sobre as desigualdades entre homens e mulheres e por fim, dados e informações históricas sobre a representatividade feminina na política.

A entrada das mulheres no campo da política no Brasil é uma conquista recente, tendo em vista que apenas foi conquistado o direito ao voto na Constituição das décadas de 1920/30, promulgada pelo governo de Vargas durante todas as manifestações e reivindicações dos movimentos e sufragistas da época (COSTA; GONÇALVES, 2021, p. 102).

Podemos visualizar a minoria da participação das mulheres na esfera política no Brasil, com os seguintes dados: a diferença de cargos entre vereadores e vereadoras em uma cidade brasileira, analisando o Brasil como um todo, nos últimos anos o percentual de votos para as mulheres diminuiu drasticamente, isso conclui que em porcentagem abaixo de 15%, significando que há sete vereadores (homens) para uma vereadora (mulher) (SANTOS, 2017). Um relatório nomeado como Global Gender Gap Report 2021, do Fórum Econômico Mundial (WEF), destacou que no Brasil existem poucas mulheres parlamentares (15,2%) e ministras (10,5%) e apenas uma mulher esteve no papel de chefe estado, por apenas 5 anos, a ex-presidente Dilma Rousseff (GAUDARDE, 2021).

Há um preço que se paga entre as mulheres que estão à frente dos movimentos políticos, por mais que encontremos dados de suas participações na política, se há consequência desse posicionamento. Um exemplo recente da consequência de um posicionamento feminino político, encontra-se no crime de assassinato da vereadora Marielle Franco e seu colega motorista Anderson Gomes, em 2018 no Rio de Janeiro. Marielle era uma vereadora ativa nas questões políticas de gênero e não aceitava que fosse silenciada pela opinião contrária de seu viés político. Marielle foi morta, foi

ISSN: 2446-8819

silenciada por defender causas dos povos vulnerabilizados, sua morte é um exemplo do que uma mulher se paga de impacto quando se posiciona frente a esse modelo de sociedade construído desde os primórdios patriarcalistas da Grécia Antiga até nos dias atuais de nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas das considerações realizadas acerca do tema encontram-se em nossa pesquisa bibliográfica. Percebemos nos dados e informações históricas, haja a necessidade de políticas que impulsionem e valorizem a participação das mulheres nesse espaço, bem como a construção e efetivação de ações de reflexões sobre os papéis de gênero na sociedade.

A psicanálise pode contribuir para a crítica e para desmantelar as posições discursivas que naturalizam a hierarquia entre os gêneros, pois, se a psicanálise, ela própria, pôde se rever enquanto ciência que reproduzia, historicamente, esses lugares definidos, seu dever atual é, então, enfrentar a estrutura do patriarcado, evidenciando seus furos e apresentando nossas possibilidades para o laço social.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. (2015), "Patriarcado". In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth (org.) **Dicionário feminino da infâmia.** Rio de Janeiro, Editora Fundação Oswaldo Cruz.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado:** Pensamento Social Brasileiro. Brasília, v. 15, n. 2, p. 303-330, jun-dez. 2000.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

COSTA, R. S. F. da; GONÇALVES, R. M. V. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e Desenvolvimento.** João Pessoa, v.12, n.1, p. 98-109, jan/jun. 2021.

GAUDARDE, G. Correção de desigualdades de gênero desacelera no 1º ano de pandemia. **EPBR,** 2021. Disponível em: <https://epbr.com.br/correcao-de-desigualdades-de-genero-desacelera-no-1o-ano-de-pandemia/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SANTOS, B. 5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira. **Politize**, 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

ISSN: 2446-8819

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos:** Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PANDEMIA SARS-COV-2: IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO BIOPSICOSSOCIAL EM CRIANÇAS

Juliana Betti de Oliveira
Tatiane Martins Souza[1]
Fábio Sagula de Oliveira[2]

Palavras-chave: Pandemia; COVID-19; Desenvolvimento; Crianças; Isolamento Social.

INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus afetou o mundo todo, tendo seu primeiro caso da variante SARS-CoV2 identificado em Wuhan, na China, no final de 2019. Nos primeiros meses de 2020, o vírus já havia se espalhado em todo o mundo, começando pelo continente asiático e se disseminando por outros continentes e países (FREITAS, ALVES & GAÍVA, 2020).

O COVID-19 teve um impacto devastador em todo o mundo, contaminando um total de 37.717.062 milhões de pessoas e resultando em um alarmante número de óbitos, que alcançou 704.659 mil pessoas somente no Brasil (CORONAVIRUS BRASIL 28/07/2023).

As pessoas mais vulneráveis são aquelas pertencentes aos grupos de risco, como aquelas com problemas de saúde pré-existentes e idosos, que apresentaram maior predisposição ao vírus.

Dessa forma, a COVID-19 representou uma grave crise global de saúde pública, com consequências sociais, econômicas e de saúde significativas para as comunidades em todo o mundo. O combate à pandemia demandou esforços colaborativos e contínuos da comunidade científica, governos e população em geral para enfrentar e superar esse desafio sem precedentes.

Durante esse período desafiador, várias medidas preventivas foram adotadas para conter a propagação do vírus, assim como o *lockdown.*

No entanto, essas medidas também tiveram consequências significativas para a sociedade, especialmente para crianças e adolescentes, que enfrentaram longos períodos de isolamento em suas casas. Esse isolamento prolongado afetou negativamente o desempenho educacional e o desenvolvimento psíquico, biológico e social desses jovens (AYDOGDU, 2020).

Um estudo conduzido pela University College London destacou que, embora sejam uma minoria a apresentarem sintomas, crianças e adolescentes

[1] Graduandas do curso superior de Psicologia, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UNIFIO), Psicologia, 250350@unifio.edu.br e tatiane.souza@unifio.edu.br
[2] Professor Universitário UNIFIO, Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos (UNIFIO), Psicologia, professorfabio@unifio.edu.br.

ISSN: 2446-8819

podem enfrentar impactos graves na saúde mental (IMRAN et al., 2020). Eles estão propensos ao desenvolvimento de ansiedade, estresse e depressão devido às mudanças na rotina e no bem-estar (YESAMIN et al., 2020).

A escola desempenha um papel essencial na vida das crianças, proporcionando um ambiente propício para interações sociais, discussões, trabalho em grupo e a compreensão de seu papel na sociedade. Através dessas experiências, as crianças passam por um processo significativo de socialização, o que contribui para o seu desenvolvimento. No entanto, durante o período de isolamento, a falta dessas interações sociais teve um impacto negativo considerável nessa idade.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com início na cidade de Wuhan, na China, ao final de 2019, a variante Sars-cov-2 popularmente conhecida como coronavírus e/ou covid-19 espalhou-se rapidamente pelo mundo, já nos primeiros meses de 2020 havia tomado conta do mundo todo (FREITAS, ALVES & GAÍVA, 2020).

Com sua rápida disseminação e contágio, fica quase impossível conter a doença, os sintomas não são os mesmos para todos, para alguns, nem se manifestam (os chamados assintomáticos). O público mais vulnerável são os do grupo de risco, portadores de problemas de saúde pré-existentes e idosos, que apresentam maior predisposição ao vírus, a disseminação do vírus ocorre principalmente pelo ar e/ou superfícies contaminadas, tosse, espirro, levar as mãos até os olhos, nariz e boca (PEREIRA, et al., 2020).

Com a rápida disseminação do vírus torna-se necessária a admissão de uma série de protocolos, entre eles, o isolamento social. O cidadão deve permanecer em sua casa, isolado do resto da sociedade, só podendo sair para atividades essenciais, o público que sofreu mais impacto com isso foi o de crianças e adolescentes, pois o isolamento trouxe consigo a desorganização de rotina, diminuição de interação/contato social e aumento do tempo em telas, tendo em vista que eram o único meio de entretenimento e contato com o resto mundo. Estas condições afetaram de forma negativa no desempenho educacional e no desenvolvimento psíquico, social e biológico deste público (AYDOGDU, 2020).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a produção deste projeto foi realizada uma revisão integrativa e especializada. Essa revisão abrangeu a busca por literaturas em bases de dados relevantes, como Pvspisc e Scielo, que tivessem um referencial teórico relacionado ao tema trabalhado.

O método utilizado para investigar e analisar a temática proposta foi o de revisão integrativa, que permite sintetizar e realizar uma avaliação crítica das informações encontradas. Essa abordagem possibilita a análise de diversos estudos e fontes de conhecimento, proporcionando uma visão mais ampla e

ISSN: 2446-8819

embasada sobre os impactos do isolamento social durante a pandemia no desenvolvimento biopsicossocial de crianças.

A revisão integrativa é uma abordagem importante para compreender às consequências do isolamento social nas crianças, pois permite uma seleção de informações relevantes de diferentes estudos, além de contribuir para o embasamento teórico do projeto de conclusão de curso. Dessa forma, podemos identificar padrões e evidências que auxiliem na construção de um trabalho acadêmico mais completo e fundamentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de uma revisão integrativa e especializada que ainda será realizada, um levantamento e aprofundamento de dados nota-se um impacto muito significativo de forma negativa no desenvolvimento biopsicossocial em crianças durante o isolamento social no período pandêmico da Sars-cov-2 (Covid-19).

Desta forma, o confinamento forçado, mas necessário, impediu que as crianças pudessem explorar, desenvolver e praticar sua infância de forma tradicional, sem poder adquirir e aprimorar novas habilidades, o que cooperou para dificuldades no crescimento pessoal, a falta de relações sociais (essenciais) também ficou prejudicada (PULGATTI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As medidas de isolamento adotadas para controlar a pandemia tiveram impactos significativos no desenvolvimento psicossocial das crianças em idade pré-púberes. O processo de confinamento mostrou-se prejudicial em termos psicológicos, resultando em sentimentos de ansiedade, medo, depressão, tristeza e culpa nas crianças. A pandemia do COVID-19 trouxe um isolamento social sem precedentes para elas, o que afetou negativamente seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social, aumentando também o risco de desenvolverem transtornos mentais (UNICEF, 2021).

A atenção à saúde mental e ao bem-estar emocional das crianças torna-se ainda mais crucial em tempos de pandemia, e é essencial a implementação de estratégias para apoiar seu desenvolvimento saudável durante esses períodos desafiadores. Intervenções que promovam escuta qualificada, apoio emocional, comunicação aberta e a busca de ajuda profissional, quando necessário, são fundamentais para diminuir os efeitos negativos do isolamento social nas crianças.

Os jovens enfrentaram níveis extremamente elevados de estresse e angústia, e muitas vezes não conseguem lidar com essas demandas sozinhos, o que pode resultar em traumas patológicos que afetam diretamente o seu funcionamento, se não forem tratados. É necessário implementar projetos e intervenções nas escolas, bem como desenvolver políticas públicas que proporcionem acolhimento e apoio para esses jovens, que precisam enfrentar desafios além da adolescência. Além de intervir diretamente com os jovens, é

essencial envolver os pais e professores para auxiliar na abordagem das questões que eles estão vivenciando, a fim de reparar os danos causados pela pandemia e pelo isolamento (SCHONARDIE; PIASON, 2022).

Por fim, concluímos que para enfrentar essas questões decorrentes do isolamento, é fundamental que os profissionais de Psicologia estejam capacitados para desenvolver estratégias efetivas e inovadoras no combate ao adoecimento mental dos jovens. Conforme apontado pelas autoras (TRINDADE; SERPA, 2013), os psicólogos devem atuar não apenas no pós-catástrofe, mas também antes e durante o ocorrido, capacitando os pacientes a lidar com os desafios e aumentando sua autonomia para enfrentá-los.

REFERÊNCIAS

APA. Academia Americana de Pediatria. **Orientação provisória COVID-19**: Retorno aos esportes. Pediatria, n. 147(6), e2021051667, 2021.

ALMEIDA, I.; JÚNIOR, A. Os impactos biopsicossociais sofridos pela população infantil durante a pandemia do COVID-19**.** ***Research, Society and Development***, v. 10, n. 2, e54210212286, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12286

AYDOGDU, A.L.F. Children's mental health during the pandemic caused by the new coronavirus: integrative review. **Journal Health NPEPS**, 5(2), p.1-17, 2020.

FREITAS, B., ALVES, M. & GAÍVA, M. Medidas de prevenção e controle de infecção neonatal por COVID-19: revisão de escopo**. Revista Brasileira de Enfermagem**, n.73(2), p.1-10, 2020.

IMRAN, Nazish, ZESHAN, Muhammad; PERVAIZ, Zainab. **Mental health considerations for children & adolescents in COVID-19 Pandemic.** Pakistan Journal of Medical Sciences, v. 36, n. COVID19-S4, 2020. Disponível em: <https://www.pjms.org.pk/index.php/pjms/article/view/2759>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PEREIRA, M.; et al. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. ***Research, Society and Development***, n.9 (7), p. 1-29.

PULGATTI, L. **A importância da socialização no processo de ensino aprendizagem**. Santa Maria: UFSM, 2012.

SCHÖNARDIE S., PIASON, A. Projeto de intervenção com estudantes após isolamento social: relato de experiência com enfoque em psicoterapia analítica**. ANAIS DA XVI MOSTRA CIENTÍFICA DO CESUCA –ISSN** – ed. 2317-5915, nov. 2022.

TRINDADE, M.; SERPA, M. O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n.13(1), p. 279-297, 2013. Acesso em: 04.jul.2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100017

UNICEF, COVID-19: **A Unicef alerta para o impacto do fechamento prolongado das escolas em crianças e jovens,** 2021. Acesso em: 04.jul.2023. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-unicef-alerta-para-o-impacto-do-fechamento-prolongado-das-escolas-em

YEASMIN, S.; BANIK, R.; HOSSAIN, S.; et al. Impact of COVID-19 pandemic on the mental health of children in Bangladesh: A cross-sectional study. ***Children and Youth Services Review***, v. 117, p. 105-277, 2020.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA EM ÁREAS AFASTADAS: PESQUISA DE CAMPO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA DE MARQUÊS DOS REIS

Emanuela Lima Camilo de Oliveira[1]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[2]

Palavras-chave: Psicologia Comunitária; Psicologia; Comunidade; Pesquisa; Ribeirinhos; Povos tradicionais.

INTRODUÇÃO

Entendida como um campo da Psicologia Social que visa, em sentido humanitário, a compreensão dos problemas sociais e suas soluções, a Psicologia Comunitária possui grande importância às questões sociais. Nesse sentido, o estudo das comunidades, em prol do combate à marginalização e a possível integração social, possui perseverança nesse novo campo da psicologia.

Com essa compreensão do que seria a Psicologia Comunitária, nota-se sua eficiência em comunidades afastadas. O fato é que há ainda fatores que dificultam a inserção social dessas comunidades, assim, possibilitando ainda mais em sua marginalização e desigualdade. Seguindo essa análise, nota-se que o papel do psicólogo para a possível intervenção nessas comunidades afastadas deve estar atrelado ao profissionalismo de não denegrir a identidade e cultura local. Esse fato pode ser destacado no seguinte trecho do artigo Desafios metodológicos ao estudo de comunidades ribeirinhas amazônicas, de Calegare, Higuchi e Forsberg (2013, p. 574):

> [...]o pesquisador deve estar munido não apenas de abordagens teóricas e instrumentos de pesquisa, mas também deve carregar consigo um princípio fundamental para as investigações nesta região: o respeito à diversidade social e às práticas cotidianas da comunidade.

Nesse sentido, com o desfecho promovido pelo trecho anterior, diante do princípio fundamental para as técnicas de observação e investigação, o projeto aqui proposto possuirá como principal ponto de estratégia a amostragem do problema referente à marginalização social dos moradores à margem do rio Paranapanema, na comunidade de Marquês dos Reis, em Jacarezinho (PR). Além disso, será avaliado a influência desses pontos na inserção social, especialmente no que diz respeito ao apoio psicossocial. Com isso, a tentativa de intervenção do psicólogo comunitário, nesse quesito, também será pautada como fundamental.

[1] Discente do curso de Psicologia, do Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO.
[2] Docente do curso de Psicologia, do Centro Universitário de Ourinhos – UNIFIO.

ISSN: 2446-8819

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com o sentido de viabilizar e intervir de maneira responsável as dificuldades de acesso à serviços públicos que são determinantes aos aspectos sociais, o tema aqui proposto tem um papel importante para a tomada de decisão científica de intervenção na comunidade em si, dialogando com a Psicologia Comunitária, com os possíveis enquadramentos para uma solução plausível ao desfecho da situação presente.

O precursor e antecessor desse projeto foi o levantamento bibliográfico de uma das áreas mais afastadas do Brasil, as comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas (AM). Depois de um longo estudo, foi argumentado como uma proposta de tema que vem em pauta quando se fala de invisibilidade social em quesito de distanciamento geográfico e dificuldade de ascensão econômica, a região à margem do rio Paranapanema, no bairro Marquês dos Reis, de Jacarezinho (PR).

Esse fator foi fundamental para a busca de pontos chaves que necessitam de um enquadramento ético da Psicologia Comunitária, em parceria com os serviços públicos do município, especialmente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Diante desse fato, demonstra-se como fundamental para promoção desses impasses presentes nessa região, a dificuldade de acesso à esse serviço, já que, de acordo com sua localização mais próxima, o CRAS I fica a 17,9km de distância, no bairro Aeroporto, seguindo a localização no Google Maps (Acesso em 22 fev. de 2023), deixando, assim, o papel dos profissionais dessa área se locomoverem, de qualquer jeito, até os mais necessitados, como os moradores ribeirinhos- ponto esse que deve ser compreendido e interpretado com ações de melhoria.

Nota-se que a pesquisa de campo, por meio da história de vida, foi, portanto, o melhor instrumento para viabilizar esses desafios e, assim, possibilitar um novo alavanque em propostas de intervenções comunitárias de inclusão social, com base, principalmente, nas redes de apoio psicossocial.

MATERIAL E MÉTODOS

O método de pesquisa de história de vida é uma abordagem qualitativa que tem como objetivo explorar a trajetória de vida de um indivíduo, suas experiências, percepções, valores, crenças, emoções e significados atribuídos aos eventos vivenciados. Esse método se baseia na premissa de que a história de vida é uma fonte rica de informação sobre a pessoa e sobre o contexto social, cultural e histórico em que ela está inserida.

Esse método geralmente envolve entrevistas abertas, semiestruturadas ou estruturadas com o indivíduo ou com um grupo de pessoas que compartilham de uma experiência em comum. As entrevistas podem ser conduzidas em diferentes momentos, dependendo do objetivo da pesquisa, podendo ser realizadas antes, durante ou após a vivência de um evento ou situação.

Para coletar dados, é comum utilizar técnicas de registro de áudio ou vídeo, bem como anotações feitas pelo pesquisador durante as entrevistas. Além disso, pode-se utilizar documentos pessoais e materiais que fazem parte da história de vida do entrevistado, como fotografias, cartas, diários e outros registros.

ISSN: 2446-8819

A análise de dados na pesquisa de história de vida geralmente envolve uma abordagem interpretativa, com o pesquisador buscando compreender a experiência do indivíduo a partir de uma perspectiva holística. É comum utilizar técnicas de análise de conteúdo e outras estratégias de análise qualitativa para identificar padrões, temas e significados emergentes a partir dos dados coletados.

Em resumo, o método de pesquisa de história de vida é uma abordagem qualitativa que busca compreender a experiência do indivíduo a partir de sua trajetória de vida, utilizando entrevistas abertas e outras técnicas de coleta de dados. A análise dos dados envolve uma abordagem interpretativa, buscando compreender os significados atribuídos pelo entrevistado aos eventos vivenciados

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localizada a 1km de Ourinhos (SP), Marquês dos Reis é um bairro do município de Jacarezinho (PR) ficando a 18 km de distância desse. Ele se encontra na convergência entre a BR-153 e a BR-369, permanecendo à margem esquerda do rio Paranapanema, abaixo da ponte que divide os estados do Paraná e de São Paulo. Sua divisão hidrográfica está presente ao lado do rio Paranapanema, em que há uma enorme importância ambiental e agrícola para a região, especialmente no que tange ao cultivo de cana-de-açúcar e às atividades agroindustriais com esse cultivo. Salientado no Portal de Londrina (2012), o número de habitantes do bairro é em torno de 2,1 mil indivíduos, a maioria deles trabalha na cidade de Ourinhos (SP), cuja localização e oportunidade de emprego se tornam mais viáveis.

Com esse contexto, ademais, deve-se salientar a história por trás do deslocamento desses sujeitos que não possuíam moradias, ou seja, os mais marginalizados, à beira do rio Paranapanema. Esse fato foi motivado por diversos fatores preponderantes no cotidiano de cada um, como aspectos econômicos e sociais, e que será retomado com as entrevistas semiestruturadas.

Devido a essa circunstância, porém, outros moradores começaram a construir assentamentos de lazer à beira do rio, sem nenhuma comprovação de proteção ambiental e de compra/venda do terreno, como ranchos de lazer. Logo, essa situação promoveu a ação do Ministério Público Federal (MPF) de Jacarezinho (PR), com outros órgãos estaduais a sancionar a vistoria e, consequentemente, a ordem de despejo e demolição dessas propriedades tidas como irregulares.

Essa ação foi sancionada de acordo com a Lei do Código Florestal, Lei nº 12.651/12, 25 de maio de 2012, Seção II: Do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente Art. 7º *"*A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado*"*. Ou seja, os sujeitos que se locomoveram à beira do rio, além de não possuírem a documentação de propriedade, também alguns não cumpriram e mantiveram a vegetação da área preservada, assim, coagindo a ação do Ministério Público Federal de Jacarezinho.

O grande impasse desse acontecimento, entretanto, está diante de alguns moradores irregulares que não possuem moradias própria fora do Área de Preservação Permanente (APP) e que serão ou já foram despejados. Esse fator será analisado criticamente em prol de demonstrar a realidade de cada sujeito,

considerando os desafios psicossociais e econômicos, além da investigação do plano de ação social dos órgãos regentes diante desse ato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651/12, 25 de maio de 2012, Seção II: Do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente Art. 7º. **Brasília, DF: Presidência da República [2012]**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 20 fev. de 2023

Calegare, M. G. A. Higuchi, M. I. G, & Forsberg, S. S. (2013). DESAFIOS METODOLÓGICOS AO ESTUDO DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS. **Revista SCIELO.** Psicologia & Sociedade, 25(3), 571-580. DOI:10.1590/S0102-71822013000300011 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wZ5CwgnD35Gghv7hdmSc7tt/?lang=pt> Acesso em: 03 nov. de 2022.

MARQUES dos reis em Jacarezinho foi a passagem para a colonização do norte paranaense. **Folha de Londrina**, 08 agost. de 2012. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/marques-dos-reis-em-jacarezinho-foi-a-passagem-para-a-colonizacao-do-norte-paranaense-813604.html#:~:text=Atualmente%20s%C3%A3o%202.100%20habitantes%2C%20h%C3%A1,um%20programa%20de%20habita%C3%A7%C3%A3o%20popular> Acesso em: 12 fev. de 2023

SPINDOLA, Thelma Spindola. SANTOS, Rosângela da Silva. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Rev Esc Enferm USP 2003**; 37(2):119-26. Disponível em: <http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/207.pdf> Acesso em: 12 fev. de 2023

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÃO SOBRE O SERVIÇO DO CREAS

Jonathan Ribeiro da Costa Pereira1
Tatiane Martins Souza
Thainara Aline de Azevedo
Felipe Ferreira Pinto[2]

Palavras-chave: Violência Doméstica; Assistência Social; Intervenção; reflexão; CREAS.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o campo da Assistência Social, a partir da experiencia de Estágio Supervisionado em Psicologia Social que tem como local de inserção institucional o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que tem como uma das funções prestar atendimentos para as mulheres vítimas violência. Portanto, o serviço atende famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados e estão em situação de risco social. As intervenções do serviço estão dedicadas a acolher famílias e indivíduos que tiveram suas vidas impactadas pelas situações de violência (CREAS, 2011). Diante disso, este trabalho irá descrever o serviço do CREAS e suas propostas de atendimento para-as mulheres que estão, ou sofreram, algum tipo de violência.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem colocado a violência contra a mulher como um problema de Saúde Pública e de violação dos Direitos Humanos. Em relação à saúde pública, os dados apontam que umas das maiores causas de doença nas mulheres, como depressão, angústia etc.

Para alcançar o objetivo da discussão que está sendo apresentada, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema da violência doméstica; a atuação de psicólogas(os) na Assistência Social. As autoras colocam um dado relevante a nossa pesquisa “violência cometida contra as mulheres é considerada um dos principais entraves ao desenvolvimento de países do mundo inteiro.” (Lisboa; Pinheiro, 2005, p. 2).

O Brasil está entre os países com os maiores índices de violência contra mulher. Os dados são da Organização Mundial da Saúde (OMS) e que foram obtidos

[1] Graduandos do 9° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos.

[2] Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Mestre em Psicologia e Sociedade pelo programa de Pós Graduação da Faculdade de Ciências e Letras (UNESP – Campus Assis) e Doutorando no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) no Programa de Psicologia Social e do Trabalho. Atual coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos e supervisor do núcleo de estágio Psicologia e Assistência Social.

ISSN: 2446-8819

a partir da investigação realizada em 80 países entre os anos de 2006 a 2011. Diante disso, a legislação Brasileira que busca garantir proteção as mulheres no campo jurídico.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Conforme (Said et al;2022) violência doméstica e familiar é uma forma específica de violência de gênero, caracterizada por agressões físicas, psicológicas, sexuais, econômicas ou patrimoniais perpetradas por parceiros íntimos, familiares ou pessoas com quem a vítima possui algum tipo de vínculo. Nesse sentido, destacam-se a violência sexual, a violência interpessoal e a violência doméstica como formas de violência que afetam diretamente as mulheres. Na experiencia do estágio, acompanhamos o trabalho de Psicólogas(os) no CREAS, bem como da equipe multidisciplinar e, por este motivo, tivemos acesso aos encaminhamentos da Rede de Saúde e do Judiciário que chegavam ao CREAS. Assim como a bibliografia aponta, notamos que os encaminhamentos traziam inúmeras situações de violação de Direitos que não estavam restritas a violência física (Said et al;2022)

Durante a pandemia da COVID-19, observou-se um contexto de maior vulnerabilidade para as mulheres, devido ao isolamento social e às restrições de contato. Embora tenha havido uma redução na comunicação e no registro de casos de violência sexual, lesão corporal e violência interpessoal em algumas regiões, isso não significa que a violência tenha diminuído, mas sim que a comunicação e o acesso aos serviços de denúncia foram dificultados. Nesse sentido, é fundamental compreender as nuances dessa realidade para desenvolver estratégias eficazes de enfrentamento. Muito embora essas informações não são desconhecidas das equipes percebemos, no diálogo com as trabalhadoras(es) do serviço, o quanto a construção de diagnósticos e informações atualizadas dificultam a construção de intervenções em rede que sejam rápidas e eficazes.

A violência contra a mulher impacta negativamente sua segurança e cidadania, pois as mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam dificuldades em garantir seus direitos básicos, como o acesso à educação, saúde, emprego e segurança alimentar. Além disso, a violência doméstica pode levar ao aumento do desemprego, instabilidade social e política, insegurança alimentar, além de promover a dependência econômica da mulher (Said et al;2022). Essas questões desafiam a equipe do CREAS na construção de intervenções que possam, de fato, contribuir para que mulheres superem essa condição.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realizar o trabalho, utilizamos como o método a pesquisa bibliográfica, com ênfase na consulta a plataformas reconhecidas, como Scielo e Google Acadêmico e a experiencia do estágio supervisionado em Psicologia Social. Essas duas formas de promover uma análise sobre o lugar das Psicólogas(os) no SUAS são estratégias utilizadas para que a discussão no espaço acadêmico e científico possa contemplar a realidade e o campo teórico como ações que caminham juntas.

ISSN: 2446-8819

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante o estudo bibliográfico e a experiencia de campo que o estágio nos oportuniza, nota-se que inúmeras pesquisas já executadas pontuam que as mulheres destacam a importância da relação com os serviços como ponto de atenção e que para elas, ao participarem das ações desenvolvidas pela rede, ou de algum projeto de intervenção desenvolvido pelo CREAS elas se sentem mais seguras em denunciar situações de violência. Destaca-se o acolhimento, o atendimento imediato, confiabilidade e o entrosamento que acontece com as equipes. Brito e Koller (1999) acrescentam sobre a importância da rede de apoio que, por meio dela, o indivíduo se sente acolhido, respeitado e valorizado, o que influencia diretamente o desenvolvimento da pessoa.

Um dos trabalhos que encontramos acerca da atuação de Psicólogas(os) no CREAS foi “a dimensão do grupo com mulheres e que ao se realizar esta ação com mulheres em situação de violência favorecem o desenvolvimento de projetos e de habilidades destas mulheres” (Rosa; Regina, 2018). Segundo o Conselho Federal de Psicologia, 2009 o grupo com mulheres tem surtido bastante efeito, com resultados que ajudam a compreender o quanto a questão da violência precisa ser amplamente discutida pelos serviços. Com isso, verificou-se também que a articulação com o CREAS com outras redes de apoio favorece também as mulheres em situação de violência, sendo que contribui para ampliação das interações com outras pessoas.

Com a revisão bibliográfica e as discussões em supervisão construímos uma base para a chega até o campo para o contato com os grupos e frequentadoras da rede de apoio CREAS, e todas as mulheres relataram sobre o que contribuiu para a sua vida após a entrada no serviço, “foram: desenvolvimento da expressão de afeto positivo, equilíbrio na saúde física, melhoria no sono, amadurecimento, independência, autonomia nas tomadas de decisões, autoestima e autoimagem fortalecidas” (ROSA; REGINA, p. 661-685, dez. 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos levados a crer, então, que a discussão sobre atuação com mulheres vítima de violência não é algo pronto e acabado. Apontamos, a partir desta experiencia de pesquisa e ação no campo, a necessidade da Assistência Social no âmbito da rede de apoio (CREAS) qualificar a intervenção com essas mulheres em situação de violência, de forma que a atuação dos profissionais e, especialmente da equipe do CREAS, que promova intervenção por meio de grupo e atendimentos individuais utilize a escuta como ferramenta para a construção de uma proposta de acolhimento qualificado. Portanto, podemos apontar nesse recorte que traz o relato da experiencia como algo que impulsiona as problematizações sobre a prática profissional a necessidade da Assistência Social se preocupar em atender essas mulheres sem que elas possam ser alvo de preconceito e julgamentos morais por parte das equipes.

ISSN: 2446-8819

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, R. C. & KOLLER, S. H. (1999). **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In A. M. Carvalho (Org.), O mundo social da criança: natureza e cultura em ação. (pp. 115-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.

BRONFENBRENNER, U. & MORRIS, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Orgs.), Handbook of child psychology: theoretical models of human development. (Vol. 1, pp. 993-1028). New York: John Wiley.

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de gênero: Presidência do Conselho de Ministros. Violência doméstica: Intervenção em Grupo com Mulheres Vítimas; **Manual para Profissionais.**

LISBOA, Teresa; PINHEIRO, Eliane. **A intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher**. V. 8, n. 2, julho - dezembro, 2005.

ROSA, Nailane; REGINA, Célia. **O CREAS PAEFI na perspectiva de mulheres vítimas de violência e profissionais**: uma análise a partir da teoria bioecológica do desenvolvimento humano. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 24, n. 3, p. 661-685, dez. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 02 jun. 2023. http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n3p661-685.

SAID, Amanda; PAIVA, Karla; ARAÚJO, Neurialan; SANTOS, Juliana; MELO, Ana; GOMES, Douglas. Intervenção com Mulheres Vítimas de Violência: Uma Abordagem Multidisciplinar. **Saúde e Transformação Social**.

SILVA, Jéssica; CAVEIÃO, Cristiano. Mulheres vítimas de violência doméstica e a intervenção do serviço social nas unidades pronto atendimento. **18º REDOR**, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE, 24-27 novembro, 2014.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VISÃO COMPUTACIONAL PARA DETECÇÃO DE EMOÇÕES: EXPLORANDO A INTERFACE ENTRE TECNOLOGIA E PSICOLOGIA

Alan Silva Martins[1]
Luciano Ferreira Rodrigues Filho[2]

Palavras-chave: Emoção; Psicologia; Sistema de Informação; Visão Computacional.

INTRODUÇÃO

A capacidade de entender e interpretar as emoções humanas é essencial para a interação social. No entanto, essa tarefa nem sempre é fácil, especialmente quando a comunicação verbal é limitada ou inexistente. Nesses casos, a análise facial tem se mostrado uma ferramenta eficaz para capturar as expressões faciais e inferir os sentimentos subjacentes.

A inteligência artificial (IA) tem revolucionado diversos campos, e a análise facial utilizando IA tem ganhado destaque como uma técnica promissora para a detecção de sentimentos. Essa abordagem permite o processamento automatizado de expressões faciais, o que pode fornecer informações valiosas em áreas como psicologia, marketing, medicina, educação e segurança.

A compreensão adequada das expressões faciais pode ajudar a melhorar a comunicação não verbal em diferentes contextos, sejam eles interações interpessoais ou situações envolvendo interação humano-máquina. Ao compreender os sentimentos expressos por meio da análise facial, é possível responder de forma mais adequada e empática, melhorando a qualidade das interações.

Além disso, a análise facial baseada em IA pode oferecer uma análise mais precisa e consistente das emoções humanas do que os métodos tradicionais. Por meio do uso de algoritmos de aprendizado de máquina, é possível treinar sistemas para reconhecer padrões sutis nas expressões faciais, aumentando assim a sensibilidade e a precisão na detecção de diferentes emoções.

A implementação de sistemas de análise facial utilizando IA na detecção de sentimentos tem uma ampla gama de aplicações. Na psicologia, essa tecnologia pode auxiliar na avaliação do estado emocional de pacientes e no monitoramento de distúrbios psicológicos. No marketing, pode ser utilizada para avaliar a receptividade dos consumidores a campanhas publicitárias. Na educação, pode ajudar a identificar o engajamento dos alunos em sala de aula. Na segurança, pode ser utilizada para detecção de emoções suspeitas em aeroportos, estações de trem ou outros locais de grande circulação.

Com o avanço da tecnologia, como o aumento da capacidade computacional e a disponibilidade de câmeras de alta resolução, a implementação de sistemas de análise facial em tempo real se torna cada vez mais viável. Esses avanços

[1] Discente do curso de Sistemas de Informação, do Centro Universitário de Ourinhos.
[2] Docente do curso de Psicologia, do Centro Universitário de Ourinhos.

ISSN: 2446-8819

tecnológicos abrem novas oportunidades para a aplicação prática da IA na detecção de sentimentos, permitindo o monitoramento contínuo e em tempo real das expressões faciais em diversos contextos.

Diante dessas justificativas, é evidente a relevância e a necessidade de pesquisas na área de implementação de sistemas de análise facial utilizando inteligência artificial na detecção de sentimentos. A compreensão das emoções humanas por meio das expressões faciais pode contribuir para o desenvolvimento de soluções mais eficientes em diversos campos, proporcionando melhorias na comunicação, no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A compreensão das emoções humanas é um componente crítico da interação social, uma vez que as emoções desempenham um papel fundamental na comunicação e no entendimento mútuo. No entanto, a complexidade inerente à interpretação das emoções, especialmente em situações de comunicação não verbal, tem impulsionado a exploração de métodos inovadores para abordar essa questão. A interseção entre tecnologia e psicologia tem proporcionado um terreno fértil para o desenvolvimento de técnicas avançadas de análise, com destaque para a visão computacional como uma ferramenta proeminente para a detecção de emoções através da análise facial.

A crescente penetração da inteligência artificial (IA) em diversas áreas tem gerado avanços notáveis, e a aplicação de técnicas de visão computacional utilizando IA emergiu como uma abordagem promissora para a detecção de emoções humanas. Essa abordagem utiliza algoritmos de aprendizado de máquina para analisar e interpretar expressões faciais, fornecendo uma visão objetiva e automatizada dos estados emocionais subjacentes. Essa capacidade tem uma ampla gama de aplicações em campos como psicologia, marketing, medicina, educação e segurança.

Ao explorar a análise facial com IA, é possível melhorar significativamente a compreensão da comunicação não verbal. A detecção e interpretação das emoções expressas nas expressões faciais não apenas aprimoram a interação interpessoal, mas também desempenham um papel crucial nas interações humano-máquina. Uma compreensão mais profunda das emoções expressas permite respostas mais adaptativas e empáticas, resultando em interações de maior qualidade.

A abordagem da análise facial com IA também oferece vantagens sobre os métodos tradicionais de detecção de emoções. A capacidade dos algoritmos de aprendizado de máquina de identificar nuances subtis nas expressões faciais leva a uma detecção mais sensível e precisa de diferentes estados emocionais. Isso é particularmente relevante no contexto da psicologia, onde a detecção precisa de emoções pode auxiliar na avaliação do bem-estar emocional e no diagnóstico de distúrbios.

A interseção da análise facial com IA e a segurança apresenta implicações interessantes, com a capacidade de detectar emoções suspeitas em locais de grande circulação, como aeroportos e estações de trem. Essa aplicação potencialmente oferece melhorias na segurança pública, identificando indivíduos com comportamento anômalo.

ISSN: 2446-8819

A evolução tecnológica, como o aumento da capacidade computacional e a disponibilidade de câmeras de alta resolução, tem permitido a implementação de sistemas de análise facial em tempo real. Isso abre novas perspectivas para o uso prático da IA na detecção de emoções, permitindo a observação contínua das expressões faciais em diversos contextos.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia proposta consiste em validar o algoritmo de inteligência artificial (IA) para detecção facial das emoções, utilizando as categorias de nojo, tristeza, medo, raiva, surpresa, felicidade e neutro. Serão capturadas as expressões faciais dos participantes durante a exibição de vídeos direcionados a essas emoções. Após a visualização de cada vídeo, os participantes serão solicitados a preencher um questionário para informar o sentimento despertado pelo filme.

Com o objetivo de obter uma análise mais precisa, um índice foi construído utilizando uma fórmula ponderada. A fórmula considera os pesos atribuídos a cada emoção: nojo (N1), tristeza (T1), medo (M1), raiva (R1), surpresa (A2), felicidade (F2) e neutro (N2). Os pesos variam entre 0 e 100, e o resultado é escalonado pela Escala de Likert. Assim, os participantes informarão em uma barra de 0 a 100 o quanto se sentem insatisfeitos (emoções negativas) ou satisfeitos (emoções positivas).

O índice será obtido pelo cálculo:

$$\frac{((100 * A2 + 100 * F2 + 50 * N2) + (0 * N1 + 0 * T1 + 0 * M1 + 0 * R1))}{100}$$

Compararemos os resultados obtidos no questionário com os resultados obtidos pelo algoritmo de detecção facial. Isso nos permitirá avaliar a concordância entre as respostas subjetivas dos participantes e a análise objetiva realizada pelo algoritmo de IA.

Os resultados obtidos pelo algoritmo de detecção facial serão submetidos a uma análise comparativa com as respostas do questionário, visando investigar a concordância entre a análise objetiva proporcionada pelo algoritmo e a percepção subjetiva dos participantes. Esse processo de comparação permitirá uma avaliação sistemática da validade e confiabilidade do algoritmo em relação à detecção e classificação das expressões faciais relacionadas às emoções investigadas.

Para realizar essa análise comparativa, serão utilizadas medidas estatísticas adequadas, como coeficientes de correlação ou índices de concordância, que permitirão quantificar o grau de relação entre os resultados obtidos pelo algoritmo e as respostas dos participantes no questionário. Além disso, técnicas de análise de concordância interjulgadores poderão ser aplicadas para avaliar a consistência entre diferentes avaliadores humanos e o algoritmo de IA.

Essa comparação entre os resultados objetivos do algoritmo e as respostas subjetivas dos participantes é fundamental para avaliar a acurácia e a validade do algoritmo de detecção facial, bem como para fornecer insights valiosos sobre a eficácia da tecnologia na interpretação das expressões faciais associadas às emoções analisadas. Essa abordagem metodológica rigorosa e científica permite uma análise

ISSN: 2446-8819

robusta da concordância entre a análise objetiva e a percepção subjetiva, contribuindo para o avanço científico e tecnológico nessa área.

Avaliação da eficácia do algoritmo: A partir da comparação dos resultados, será possível avaliar a eficácia do algoritmo de IA na detecção facial das emoções, considerando as diferentes categorias analisadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos com a aplicação da técnica de Visão Computacional para detecção de emoções revelam uma taxa promissora de acurácia na identificação das expressões faciais associadas a diferentes estados emocionais. A análise quantitativa dos dados, por meio da escala de Likert, proporciona *insights* sobre a intensidade relativa de cada emoção identificada. Isso não apenas valida a eficácia da técnica, mas também enriquece a compreensão das nuances emocionais nas expressões faciais.

A discussão dos resultados concentra-se na relação entre os achados obtidos através da Visão Computacional e as teorias psicológicas clássicas sobre emoção. São exploradas possíveis discrepâncias entre as emoções detectadas pela máquina e as interpretações humanas, bem como a influência de fatores contextuais na expressão emocional. Além disso, são discutidas as implicações práticas dessa abordagem interdisciplinar para a prática clínica, pesquisa e outras aplicações no campo da psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstra a promissora capacidade da Visão Computacional para detectar e quantificar emoções humanas, oferecendo uma ferramenta valiosa para a investigação psicológica e prática clínica. No entanto, é importante reconhecer as limitações, como possíveis vieses algorítmicos e a necessidade de refinar a precisão da detecção para emoções mais sutis.

As implicações das descobertas são vastas, incluindo aplicações em campos como psicologia clínica, análise de interações sociais e design de interfaces emocionalmente sensíveis. Esta pesquisa também abre portas para futuros estudos que possam aprofundar a compreensão da intersecção entre tecnologia e psicologia, explorando questões éticas, refinando algoritmos e investigando outras modalidades sensoriais para a detecção de emoções.

Em última análise, a sinergia entre a Visão Computacional e a psicologia oferece novas perspectivas para a análise de emoções humanas, proporcionando insights valiosos que podem contribuir para uma compreensão mais rica e abrangente da complexidade emocional humana.

REFERÊNCIAS

BOSTROM, Nick. **Superinteligência**: caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo. Rio de Janeiro: DarkSide Books, (2014) 2018.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit Gebru. **Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification**. Proceedings of Machine Learning Research 81:1–15, 2018

COELHO, Teixeira. **Inteligência Artificial, ética artificial**. In: COZMAN, Fabio G.; PLONSKI, Guilherme Ary; NERI, Hugo. Inteligência artificial: avanços e tendências. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 2021.

MEAD, George Herbert. **Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

RUSSELL, Stuart Jonathan; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. Trad. Regina Célia Simille. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

VIVÊNCIAS ATRAVÉS DO RAP: UM POSSÍVEL INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA PSICOLOGIA

Maria Amélia Nunes
Nicoli Regina Duzi Barone[1]
Eduardo Toshio Kobori[2]

Palavras-chave:. Rap; Subjetividade; Capitalismo; Componentes de Subjetivação

INTRODUÇÃO

O Rap é sinônimo de representatividade para aqueles que produzem e consomem, trazendo em suas letras relatos de vivências que intensificam o processo de identificação com o grupo. Para além de um estilo musical, o rap é uma referência e um componente de subjetivação, junto aos outros processos de vida, questões sociais, biológicas e familiares.

> O Hip Hop é uma estratégia de sobrevivência da cultura popular, é uma forma de visibilidade de grupos excluídos das possibilidades. É uma ação política que acontece a partir do corpo que dança, desenha, pensa, fala, reflete, sobre os problemas que reverberam nas estruturas sociais em que estes corpos coabitam. (Oliveira, 2008, p.1)

Historicamente essas produções denunciam o preconceito racial e econômico do cotidiano periférico. Esse material é de suma importância para nós psicólogos e pesquisadores, mas também para todos os indivíduos que demonstram interesse no entendimento de como se dá esses fatos sociais que nos atravessam profundamente, sendo reprodutor ou vítima.

Esta pesquisa tem como objetivo demonstrar o quanto a música pode ser usada como instrumento de análise do sujeito e dos grupos, tendo como foco gênero Rap, a subjetividade nas letras e o impacto do capitalismo na construção desta cultura. A metodologia utilizada foi a revisão narrativa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Rap é a expressão musical-verbal do Hip-Hop, junto do Break (dança) e do grafite (arte urbana). Advindo do *Soul* e, originário da comunidade afro americana, “articula a tradição ancestral africana com a moderna tecnologia, produzindo um discurso de denúncia da injustiça e da opressão a partir do seu enraizamento nos

[1] Estudantes do último termo, Unifio, Psicologia, maria.nunes@unifio.edu.br e nicoli.barone@unifio.edu.br
[2] Psicólogo (Unesp), mestre e doutor em Filosofia (Unifesp), Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário de Ourinhos, Unifio, eduardo.kobori@unifio.edu.br

ISSN: 2446-8819

guetos negros urbanos" (Dayrell, 2002. p. 126). Há também registros de influências da Jamaica, ilha localizada no Caribe, com parte da população afro-caribenha, por conta do volume de africanos levados até lá a força na condição de mão de obra escrava. No Brasil, o Rap teve sua ascensão nos anos 80, pouco a pouco tomando sua musicalidade própria, afinal o movimento se dá a partir da mestiçagem cultural, uma mistura de culturas que se agregam sem anular as particularidades umas das outras, colaborando para algo ainda maior ser criado (Cazé, Oliveira. 2008, p. 3).

Os bailes de rua eram momentos de interação entre jovens negros, de classe baixa e vindos dos suburbios e favelas, associados aos mesmos estigmas, que usavam dessa produção artística para desabafar a respeito das suas vivências. Nesses espaços e a partir da cultura Hip Hop, desenvolveu-se uma identidade individual e coletiva da juventude periférica, que perdura até os dias atuais.

Mansano (2009) discorre a respeito do conceito de subjetividade para Félix Guattari, que se constitui a partir das interações com o outro, sendo esse outro um indivíduo, um espaço, acontecimentos da vida, de maneira geral, tudo aquilo que nos afeta. Ela é composta a partir da absorção de fragmentos presentes no social e "cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva" (Mansano, 2009, p. 111).

Através dessas trocas, a autora passa a dialogar a respeito de "componentes de subjetivação", que nos atravessam de diferentes maneiras, implicando nas formas de existência e nos modos de ser. Diz também que Gilles Deleuze acreditava que o sujeito não está dado por si só, como uma entidade pronta, e sim que se constitui a partir dos encontros e das experiências com o outro, podendo estas passar despercebidas ou serem tão intensas e, por vezes violentas, que ele se vê na necessidade de se reorganizar e de buscar novos sentidos e significados para aquilo ou para a sua existência. Este se torna um movimento vivo, temporal e ininterrupto da própria vida, já que estará sempre sob influência de novos acontecimentos (Mansano, 2009).

A identidade grupal, como o próprio nome diz, é a presença e identificação com um grupo específico, a partir de componentes de subjetivação semelhantes, que unem os indivíduos através de uma mesma causa, podendo até terem vivências parecidas relacionadas àquele objeto de identificação que os aproxima. São exemplos os grupos religiosos, profissionais, acadêmicos, familiares, políticos, voltados a uma mesma prática (seja ela qual for) e, conforme citado neste trabalho, grupos identitários a partir do gosto por determinado estilo musical, intensificado pelo fato de que podem ter um cotidiano similar ao retratado em grande parte das produções.

Maheirie (2001) revela que "o processo de construção do sujeito é realizado no coletivo e que a identidade é construída por oposições, conflitos e negociações, estando sempre em produção" (Apud. Silva, 2013, p. 654).

Para além de intercessora de pensamentos, a música também pode ser considerada um dos componentes de subjetivação possíveis em nosso processo de desenvolvimento, que "ganham importância coletiva e são atualizados de diferentes maneiras no cotidiano de cada vivente" (Mansano, 2009, p. 111), ela tem o poder de evocar emoções, despertar memórias e expressar experiências. A subjetividade se manifesta na forma como cada indivíduo entende e dá significado às composições,

ISSN: 2446-8819

que são veículos poderosos para a expressão da identidade pessoal, pois uma mesma música pode provocar diferentes emoções e respostas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para atingir nosso objetivo, fizemos uma revisão narrativa, utilizamos livros, periódicos, artigos científicos, que se propuseram a trabalhar na mesma temática. A primeira fase consistiu em buscar mais sobre a história do Rap, como ele surgiu no Brasil e grandes nomes que foram de influência para sua chegada no país. Posteriormente utilizamos letras de músicas de diversos artistas brasileiros para poder justificar indagações e comparações com o cotidiano mais antigo e o mais atual, que continuam a denunciar os mesmos preconceitos. Também nos debruçamos sucintamente a respeito do conceito de subjetividade e identidade grupal, tendo em vista, as ideias de Félix Guattari e Gilles Deleuze sobre a constituição da subjetividade e de Pierre Bourdieu sobre os grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos conceitos já citados, podemos considerar a música como um componente da subjetivação dos sujeitos, aliada ao fato de que através dela cria-se um grupo identitário, sendo este mais um ambiente onde haverão trocas que contribuem para a (trans)formação do indivíduo.

> A atividade musical pode ser vista historicamente como uma expressão universal, sobre a qual o homem cria uma linguagem que representa e transforma um determinado contexto. Dessa forma, a música pode ser produtora de significados sociais/culturais e individuais, como também divulgadora e reprodutora de vários significados. (MAHEIRIE, 2001, apud. SILVA, 2013, p. 645).

Para além disso, tem-se através das produções relatos documentados a respeito do sentir das pessoas, dentro de uma sociedade que valoriza mais algumas vidas do que outras, a depender dos estigmas que carrega e da posição social em que se encontra. Denúncias estas que se repetem desde o início do Rap até os dias atuais, como podemos observar nos álbuns grupo Racionais Mc's, desde seu primeiro álbum “Escolha seu Caminho”, de 1992, até seu último álbum “Cores e Valores”, de 2014, dentre tantos outros músicos da cena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, após o período de estudos e análises no que se refere ao Rap e todo seu movimento diante da subjetividade, tendo em vista sua tamanha importância, devemos explicitar a necessidade de levá-lo em consideração junto ao olhar para o grande número de pessoas que se identificam com esse gênero e cultura. Analisar as obras, sejam elas as de maior repercussão, ou as de preferência do sujeito em questão, é também uma maneira de entender como é o sentir através das experiências vividas. A subjetividade se manifesta na forma como cada indivíduo

ISSN: 2446-8819

entende e dá significado às composições, que são veículos poderosos para a expressão da identidade pessoal, uma mesma música pode provocar diferentes emoções e respostas.

O Rap diz respeito à maneira como muitas pessoas enfrentam e olham para o mundo, enquanto um movimento de denúncia e resistência, e é preciso que tenha o devido reconhecimento, seja dentro de um espaço singular de atendimento e tratamento psicológico, ou enquanto material de estudo de grupos em maior proporção.

REFERÊNCIAS

CAZÉ, Clotildes Maria de Jesus Oliveira; OLIVEIRA, Adriana da Silva. **Hip Hop**: Cultura, Arte e Movimento no Espaço da Sociedade Contemporânea. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 4., 2008, Salvador. Anais Eletrônicos. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14300.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

DAYRELL, Juarez. **O rap e o funk na socialização da juventude**. 2002. 136 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, São Paulo, 2002.

MANSANO, Sonia. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 8 n. 2, p.110-117, 2009. Disponível em : <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78>. Acesso em: 06 abr. 2023.

VIEIRA SILVA, Marcos.; MIRANDA, Sheila Ferreira. Poder E Identidade Grupal : Um Estudo Em Corporações Musicais Da Religiões Vertentes. **Psicologia e Sociedade,** Universidade Federal de São João Del-Rei, Mato Grosso,v. 25, n. 3, p. 642–652, 2013.

ANAIS
SEMANA DE PSICOLOGIA
CIÊNCIA E PROFISSÃO:
HISTÓRICO, CONCEITOS E PRÁTICAS.
ISSN: 2446-8819

O USO DA TECNOLOGIA DIGITAL E SEUS IMPACTOS NA SAUDE MENTAL E DESENVOLVIMENTO DOS ADOLESCENTES

Jonathan Ribeiro da Costa Pereira[1]
Thainara Aline de Azevedo[1]
Fábio Sagulade Oliveira[2]

Palavras-chave: Tecnologia Digital; Adolescência; Saúde Mental; Redes Sociais; Educação.

INTRODUÇÃO

O foco central desta pesquisa é compreender as consequências do uso excessivo de tecnologias digitais por adolescentes. Para isso, investigaremos quais são os meios tecnológicos mais utilizados por essa faixa etária e avaliaremos a gravidade dos problemas decorrentes do uso excessivo dessas tecnologias digitais. O estudo tem como propósito obter um panorama claro sobre o impacto do uso intensivo de dispositivos eletrônicos na saúde mental e no bem-estar emocional dos adolescentes, buscando contribuir para a conscientização e adoção de medidas que promovam um uso equilibrado e saudável da tecnologia na juventude.

Sendo assim importância dessa pesquisa se dá por se tratar de um tema de extrema relevância, sendo que mais pesquisas e estudos são necessários para avaliar o impacto na saúde física, mental e social após meses de confinamento que levaram ao uso excessivo de mídias digitais. Outro motivo é que a adolescência é um momento de transição dramática, e durante essa fase, esses indivíduos estão mais vulneráveis a doenças emocionais, por isso é importante desenvolver estratégias para promover a saúde e o desenvolvimento desses indivíduos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A tecnologia se desenvolveu por séculos de evolução por meio da técnica, com homens autores de múltiplos utensílios de acordo com as necessidades que apareciam em distintas áreas da formação humana na procura de melhores condições.

Na história da computação é relevante descortinar, mesmo reduzidamente, alguns tópicos peculiares a fim de revelar sua importância na sociedade e de como

[1] Graduandos do 10° termo de Psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos.
[2]Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Assis/SP (2003). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP. Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Marília/SP (2016); Também é docente do curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Ourinhos.

ISSN: 2446-8819

chegou à escola motivando os professores a aprenderem a utilizá-la em sala de aula. No início da década de 1970 começa a construção dos PC (Personal Computer), disseminado nas instituições públicas e privadas e, passaram a ser comercializados para a população em geral. (VALENTE, 1994)

Para Moran (2001), a consideração de aprendizagem, desenvolvimento mental está modificando e a função atualmente diante às novas metodologias educacionais não se transforma, mas se expande. O que modifica são as considerações de ambiente e período. Atualmente pode-se interatuar com milhares de pessoas sem retirar-se de casa, do escritório ou da escola, pode-se trocar milhões de conhecimentos e ainda acessá-las em segundos.

Os adolescentes lideram o ranking de uso de celular e internet. De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 e o Conselho Brasileiro de Governança da Internet (CGI.Br) em 2014, observou-se que em um grupo de 34,1 100.000 pessoas de 10 a 19 anos no país Cerca de 81% da população acessa a Internet todos os dias. Isso mostra o quão arraigada e persuasiva a internet está nos lares brasileiros

Sob o ponto de vista de Nardon (2006), durante a adolescência, a vida social se expande e a participação em diferentes grupos aos quais os adolescentes pertencem, como: escola, esportes, cursinhos, lazer etc. No entanto, nem sempre é assim e, em alguns casos, a intimidade e os encontros com grupos com os mesmos interesses ficam à mercê das comunicações digitais.

As famílias têm o papel de ajudar a geração adolescente a resolver vários problemas em que se encontram, por exemplo, usando tecnologias digitais para ganhar experiências em mundos virtuais. As famílias devem estar cientes dos novos estilos de comunicação, que mudam a forma como a comunicação dentro da família é tratada.

De acordo com Silva e Silva (2017) o uso da tecnologia de forma indiscriminada pelos adolescentes causa o desequilíbrio cognitivo do ser. Com isso, ela potencializa os transtornos de atenção, transtornos obsessivos, de ansiedade e problemas com a linguagem e a comunicação, o que afeta diretamente a aprendizagem.

De acordo com Zimerman (1999) e Calligaris (2011), pode-se afiançar que a adolescência é caracterizada por transformações de resolução biopsicossociais, assinalada por rupturas e aprendizados, ritos de passagens e procura por pertencimento a determinado grupo fora do domínio familiar.

A adolescência não deve ser cenário somente como uma passagem para a vida adulta. A criança ingressa na adolescência com muitos conflitos e inseguranças e necessita sair dela com sua maturidade consolidada, com atitude e originalidade adultos. (Aberastury&Knobel, 1981). É impraticável pensar em uma exclusiva adolescência, de atitude universal. Trata-se de um fato psicológico e social, composto histórica e culturalmente, designado como tal no século XX, sendo assinalada como um procedimento de transição entre a infância e a vida adulta (Verza, 2008).

É necessária a união da escola com os pais orientando ao uso correto das tecnologias para que os educandos não percam o interesse pelos estudos e entrem em defasagem escolar. Assim, o advento da tecnologia e a ampla quantidade de informações apresentam propiciado alterações expressivas no modo de ser e estar no mundo, ou seja, nos valores éticos, moral, sociais e na qualidade das inter-relações

ISSN: 2446-8819

na contemporaneidade. O que não constitui que os jovens de tempos passados cruzavam a adolescência sem encarar transformações, conflitos e problemas. Cada geração defronta-se com as demandas características da realidade social na qual está implantada (Shibuya, 2012), e, no mundo atual, a internet transcorre o desenvolvimento de muitos adolescentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolver o presente estudo, adotamos uma abordagem fundamentada na pesquisa bibliográfica, buscando utilizar plataformas, como Scielo e Google Acadêmico. Essas fontes nos permitirão acessar uma vasta gama de artigos científicos que são essenciais para a coleta de informações mantidas e aprimoradas sobre o tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nesta pesquisa ressaltam a estreita relação entre o uso da tecnologia digital e a saúde mental dos adolescentes. A revolução tecnológica trouxe inúmeras vantagens para a sociedade, incluindo o acesso rápido a informações, facilidades na comunicação e avanços no campo educacional. No entanto, também é evidente que o uso excessivo e deficiente dessas tecnologias pode experimentar problemas na saúde mental dos jovens.

Um dos principais achados desta pesquisa é o impacto do uso prolongado de dispositivos eletrônicos na saúde mental dos adolescentes. A exposição constante a conteúdos virtuais, redes sociais e jogos eletrônicos pode levar a um estado de alienação e desinteresse pelo mundo real, o que pode resultar em problemas de relacionamento interpessoal e isolamento social.

Em síntese, os resultados desta pesquisa enfatizam a complexidade da relação entre a tecnologia digital e a saúde mental dos adolescentes. É uma abordagem multidisciplinar que visa compreender os aspectos positivos e negativos dessas tecnologias, bem como para desenvolver estratégias de intervenção e prevenção que garantam o desenvolvimento saudável e equilibrado da juventude na era digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, exploramos a interseção entre a tecnologia digital e a saúde mental dos adolescentes, buscando compreender os impactos e desafios que surgem nesse contexto. A revolução tecnológica e o fácil acesso aos dispositivos digitais transformaram significativamente a forma como os jovens interagem com o mundo e consomem informações.

Verificamos que, apesar dos benefícios proporcionados pelas tecnologias, como a facilidade de acesso à informação e o aprimoramento da educação, há também desafios emergentes. O uso excessivo e inadequado dessas ferramentas pode levar a problemas na saúde mental dos adolescentes, como a alienação, o isolamento social e o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e depressão.

A adolescência é uma fase crucial do desenvolvimento, marcada por mudanças físicas, emocionais e cognitivas, e o impacto da tecnologia nesse período requer atenção e cuidado. Nesse sentido, é fundamental que pais, educadores e profissionais de saúde estejam atentos ao uso consciente e equilibrado das tecnologias pelos adolescentes, bem como à promoção de uma educação digital responsável.

REFERÊNCIAS

AQUINO, R. **Usabilidade é a chave para aprendizado em EAD**. Disponível em: https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2005/01/28/490613/usa bilidade-e-chave-aprendizado-em-ead.html. Acesso em: 18 jan. 2021

Cavalcante, Ricardo Bezerra et al. Inclusão digital e uso de tecnologias de informação: a saúde do adolescente em foco. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online]. 2017, v. 22, n. 04 [Acessado 17 Abril 2022] , pp. 03-21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2539>. ISSN 1981-5344. https://doi.org/10.1590/1981-5344/2539.

Educação, Psicologia e Interfaces, Volume 3, Número 3, p. 204-217, Setembro/Dezembro, 2019. ISSN: 2594-5343. DOI: https://doi.org/10.37444/issn-2594-5343.v3i3.156

Freire, E; Batista, S,S,S.**Sociedade e tecnologia na era digital,** São Paulo**,** 2014.

Nardon F. **A relação interpessoal dos adolescentes no mundo virtual e no mundo concreto** [Trabalho de Conclusão de Curso]. Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense; 2006

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, LebiamTamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Rev. psicopedag**., São Paulo , v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 abr. 2022.

Unifio
Centro Universitário de Ourinhos